

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

ADÉLIA MARIA EVANGELISTA AZEVEDO

**A EXPERIÊNCIA NA E *PELA* LÍNGUA(GEM) EM TESTEMUNHOS DE
POVOS AMERÍNDIOS: a instauração de lugares enunciativos**

**PORTO ALEGRE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Estudos da Linguagem
ESPECIALIDADE: Teorias do Texto e do Discurso
LINHA DE PESQUISA: Análises textuais e discursivas**

**A EXPERIÊNCIA NA E PELA LÍNGUA(GEM) EM TESTEMUNHOS DE
POVOS AMERÍNDIOS: a instauração de lugares enunciativos**

ADÉLIA MARIA EVANGELISTA AZEVEDO

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Letras, área de pesquisa, Teorias do Texto e do Discurso.

Porto Alegre-RS, dezembro de 2014

CIP - Catalogação na Publicação

Azevedo, Adélia Maria Evangelista

A experiência na e pela língua(gem) em
testemunhos de povos ameríndios: a instauração de
lugares enunciativos / Adélia Maria Evangelista
Azevedo. -- 2014.

216 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Linguística da enunciação. 2. Instauração de
lugares enunciativos. 3. Testemunhos. 4. Povos
ameríndios. I. Flores, Valdir do Nascimento, orient.
II. Título.

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	9
Résumé	10
Abstract	11
Introdução	12
Capítulo I	29
A Linguística e as Interfaces com as Ciências	29
1 – Os fios das interfaces entre a Linguística e as ciências	30
1.1 – A Linguística e as relações com as ciências <i>conexas</i> em Saussure	32
1.1.1 – Na gênese: língua, fala/discurso nos <i>factos humanos</i>	37
1.1.2 – A vinculação da Linguística à Semiologia, em prol da <i>Ciência Geral do Homem</i>	43
1.2 – Em Benveniste, a ciência das línguas e ciência da linguagem: o entrelaçamento.....	45
1.2.1 – A <i>linguagem nos factos humanos</i> em Meillet e os desdobramentos nos estudos de Benveniste	52
1.3 – Estudo dos pronomes: fios para a interface entre a Linguística e as ciências	58
1.3.1 – O viés antropológico da linguagem e a gênese de uma Antropologia da Enunciação .	61
1.3.2 – Discussões linguísticas e filosóficas tecem conceitos de <i>in-fância, testemunho</i> e <i>tipos de testemunhas</i>	70
1.4 – Alguns encaminhamentos teóricos	77
Capítulo II	81
As relações de língua(gem) e cultura como condição para “O homem na língua”	81
2 – Noções de “cultura” a partir das relações de língua(gem) e homem, nos PLG I e II, em comum o <i>simbolismo</i> e a <i>interpretância</i>	83
2.1 – Interdições, normas e regras na língua(gem).....	90
2.2 – Língua(gem), homem e cultura: a tríade nos processos de simbolização e de interpretância na comunicação inter-humana	96
2.3 – Vestígio, enunciação e referência	101
2.4 – A categoria de pessoa, tempo e espaço instauram a (inter)subjetividade na linguagem: <i>entrada do homem na língua(gem)</i> :	112
2.5 – A Semântica conduz aos processos de significação <i>na</i> e <i>pela</i> língua(gem).....	125
2.5.1 – O semiótico e o semântico na língua(gem) a <i>abertura para o mundo da significação</i>	132
2.5.2 – A <i>intransponibilidade</i> do semiótico e a <i>semantização</i> do semântico.....	140
2.6 – O método e as diferentes perspectivas de <i>entrada do homem na língua(gem)</i>	143
2.7 – O <i>corpus</i> das materialidades linguísticas.....	146

2.7.1 – A proposta da Prova de Redação – Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas – COPERSE/UFRGS/2012	148
2.7.2 – Esclarecimentos sobre o “dado” na enunciação	153
Capítulo III.....	155
<i>Vestígios e referências para as realidades de língua, homem e cultura: lugares instaurados pelo sujeito.....</i>	155
3 – Caminhos para a leitura de testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios	156
3.1 – Uma reflexão a respeito da escolha da produção RED 050 e dos recortes que deram origem aos testemunhos representativos para a análise dos “dados”	161
3.1.1 – As relações interlocutivas, na tríade, revelam para o “ele” o significar por meio de experiência de língua(gem)	169
3.1.2 – A (inter)subjetividade na língua(gem), por conta da instauração do “eu”, mobiliza na alocação a temporalidade, isso aproxima o “outro” de acontecimentos compartilháveis no “aqui” e no “agora” da enunciação	172
3.1.3 – A subjetividade na linguagem recria diferentes realidades interlocutivas entre o “eu e o tu” em jogo a referência para o “ele”: a língua(gem) é mediadora do homem e da cultura... ..	177
3.1.4 – A (inter)subjetividade cria para a língua portuguesa referências por conta da <i>intransponibilidade</i> do semiótico e a <i>semantização</i> do semântico.....	181
3.2 – Os lugares ocupados pelo sujeito nos testemunhos de experiências de língua(gem)....	187
Considerações Finais	192
Referências Bibliográficas	199
Anexos.....	205

Aos povos ameríndios que dão testemunhos das experiências de
língua(gem) falando de si e pelos impossibilitados.

Agradecimentos

Ao meu DEUS que se manifesta na *trindade perfeita* com o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Aos meus queridos pais, *in memoriam*, Maria Ilda Rios Evangelista e João Evangelista Filho, dos quais herdei a vida, a leitura e o encantamento pelos mais complexos desafios.

Ao Programa Dinter em Letras Linguística UEMS/UFRGS, convênio celebrado entre a instituição receptora, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e a instituição promotora, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Pós-Graduação em Letras, nas áreas de Estudos da Linguagem e Estudos de Literatura (PPGL/UFRGS), que permitiu a capacitação, no exercício da docência, com financiamento e apoio da CAPES.

À prof^a. Dra. Lúcia Sá Rebello - UFRGS (Coordenadora Pedagógica do Dinter “Novas Fronteiras”, em Letras Linguística) e à prof^a. Dra. Maria José de Toledo - UEMS (Operadora Financeira do Projeto Dinter “Novas Fronteiras”, em Letras Linguística) que idealizaram e executaram juntamente, com os docentes da PPGL, o Projeto Dinter em Letras Linguística UEMS/UFRGS, no período de 2010 a 2014.

Ao meu orientador, prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores – docente titular da UFRGS, que sempre me oportunizou o crescimento intelectual, conduziu-me aos encontros com Ferdinand de Saussure e com Émile Benveniste. Com o mestre aprendi a desvendar os mistérios do homem *na e pela* língua(gem).

Ao Carlos Augusto Azevedo, *amor da minha vida*, presente em todos os momentos da escritura da tese.

À prof^a. Dra. Silvana Silva, amiga, e mais, interlocutora crítica dessa tese.

À prof^a. Dra. Luiza Milano (UFRGS), à prof^a. Dra. Leci Borges Barbisan (PUCRS), à prof^a. Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS) e à prof^a. Dra. Magali Lopes Endruweit (UFRGS) que me encaminharam às leituras e às reescritas acadêmicas do doutorado.

Aos meus ex-professores.

Aos meus familiares.

À Bruna Farias, jovem linguista e amiga de estudo, que sempre compartilhou ideias e discussões durante as aulas e, agora, *na e pela* vida.

Aos amigos de estudo e de linha de pesquisa: Simone, Daiane, Eliza, Germana, Renata e Vítor, de modo particular às amigas, Christiane e Christie.

À família em Porto Alegre-RS, Gilda, Adiles (*in memoriam*), Maria, Carmen, Jaqueline, Sandro e ao Gabriel, que tão carinhosamente nos acolheram em vossos corações.

Às Escolas Municipais Indígenas, “Feliciano Pio” e “General Rondon”, localizadas na Reserva Indígena de Taunay – Município de Aquidauana – Mato Grosso do Sul.

Ao amigo Valdir João, e, de modo especial, ao prof. Jonas, índios da etnia Terena, Aldeia Ypegue – MS. Amigos que compartilharam experiências de língua(gem) e ensinaram-me mais do que eu poderia imaginar no início a minha vida profissional e intelectual.

Aos meus alunos e ex-alunos indígenas, no ensino fundamental das Escolas Municipais indígenas de Aquidauana-MS, e dos cursos de graduação: Curso Normal Superior Indígena e de Letras, hab. Português/Inglês - UEMS - Unidade de Jardim – MS.

Aos meus alunos e ex-alunos do Curso de Letras – hab. Português/Inglês – UEMS -Unidade de Jardim – não indígenas que sofreram e celebraram junto comigo os momentos desse doutorado.

Às crianças lindas e maravilhosas: Luiza, Caroline, Lucas, Yago e Gabriella.

Ao amigo, Dom João Gilberto de Moura, pelas orações e conselhos nos momentos de aflição e de profunda tristeza espiritual.

Aos amigos, Luís Otávio, Albana, Vera, Iracema, Wanda, Zenilda, Vanilda, Roseli e Ruberval que acreditaram e rezaram por mim.

Aos amigos(as), professores e funcionários da UEMS - Unidade de Jardim – UEMS que compreenderam as minhas ausências decorrentes dos momentos de estudo. Valeu a torcida!

Aos colegas do Programa DINTER em Letras UFRGS/UEMS, Emílio, Raimundo, Rosemere, Lucília, Sandra, Adilson, Carla, Antônio, Paulo, e de modo especial, ao irmão de caminhada e estudos, Geraldo José.

Resumo

A tese “A experiência *na e pela* língua(gem) em testemunhos de povos ameríndios: a instauração de lugares enunciativos” propõe compreender os lugares ocupados por sujeitos quando da apropriação da língua(gem), na situação comunicativa, de realização da Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE – UFRGS. Para o percurso teórico da tese realizamos incursões às ideias de William D. Whitney e de Ferdinand de Saussure, principalmente, no que diz respeito à gênese dos princípios gerais da Linguística moderna, dada a natureza do viés antropológico inscrito nos conceitos de língua, vinculados aos fatos humanos. O viés antropológico da Linguística segue por desdobramentos epistemológicos elaborados por Émile Benveniste, via estudo das categorias de pessoa, tempo e espaço. O linguista francês dedica-se às questões de significação *na e pela* linguagem, na interface entre a Linguística e as demais ciências, em prol da *Ciência geral do homem*, com vistas a elucidar problemáticas de língua e de linguagem. Além disso, inaugura a Semântica da frase, uma época que os linguistas voltavam-se à Semiótica. As leituras teóricas centradas nos fundamentos da enunciação, à luz das ideias benvenistianas, e a experiência de leitura dos textos, produzidos por indígenas, possibilitaram-nos pensar a respeito de uma hipótese para a tese: há um modo distinto de escrita da língua portuguesa para os povos ameríndios. Para comprová-la, percorremos a definição de cultura; de *forma e sentido* na língua; voltamo-nos aos conceitos de vestígio, enunciação e referência. Norteamo-nos no percurso teórico-metodológico a partir de duas entradas na língua. A primeira entrada dá-se pelo locutor por conta da enunciação; e, a segunda, diz respeito ao *caminho inverso* a ser percorrido pelo linguista quando da análise de testemunhos decorrentes do uso da *língua viva* pelos sujeitos. Selecionamos uma produção textual representativa, visto que essa reúne algumas condições pontuais aos procedimentos de recortes análises dos testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios. As análises dos testemunhos a partir das marcas (inter)subjetivas na linguagem apontam para a existência de vestígios e de referências *na e pela* língua(gem). Esses são fenômenos responsáveis pelos movimentos de retrospecto e prospecção que estão no centro da enunciação, quando da apropriação da língua(gem) pelo locutor. A passagem de língua a discurso faz emergir o sujeito heterogêneo. Este nasce da enunciação escrita, em L₂, em língua portuguesa, dada a natureza da língua em constituir o “eu” e de instaurá-lo na relação com o “tu”. Além disso, consideramos para a leitura dos “dados” os simbolismos resultantes do *perspectivismo* dos povos ameríndios, em L₁, língua materna. Confirmando, assim a existência de uma língua portuguesa singular com sintaxe e semântica própria, cujas origens estão na diversidade da situação comunicativa. Interessamo-nos pelo estudo das significações produzidas na enunciação escrita dos povos ameríndios quando da diversidade das relações interlocutivas vividas em sociedade.

Palavras-chave: povos ameríndios – testemunhos – enunciação – vestígio – referência

Résumé

La thèse «L'expérience *dans et par* la langue(langage) dans les témoignages des peuples amérindiens: l'instauration de lieux énonciatifs» propose de comprendre les lieux occupés par des sujets lorsque l'appropriation de la langue(langage), dans la situation de communication, de réalisation de l'Épreuve de Rédaction – Test d'accès à l'université pour les étudiants indigènes – 2012/COPERSE – UFRGS. Pour le parcours théorique de la thèse, nous avons faits des incursions aux idées de William D. Whitney et de Ferdinand de Saussure, principalement, en ce qui concerne la genèse des principes généraux de la Linguistique moderne, étant donné la nature du biais anthropologique inscrit dans les concepts de langue, liés aux faits humains. Le biais anthropologique de la Linguistique suit par les développements épistémologiques produits par Émile Benveniste, à travers l'étude des catégories de personnes, de temps et d'espace. Le linguiste français est dédié aux questions de signification *dans et par* le langage, dans l'interface entre la Linguistique et les autres sciences, en faveur de la *Science générale de l'homme*, afin de clarifier des problèmes de langue et de langage. En outre, il inaugure la Sémantique de la phrase, dans une époque où les linguistes se dédiaient à la Sémiotique. Les lectures théoriques basées sur les fondamentaux de l'énonciation, à la lumière des idées de Benveniste, et l'expérience de lecture des textes, produits par des indigènes, cela nous a donné la possibilité de penser sur une hypothèse pour la thèse: il y a un mode distinct d'écriture de la langue portugaise pour les peuples amérindiens. Pour la prouver, nous passons par la définition de culture; de *forme* et de *sens* dans la langue; nous nous tournons vers les concepts de trace, d'énonciation et de référence. Nous nous guidons dans le parcours théorique et méthodologique à partir de deux entrées dans la langue. La première entrée se fait par le locuteur à travers l'énonciation; et la seconde entrée concerne le *chemin inverse* à être parcouru par le linguiste lorsque l'analyse de témoignages résultants de l'usage de la *langue vivante* par les sujets. Nous avons choisi une production textuelle représentative, puisque la rédaction remplit les conditions nécessaires aux procédures de coupures d'analyses des témoignages des expériences de langue(langage) des peuples amérindiens. Les analyses des témoignages à partir des marques (inter)subjectives dans le langage indiquent l'existence de traces et des références *dans et par* la langue(langage). Ceux-ci sont des phénomènes responsables des mouvements de rétrospection et de prospection qui sont au cœur de l'énonciation, lorsque l'appropriation de la langue(langage) par le locuteur. Le passage de langue à discours fait ressortir le sujet hétérogène. Celui-ci est né de l'énonciation écrite, en L₂, en langue portugaise, étant donné la nature de la langue dans la constitution du «je» et de l'instaurer par le rapport avec le «tu». Pour la lecture des «données», nous considérons les symbolismes résultants du *perspectivisme* des peuples amérindiens, en L₁, langue maternelle. En confirmant ainsi l'existence d'une langue portugaise singulière, avec syntaxe et sémantique propre, dont les origines sont dans la diversité de la situation de communication. Nous sommes intéressés par l'étude des significations produites dans l'énonciation écrite des peuples amérindiens lorsque la diversité des relations interlocutives vécues en société.

Mots-clés: peuples amérindiens – témoignages – énonciation – trace – référence

Abstract

The thesis “The experience *in* and *by* language in testimonies of Amerindian people: the establishment of enunciative places” proposes to understand the occupied places by subjects when the appropriation of the language, in communicative situation, of performing the essay examination – Entrance Examination to Indigenous Students – 2012/COPERSE – UFRGS. In relation to the theoretical pathway of the thesis, we realize incursions to William D. Whitney and Ferdinand de Saussure ideas, mainly, with regard to the genesis of the general principles of modern Linguistics, given the nature of the anthropological bias in the definitions of language, linked to the human facts. The anthropological bias of Linguistics follows by epistemological developments elaborated by Émile Benveniste throughout the categories of study of person, time and space. The French linguist dedicates to signification questions *in* and *by* language, in the interface between Linguistics and other sciences, in favor of the *General Science of the Human*, in order to clarify language problems. Besides, he starts the phrase Semantics, in a period in which linguists studied to Semiotics. The theoretical readings centered in the enunciation foundations, in the light of Benveniste’s ideas, and the reading experience of the texts, produced by indigenous, helped us to think concerning of a hypothesis to the thesis: Is there a distinct mode of Portuguese Language writing to the Amerindian people? To prove this question, we define culture; *form* and *sense* in the language; as well as trace, enunciation and reference. Our methodological-theoretical trajectory presents two entries in the language. The first one occurs by the locutor because of the enunciation; and the second one throughout the *reverse way* to be covered by the linguist when the analysis of testimonies due to the use of the *living language* by the subjects. We have selected just one representative textual production since the essay gathers the necessary conditions to the procedures of analysis cuttings of the testimonies of the experiences of the Amerindian people language. The analysis of the testimonies from intersubjective marks in the language point to the existence of traces and of references *in* and *by* language. These are responsible phenomena by the movements of retrospecting and prospecting that are in the center of the enunciation, when the appropriation of the language by the locutor. The language’s passage to the discourse appears the heterogenous subject. This emerges from the written enunciation in L2, in Portuguese Language, given the nature of the language in constituting the “I” and of establishing it by the complementarity relation to the “you” and to establish it in the relation with the “you”. Besides, we consider to the “data” reading, the resulting symbolisms of the Amerindian people perspectivism, in L1, mother tongue. Thus, we confirm the existence of a singular Portuguese Language with its own syntax and semantics, whose origins are in the diversity of the communicative situation. Also, we are interested in the study of the significations produced in the written enunciation of the Amerindian people when the diversity of the interlocutive relationships experienced in society.

Keywords: Amerindian people; testimonies, enunciation, trace, reference.

Introdução

Assim jogando a lançadeira de um lado para o outro e batendo os grandes dentes do tear para frente e para trás, a moça passava seus dias. (COLASANTI, 2000)

A parte do colégio foi difícil, português sempre era um problema, sempre um pouco atrás de seus colegas de classe, mas trabalhando duro para aprender todas as regras que, a cada dia passava aparecia mais, [...] (RED 049).

É necessária grande capacidade de abstração e de generalização para começar a entrever os desenvolvimentos de que o homem é sede. (BENVENISTE, 2006, p. 38).

A proposta central da nossa pesquisa, à luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, é investigar, por meio de testemunhos pessoais escritos, em língua portuguesa, os lugares enunciativos construídos por estudantes indígenas, na Prova de Redação, Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE¹ – UFRGS.

A noção de “testemunho”, na tese, segue duas orientações teóricas. A primeira está vinculada aos princípios enunciativos, prevista, no quadro formal de *O aparelho formal da Enunciação*, de 1970. Isso ocorre, tendo em vista que Émile Benveniste defende a enunciação como ato individual pelo qual o locutor apropria-se da língua para transformá-la em discurso. Desse modo, a palavra “testemunho” percorrerá a interpretação de *realização individual de língua*.

O segundo direcionamento para o termo tem origens em discussões filosóficas de Agamben (2008). O filósofo italiano é herdeiro do pensamento de Benveniste e compreende “testemunho” como um processo constituído de dois campos, o da *subjetivação* e o da *dessubjetivação*. A *subjetivação* é o ato do acontecimento da palavra, ou seja, o ato de dizer *eu, instância do discurso*. Desse modo, o termo é compreendido como a marca do lugar do “eu” na enunciação. E a *dessubjetivação* é compreendida como o esvaziamento do indivíduo

¹ O Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas – 2012 – é elaborado pela Comissão Permanente de Seleção – (COPERSE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por meio da publicação do Edital nº 09, de dezembro de 2011. Esse está em conformidade com a Decisão 1342007, do Conselho Consultivo Universitário – CONSUN, e é uma parte do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. O documento oficial torna público o processo seletivo e o oferecimento de dez vagas nos cursos de graduação da UFRGS, exclusivamente, para estudantes de diferentes etnias do território nacional, para o primeiro semestre de 2012. Para o ato de inscrição, o estudante indígena precisa comprovar a etnia, apresentando toda a documentação exigida no Edital, inclusive o documento de identificação emitido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foto atual e duas declarações distintas. As declarações seguem, no anexo ao Edital, em dois modelos distintos, a *autodeclaração* e a *declaração de residência, na comunidade indígena*.

real, para que ele possa se tornar sujeito da enunciação. É na instância do discurso que o “eu” será constituído e só existe nele (AGAMBEN, 2008, p. 120).

Antes, porém, de prosseguirmos mais atentamente essa questão da pesquisa, antecipamos dois questionamentos pertinentes: por que elegemos tal temática? Quais são as nossas aproximações com as questões que envolvem os testemunhos escritos, em língua portuguesa, produzidos por estudantes indígenas, na Prova de Redação do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas 2012/COPERSE – UFRGS²? As respostas exigem de nós a tessitura de momentos que antecedem a escolha do objeto de pesquisa e de percursos definidos para a tese.

Reportamo-nos, primeiramente, à ação da tecelã³, no conto *A moça tecelã*, de Marina Colasanti (2000), no que diz respeito ao manuseio de fios de diferentes cores, texturas e ao ordenamento dos fios no tear. Em especial, referimo-nos à habilidade no tear e aos movimentos empreendidos pela lançadeira ao jogar os fios em movimentos repetitivos. É no ir e vir, para frente e para trás, por meio dos grandes dentes do tear que a trama é desenvolvida. Encanta-nos tal atividade executada pela personagem feminina que, ao dar forma e sentido a cada uma das cenas, compõe toda a trama no conto. Desejamos desenvolver tais habilidades de tecelã para que possamos seguir na elaboração da significação. É um desafio que precisamos enfrentar.

Iniciamos, então, com a apresentação de fios que estão no plano de fundo, já que eles compõem momentos secundários que dão origem aos nossos próprios testemunhos. Afinal, nós falamos algo sobre os fatos vividos, tendo em vista que isso identifica o nosso lugar de analista em relação ao objeto da pesquisa.

² Para otimizar o uso da expressão a partir de agora, na tese, utilizaremos da expressão “Vestibular para Estudantes Indígenas - 2012/COPERSE – UFRGS”.

³ A figura da tecelã tem origem na mitologia grega. Denominadas de Moiras (grego antigo Μοῖραι) refere-se a três personagens femininas, filhas de Moro (Zeus) e Nix (Themis), que têm a missão de determinar o destino de deuses e humanos. Elas são as *filhas do destino* e cada uma delas tem um nome e uma função específica a cumprir. A primeira é Cloto (Κλωθώ; *klothó*) que em grego significa "fiar", ela segura o fuso e tece o fio da vida, sendo responsável pelo nascimento. A segunda deusa é Láquesis (Λάχεσις; *láchesis*) que significa "sortear". Esta puxa, enrola o fio tecido e sorteia o quinhão de atribuições, boas ou más, na vida de cada indivíduo, utilizando a Roda da Fortuna. A terceira mulher é Átropos (Ἄτροπος; *átropos*) que significa "afastar", ela corta o fio da vida e determina o fim da vida. Esse mito grego foi herdado pelos romanos, passou a ser chamado de Parcas e influenciavam no destino somente dos homens, representadas também por três personagens femininas receberam o nome de Nona, Décima e Morta. Os poetas utilizam as figuras mitológicas, na *Ilíada*, as Parcas estão acima de Zeus, assume o poder da lei por determinar o destino. Na obra, *Odisseia*, as tecelãs eram as fiandeiras responsáveis por regerem o nascimento, a vida e a morte. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moiras>, acessado em 11 de agosto de 2014. Para a tese, reportamo-nos a personagem tecelã de Colasanti por causa da ação em tecer o destino, o qual dependendo dos movimentos do tear tem-se o poder, ou não em alterar as cenas. A segunda interpretação que associamos ao percurso está no fato do processo criativo na tessitura do discurso.

Concebemos que o lugar de analista da linguagem significa, à luz do pensamento de Benveniste, *entrar na língua(gem)*. Para o linguista sírio, naturalizado francês, o analista de fatos linguísticos não segue uma metodologia definida de antemão. A sugestão benvenistiana é que o analista siga o percurso inverso ao do *locutor analisável*. (BENVENISTE, 1995, p. 140).

Que *caminho inverso* é esse? Defendemos a partir de leituras dos estudos benvenistianos, que a *entrada do linguista* decorre de observações em diferentes momentos. No nosso caso, vem da compreensão de que o lugar de observador que é construído ao longo de um determinado tempo e em circunstâncias distintas de interlocução. Assim, antes de nos lançarmos à delimitação do ponto de vista da investigação, de discussões teóricas e de procedimentos metodológicos, *caminho inverso*, para o uso da língua(gem) foco dessa tese esclarecemos a respeito de nossas aproximações com o tema.

Elas têm origens em três momentos que relatam as experiências de linguagem, sobre a perspectiva de quem lida com a interlocução, no ensino da língua portuguesa para alunos indígenas. As duas primeiras dizem respeito às questões de atuação profissional, na disciplina de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano no Ensino Fundamental em uma escola indígena. E, depois, com o ingresso por concurso público, no Ensino Superior. Assim, a partir de 1999, dedicamo-nos à formação de professores, na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). O terceiro momento a ser descrito, relaciona-se, mais propriamente, à formação acadêmica recebida em nível de doutorado, na linha de pesquisa Teorias do Texto e do Discurso⁴, do PPG-Let⁵, por ocasião do ingresso no Dinter “Novas Fronteiras” em Letras⁶, entre a UFRGS e a UEMS.

Apresentemos, pois, o primeiro momento: ele correspondente ao período de 1993 a 1999, em que nos vemos recém-formada em Letras, aprovada no concurso público e assumindo aulas, em escolas, localizadas nas aldeias indígenas (Ipegue e Bananal), mais

⁴ A linha de pesquisa Teorias do Texto e do Discurso, no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-Let), da UFRGS, segue por uma das vertentes da Linguística moderna, a da Enunciação. Essa subárea é responsável por apresenta disciplinas que se dedicam ao estudo epistemológico da Linguística moderna, da Introdução às Teorias da Enunciação com direcionamentos, nas obras, *Problemas de Linguística Geral* - (PLG), volumes I e II, de Émile Benveniste e demais linguistas herdeiros. Propõe leituras dos seguidores do pensamento, na França e no Brasil, e evidencia questões interdisciplinares com a Filosofia, a Psicanálise, a Literatura e demais áreas de interesse.

⁵ Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶ O projeto Dinter em Letras “Novas Fronteiras” tem por missão alargar por meio da capacitação de docentes efetivos, em exercício de suas funções de docência, a formação em nível de doutorado. É específico para aquelas regiões do território brasileiro em que não há programas de Pós-Graduação e/ou grupos de pesquisa. O Programa Dinter em Letras foi celebrado por meio de convênio, entre o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-Let) da UFRGS e a UEMS, com a autorização e financiamento da Capes para o período de 2010 a 2014.

especificamente, na reserva indígena⁷ de Taunay, Aquidauana – MS⁸. O diferencial é que não somos indígenas, não falamos a língua terena, e, de modo especial, não havíamos sido preparada, ao longo do curso graduação em Letras, de 1989 a 1992, para oferecer um ensino de língua portuguesa voltado ao público da etnia Terena⁹. E, mais: não tínhamos, na época, a menor noção do que seria um ensino de língua portuguesa para alunos indígenas que vivenciam o ser bilíngue, no mundo.

Abrimos um espaço, aqui, para o conceito do termo bilíngue. Reconhecemos que é amplo, uma vez que há níveis e inúmeros tipos de sujeitos bilíngues no mundo. Isso gera o fenômeno denominado de bilinguismo que é a capacidade humana de fazer uso de mais de uma língua. Reportamo-nos para o fenômeno do bilinguismo nos povos indígenas. Nesse caso, a criança herda de sua comunidade a língua materna, ou a primeira língua (L₁). Por viver num contexto bilíngue, ela aprende a outra língua, no caso, a língua portuguesa, ou segunda língua (L₂). Para alguns estudiosos, não há como determinar o momento exato de aprendizagem para as línguas uma vez que ocorrem concomitantes para o falante. Em outros casos determina-se que a L₁ é a língua falada no seio familiar e essa é a língua portuguesa, por isso, denominada de primeira língua, ou língua materna. Mesmo para esses casos tem-se para essa L₁ marcas linguísticas da gramática internalizada da língua de herança na língua portuguesa. A língua aprendida na escola passa a ser L₂, porque é a utilizada pelos falantes em inúmeras circunstâncias externas de uso da escrita, ou da língua culta, por exemplo, na escola, na igreja, no comércio, e outros locais. As relações de uso são estabelecidas pelos falantes entre as duas línguas, ou mais, de acordo com as necessidades comunicacionais de cada comunidade. (cf. MAHER, 2007, p. 73). A criança indígena, desde muito cedo, passa a distinguir a respeito das circunstâncias de uso da língua(gem) e das práticas sociais envolvidas

⁷ Por reserva, compreende-se a demarcação de áreas de ocupação dos povos Terena, em MS. Ela foi incentivada por Rondon, no período de 1904/1905. A reserva indígena, localizada no Distrito de Taunay, é uma das mais antigas, porque congrega as aldeias Bananal, Ipegue, Lagoinha, Água Branca, e outras.

⁸ A reserva indígena Terena faz parte do Distrito de Taunay. Está localizada a 55 km de distância do município de Aquidauana e a uma distância de 141 km da capital Campo Grande. Taunay situa-se na latitude: -20.272928 e na longitude: -56.073045. Disponível em: www.distanciaentrecidades.com.br. Acessado em 03 de set. de 2014.

⁹ Os Terena pertencem à etnia Guaná e à família linguística Aruak. A língua é a terena. O maior número de índios Terena habita áreas descontínuas localizadas, no estado de Mato Grosso do Sul, nos municípios de Anastácio, Aquidauana, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, Sidrolândia, Campo Grande, Rochedo e Dourados. Além desses locais, alguns grupos dessa mesma etnia foram identificados, em 2005, ocupando áreas nos municípios de Avaí e Braúna, em São Paulo. Algumas famílias buscaram a região de Rondonópolis, numa localidade próxima ao Parque Indígena do Xingu, no estado de Mato Grosso. (NINCAO, 2008, p.29). A título de informação sobre os povos Terena, os dados do Censo Demográfico de 2010, IBGE, informam que é a quinta maior etnia indígena, no Brasil, com um total de 28.845 mil habitantes, e que destes, 19.219 mil índios encontram-se em terras indígenas, ou reservas. Os demais 9.626 mil indígenas não estão em locais demarcados como terras indígenas. Este dado do IBGE confere aos índios Terenas o primeiro lugar, no que diz respeito, a povos indígenas fora de terras indígenas demarcadas.

entre a língua materna herdada pela etnia e a língua portuguesa. Mesmo aqueles grupos de falantes indígenas que aprenderam só a língua portuguesa, eles também são bilíngues, tendo em vista que há níveis distintos de bilinguismo para cada indivíduo, ou grupo de falantes. O que nos interessa, na tese, é pelo processo de apropriação de L₁ que insere o sujeito na significação em L₂. Guiamo-nos pelo pensamento de Benveniste (1995), ao homem é necessário compreender os processos de simbolização quando da aquisição da língua, isso significa que a interpretância se dá *na e pela* língua(gem) por meio da sua natureza convencional, tendo em vista: “[...] a linguagem que ensina a própria definição de homem [...]” (BENVENISTE, 1995, p. 285). Por isso, consideramos o sujeito como a origem da linguagem, posto que ele liga-se aos demais elementos da língua(gem) e da cultura/sociedade.

Retomamos a discussão da nossa prática no passado, naquele, momento aliávamos a ausência de formação diversificada, principalmente, para as questões de diversidade linguística à obediência ao cumprimento dos conteúdos listados para a disciplina de Português previsto para o Ensino Fundamental, direcionados aos alunos não indígenas de escolas públicas. Isso era algo contraditório para a realidade das escolas indígenas, visto que a Constituição Federal de 1988, no artigo 210, 2º parágrafo, já concedia o direito às comunidades indígenas o respeito ao uso da língua materna e aos processos próprios de aprendizagem. Na época, no município de Aquidauana-MS, não dispunha de capacitação adequada aos professores das áreas de Letras que discutisse a questão do bilinguismo, tampouco havia a oferta de um curso em língua terena, ou mesmo, sobre os saberes dos processos próprios de aprendizagem relacionados à etnia. Resumindo, seguíamos, em sala de aula, na contramão do que dispunha a Constituição quanto ao ensino de Língua Portuguesa voltada à realidade bilíngue e aos procedimentos específicos de aprendizagem das comunidades indígenas.

Procedíamos com conhecimento muito insignificante a respeito de usos que os alunos indígenas faziam das línguas e o como se dava a passagem entre a apropriação das línguas, durante, as aulas. No entanto, os nossos olhares passaram a identificar nas marcas linguísticas deixadas pelos alunos indígenas em textos produzidos em língua portuguesa escrita alguns fenômenos específicos. Eles apontavam para uma regularidade nos “erros” cometidos que se mostravam únicos e específicos de cada produtor. Compreendidos em conjunto, os textos apresentam a realidade específica do indígena em se colocar no texto escrito em língua portuguesa, que é distinta da escrita de alunos falantes não indígenas.

Numa primeira hipótese, acreditávamos que algumas dessas causas detectadas como “erros” nas redações produzidas eram oriundas da tradição linguística das comunidades indígenas centradas mais no uso da comunicação oral do que na escrita. A questão de ser bilíngue. Além disso, havia o uso da variedade coloquial da língua portuguesa pelo indígena. Considerávamos esses fatos como sendo algo preocupante, ou mesmo, negativos, quando na verdade não os são. O fato é que, na aldeia, a comunicação entre os falantes não se dá, majoritariamente, pela modalidade escrita, porque os falantes, no interior das aldeias, não concebem, no cotidiano, a escrita como necessidade. A escrita da língua, no caso, da língua portuguesa, nas comunidades indígenas, é exigida, na maioria dos casos, em situações muito específicas da cultura não indígena. Com isso, a escrita para os povos ameríndios, em alguns casos, restringe-se à escola, ou fora da aldeia, em situações oficiais, como na realização de concurso público, vestibulares, ou outras situações. A consequência é a circulação mínima de material escrito em línguas (terena ou portuguesa) na aldeia.

A outra causa identificada por nós, ligava-se, também, às questões de ordem histórico-cultural, tendo em vista que muitas tribos indígenas são ágrafas. Além disso, não tínhamos aprofundamento linguístico específico a respeito de questões que emergiam no dia a dia da sala de aula. Entretanto, ansiosos por resolvermos a situação da escolarização dos alunos do Ensino Fundamental na aldeia, realizávamos atividades de incentivo à leitura e de acesso ao material escrito em língua portuguesa aos alunos Terena. Acreditávamos que era necessário o acesso ao material escrito na língua e às atividades de leitura, uma vez que isso não acontecia de maneira efetiva. Julgávamos como primordiais a idealização de projetos e atividades direcionadas à leitura e à escrita em Português em todas as séries do Ensino Fundamental. Com isso, pensávamos resolver parte do problema.

Resumindo, supervalorizávamos a escrita em língua portuguesa, por empreender ações de maior peso nessa língua. Reconheceríamos, só mais tarde, que as atividades de leitura e escrita de L2 não eram específicas à diversidade linguística das comunidades indígenas em contexto de bilinguismo, por não reconhecermos sequer a presença da língua terena, tão marcante na oralidade, e por não pesquisarmos soluções para as questões inerentes ao ensino de língua portuguesa, por falantes bilíngues.

Compreendíamos muito pouco a respeito do caminho percorrido pelos alunos terena, na escola, quando da passagem da fala, em língua portuguesa, à escrita de textos na mesma língua. Faltava-nos, naquele momento inicial, aquilo que Benveniste (2006, p. 8) assevera para questões de língua, homem e sociedade: é preciso desenvolver a “[...] capacidade de

abstração e de generalização para começar a entrever os desenvolvimentos de que o homem é sede [...]”. Enfim, não sabíamos pensar em soluções que contemplassem o quadro das experiências de língua(gem) de sujeitos bilíngues, em contextos de escolarização para comunidades indígenas para a realidade que estava diante de nós.

Além do exposto, tecemos outra cena para o pano de fundo desta tese. Essa relata o desafio em ministrar aulas nas disciplinas de Leitura e Produção Textual e de Língua Portuguesa, na UEMS, no curso de Letras. Nos primeiros anos de formação, as turmas, no Curso de Letras, Unidade de Jardim, eram exclusivamente constituídas por alunos não indígenas, tendo em vista que raros eram os alunos indígenas que conseguiam aprovação no vestibular. Era muito difícil para o estudante indígena ocupar uma vaga nos cursos de graduação. No entanto, não demorou muito para que os líderes indígenas reivindicassem a efetivação dos direitos adquiridos, por meio de políticas de inclusão e de acesso ao Ensino Superior aos jovens indígenas no Brasil.

Nesse contexto, a partir de 2000, em MS, surgem as iniciativas emergenciais do acesso ao Ensino Superior aos povos indígenas e comunidades afrodescendentes eram reflexos tardios da promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Por questão de efetivação, o Estado e os municípios, com o auxílio de algumas Universidades, passaram não só à elaboração e à adequação de leis, mas também, à efetivação de ações. Era imprescindível, por meio de projetos, garantir o acesso dos jovens indígenas ao Ensino Superior.

A UEMS, ao final da década de 90, conduziu o processo por dois caminhos. Em 2011, proveu a implantação da primeira turma de alunos indígenas aprovados para o curso de graduação, Normal Superior para Professores Indígenas (CNSI)¹⁰, e depois com a implantação das cotas para indígenas e afrodescendentes em cumprimento da Lei Estadual 2.589, de 26 de

¹⁰ O Curso Normal Superior – CNS foi implantado pela UEMS, em 1999, tinha por público alvo professores das escolas públicas, preferencialmente, municipais e/ou estaduais que atuavam nas séries iniciais, do ensino fundamental atendendo a necessidade em capacitar profissionais e atendimento às exigências, no que dispunha a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE, nº1, de 30/09/1999), do país. Para ofertar o Curso Normal Superior para Professores Indígenas, a UEMS utilizou-se o que estava disposto como direito, no artigo 8º da mesma Resolução nº1 que cria as escolas e processos educacionais diferenciados aos povos indígenas. Em 2001, a UEMS ofertou a primeira turma do CNS para Professores Indígenas, em Aquidauana, para índios de diferentes etnias (Terena, Kadiwéu e outros) de MS. A segunda em Amambaí para índios da etnia Guarani (Nhandeva e Kaiowá). Em 2002, em atendimento a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) e por orientação do Conselho Regional de Educação (CREMS), a UEMS altera o Projeto Pedagógico do CNS, elaborando o PP específico. Com isso, o curso recebeu o nome de Curso de Graduação Normal Superior Indígena - CNSI, com habilitação em magistério na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e gestação escolar. (NINCAO, 2008, p. 45-47). Após a oferta dessas duas turmas do CNSI, a UEMS não ofertou mais nenhuma outra, porque a Instituição aderiu à reserva de 20% das vagas de todos os seus cursos oferecidos ao regime de cotas para negros e indígenas, em obediência a Lei Estadual 2.589, de 26/12/2002 que dispunha sobre a implantação do regime de cotas a partir do ano letivo de 2003.

dezembro de 2012. Para a primeira fase, em 2011, fomos convidados a assumir, além das nossas aulas no Curso de Letras, Unidade de Jardim, as aulas no CNSI. Essa experiência proporcionou-nos a prática de diálogo da experiência de língua(gem) vivida por indígenas, nos níveis Fundamental e Médio, até chegar ao Ensino Superior. Destacamos fragmentos retirados do *corpus das materialidades* da tese que muito se aproximam do que, na época, ouvimos como testemunhos:

- 1 – Com a decorrência desse fato, em 1997 ingressei-me na escola, muitas dificuldade venho a mim, pois, em casa só falava e se comunicava em língua kaingang, a nossa língua materna [...]. (RED¹¹ 004)
- 2 – A parte do colégio foi difícil, português sempre era um problema, sempre um pouco atrás de seus colegas de classe, mas trabalhando duro para aprender todas as regras que, a cada dia que passava aparecia mais, [...] (RED 049).

Por meio de testemunhos, exemplificados em 1 e 2, é que tomamos consciência da gravidade a respeito das dificuldades linguísticas e interculturais enfrentadas por conta da apropriação da língua portuguesa escrita. Elas eram frutos de muitos dos nossos processos de interlocução, durante as aulas de língua portuguesa centradas em regras e normas da gramática da língua. Emergiram, naquele momento, inquietações e desconfortos, decorrentes de diálogos entre o “eu” e o “tu”. Atentamo-nos, ainda que de maneira muito elementar, ao ato único e individual de cada locutor em simbolizar por meio da apropriação da língua(gem) na escrita. Mesmo após esse período de docência no CNSI, a nossa proximidade com os estudantes indígenas, no curso de Letras, na UEMS, Unidade de Jardim, continuou por causa do ingresso de indígenas pelas cotas. Assim, muitos estudantes passaram a ocupar uma vaga em cursos universitários, isso é uma realidade mais frequente em todas as IES do país.

Desse modo, os desafios persistem para nós, professores não índios, visto que temos que ler textos produzidos por locutores indígenas. Seduz-nos a relação entre as categorias de pessoa, o “eu” e o “tu”, por meio da alocação, ou seja, a troca de informações e de experiências do uso da língua viva, em sociedade, e da reversibilidade que instaura a subjetividade na linguagem, algo muitas vezes difícil de explicar e de discorrer a respeito das inúmeras veredas que se apresentam aos não indígenas.

¹¹ A sigla RED será utilizada sempre ao final de cada testemunho – referindo-se à palavra “redação” que compõe o *corpus* disponibilizado pela COPERSE/UFRGS para a tese. O número de segue logo após a sigla (RED) corresponde ao que está na redação original. Desse modo, mantivemos por opção a mesma numeração utilizada pela própria Comissão do Vestibular.

Acreditamos que tudo isso já sinalizava para o interesse de um estudo de base enunciativa. No entanto, barreiras estabeleceram-se. Não havia, em MS, programas de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Letras, ou mesmo linhas de pesquisa que nos orientassem às discussões pertinentes à leitura de textos produzidos por alunos indígenas. Era preciso sair do Estado e ir para a região sudeste do país, onde as linhas de pesquisa nas áreas clássicas da Fonética, Fonologia; Morfologia; Lexicologia e outras áreas estavam consolidadas. Outras áreas de pesquisas surgiam, tais como: a Linguística Textual, a Semiótica, a Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, e outras. Para essas linhas mais recentes, grupos de estudos e publicações emergiam com abordagens voltadas às investigações linguísticas dos povos indígenas.

Na época, cumríamos o estágio obrigatório de docência, no período de 1999 a 2001, na UEMS, fato que nos impediu de gozar de qualquer tipo de afastamento. A situação agravava-se, ainda mais, visto que a Instituição não dispunha de uma normatização aprovada voltada ao Programa de Capacitação para Docentes que permitisse o afastamento integral do professor para estudos. A saída encontrada foi a da capacitação em exercício, sem afastamento das atividades de docência, para o ingresso, no Programa de Mestrado, em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, *campus* de Três Lagoas, pela UFMS¹². Dedicamo-nos, assim, ao mestrado, com a produção da dissertação, “*As estratégias de preenchimento*” nas redações do Vestibular de Inverno da UFMS¹³, fruto de discussões em duas áreas: a Linguística Textual e a Análise de Discurso de linha francesa.

Assim, é no tear, no ir e vir, que destacamos o terceiro momento. Ele surge do nosso ingresso no Programa Dinter em Letras, com parceria entre UFRGS e UEMS. A opção pela linha de pesquisa Teorias do Texto e do Discurso foi algo consciente de nossa parte, porque tínhamos outras opções tais como a Aquisição da Linguagem, ou a Linguagem no Contexto Social. Entretanto, lançamo-nos à Linguística da Enunciação, mesmo sabendo das nossas limitações teóricas.

Ressurgiram ideias embrionárias e fragmentadas que revelavam o total desconhecimento das leituras mínimas exigidas para as Teorias da Enunciação. Para nossa alegria, algumas dessas foram aceitas de imediato pelo nosso orientador. No entanto, a

¹² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

¹³ A temática central da dissertação volta-se às discussões de identificação dos diferentes tipos de estratégias de preenchimento utilizadas pelos candidatos na produção da redação da UFMS e os efeitos de sentido na tessitura. A dissertação foi defendida, em 2002, para o Programa de Mestrado em Letras – Área de Concentração: Estudos Linguísticos – da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas - MS, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Glaucia Muniz Proença Lara.

aceitação era condicionada ao percurso teórico. Assim, mergulhamos em leituras e cumprimos todos os créditos exigidos. E, ainda, dedicamo-nos às práticas docentes da professora Dr^a. Magali Lopes Endruweit e do professor Dr. Valdir Flores do Nascimento, em disciplinas de Leitura e Produção Textual e de Língua Portuguesa direcionadas aos acadêmicos do Curso de Letras, bacharelado: Português/Francês, da UFRGS. As aulas voltam-se à leitura de princípios saussurianos e à prática pedagógica de estudo da significação por caminhos da Teoria da Enunciação de Benveniste, momento de aplicação dos conhecimentos teóricos. Contra nós, a nossa incrível dificuldade em transpor para escrita às discussões produzidas na oralidade, fenômeno esse quase intransponível, porque é algo que de imediato salta aos olhos do leitor. Tentamos evitá-los, mas somos traídas, pois os “erros” mostram-se na trama do tecido da nossa tese.

A nossa permanência no Programa Dinter, na linha de pesquisa Teorias do Texto e do Discurso, exigiu a definição de que é *na e pela* língua(gem) que o sujeito compreende e interpreta a sociedade em que vive. Essa ideia alia-se aos momentos secundários vividos por nós, já que desejamos o ângulo da perspectiva de analista, o qual realiza o *percurso inverso ao do locutor*.

Para a escolha do *corpus de pesquisa*, na tese, foi necessário outro percurso, considerando a distância que separava a nossa atuação entre o Ensino Fundamental nas escolas indígenas localizadas na reserva indígena de Taunay – Aquidauana – MS, e o presente momento do doutorado. Outro agravante estava na indisponibilidade de material produzido pelos acadêmicos indígenas do Curso Normal Superior Indígena – UEMS, em 2001. Precisávamos de um *corpus de pesquisa* para que pudéssemos problematizar, a partir de um *ponto de vista*, o objeto, seguindo a tanto presente proposição saussuriana. Eis que surge a ideia de termos acesso às redações produzidas por estudantes indígenas, na Prova de Redação para Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE – UFRGS. Avaliamos isso como algo pertinente e enumeramos alguns argumentos que nos conduziram a seguir por esse caminho:

- 1) é possível abordar a questão do testemunho, mesmo não fechando numa só etnia visto que as análises enunciativas visam o ato único e singular que é a enunciação escrita em língua portuguesa, pelos indígenas, na Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/UFRGS;
- 2) é pertinente a análise da situação de interlocução entre a equipe elaboradora, por meio da proposta da Prova de Redação, e o locutor, estudante indígena. A situação

enunciativa da Prova de Redação é um jogo, no qual as relações interlocutivas são reproduzidas;

- 3) é viável definir *o corpus de pesquisa* com vistas a realizar as análises dos procedimentos enunciativos utilizados pelos sujeitos no discurso.

Interessam-nos os fios dispostos na experiência de linguagem dos *povos ameríndios*¹⁴, visto que, desde muito cedo, a criança está em meio a línguas e a culturas distintas. Ao adquirir as línguas, o homem é capaz de construir de testemunhos, posto que o homem busca construir sentidos. Para isso, ele faz uso de combinações possíveis que são permitidas pelo próprio sistema. Cada vez que comunica com o outro, em sociedade, por meio de frases individuais e únicas, atualiza a língua. Isso é o que faz a diferença, pois por mais que o homem já tenha adquirido o sistema de uma determinada língua, sempre haverá algo inédito. Afinal, o que interessa na semantização é a língua que o homem fabrica: “[...] a organização do conjunto completo, o arranjo original, então, cujo modelo não pode ter sido dado diretamente, que o indivíduo fabrica” (BENVENISTE 2006, p. 18-19). Essa fabricação de que discute Benveniste corresponde aos usos, às escolhas e ao preenchimento de objetos novos na frase, construindo, assim, a significação.

Destarte, nossa tese pertence ao campo epistemológico da Linguística da Enunciação e, por isso, trilha seu próprio modo de leitura das produções escritas no jogo interlocutivo da Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/UFRGS. Consideramos como hipótese inicial o fato de as produções escritas por estudantes indígenas terem um modo distinto de escrita, por conta do lugar de fala ocupado pelo sujeito ao fazer como uso do *emprego da língua* e do funcionamento de mecanismos da enunciação advindos da passagem do semiótico ao semântico da língua portuguesa escrita (L2). Esclarecemos que a opção pela temática da pesquisa e pelo campo epistemológico são fios dispostos no tear por nós. Elas nos fazem parar e ouvir a respeito do ser homem pelas experiências de língua(gem) quando dão testemunhos.

Para esta tese – *A experiência na e pela língua(gem) em testemunhos de povos ameríndios: a instauração de lugares enunciativos* –, optamos teoricamente pelo quadro da enunciação, centrada no “ato de tomada da palavra”, que envolve o processo de “inserção dos sujeitos na língua” (BENVENISTE 2006, p. 83). Elegemos esse ponto de vista para o nosso

¹⁴ Optamos pela expressão *povos ameríndios*, com isso seguimos a orientação do etnólogo brasileiro, Castro (1996). O termo segue por duas orientações, a mais abrangente, “povos ameríndios”, diz respeito às diferentes etnias indígenas que ocupam as extensões geográficas das três Américas. De modo mais específico, na nossa tese, a palavra seguirá para às diferentes etnias que habitam a extensão geográfica da América do Sul.

trabalho porque, com ele, pensamos investigar as experiências de língua(gem) como ato único e individual instaurado na enunciação que é construída pelo locutor. No que diz respeito à condição de apropriação¹⁵ da língua do outro – que, no caso das culturas dos povos ameríndios, está ligada às línguas não indígenas – o locutor com ela se relaciona em diferentes momentos de aquisição linguística.

Por fim, motiva-nos investigar a respeito do sujeito que emerge na enunciação escrita, em língua portuguesa, considerando para isso o momento específico que é a produção da Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/UFRGS.

Para isso, buscamos na *análise translinguística* de testemunhos produzidos por indígenas no processo seletivo, reconstruir os percursos que implicam a dimensão enunciativa de constituição de um lugar de fala por meio da escrita. Acreditamos, assim, que a Teoria da Enunciação possa contribuir para a compreensão da passagem da fala à escrita quando do ato singular do sujeito de “[...] colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização [...]” (BENVENISTE, 2006, p. 82), no caso, a situação comunicativa muito específica para sujeitos oriundos de línguas e culturas distintas.

Nesse sentido, desejamos compreender os lugares distintos ocupados por sujeitos que dão testemunhos da passagem da língua falada à escrita. É nessa passagem que se marcam subjetivamente na enunciação, a respeito de suas experiências vividas, quando da apropriação da língua(gem) e da cultura. Isso nos impulsiona a elucidar alguns problemas que dizem respeito à pesquisa:

1) Quais as singularidades que marcam a comunicação entre o “eu” e o “tu”, em situações comunicativas de uso da língua portuguesa, escrita pelo locutor indígena, na Prova de Redação - Vestibular para Estudantes Indígenas - 2012/UFRGS? Que sujeito é esse que emerge no discurso escrito em Língua Portuguesa, considerando que ocupam lugares de enunciação em relação a si mesmo e ao outro? Quais os *vestígios* e as *referências* que surgem do jogo de interlocução (eu-tu/ele) em testemunhos de experiência *na* e *pela* linguagem para homem e para cultura?

¹⁵ No *Dicionário de Linguística da Enunciação*, Flores et al., (2009, p. 49), o termo *apropriação*, s.f., tem por definição “processo de uso da língua pelo sujeito por meio de sua enunciação.”. Compreendemos que o processo de *apropriação* é o ato individual do locutor, quando da tomada integral da língua, sistema, pelo locutor. É preciso lembrar que o termo, na obra de Benveniste, assim como os demais, recebe variações para cada estudo benvenistiano do PLG I e II. Em especial no *O aparelho formal da Enunciação*, o termo diz respeito ao processo constitutivo da enunciação, em relação à língua. A palavra “apropriação” comporta o princípio constitutivo da enunciação que é a “[...] ação de tornar [algo] próprio a um uso”. (FLORES, 2013, p. 173). Nesta tese, o termo “apropriação” é compreendido pela via da semantização da língua falada à língua portuguesa escrita quando a aquisição.

2) Em que medida as categorias enunciativas podem, ou não, marcar diferentes lugares de fala para esse interlocutor (lugares de resistência, lugares de poder etc.) em testemunhos de língua(gem) para os povos ameríndios?

Propomos, então, os seguintes objetivos específicos para a presente pesquisa:

a) descrever, a partir da análise de relatos escritos, as referências constitutivas da apropriação da língua portuguesa escrita vividas por índios;

b) analisar as marcas de personalidade, de espacialidade e de temporalidade construídas pelo locutor como forma de identificar lugares sociais distintos produzidos nas enunciações desses locutores;

c) desenvolver um referencial teórico-metodológico de base enunciativa que permita analisar as relações de interlocução construídas em enunciações escritas em língua portuguesa por locutores indígenas em processo de escolarização.

Para fins de organização da tessitura da tese, apresentamos, a seguir, os três capítulos que a constituem. Eles validam a interpretação dos estudos benvenistianos e norteiam a construção dos pressupostos teórico-metodológicos a serem aplicados, nas análises *translinguísticas* dos testemunhos de experiências de língua(gem) que foram recordados das redações produzidas pelos locutores indígenas. Apresentamos um breve resumo dos capítulos.

O primeiro, intitulado *A Linguística e as Interfaces com as Ciências*, busca desenvolver os conceitos de ciência e de objeto instaurados, primeiramente, por Ferdinand de Saussure na Linguística Moderna. Nesse Capítulo I, são estudadas as relações da ciência da linguagem com as demais ciências, em prol da compreensão dos usos que os falantes fazem dos signos linguísticos em sociedade. Saussure é o *ponto de partida* por empreender definições de ciência e de objeto para os estudos linguísticos, numa época em que tais preocupações, na área da linguagem, não eram discutidas. Com isso, inaugura o projeto de instauração da Linguística no campo do conhecimento humano. Esse projeto permite o surgimento de outro projeto, mais arrojado, o qual abre para que essa ciência discuta questões que envolvem o homem, a língua e a cultura.

Por esse percurso epistemológico, Saussure vincula a Linguística à Semiologia, segundo projeto, promovendo o não isolamento da Linguística em relação às demais ciências humanas, o que possibilitou compreender os aspectos semiológicos da língua e as relações do homem em sociedade. Ao apresentar a Semiologia, ciência que estuda as relações dos signos em sociedade, em relação à Linguística, Saussure permitiu, potencialmente, não só o

surgimento de outras Linguísticas por meio de outros campos teóricos investigativos, como, também, aproximou-a de diálogos interdisciplinares com diferentes áreas do conhecimento humano.

No segundo momento do primeiro capítulo da tese, abordamos as interfaces da Linguística e as Ciências Humanas em Benveniste¹⁶. Nesse percurso de desdobramento dos estudos linguísticos, encontramos a definição de ciência para a Linguística a partir de uma prática que se debruça sobre problematizações de ordem linguística, complexas e capazes de promover a renovação da teoria do conhecimento e estabelecer diálogos interdisciplinares sobre diferentes ângulos. Comungamos da afirmação de Benveniste (2006) de que a Linguística é uma epistemologia que contém uma teoria do conhecimento específica, porque detém aspectos do semiótico e do semântico responsáveis pela construção da significação a partir não da Semiótica, mas de uma Linguística que segue por uma Semântica própria da frase. Essa Semântica proposta por Benveniste, na interpretação de Meschonnic (2009), é uma bandeira contrária ao posicionamento de uma visão tecnicista da linguagem e a história dos percursos da Linguística. Em segundo, ela abre para a compreensão do que seja significar a partir da língua, uma que vez compreende no discurso a realização do sentido.

Benveniste empreendeu estudos e discussões a partir de problemas linguísticos com perspectivas distintas entre a Linguística e as demais ciências do homem. Isso tudo em favor dos mistérios a serem elucidados nas distintas experiências de linguagem humana que fazem uso de instrumentos de sua realização. Com isso, o linguista francês, funda o movimento epistemológico, formado pelo conjunto de ideias produzidas em inúmeras obras e discussões, o qual é denominado de *exceção francesa*¹⁷. Esse movimento é fruto da intensa produção

¹⁶ Para a pesquisa, selecionamos da obra *Problemas de Linguística Geral* – (PLG) volume I os seguintes estudos: *A frase nominal* (1950); *Tendências recentes em Linguística Geral* (1954); *Comunicação animal e comunicação humana* (1952); *Problemas semânticos de reconstrução* (1954); *Eufemismos antigos e modernos* (1949); *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Linguística* (1963); *Saussure após meio século* (1963); *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956); *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958); *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946); *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). E do PLG volume II, optamos por selecionar as duas entrevistas: *Estruturalismo e Linguística* (1968) e *Esta linguagem que faz a história* (1968). E os seguintes estudos: *A linguagem e a experiência humana* (1965); *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968); *Difusão de um termo cultura: o latim orarium* (1969); *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970).

¹⁷ O termo terá o sentido de momento epistemológico proposto por Benveniste à Linguística. Ele é forjado em leituras de Roland Barthes (1984) e em herdeiros da nova Linguística, cujas preocupações voltam-se à Teoria da Enunciação de Benveniste com alcances em princípios antropológicos da linguagem fundados por ele. Utilizamos o termo “*exceção francesa*” em analogia a Dosse (2007), porque é ele quem utiliza pela primeira vez o termo ao reporta-se ao estilo arrojado de Benveniste. Além do estilo nada convencional, inclui-se a recepção de suas ideias para a Linguística moderna e ao conjunto das ciências humanas entre seus filhos ou herdeiros.

científica¹⁸ de Benveniste e do modo complexo de problematizar¹⁹ a respeito de diferentes temas: língua(gem), léxico, direito, política, cultura, religião, psicanálise, literatura, poesia, música, e outros.

As leituras teóricas no Capítulo I, em Benveniste e seus herdeiros, buscam tratar de diálogos interdisciplinares da Linguística de Benveniste com as demais ciências, entre elas a Filosofia, a Psicanálise, e a Antropologia. Interessam-nos, especialmente, as discussões entre a Linguística da Enunciação e o viés antropológico da linguagem. Finalmente, ainda no primeiro capítulo, fazemos encaminhamentos metodológicos para a continuidade da pesquisa, no que diz respeito às noções de cultura.

Para o segundo capítulo – *As relações entre a língua(gem), homem e a cultura como condição para o “homem na língua”* – destacamos a noção de cultura em Benveniste a partir da língua e de suas relações de interpretação que se relacionam com o homem e o mundo, algo imprescindível, à sua Linguística, uma vez que é com ela que se define o objeto de interesse do autor. Ciente de que uma das tarefas do linguista é afirmar a importância do objeto e o lugar que este ocupa no seio da *ciência geral da cultura*, Benveniste inter-relaciona aspectos da língua(gem), do homem e da cultura. Para ele, *o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura* (BENVENISTE, 1995, p. 48). Percorremos no segundo capítulo, os estudos de Benveniste, centrando na reflexão teórica em como se dão as interdições, normas e regras do dizer e do não dizer, presentes na língua(gem). Os fundamentos benvenistianos atribuídos ao *semiótico* e o *semântico* na língua são temas de reflexão nesse momento.

Enfim, as nossas atenções, no Capítulo II, voltam-se às experiências de linguagem compreendidas por Benveniste nos usos que o locutor faz da língua ao se apropriar dela, no ato da enunciação. O aprofundamento teórico do segundo capítulo tem implicações diretas com o próximo, porque contém os princípios teóricos sobre os quais nos desdobraremos com vistas à elaboração dos procedimentos teórico-metodológicos, que balizam a leitura e as análises dos testemunhos coletados para a pesquisa.

¹⁸ Em 1975, Moïfar publicou o mais completo levantamento realizado dos trabalhos publicados por Benveniste, na *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Registrou-se, com isso, um considerável volume de trabalhos científicos produzidos pelo linguista, totalizando 18 obras; 291 artigos; 300 resenhas e 34 comunicações. (FLORES, 2013, p.14).

¹⁹ A “arte de pensar” em Benveniste é tomada pela abordagem da “arte do problema”, produzida em torno de fatos de linguagem. A presença da palavra “problemas” no título da obra *Problemas de Linguística Geral* carrega o desejo de Benveniste em contribuir para “a grande problemática da linguagem” sugerida por Saussure. Outro aspecto pontual ligado ao tema, diz respeito, ao fato de que os estudos teóricos são tomados como atos de investigação únicos, cujos domínios contêm, sempre novas, questões complexas a cada novo fato pesquisado. (DESSONS, 2006, p. 10).

O terceiro capítulo, intitulado *Vestígios e referências na e pela língua da experiência humana na linguagem*, concretiza a nossa proposta de leitura para as produções escritas em exame por meio das análises *translinguísticas* do *corpus*.

O termo “vestígio” utilizado nesse capítulo tem origens no trabalho *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, de Benveniste. Nesse estudo de 1956, o linguista francês ao discorrer a respeito da questão do método de análise, na Psicanálise, reafirma as ligações diretas por meio da interlocução entre o analista e o paciente, lembrando que a reflexão epistemológica nasce do princípio: o paciente é o único que sabe o que realmente acontece, por mais que o analista deseje conhecer, somente, o paciente é quem pode dar testemunho. Desse modo, é no testemunho que o “eu” pode falar sobre si: “[...] vestígios de *todos* os acontecimentos que compõem a biografia do paciente [...]”. (BENVENISTE, 1995, p. 83). A questão do vestígio é utilizada, nesta tese, no funcionamento linguístico-enunciativo inscrito na modalidade escrita, em língua portuguesa, decorrentes da relação entre o “eu” e o “tu”, na construção do referente, nas experiências de linguagem em testemunhos de povos ameríndios. Os vestígios marcam os sentidos construídos pela experiência de linguagem, no “aqui” e no “agora”, da enunciação escrita. Isso revela a (inter)subjetividade dos sujeitos por meio da língua(gem) e os diferentes lugares enunciativos ocupados por sujeitos.

Dedicamo-nos às referências construídas pelo sujeito, essas estão no centro da enunciação e são responsáveis pela significação. Esse momento congrega dois grandes aspectos: a aplicação teórico-metodológica por meio de uma *metassemântica* e a discussão dos resultados obtidos por meio das análises do *corpus*. Demonstramos, assim, os modos distintos de significar por meio das análises dos testemunhos produzidos por índios, numa dada situação de comunicação específica que é a Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/UFRGS. Num segundo momento das análises do *corpus* de pesquisa, lançamos um olhar mais atento às relações estabelecidas entre o semiótico e o semântico que são postas nos enunciados produzidos. Elegemos a produção - RED 050 - como ato acontecimento singular que representa os demais atos enunciativos e procedemos aos recortes dos testemunhos de experiências de língua(gem) dos povos ameríndios. Voltamos, assim, à análise do *translinguístico* dos relatos produzidos por povos ameríndios.

As *Considerações Finais* apontam para importância da atenção do linguista ao desenvolvimento epistemológico da ciência, em especial à visão da Teoria da Enunciação de Benveniste, por propor fundamentos Antropológicos da Enunciação. Tudo isso amplia o

campo de atuação da própria Linguística e das demais ciências humanas, continuamente, produzindo ideias e discussões. Assim, acreditamos que a nossa tese descortina outra parte do processo pelo qual se dá a enunciação na língua. Lembrando o que diz Benveniste, em 1966, quando escreve o *Prefácio* do PLG I: ao linguista interessa a *língua viva*. E é na enunciação que o homem é capaz de viver a *experiência humana inscrita na língua*.

Capítulo I

A Linguística e as Interfaces com as Ciências

Delicado traço cor da luz que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte. (COLASANTI, 2000)

[...] o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências – Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filosofia, etc. -, que separamos claramente da Linguística, mas que, por culpa de um método incorreto, poderíamos reivindicar a linguagem como um de seus objetos. (SAUSSURE, 2006, p. 16)

[...] a primazia da linguística é claramente reconhecida. Isto não se dá absolutamente em virtude de uma superioridade intrínseca, mas simplesmente porque temos a língua como fundamento de toda vida de relação. (BENVENISTE, 2006, p. 26)

A definição de objeto é imprescindível para a constituição de uma ciência. A história do desenvolvimento do conhecimento humano elucidam-nos a respeito desse interesse, e como consequência, apresenta os princípios de instauração, no conjunto do conhecimento universal. É válido lembrar, ainda, que os percursos de elaboração dos fundamentos epistemológicos não ocorrem de forma tranquila e rápida. Ao contrário, na maioria das vezes, o objeto é forjado no conjunto de ideias já existentes que, em determinado momento, passam a ser contestadas, porque elas ainda não contemplam todas as respostas aos problemas levantados. Nesse caso, o pensamento humano percorre um longo processo de reavaliação dos percursos, por meio do embate de posicionamentos epistemológicos antagônicos, o que torna o campo fértil para a definição do objeto.

Em outros momentos, a constituição do objeto de uma ciência, não ocorre por meio de embates teóricos suscitados por pensamentos divergentes. O percurso é outro, mantém-se pela adesão ao conjunto de ideias já estabelecidas, por conhecer profundamente a própria natureza do objeto e dos fundamentos teóricos. Domina-se assim, os mecanismos necessários a conduzir a reavaliação dos percursos da ciência e das relações com outros saberes propostos por outras ciências já instauradas. A intenção nesse caso é instaurar percursos científicos inéditos contribuindo para o conhecimento humano e para as relações entre as ciências. Sendo assim, é próprio da humanidade desenvolver, continuamente, todo um processo de observação

dos fatos em torno da definição de objeto, com vistas a reavaliar os percursos epistemológicos para os diferentes tipos de saberes. É uma das necessidades do pensamento humano investigar por vários caminhos até chegar à noção mais profícua de objeto e dos percursos de uma ciência.

No universo das ciências instauradas, a Linguística é uma ciência que passou, desde suas origens, por vários percursos no início sem ter claro o seu papel. No passado, Saussure faz uma importante afirmação sobre isso. A ciência da linguagem era facilmente confundida com a Etnografia, com a Antropologia e com a Fisiologia, ou seja, com quase todas as ciências gerais²⁰ de sua época, por conta dos equívocos que defendiam e quanto ao método de observação que a realizavam. (SAUSSURE, 2006, p. 16). Na Linguística, Ferdinand de Saussure rompe com essa falta de delimitação científica entre a ciência da linguagem e as demais ciências, quando se opõe a algumas correntes de pensamento da Gramática comparada. Saussure é o *divisor de águas* para a história do conhecimento humano, porque propõe à ciência da linguagem o seu próprio objeto. Não só isso, o mestre genebrino elabora os princípios gerais da Linguística moderna e busca organizar o caos entre as ciências. Além disso, abre caminho para o surgimento de outras Linguísticas com seus fundamentos gerais.

1 – Os fios das interfaces entre a Linguística e as ciências

Separamos, para o Capítulo I, fios que dão vida por meio do “Delicado traço cor da luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte” (COLASANTI, 2000). Essas são reflexões a respeito das interfaces entre a Linguística e as ciências em momentos distintos do desenvolvimento da ciência da linguagem. Para fins de organização do percurso de discussão, nesta tese, definimos para *A Linguística e as interfaces com as Ciências Humanas* a divisão em dois grandes momentos.

Para esse primeiro momento, dedicamo-nos às discussões que estão na origem da Linguística moderna a partir dos fundamentos gerais de Saussure e, num segundo momento da tese, apresentamos a interface entre a Linguística e as demais ciências humanas sobre problematizações elaboradas, por Émile Benveniste, herdeiro dos princípios gerais da Linguística moderna. Essa reflexão está proposta, na tese, a partir do item 1.2, com o subtítulo, *Ciência das línguas e ciência da linguagem: o entrelaçamento entre as ciências*.

²⁰ Por ciências gerais, compreendem-se ciências naturais e históricas.

Voltamo-nos à Linguística moderna e às inter-relações com as ciências gerais, por meio da leitura dos fundamentos linguísticos pensados por Saussure. A gênese dos princípios norteia todo o desenvolvimento da ciência da linguagem a partir do século XX. Para esse momento, conduzimo-nos por duas fontes distintas: os *Escritos de Linguística Geral* (ELG) e o *Curso de Linguística Geral* – (CLG). Dessas fontes, recortamos passagens da *Primeira Conferência de 1891* e notas retiradas dos *Antigos Documentos*, publicados nos ELG, por Simon Bouquet e Rudolf Engler, em 1996. Do CLG, elegemos os seguintes capítulos introdutórios: *Visão Geral da História da Linguística, Matéria e Tarefa da Linguística; Suas relações com as ciências conexas e Objeto da Linguística*.

Justificamos a seleção do *corpus de pesquisa* para o primeiro momento do Capítulo I, ELG e CLG, uma vez que isso comprova o quanto Saussure problematizou, a respeito da utilidade da ciência da linguagem, longo período, e o quanto a influência das ideias defendidas por Franz Bopp e seus herdeiros, mesmo equivocadas, eram fortes. O segundo argumento está no fato de utilizarmos de fragmentos retirados da *obra clássica da Linguística moderna*, porque contém críticas saussurianas às ideias, defendidas pelos gramáticos comparatistas. Isso faz haver passagens em comuns tanto nas fontes antigas, escritas por Saussure, quanto em passagens do CLG. Para aqueles que afirmam, ou evitam o uso do CLG, *obra póstuma*, posicionamo-nos a favor do seu uso, uma vez que ela é referência para orientar por conta do alcance das ideias de Saussure²¹.

Prosseguimos com as discussões a respeito dos tipos de relações mantidas pela ciência da linguagem e as ciências *conexas*²² em Saussure, na gênese da Linguística moderna. A intenção é a de compreender os processos iniciais de inter-relação entre a ciência da linguagem e as ciências gerais.

²¹ Na esteira das justificativas, apresentamos o argumento que resume a escolha do *corpus de pesquisa*, centrado no posicionamento que é influenciado por leituras de herdeiros ilustres das ideias do mestre genebrino entre eles: Meillet, Benveniste, Jakobson, Gadet, Normand, Trabant, Fiorin, Flores, Barbisan e tantos outros linguistas que fazem uso do CLG como *ponto de partida*. Essa obra clássica contém os fundamentos gerais que conduziram a Linguística não ao mero começo, mas “um outro tipo de começo” (BENVENISTE, 2006, p. 31). As ideias de saussurianas divulgadas através dos *Cursos* oportunizaram instaurar uma “era nova na ciência da linguagem” (JAKOBSON, 1974, p. 25).

²² Por ciências *conexas* em Saussure, nessa na reflexão da tese interpretamos como inter-relações estabelecidas entre as ciências gerais (naturais e históricas) e a ciência da linguagem. Essas promoviam a interdependência da ciência da linguagem, uma vez que impedia a sua própria constituição como ciência autônoma.

1.1 – A Linguística e as relações com as ciências *conexas* em Saussure

O contexto das discussões filosóficas e linguísticas do final do século XIX e início do século XX mobilizaram diferentes estudiosos, entre eles, Saussure, a problematizar a respeito dos percursos evolutivos dos saberes e, mesmo, o conceito e a utilidade da ciência. Por uma necessidade básica de construção da definição, exigência da época, os estudiosos dedicaram-se a pensar e a questionarem os fatos de linguagem. Isso ocorreu de maneira mais específica com a ciência da linguagem empreendida por Saussure, uma vez que alguns linguistas comparatistas não compreendiam ao certo a definição de ciência e nem de objeto, a qual se dedicam a pensar. Na visão de Saussure, ter claro o papel da ciência, e mesmo, o objeto, era fundamental, visto que isso exigia *tomadas de consciência*, tanto para a definição do conceito de ciência quanto da utilidade dos procedimentos metodológicos empreendido pelos linguistas. Era preciso, pois, conduzir à ciência da linguagem à definição de seu objeto e das tarefas.

Em passagens da *Primeira Conferência na Universidade de Genebra*, proferida por Ferdinand de Saussure para a abertura dos trabalhos acadêmicos na Faculdade de Letras, em 1891, têm-se interrogações complexas direcionadas ao público presente a respeito do atual percurso da ciência da linguagem. O mestre provoca os presentes a pensar a respeito dos desdobramentos da ciência e a existência no campo. Leiamos o que nos diz Saussure, em 1891:

[...] vocês pensam seriamente que o estudo da linguagem teria necessidade, para se justificar ou para se desculpar por existir, de provar que é útil às outras ciências? Essa é uma exigência que, eu comecei por constatar, ela satisfaz largamente e talvez muito do que um grande número de ciências, mas eu não considero, admito, que essa exigência seja justificada. A que ciência se pede, como condição preliminar para existir, que se empenhe em fornecer resultados destinados a enriquecer outras ciências que se ocupam de outros objetos? (SAUSSURE, 2012, p. 127) (grifo nosso)²³

²³ Lembramos que a passagem foi retirada do ELG. Ela diz respeito à publicação da edição de Rudolf Engler e Simon Bouquet, cuja forma, é considerada, por Matsuzawa (2006), *standart*. A justificativa está nos procedimentos metodológicos realizados pelos editores Engler e Bouquet. Matsuzawa (2006, p. 1-2) assevera que, ultimamente, há uma retomada das discussões em torno de dois polos contrários: a edição *genética*, ou “diplomática” e a edição *standart*, no que diz respeito às fontes saussurianas. A edição *genética*, ou “diplomática” visa a recuperar todo o processo da escrita, sem cortes, ou alterações. Já, a edição *standart* não conserva as marcas do texto original e acaba por transformar de certa maneira o manuscrito original. Para um melhor aprofundamento indicamos o trabalho de Matsuzawa, “Edition génétique de la *Première conférence à l’Université de Genève (novembre de 1891)*”, disponível em: <http://www.revue-texto.net/1996-2007/Saussure/Saussure.html>.

As provocações saussurianas auxiliam-nos a pensar a respeito das reais condições de existência da ciência da linguagem e, até mesmo, a *prognosticar* o futuro da Linguística. Saussure desafia os interlocutores a tomarem consciência, dos caminhos percorridos pela ciência da linguagem; a respeito da natureza do objeto de cada ciência, e, em especial, à constituição da Linguística, no campo do conhecimento humano. Essa justificativa estaria centrada no fato de que a ciência da linguagem fornecia, e mesmo, compartilhava, continuamente, conhecimentos às demais ciências, cujos objetos eram de natureza distinta. Além disso, a interdependência entre as ciências impossibilitava o direito da Linguística em conceder o seu próprio objeto. Visualizamos a conexão entre as ciências, no diagrama, abaixo:

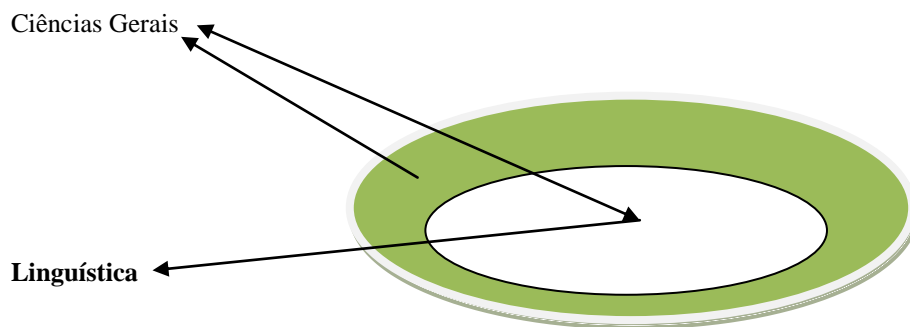


Diagrama 1 – As conexões entre as ciências gerais e a ciência da linguagem decorriam da compreensão em compartilhar o mesmo objeto, cuja natureza era distinta.

O mestre genebrino propôs aos membros da academia, na *Primeira Conferência*, a revisão dos percursos empreendidos, até então, pela ciência da linguagem. A utilidade da Linguística não poderia ser justificada por meio de conexões comuns, na época, com as ciências naturais²⁴ e com as ciências denominadas de históricas²⁵, mas, sim, pela sua própria existência. Afinal, a ciência da linguagem tinha condições de justificar a si própria e não poderia estar a serviço somente das demais ciências.

A preocupação de Saussure era a de definir o objeto da ciência da linguagem, isso implicava problematizar a respeito das ideias e dos percursos empreendidos até então pelos gramáticos comparatistas. Vejamos a seguinte passagem da *Primeira Conferência de 1891*:

²⁴ A Astrologia, a Geologia, a Física, a Química, a Botânica e outras ciências eram compreendidas como ciências naturais.

²⁵ A Filosofia, a Filologia, a Antropologia, a Psicologia Social, a Etnografia, a Fisiologia, e outras eram exemplos de ciências históricas.

Pode-se apenas pedir, a cada ciência, que aspire a se fazer reconhecer, que tenha um objeto digno de uma atenção séria, ou seja, um objeto que tenha um papel incontestável nas coisas do Universo, onde se incluem, antes de tudo, as coisas da humanidade; e a posição que se ocupará essa ciência será proporcional à importância do objeto no grande conjunto das ideias. (SAUSSURE, 2012, p. 127)

O conceito de ciência para a Linguística, em Saussure, nasce de uma postura séria a ser tomada pelo linguista, em torno do questionamento do percurso da ciência da linguagem. A pista inicial está na obtenção da noção de objeto que se liga às *coisas da humanidade*. Desse modo, o mestre genebrino pensa a definição de objeto a partir do homem. Além disso, o objeto de uma dada ciência, precisa ser idealizado a partir do lugar a ser ocupado por ele no conjunto das ideias humanas já existentes e que estão postas em relação às áreas distintas.

Ao propor o conceito de objeto, Saussure o fez num momento ímpar dos estudos linguísticos voltados à ausência de questionamentos mais profundos e no auge dos estudos da primeira fase da Gramática comparada, liderado por Franz Bopp e por demais estudiosos. Vale lembrar, e mesmo repetir, que Saussure não concordava com quase nada do que era proposto para a ciência da linguagem, muito menos para os tipos de relações estabelecidas entre as ciências da linguagem e as ciências naturais. As críticas saussurianas tinham alvo centro às ideias produzidas por Franz Bopp, Holevec, Scheleicher e outros colaboradores da primeira fase da Gramática comparada²⁶.

Destacamos algumas das ideias mais defendidas por esses estudiosos da Gramática comparada que durante longos anos mantinham os estudos da linguagem vinculados às ciências naturais:

- 1º) “A língua nasce, cresce, definha e morre, como todo ser organizado [...]” (SAUSSURE, 2012, p. 135);
- 2º) “[...] *francês, língua filha do latim, - ou do latim, língua mãe das línguas românicas*”. (SAUSSURE, 2012, p. 134);
- 3º) “[...] consideravam o desenvolvimento de duas línguas como um naturalista e o crescimento de dois vegetais.” (SAUSSURE, 2006, p. 8);
- 4º) “[...] a língua como uma esfera à parte, um quarto reino da Natureza [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 10);

Saussure era contra essas ideias difundidas pelos gramáticos comparatistas, tendo em vista o conceito de língua como algo abstrato. A língua sob o domínio da perspectiva abstrata

²⁶ Utilizamos a expressão “primeira fase da Gramática comparada” para fazermos menção aos trabalhos e ideias produzidas por Franz Bopp (1816) e por seus herdeiros. Lembramos que Saussure ao se reportar aos estudiosos não faz nenhum tipo de classificação ou identificação de “fases”.

era considerada como um elemento ligado à natureza, quase da mesma ordem que o vegetal, o mineral e o animal, o que levava a atribuir à língua a dimensão de um organismo com fases de vida bem definidas. Os fragmentos, aqui recortados dos ELG e do CLG, 1º ao 4º, são alguns dos equívocos de pensamento identificados por Saussure. Eles resumem a compreensão de língua, *organismo vivo*, resultante de uma observação superficial que não incluía o falante (homem) nas discussões linguísticas. No CLG, há ainda outras críticas produzidas pelo mestre genebrino. Essas são direcionadas aos equívocos ou erros praticados pelos estudiosos das primeiras fases da Gramática comparada. Saussure (2006, p 10) observa a ausência de sistematização nas análises produzidas pelos comparatistas, uma vez que estudiosos não se detinham em definir para a ciência o seu objeto. Isso resultava, no mais grave dos erros praticados pelos gramáticos comparatistas, o não questionamento dos percursos e de resultados dos estudos que eles empreendiam. Desse modo, não haveria como as discussões produzidas pelas relações entre a Linguística e as ciências naturais, na visão de Saussure, contribuírem para a definição de objeto para a constituição dos estudos da linguagem.

Para as relações entre a ciência da linguagem e as ciências históricas, antes mesmo de Saussure posicionar-se contrário às ideias produzidas, pela vinculação da ciência da linguagem às ciências naturais e históricas, estudiosos manifestaram-se contrários, entre eles. Gilléron foi um dos nomes da dialetologia. O fato era que por meio do caminho da reconstrução histórica realizada pelos gramáticos comparatistas, os resultados oriundos desse pensamento não davam conta das análises linguísticas. Isso ocorria, porque, na época, não havia um método específico para as análises tecidas pelos comparatistas. (BENVENISTE, 2006, p. 14).

Os estudiosos das primeiras fases da Gramática comparada, por não compreenderem a *verdadeira natureza dos fatos linguísticos* e por causa da dificuldade em atingir a *essência da linguagem*, mantinham a vinculação da ciência da linguagem aos estudos das ciências históricas, a ponto de acreditarem realmente que a Linguística era uma. Algumas observações pontuais foram tomadas como verdades pelos estudiosos da Gramática comparada:

- 1) [...] consiste em observar que não se conhece completamente um povo sem conhecer sua língua ou ter dela alguma ideia; que a língua é uma parte importante da bagagem das nações, contribuindo para caracterizar uma época, uma sociedade. (SAUSSURE, 2012, p. 131) (grifo nosso)
- 2) A presença de idiomas célticos na Gália e seu lento desaparecimento sob a influência da dominação romana constituem, por exemplo, grandes fatos históricos. (SAUSSURE, 2012, p. 131) (grifo nosso)

Saussure assevera a respeito do percurso de algumas das ideias, entre elas, os exemplos, nos fragmentos 1 e 2, nos quais o conceito de língua era algo ligado diretamente à evolução histórica da sociedade: “[...] uma parte importante da bagagem das nações, contribuindo para caracterizar uma época, uma sociedade” (SAUSSURE, 2012). Com isso, os estudos linguísticos mantinham-se na dependência das ciências históricas e os direcionamentos idealizavam o objeto da língua associado aos *atos históricos*. Essa tese surge em oposição à visão de língua, *organismo vivo*, cujo objeto era abstrato. No entanto, o equívoco de tal pensamento permanecia, uma vez que os *atos históricos* para o estudo das línguas não eram da mesma natureza que os objetos utilizados pelas ciências históricas.

Outro ponto destacado pelo mestre genebrino era que nem sempre a história da evolução das línguas estava diretamente ligada à história das sociedades. Para o mestre genebrino, as evoluções das línguas ocorriam continua e simultaneamente, a ponto de se tornarem *estados de línguas*. Isso interessava às discussões para a ordenação dos conceitos e dos percursos metodológicos para as discussões da ciência da linguagem. Ao pensar os processos evolutivos da língua, o mestre genebrino vê a necessidade de propor algo que pudesse solucionar o problema da ausência de procedimento metodológico e a inclusão do falante. Era outro ponto a ser modificado, uma vez que para o falante de uma língua, não interessava ao indivíduo os estados anteriores da língua, o mesmo serviria para o linguista que ao observar a língua, ele deveria “[...] se fazer tábua rasa de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia”. (SAUSSURE, 2006, p. 97). Isso significava não centrar as análises dos fatos linguísticos, unicamente, no estudo comparativo de línguas pelo viés diacrônico, tendo em vista que a observação de um todo não conduzia às reais análises dos fatos linguísticos.

Para argumentar contra o pensamento dos Gramáticos comparatistas, Saussure reporta-se às considerações da Gramática clássica, visto que ela considerava aspectos sincrônicos nas análises de fatos das línguas. Isso era um ponto favorável para os percursos de fundação dos princípios gerais da Linguística centrar as análises no aspecto sincrônico. (SAUSSURE, 2006, p.98). Com isso, ele instaura o percurso metodológico para a observação considerando que a *língua é um sistema*, cujas partes são solidárias em seu estado sincrônico. (op.cit., p. 102). Assim, o linguista pauta-se em observações reais dos fatos linguísticos no estado sincrônico da língua. O estudo diacrônico é o que diz respeito às evoluções, ou melhor, aos estados evolutivos da língua. Ao analisar um fato linguístico sobre a perspectiva diacrônica, o linguista terá que considerá-lo como um “[...] acontecimento que tem sua razão de ser em si mesmo” (op.cit., p. 100), que não tem explicações lógicas pautadas em leis. As evoluções

diacrônicas acontecem de forma pontual, mesmo que cada modificação, ou alteração tenha uma repercussão no sistema, elas não alteram o sistema como um todo. O mestre genebrino define a diacronia como: “[...] relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si.” (op.cit., p. 116). Ela terá por função o estudo dos *termos sucessivos*, ou seja, *substituições* que ocorrem na língua, sem que os falantes percebam e sem que haja a produção ou formação de outro sistema.

O importante para Saussure era apresentar a evolução da língua a partir de dois aspectos pontuais ao mesmo tempo: a sincronia e a diacronia. Com isso, estabelece o fazer metodológico do linguista, na sincronia, aspecto tão necessário para a instauração da ciência no campo epistemológico.

1.1.1 – Na gênese: língua, fala/discurso nos fatos humanos

O mestre genebrino delimita a língua como norma para as inúmeras manifestações da linguagem e rompe com os princípios das ciências naturais e das ciências históricas. Saussure via a necessidade de se pensar em questões de ordem metodológicas direcionadas à definição do objeto para a ciência. Assim, ao final do 3º Curso (1910-1911), eis que Saussure (2006, p. 15) novamente problematiza: “Qual é objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística?”. No entanto, dessa vez a resposta segue pela linha de pensamento, na qual distingue que a natureza do objeto da Linguística não é dada; isso faz a ciência da linguagem seguir por um percurso oposto às demais ciências existentes na sua época. Ao identificar tal fato, Saussure põe um fim na confusão quanto à concepção da natureza de objeto, o qual a Linguística irá utilizar. Assim, o objeto da ciência da linguagem será definido a partir da escolha de um determinado *ponto de vista* assumido pelo linguista. Com isso, o linguista deverá assumir tarefas, a primeira delas, diz respeito, a assumir um ponto de observação para os fatos linguísticos, denunciar os erros e dissipá-los.

Esse percurso faz com que a Linguística ocupe um lugar entre as demais ciências já existentes. Saussure organiza-a dois pontos fundamentais, o primeiro, o objeto teórico, que é a língua. O segundo é o objeto empírico que, no caso específico, é a linguagem (FIORIN, 2013, p. 99). Assim, ao eleger a língua, objeto teórico, Saussure (2006, p. 17) o faz por reconhecê-la como “[...] produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. A língua é o que torna a comunicação comum a todos, porque ela é o *produto*

social da faculdade da linguagem. Por isso, o linguista deverá observar o fato linguístico no interior de uma comunidade. O objeto a ser investigado pelo linguista surgirá a partir da escolha do *ponto de vista*, uma vez que é esse olhar que cria o objeto. É importante, também, destacar que, para essa linha de pensamento, Saussure foi influenciado pelo conceito de *língua instituição social* elaborado por William D. Whitney, em 1875. A influência de Whitney do conceito de língua abriu caminhos para outras ideias que contribuíram significativamente para o desenvolvimento de princípios da Linguística moderna. Apresentamos, pois, duas: “[...] a linguagem é *natural* no homem. Sua constituição, as condições de sua existência, seu desenvolvimento histórico [...] a linguagem é um privilégio exclusivo do homem [...]” (WHITNEY, 2010, p. 18). Essas afirmações denunciam a força do pensamento em torno do fato que o homem é o único que detém o privilégio da *constituição* por meio das *condições da aquisição* da linguagem. Whitney dedica-se a pensar a respeito do objeto para a Linguística pelo olhar da dimensão institucional da língua o que proporcionou direcionamentos substanciais.

Saussure adere ao conceito de língua proposto por Whitney, porque a questão da hereditariedade da língua entre os indivíduos permite aprofundar a compreensão de “instituição social” para língua. Leiamos o posicionamento do mestre genebrino em relação ao pensamento do linguista norte-americano:

Assim, para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto de empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas. Sem dúvida, esta tese é demasiado absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos (SAUSSURE, 2006, p. 17) (grifo nosso)

Em comum, os dois linguistas opõem-se ao pensamento utilizado por estudiosos da Gramática comparada, entre eles, Franz Bopp, que associavam a língua à pré-disposição do homem em utilizar o aparelho vocal para articular os sons como uma disposição, meramente, biológica. Seguem inicialmente pelo fundamento de que a língua vincula-se aos processos inter-humanos e sociais. Para esses, encontramos em Whitney (2010, p. 42) a seguinte afirmação: “[...] A língua adquirida é algo imposto de fora do sujeito e determina os processos e os resultados da atividade cerebral.”. Desse modo, não há como escolher, a língua *é algo é imposto de fora do sujeito*. Por isso, a hereditariedade é algo social, aprende-se a língua em sociedade. Acrescenta-se a isso a questão dos *processos e os resultados da atividade cerebral*.

No CLG, encontramos a seguinte definição de língua: “É ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 2006, p. 17). É o que permite o exercício da fala nos indivíduos e ao mesmo tempo ser compartilhável, ou seja, produto de uma *convenção social*. Aqui a questão da *convenção social* de Saussure irá, aos poucos, afastar-se de Whitney. Entretanto, é notável que o mestre genebrino adere às ideias do linguista norte-americano ao afirmar que a língua é herdada pelos membros de uma sociedade como um *tesouro*, na seguinte passagem:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (SAUSSURE, 2006, p. 21) (grifo nosso)

Para que a língua seja *tesouro depositado*, é preciso: a) ser compreendida virtualmente no cérebro de cada falante (homem); b) ser fruto da *prática da fala em todos os indivíduos* e; c) que o falante aprenda o *sistema gramatical* que é partilhado no coletivo. Os conceitos, língua e fala são *indissociáveis*. Saussure discorre que a fala reúne uma parte, não todo do sistema. Por isso, assume a responsabilidade em promover a *evolução da língua*. Essa evolução é o que faz com que o falante receba a língua como herança: “[...] é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências.” (SAUSSURE, 2006, p. 27) (grifos nossos). É compartilhando *experiências* que, aos poucos, o falante modifica os *hábitos linguísticos*. O mestre genebrino ainda destaca com ênfase essa questão quando assevera que a existência da língua só se dá pela natureza social: “[...] é mister uma *massa falante* [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 92). No entanto, Saussure propõe distinto do que Whitney já havia asseverado em sua tese, o fato está na questão de que a língua não tem a mesma relação que as demais instituições sociais que também são herdadas pelos homens. O diferencial está na tese de Saussure (2006, p. 17) ao conceber a língua como “fenômeno semiológico”.

Inserimos, aqui, um dos testemunhos produzidos por locutores indígenas quando dessa discussão saussuriana, a respeito do ouvir e do reproduzir *inúmeras experiências* de linguagem, por meio da relação língua/fala/signo linguístico, e da construção dos *hábitos linguísticos*, por relações que se estabelecem entre sistemas distintos. É claro que Saussure, ao discutir a respeito dos princípios para língua/fala/signo linguístico, mantém-se no fato da

aprendizagem do sistema pelo indivíduo, posto que o mestre genebrino dedica-se aos fundamentos da ciência.

Na esteira dessa discussão epistemológica, acreditamos que seja possível idealizarmos certas analogias entre o princípio linguístico e o testemunho do locutor (estudante indígena), RED 009, principalmente, aos percursos da tese, no que diz respeito ao *hábito linguístico* entre sistemas distintos. Esse direcionamento é importante para que possamos discorrer mais adiante sobre o que seja o colocar a língua em ação pela questão da fala:

[...] entrar em contato com algo novo [língua portuguesa], muitas vezes assusta. O medo do que possa acontecer, o nervosismo que temos no primeiro contato com alguém que fala diferente de nós [o outro fala uma língua diferente da minha], são sentimentos normais, de quem está diante de uma coisa nova [outro sistema – língua portuguesa] , totalmente diferente daquela que já conhecia. [língua materna] - (RED 009)

No testemunho recortado de RED 009, é possível detectar que a fala cumpre o seu papel ao permitir que o indivíduo entre em contato como outro, pelo uso que faz do sistema na massa de falantes. No testemunho, isso ocorre entre línguas: “entrar em contato com algo novo [...] o nervosismo que temos no primeiro contato com alguém que fala diferente de nós [...]”. Essa operação simultânea entre sistemas distintos, língua materna (L₁) e Língua Portuguesa (L₂), por meio da relação, língua e fala, nos fatos humanos é que se estabelece o *hábito linguístico* para o locutor: “diante de uma coisa nova, totalmente diferente daquela que já conhecia”. O falante domina a língua materna, com isso apresenta o *hábito linguístico* em L₁, simultaneamente, entra em contato com outro sistema distinto L₂ pela fala, na comunidade linguística. Essa realidade bilíngue permite-lhe constituir por meio do hábito linguístico ao longo do tempo pela necessidade que se tem em comunicar. É na *massa de falante* que o homem não só estabelece distinções entre sistemas como entra em contato estabelecendo oposições, e mesmo, constrói relações de abrangências entre um sistema e outro²⁷. O falante herda ao mesmo tempo os dois sistemas, porque está exposto aos sistemas ouvindo e falando em comunidade.

²⁷ O trabalho monográfico *O enunciador em língua estrangeira: uma constituição possível?* Produzido por Gomes (2011) discute a singularidade existente para o processo de apropriação da língua estrangeira (L₂), o francês, por falantes da língua portuguesa, a apropriação de L₂ ocorre pela égide de L₁. Rediscute o conceito de “erros” produzidos por esses falantes bilíngues na fala, e mesmo, na escrita, quando da passagem de um sistema ao outro. Gomes apresenta o valor da língua materna para o sujeito. Este está implícito, não há como negá-lo, porque a língua materna (L₁) é a que inscreve o sujeito no mundo. E, é por meio dela que o sujeito realiza as primeiras relações de ser no mundo. Por isso, a autora considera os impactos causados pela L₁ na L₂. A questão não está em julgá-los como bons, ou ruins, mas em compreendê-los como experiências de língua(gem), inscrita pelos princípios gerais da Linguística moderna e por questões enunciativas à luz do pensamento de Benveniste. Essa discussão muito aproxima-se da realidade dos povos ameríndios.

Aqui, reportamo-nos ao conceito saussuriano de língua como *um sistema de valores* cujas relações se estabelecem a partir de oposições que ocorrem no estado sincrônico. O conceito de língua é centrado em *diferenças*: “[...] a língua não comporta nem ideias, nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema.” (SAUSSURE, 2006, p. 139). As diferenças por meio dos signos linguísticos são reconhecidas de imediato pela realização do significante.

O falante percebe por meio de diferenças *fônicas* e *psíquicas* a existência de outra língua, lembramo-nos que para isso é preciso que exista a *massa de falantes*. Mas não é só isso. O elemento *mediador* que está entre a relação *língua e fala*, é o *signo linguístico*. Isso é apresentado no sistema a partir de uma *série de diferenças*. O signo linguístico é conceituado por Saussure pelas diferenças opositivas dos sons. Na aprendizagem da língua é que o falante percebe e reconhece os traços opositivos. Em outros casos, essas diferenças ocorrem quando o indivíduo já tem o domínio da língua e está diante de outro sistema distinto. É no uso que o falante percebe as diferenças previstas pelo signo linguístico. Apropria-se da outra língua e com isso constrói sentidos: “diante de uma coisa nova, totalmente diferente daquela que já conhecia”. Aqui, entra a questão do que seja sistema, língua, por conta das relações de valores empreendidas no signo linguístico por meio do significante e do significado:

Um sistema linguístico é uma série de diferenças de sons combinados com uma série de diferenças de ideias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é tal sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. (SAUSSURE, 2006, p. 140)

A língua é o que permite ao falante construir o *vínculo efetivo* por meio do signo linguístico e a relação entre o significante, *elementos fônicos*, e o significado, *elementos psíquicos*. Essa aprendizagem é um longo processo, demanda compreender que a constituição do signo linguístico que está naquilo que o distingue por meio da *confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento*. É no contato direto com o sistema que o indivíduo infere a respeito do fato de que o signo linguístico que é algo *puramente diferencial*.

Em outra fonte saussuriana, *Nota sobre o discurso*²⁸, ou *Nota*, encontramos a respeito da intensidade com que o mestre genebrino problematiza a respeito do *vínculo efetivo*, mais especificamente, por meio da relação língua, discurso e a ação pela qual se tem a significação. Leiamos o que escreve Saussure:

A língua só é criada em vista do discurso, mas o que é que separa o discurso da língua, ou o que é que, em certo momento, permite que a língua entre em ação como discurso?

Conceitos variados estão aí, prontos na língua (isto é, revestidos de uma forma linguística) tais como boi, lago, céu, forte, vermelho, triste, cinco, cortar, ver. Em que momento ou em virtude de que operação, de que jogo que se estabelece entre eles, de que condições formarão o DISCURSO?

A sequência dessas palavras, por rica que seja, pelas ideias que evoca, nunca indicará a um indivíduo humano que outro indivíduo, ao pronunciá-las, queira lhe significar alguma coisa. O que é preciso para que tenhamos a ideia de que se quer significar alguma coisa, empregando termos que estão à disposição na língua? É a mesma questão a de saber o que é discurso, e à primeira vista a resposta é simples: o discurso consiste, mesmo que rudimentarmente, e por caminhos que ignoramos, em afirmar um elo entre conceitos que se apresentam revestidos pela forma linguística, enquanto que a língua anteriormente não faz mais do que realizar conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre eles para que haja significação de pensamento. (SAUSSURE, 2000)

Na *Nota*, o leitor depara-se com três questionamentos dispostos em três parágrafos. Essa construção epistemológica sinaliza a respeito de afirmações complexas que pontuam algumas questões importantes. Essas são forjadas a partir de amplos debates elaborados pelo próprio Saussure, em diferentes momentos, da construção dos princípios: 1) a língua só existe por causa do discurso; 2) língua e discurso empreendem objetos distintos; 3) os signos linguísticos disponíveis na língua só ganham sentido quando postos em relação no discurso; 4) ao colocar a língua em ação por meio do discurso há que se considerar a presença do homem em sociedade. A nossa leitura segue por direcionamentos de Barbisan (2012, p. 137), visto que para o mestre genebrino a questão do empregar a língua pelo homem se dá pela fala/discurso, por conta dos signos linguísticos que estão à disposição do falante, no sistema. É na ação que se pode construir a significação, fora disso, os signos linguísticos são *conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre eles para que haja significação*. O falante

²⁸ Esclarecemos que utilizamos a *Nota* de Saussure (fonte encontrada em 1996) com a tradução de Barbisan (2012, p. 136-137). A linguista brasileira utiliza a publicação original, em francês, que compõe parte dos *Escritos de Linguística Geral* – (ELG), organizado por Simon Bouquet e Rudolf Engler, 2000. Essa nossa opção está no cuidado e atenção para a tradução do manuscrito, uma vez que a *Nota*, edição brasileira do ELG, 2002, contém uma inadequação de tradução.

tem à disposição no sistema *os conceitos isolados* esses só ganharam à significação quando posto em ação, é no ato, na língua viva, como diria Benveniste, que se tem a construção da significação.

No CLG, Saussure antecipa a necessidade de se estudar língua e fala como duas disciplinas distintas: a Linguística da língua e a Linguística da fala. Outro ponto importante destacado pelo mestre genebrino e a necessidade em optar por uma delas:

[...] é ilusório reunir sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. [...] essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente. (SAUSSURE, 2006, p. 28) (grifo nosso).

A preocupação do mestre genebrino é com o lugar da *teoria da linguagem* entre as ciências já existentes. A constatação da *bifurcação* prevê a existência de dois campos epistemológicos complexos. Saussure, ao final do 3º Curso, opta pela língua, tendo em vista o objetivo de direcionar o linguista às reais tarefas *o que ele deveria fazer* – e uma das tarefas indispensáveis para o objeto da *nova ciência* era a definição de língua a partir de uma base *semiológica*, mas não exclui a questão da fala tanto que em momentos pontuais, Saussure reconhece-a como algo essencial para conceituar a língua pelo viés semiológico e de fatos da evolução do sistema ligados aos fatos humanos. A advertência saussuriana é que o linguista defina *um ponto de vista* para que se possa compreender a respeito do fato linguístico e desvende os mistérios da linguagem humana.

A reflexão desse primeiro momento do Capítulo I permite-nos compreendermos parte das relações entre a Linguística e as demais ciências *conexas* ao longo do percurso de construção epistemológica de Saussure. As inter-relações estabelecidas entre a ciência da linguagem e as ciências *conexas* eram mantidas pela não compreensão por parte dos estudiosos da natureza do objeto da Linguística. Era preciso definir primeiro a natureza do objeto da Linguística. Por isso, Saussure pensa a esse respeito, busca a definição e propõe fundamentos. Com isso, livra a Linguística de equívocos quanto aos percursos de análise e quanto à estagnação futura e aponta para outra questão à *Semiologia*.

1.1.2 – A vinculação da Linguística à Semiologia, em prol da *Ciência Geral do Homem*

O segundo grande projeto saussuriano é a vinculação da Linguística à *Ciência Geral do Homem*, a *Semiologia*. Essa relação surge de preocupações centradas nos signos

linguísticos em sociedade, no papel do homem na construção da significação pela língua e de usos que este faz da linguagem (NORMAND 2009, p. 198). Esse projeto comporta a abertura para o campo do desenvolvimento da Linguística por meio da Semiologia. Isso permitiu a fertilidade para o campo da própria ciência e das demais ciências. Dessa maneira, Saussure deixou caminho livre para que a ciência da linguagem pudesse gerar outras Linguísticas.

Os fundamentos linguísticos da Linguística moderna contribuem para as demais ciências, principalmente, as humanas. É a oportunidade que outras ciências próximas à Linguística têm em voltar-se a ela, com o objetivo de construir os seus próprios percursos com vistas às diferentes epistemologias e em prol uma *Ciência Geral do Homem*. (NORMAND 2009, p. 199). Desse modo, o mestre genebrino iluminou com seus fundamentos gerais a Linguística moderna e as outras ciências, concedendo à Linguística a capacidade de atrair para si outras ciências compartilhem dos mesmos interesses, por meio da vinculação ao campo semiológico. Com isso, os herdeiros do pensamento saussuriano puderam usufruir da Linguística pertencente ao conjunto das ciências formam o campo epistemológico da Semiologia. Assim, a ciência não só ocupa lugar de destaque entre as ciências, mas projeta contínuos desenvolvimentos contribuindo para o surgimento de outras Linguísticas e organizando encontros entre a Linguística e outras ciências.

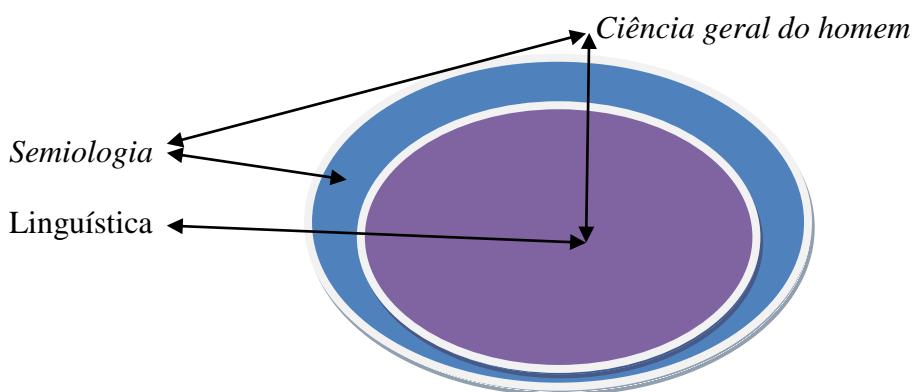


Diagrama 2 – A vinculação da Linguística ao campo da Semiologia, *Ciência geral do homem*.

Encaminhamos nesse momento da tese, a discussão para o segundo momento do Capítulo I desta tese, apresentando as inter-relações entre a Linguística e as Ciências Humanas após Saussure. Para esse percurso teórico, focamos nossas leituras no mais rigoroso dos herdeiros do pensamento do mestre genebrino, Émile Benveniste.

Benveniste é quem inaugura outro momento para a Linguística que não é o de oposição aos princípios gerais da Linguística moderna proposto por Saussure, mas, sim, de adesão aos fundamentos. Essa adesão de Benveniste, entretanto, instaura um novo lugar para

o percurso da Linguística. Esse lugar surge de inúmeros estudos únicos e específicos produzidos por Benveniste publicados e organizados na obra *Problemas de Linguística Geral*, em dois tomos (PLG I e PLG II), e em outras publicações. O inédito, no percurso epistemológico de Benveniste, é que o linguista francês problematiza, nos PLG I e II, os fatos linguísticos de ordem geral, pensados sobre diferentes perspectivas do conhecimento humano, tais como a Linguística, a Filosofia, a Psicanálise, a Literatura, a Antropologia entre outras áreas. Isso conduz a Linguística ao campo do discurso, compreendido, então, por Enunciação.

O aporte teórico para o segundo momento deste capítulo está voltado às leituras dos estudos teóricos de Benveniste nas obras PLG I e II e em leituras dos princípios linguísticos benvenistianos produzidas por herdeiros de sua Linguística. Para esse item da tese, seguimos com as interpretações elaboradas para o percurso dos princípios da Teoria Enunciativa com Barthes (1984), Dosse (2007), Meschonnic (2009), Desson (2006), Agamben (2005; 2008), Kristeva (2012), Laplantine (2013), Flores e Teixeira (2008), Flores (2005; 2013), Teixeira (2012), entre outros. Interessamo-nos em discutir sobre o percurso epistemológico proposto por Benveniste a partir da leitura dos fundamentos gerais da Linguística, considerando, para isso, a interface da Teoria Enunciativa e as demais áreas das Ciências Humanas, em especial, as discussões filosóficas de Agamben (2005; 2008) para a construção de conceitos teóricos de *in-fância*, *testemunho* e tipos de *testemunhas*. Além disso, nesse segundo momento do capítulo, refletimos a respeito do viés antropológico da linguagem, que está nas origens da Linguística Enunciação por meio do axioma o “O homem na língua”.

1.2 – Em Benveniste, a ciência das línguas e ciência da linguagem: o entrelaçamento

É pela Linguística da língua que muitos herdeiros do pensamento saussuriano discutem com vistas a repensar o papel do linguista e da escolha do *ponto de vista*. Benveniste é o linguista que se dedica aos estudos dos problemas de línguas e de linguagem pela dimensão da interação do homem em sociedade e de diálogos com diferentes áreas das Ciências. Especificamente, no estudo *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística*, Benveniste, em 1963, elucida o objeto pelo o qual o linguista deverá dedicar quando se volta à Linguística, antecipa os entrelaçamentos entre linguagem e de línguas:

[...] a linguística tem duplo objeto: é a ciência da linguagem e ciência das línguas. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas. (BENVENISTE, 1995, p. 20).

A terminologia na escrita de Benveniste para “linguagem” e “língua(s)” é sempre instigante²⁹ ao leitor, pois o linguista francês transita entre os termos, não por imperícia, mas dada a amplitude das discussões. No fragmento, tem-se para a Linguística o desafio em compreender a respeito dos possíveis desdobramentos da ciência por conta objetos duplos que a constituem. Para a ciência da linguagem, o objeto é de natureza sistêmica, porque ela é herdada e as características são universais, por isso, é imutável. Já o objeto das línguas diferencia-se do sistema, tendo em vista a variedade e a realização singular que se dá pelo homem em sociedade. O linguista adverte a respeito dos objetos da ciência que nem sempre é possível determinar entre o que é da *linguagem* e o que diz respeito das línguas, por causa frequência com que se entrelaçam a ponto de se confundirem.

Benveniste, no estudo de 1963, sabe diferenciar o que é da língua(gem), algo universal, e o que é das línguas, particular. O foco da questão está no problema, terceiro elemento, a ser elucidado pelo linguista. Esse problema será de linguagem porque é de língua e, ao mesmo, tempo será de língua porque é de linguagem. Benveniste segue a ótica de Saussure (2006, p. 15) quando da identificação do objeto: “[...] é o ponto de vista que cria o objeto [...]”. O *fazer do linguista* volta-se à discussão de problemas que parte de questões de ordem geral, mas seguem pela singularidade, tendo em vista o emprego da língua viva pelo indivíduo, em sociedade.

Incluímos, neste momento, as discussões propostas no artigo *Émile Benveniste e les langues ameríndias*, de autoria de Laplantine (2013). A justificativa está no fato de esse estudo auxiliar-nos a compreender mais sobre o estudo investigativo inédito da Linguística proposta por Benveniste e de questões que envolvem línguas e linguagem. O percurso está nos estudos empreendidos pelas línguas ágrafas:

Les langues amérindiennes ont une place critique dans la linguistique d’Emile Benveniste (1902-1976). A deux reprises dans les *Problèmes de linguistique générale*, il explique l’importance pour l’histoire de la

²⁹ O termo “instigante” para adjetivar os conceitos de linguagem e de língua(s) nos estudos de Benveniste, diz respeito à capacidade de sentidos produzidos. Encontramos para o termo “linguagem” sentidos muito específicos quando de movimentos empreendidos para a palavra. No *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009), encontramos alguns direcionamentos de que linguagem, nos estudos benvenistianos, vincula-se diretamente a origem do homem, nesse caso, *o homem é homem porque tem linguagem*. Outro direcionamento é para os movimentos utilizados para o termo “linguagem” na escrita científica do linguista francês: a) *adjetiva o termo*; b) *alterna o termo com língua*; c) *alterna o termo com línguas*; d) *alterna com língua e com línguas*. Língua(s), em Benveniste, tem o valor de sistema, que congrega o semiótico na estrutura e no funcionamento. Em Flores et al. (2009, p. 150), o termo língua tem os seguintes valores: 1) *manifestada pela enunciação contém a referência a uma situação dada*; 2) *consiste de unidades distintivas*; 3) *produzida e recebida nos mesmo valores de referência por todos os membros da sociedade*; 4) *língua é a atualização da comunicação subjetiva*.

linguistique des recherches engagées à la fin du 19^e siècle, sous l’impulsion de Franz Boas peut-on supposer, parce qu’elles” mènent le linguistique à se faire l’analyste de son propre regard, de ses propres catégories de langue-pensée comme non-universelles, pour finalement devenir capable d’une *analyse* des langues. (LAPLANTINE, 2013, [s.p.]) (itálicos da autora)

A pesquisadora enaltece a capacidade de Benveniste em alterar o percurso da Linguística por caminhos inéditos, quando da crítica ácida às análises das línguas ameríndias que seguiam por procedimentos idênticos destinados aos estudos das línguas clássicas. O equívoco desses percursos é descrito pelo linguista francês em inúmeros estudos encontrados nos dois volumes dos PLG. Assim, inspirado pelos princípios gerais de Saussure e por ideias de inúmeros antropólogos, de modo especial, F. Boas, Benveniste assevera que as línguas indígenas são distintas, tendo em vista o seguinte argumento: “[...] elas nos fazem conhecer tipos de categorização semântica e de estrutura morfológica nitidamente diferente daquelas que os linguistas formados na tradição clássica consideravam como inerentes ao espírito humano” (BENVENISTE, 2006, p. 35). A diversidade das línguas ameríndias é o que move o olhar do linguista a aprofundar as investigações em torno de problemas de língua(gem) que possam ser considerados pela dimensão que vão do universal ao particular.

Benveniste dedica-se, ainda, ao intenso levantamento de ideias produzidas por estudiosos³⁰ em diversas áreas da *Ciência Geral do Homem* que se voltam às pesquisas das línguas ameríndias. Realiza viagens ao nordeste americano para estudar as línguas haida, tlingit e gwich’in, tutchone e o esquimó. Promove, com isso, a coleta de vasto material linguístico para análises, com vistas a compreender a história do desenvolvimento das línguas, tudo isso tem resultados férteis. O linguista francês edifica o caminho, dedicado ao lugar da Linguística das línguas, elaborando problematizações de ordem geral que resultam em trabalhos teóricos a partir de problemas singulares: a pessoa no verbo, a frase nominal, a frase relativa, os pronomes, as classificações das línguas e outros assuntos. (LAPLANTINE, 2013: [s.p.]). Além disso, a linguista francesa Chloé destaca, no artigo de 2013, a importância desse percurso do lugar da Linguística das línguas na escrita científica benvenistiana. É por esse caminho que o linguista segue e é por ele que se pode descobrir mais a respeito dos manuscritos deixados por Benveniste, após a sua morte, de modo especial, os que se referem à

³⁰ Laplantine (2013) destaca em um dedicado levantamento os nomes de estudiosos referenciados por Benveniste e as línguas pesquisadas por esses linguistas, ou antropólogos, durante duas décadas, a respeito da gramática das línguas de diferentes continentes: W. Thalbitzer (esquimó); F. Boas (chinook); L. Frachtenberg (siuslaw); W. Johns (algonqui); P. Goddard (hupa); R. Bunzel (zuni); L. Franchtenberg (siuslaw); B. Whorf (hopi); C. Voegelin (tibatulabal); H. Hoijer (yuchi); G. Wagner (yuchi); L. Bloomfield (menomini); e outros.

língua de Baudelaire. Conhecer a respeito do lugar que tais discussões ocupam no pensamento de Benveniste é fundamental, principalmente, porque é pela dimensão semiológica do objeto que o linguista irá desvendar os mistérios envoltos na língua(gem). Além disso, permite ao leitor da teoria conhecer a respeito do campo epistemológico que está sempre aberto às intensas e profundas leituras dos PLG I e II.

As reflexões complexas e altamente esclarecedoras de Laplantine (2013) a respeito do pensamento benvenistiano auxiliam-nos, pois, na interpretação dos estudos teóricos, com vistas à identificação do problema e aos procedimentos de análise dos dados. Ao considerar a questão de que as línguas ameríndias eram únicas e distintas das línguas indo-europeias e que em outros casos, muitas das línguas ágrafas eram distintas entre si. Por isso, a diversidade em escolher o *ponto de vista*. Benveniste (1995, p. 25) orienta-nos para essa situação: “[...] Cada língua oferece quanto a isso uma situação particular, em cada momento da sua história. Essa consideração reintroduz hoje em linguística a noção de evolução, especificando a diacronia como relação entre sistemas sucessivos”. Essa afirmação é valiosa para os desdobramentos epistemológicos, porque discute o alcance da Linguística que é o da construção da significação que se dá pelo uso que o falante faz das línguas. Propõe o caminho das relações construídas em sociedade, por conta das diversidades de linguagem, e aponta para a singularidade que é o objeto de estudo do linguista. Com isso, defende a dimensão antropológica da linguagem.

Outro ponto muito importante desenvolvido pelo linguista francês ao longo da discussão dessa nova Linguística, diz respeito às línguas e às categorias de pensamento. Em passagens do estudo *Categoria de línguas e categorias de pensamento*, Benveniste discute a dimensão entre o universal e o particular nesse enfoque. Leiamos:

É mais produtivo conceber o espírito como virtualidade que como quadro, como dinamismo que como estrutura. É inegável que, submetido às exigências dos métodos científicos, o pensamento adota em toda parte os mesmos meios em qualquer língua que escolha para descrever a experiência. Nesse sentido, torna-se independente, não da língua, mas das estruturas linguísticas particulares. (BENVENISTE, 1996, p. 80)

Para o linguista francês, no estudo de 1958, o alerta está no fato que a Linguística lidará com a virtualidade e com o dinamismo do pensamento humano. Por esse caminho, tem-se a fertilidade das discussões dado o caráter universal das línguas, uma vez que o sistema da língua adota os mesmos meios para descrever as experiências de linguagem. Além disso, a

língua não tem o poder em delimitar o pensamento humano; pelo contrário, ela permite as manifestações das experiências de linguagem por estruturas *linguísticas particulares*. Por isso, não há línguas inferiores, pensamentos científicos mais avançados, ou menos avançados, o que há são categorias linguísticas particulares.

Em entrevista de 1968, Benveniste (2006, p. 35) esclarece a respeito de possíveis comparações entre língua ágrafas e línguas escritas: “Não há nenhuma razão para pensar que as línguas aborígenes da Austrália têm menos passado que as línguas indo-europeias. Unicamente, não se tem testemunho escrito deste passado” (grifos nossos). A afirmação reitera que o linguista não se deve pautar se em classificações em mais, ou menos evoluídas por conta do domínio da escrita. Resumindo, o importante é compreender que todas as línguas dão testemunho do seu passado, visto que são herdadas em sociedade. Novamente, aqui encontramos a discussão entre o universal e o particular, por conta que é em sociedade que o homem adquire a língua e com ela a compreensão de sociedade.

Defendemos a existência de uma língua específica oriunda da relação entre linguagem e homem (povos ameríndios) que se materializa *na e pela* experiência de linguagem em testemunhos escritos em língua portuguesa. Esse percurso é interessante para a tese. Incluímos o seguinte testemunho:

[...] Mas foi bom eu saber falar a língua portuguesa, a entende-la, se não endensse-a, e fala, ~~eom~~ eu iria conhecer outras palavras, significados, livros, etc. [...]

Aprender a falar a língua portuguesa, para nos indígenas é bom, mas sim a fala, e compreender-la, mas nunca esquecer as nossas raízes, a nossa língua verdadeira a cultura, preservar-la para toda a vida. (RED 051)

Os princípios linguísticos propostos por Benveniste orientam-nos a compreender que o sujeito é capaz de mobilizar a língua pelo plano da fala e da escrita. Isso significa apropriar-se de estruturas universais do sistema para a construção do sentido. No testemunho recortado de RED 051, encontramos o ato singular da enunciação pelo “eu”: “Mas foi bom eu saber falar a língua portuguesa, a entende-la [...] instaura a experiência singular é única que é vivida pelo “eu” em relação ao “tu”, com isso, a singularidade é marcada por outra língua. Essa língua que nasce da experiência não será menor, ou inferior às demais; simplesmente, é a língua que dá testemunho da história do homem (povos ameríndios) na linguagem.

No entrelaçamento entre as *ciências das línguas* e as *ciências da linguagem* há um segundo aspecto importante que está na evolução dos percursos científicos da Linguística.

Essa reflexão está em reconhecer o conceito de objeto da ciência e nas relações da ciência com outras. Vejamos a seguinte passagem de Benveniste, no *Prefácio* dos PLG I:

Como as outras ciências, a linguística progride na razão direta da complexidade que se reconhece nas coisas; as etapas do seu desenvolvimento são essas tomadas de consciência. Além disso, será necessário compenetrar-se desta verdade: a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apóia, primeiro, sobre línguas reais. [...] (BENVENISTE, 1995) (grifo nosso)

O linguista francês compara a complexidade da Linguística com as demais ciências quanto ao reconhecimento de percursos evolutivos da ciência. Isso inclui a projeção e o surgimento de novos horizontes para a ciência. Em Benveniste, há algo a mais para o futuro da ciência, diz respeito às tomadas de consciência do linguista sobre as idades da ciência³¹. Isso significa compreender *etapas do desenvolvimento* centradas na tendência fértil da *reflexão sobre a linguagem* e no objeto da ciência voltado às *línguas reais*.

A interface da Linguística com outras ciências proposta por Benveniste permite uma epistemologia, que, ao mesmo tempo, deva ser responsável por determinar o campo da Linguística e de estabelecer relações com outras ciências. Permite, por meio disso, instaurar problemas linguísticos que suscitem respostas e com isso a evolução das ideias por diferentes caminhos, mas todos guiados pela da ciência da linguagem. No estudo *Estruturalismo e linguística*, Benveniste (2006, p. 23) afirma que é preciso compreender “[...] a linguagem no seio da sociedade, no seio da cultura [...]”. Essa passagem defende além da tese de o “homem [estar] na língua”, a de que o *homem nasce na cultura*, não há como separá-lo de tal realidade³². Por isso, tanto em Saussure quanto em Benveniste a Linguística é uma ciência direcionada aos fatos humanos. Esses estão associados aos usos que o homem faz da língua em sociedade, local, onde as línguas são reais. Esse percurso aproxima outras ciências que comungam de interesses investigativos em questões de homem, cultura e linguagem. Assim,

³¹ Um exemplo dessa compreensão é escrito no estudo *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística*, de 1963, no qual Benveniste divide o percurso evolutivo da ciência em três períodos: 1) o *filosófico* voltava-se às reflexões sobre a língua sob o domínio dos pensadores gregos; 2) a *histórica* a partir do século XIX, com a descoberta do sânscrito do século XIX e a 3) a *estruturalista do século XX, com a noção positivista da complexificação da sociedade*. Esse último período é o que permite à ciência o acesso ao vasto campo da cultura e ao fenômeno simbólico (DOSSE, 2007, p. 66). Observamos, também, que Benveniste segue em parte a mesma divisão no Capítulo I, da Introdução do CLG, isso revela a filiação de Benveniste à Saussure e a preocupação em manter como uma das tarefas do linguista a *consciência das idades* ou períodos de evolução da Linguística.

³² Benveniste constata que não se pode separar a língua da sua função cultural. Outro aspecto importante é que o linguista segue na esteira do pensamento saussuriano ao negar a vinculação da Linguística às *ciências naturais* e instaura a ciência no conjunto da ciência geral que estuda a vida dos signos no seio da sociedade.

pode-se dizer que a Teoria Enunciativa de Benveniste é capaz de se relacionar, assumindo o seu papel de *ciência indissociável*, com outros saberes teóricos. Com isso, cria outros caminhos para a compreensão dos fatos que envolvem língua, homem e cultura. Isso mostra o caráter *indissociável* da ciência da linguagem, pensada no conjunto das ciências humanas. Ela não só fornece certos modelos às ciências humanas, como também é capaz de relacionar-se com conhecimentos de outras áreas. A Linguística tem “uma certa representação de um sistema combinatório”. Ela é movida pela atualização constantemente (BENVENISTE, 2006, p. 26).

Uma das justificativas para o campo de atuação interdisciplinar entre a Linguística e o conjunto das *ciências jovens* é a atuação do linguista, *ou tarefa* que se mantém pela produtividade e pelas relações possíveis. Leiamos o posicionamento de Benveniste na seguinte passagem:

[...] Eu me utilizo do desenvolvimento de todas as ciências que seguem a mesma direção. Durante muito tempo a única companhia da linguística era a filologia.

Agora vemos todo o conjunto das ciências humanas se desenvolver, formar-se toda uma antropologia (no sentido de “ciência geral do homem”). E se percebe que as ciências do homem, são, no fundo, muito mais difíceis que as ciências da natureza e não é por acaso que elas são as últimas [...] (BENVENISTE, 2006, p. 38).

O linguista francês acredita na importância da contribuição das “ciências que seguem a mesma direção”, entre elas, a Linguística e as demais ciências que têm em comum o interesse em contribuir para uma ciência maior, a Semiologia, ou como ele mesmo disse a Antropologia (no sentido de “ciência geral do homem”). Para o linguista francês, a Linguística detém “uma supremacia intrínseca”, por causa da capacidade de conceber “a língua como fundamento de toda vida de relação” (BENVENISTE, 2006, p. 26). Fundamentos esses que estimulam à curiosidade viva em buscar distintas perspectivas para os fatos linguísticos observáveis conduzidos por uma visão interdisciplinar. Apresentamos o seguinte diagrama:

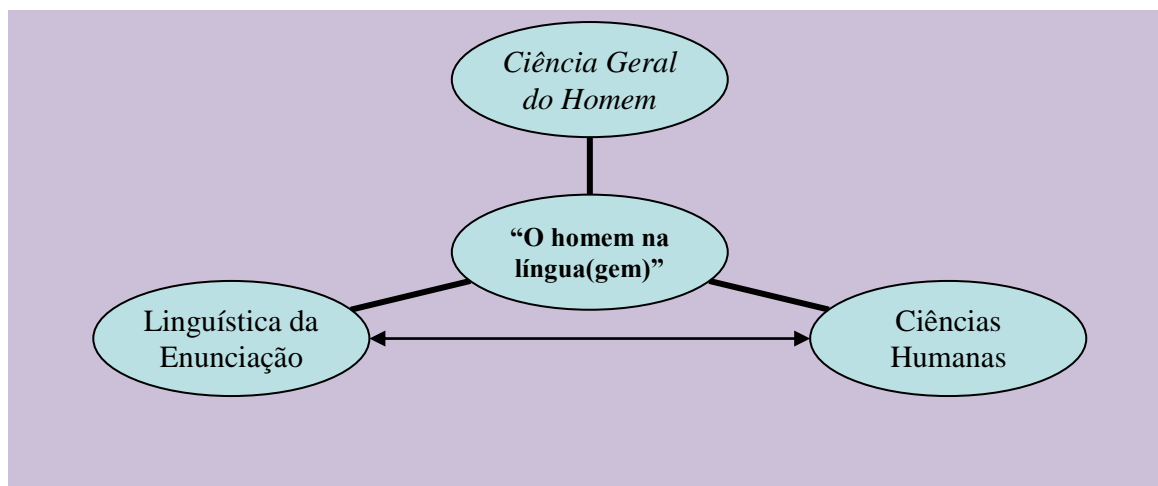


Diagrama 3 – A discussão em torno do axioma “O homem na língua(gem)” proposto pela Linguística da Enunciação, à luz do pensamento de Benveniste, favorece a interface com as diferentes áreas das Ciências Humanas. É por meio dos encaminhamentos epistemológico da Linguística da Enunciação que se projeta a ciência maior, a *Ciência Geral do Homem*.

A aproximação entre tais áreas revelou o “gosto pelo risco teórico” o que significou envolver-se em diferentes áreas instaurando: o inesperado, uma corrente de pensamento. Esse movimento epistemológico de “exceção francesa” não hesita em seguir por caminhos opostos dos utilizados por linguistas de sua geração. Assim, inserimos para o próximo item, a reflexão a respeito da presença do linguista experiente Paul J. Antoine Meillet³³. Em princípio, pode parecer que essa reflexão promova talvez a quebra na sequência do percurso de discussão da tese, ou que soe desnecessária. Ao contrário, inclui alguns pontos fundantes para a explicação de partes das problematizações elaboradas por Benveniste a respeito da questão de problematizar a exaustão questões de língua.

1.2.1 – A *linguagem nos fatos humanos* em Meillet e os desdobramentos nos estudos de Benveniste

Para esse item, recortamos as considerações de Benveniste ao seu mestre Antoine Meillet, no início da entrevista de 1968, concedida a Pierre Daix. Leiamos:

³³ Paul Jules Antonie Meillet (1866-1936) foi importante linguista histórico comparatista. O linguista formador foi ex-aluno de Michel Bréal e de Ferdinand de Saussure, na França, deste antes da realização dos três Cursos de Linguística Geral. Meillet dedicou-se intensamente à formação de novos linguistas. Quando Saussure retorna a Genebra, em 1905, o linguista histórico-comparatista substitui o mestre genebrino, na École Pratique des Hautes Études. Dez anos depois, Meillet assume as aulas de Michel Bréal, no Collège de France. No ano de 1927, o destino repete a façanha, quanto ao fato do ex-aluno substituir ao mestre. No caso de Meillet, foi Benveniste quem assume a cátedra, na École Pratique des Hautes Études. Em 1937, um ano após a morte de Meillet, Benveniste ocupa a cátedra no Collège de France. (GUIMARÃES, 1992, p. 223)

[...] em grande parte sob a influência de um homem que foi **um grande linguista, que contribuiu fortemente para formar os linguistas e a modelar a linguística** durante, pode-se dizer, os vinte ou trinta primeiros anos deste século, **era meu mestre Antoine Meillet**. Foi pelo fato de tê-lo encontrado muito jovem, quando de meus estudos na Sorbonne, e por eu ter, sem dúvida, muito mais gosto pela pesquisa que pela rotina do ensino, que este encontro foi decisivo para mim. **Ele ensinava estritamente a gramática comparada**. É necessário aqui voltar um pouco antes, porque, **através dele, foram os ensinamentos de Ferdinand de Saussure** em Paris que foram em parte transmitidos aos discípulos de Meillet. Isso tem uma **grande importância para qualquer um que fizesse algum modo a biografia intelectual da linguística francesa, ainda que Saussure que ensinou durante dez anos na École des Hautes Études não tenha sido o Saussure cujo nome ecoa hoje por toda parte**. (BENVENISTE, 2006, p. 11-12) (grifos nossos)

As palavras do ex-aluno de Benveniste (1968) exaltam as qualidades do mestre como *formador de linguistas*, e estudioso responsável por *modelar a linguística* pelo caminho do ensino da *gramática comparada*. Aos olhos de seu sucessor, Meillet atuou como divulgador das ideias de Saussure, não o mestre genebrino do CLG (1916), mas o de antes da realização dos três *Cursos*. Esse fato, na concepção de Benveniste, fez a geração de linguistas, formada por Meillet promover importantes modificações na *biografia intelectual da linguística francesa*. Algumas dessas modificações são lidas nos estudos organizados nos PLG I e II.

Esse reconhecimento, obviamente, tem uma história. No trabalho *A frase nominal* Benveniste (1950) inicia a discussão a respeito da *frase nominal no indo-europeu* reportando se a passagem ao estudo do formador: “Desde o memorável artigo em que Meillet (M. S. L, XIV) definiu a situação da frase nominal no indo-europeu, dando-lhe assim o seu primeiro *status linguístico*, [...]”. A perspectiva adotada por Benveniste (1996, p. 163) é da crítica à noção *sumária* de que a frase nominal: “[...] comporta um predicado nominal, sem verbo nem cópula, e é considerada como a expressão nominal do indo-europeu nos casos em que uma forma verbal eventual estaria em terceira pessoa do presente do indicativo do ‘ser’”. Ao contrário disso, o fenômeno da frase nominal é um *fenômeno sintático altamente singular* na língua que não se restringe só ao indo-europeu, mas outras línguas, ou melhor, às diversas línguas³⁴.

O posicionamento benvenistiano mostra a necessidade em direcionar o estudo do fenômeno para questões sintáticas: “É igualmente incontestável que não podemos fundar essa

³⁴ Benveniste (1996, p. 163) assevera que a *frase nominal* é um fenômeno que não atinge apenas o indo-europeu estende-se às línguas diversas como no caso das línguas: sumeriana, egípcia, caucasiana, altaica, dravídica, indonésia, siberiana, ameríndia, etc. É mais fácil enumerar as línguas em que o fenômeno não faz parte, como no caso, das *línguas indo-europeias ocidentais*.

diferença do nome e do verbo sobre a análise empírica dos fatos de morfologia” (BENVENISTE, 1996, p. 166). Por esse caminho, o linguista francês (1950) opta por seguir pela questão do *enunciado assertivo*. A justificativa também está na distinção entre *função verbal* e *forma verbal* dada a natureza de *dupla capacidade* do verbo. Para a *função verbal*, Benveniste define duas outras funções possíveis para o fenômeno: a *função coesiva* e a *função assertiva*. A *função coesiva* que tem por responsabilidade organizar a estrutura completa dos enunciados. A *função assertiva* dota o enunciado de um predicado de realidade. No mesmo estudo de 1950, o linguista francês apresenta as primeiras relações opositivas para *forma* e *função* a partir de um fenômeno sintático na língua. O procedimento evita a circularidade comum de outros estudos empreendidos para a frase nominal e o verbo “ser”. As duas distinções benvenistianas para *função coesiva* e *função assertiva* conduzem para a discussão de que para o caso da asserção tem-se a referência. Nesse artigo, a referência é compreendida como sendo: “Uma asserção finita, pelo próprio fato de ser uma asserção, implica uma referência do enunciado a uma ordem diferente, que é a ordem da realidade.” (BENVENISTE, 1996, p. 167 – grifo nosso). A primeira organiza os demais membros do enunciado, com isso ela é o *plano da coesão* (segue uma ordem das coisas), e a segunda, corresponde, ao *plano da asserção*, pois se refere à realidade e cumpre a função de ser assertiva. O estudo é mais complexo que nossa interpretação possa dar conta, nesse momento, ressaltamos que é uma parte do ganho ao retomar sobre outro enfoque a questão anunciada por Meillet quanto ao estudo da frase nominal.

Em “*Estrutura*” em *Linguística*, Benveniste dedica-se às origens do termo “estrutura” na ciência, tendo em vista a necessidade em recuperar as origens do termo. Ele não o faz sem mencionar o nome de Saussure, e dos divulgadores, porque é pelos princípios gerais que a comunidade de estudiosos toma conhecimento primeiro da concepção de sistema e não de estrutura: “A novidade da sua doutrina está aí, nessa ideia – rica de implicações e que se levou muito tempo para discernir e desenvolver – e que a língua forma um sistema.” (BENVENISTE, 1995, p. 98). Eis que, para esse princípio saussuriano de sistema na língua, Benveniste insere o papel de Meillet, porque é ele quem transmite a noção de língua, pelo viés do estudo do indo-europeu do mestre genebrino. Interessa-nos ressaltar as discussões de Benveniste a respeito da forma como Meillet transmitiu o princípio: “[...] Quando Meillet diz que “cada língua é um sistema rigorosamente organizado, em que tudo se liga” é para atribuir a Saussure o mérito de o haver mostrado no sistema, do vocalismo indo-europeu.” – (BENVENISTE, 1996, p. 99). A ênfase está na versão mais clássica do pensamento do mestre

genebrino. O cuidado do mestre Meillet ao ensinar os princípios saussurianos de forma exaustiva durante as aulas, e mesmo, o rigor nas publicações, é destaque no estudo de Benveniste (1995, p. 99): “Volta inúmeras vezes ao mesmo ponto: ‘Nunca é legítimo explicar um pormenor sem consideração ao sistema geral da língua em que aparece [...]’ (apud MEILLET, 1921, p. 11)”. Essa característica rigorosa do linguista formador tem implicações diretas nas interpretações atribuídas pelos seus ex-alunos, principalmente, no que diz respeito à noção de “estrutura” para a Linguística geral.

Em estudo de 1962, o linguista francês aponta duas distintas interpretações dadas pelos ex-alunos de Meillet para a palavra “estrutura” que surge, após a realização, do *Congresso de Haia* (1928) e do *Congresso, ou Círculo de Praga* (1929). Essas noções efetivam-se e provocam alterações substanciais na Linguística moderna. Uma delas está na concepção de “estrutura”, sob a visão americana que introduz por meio de seus estudos questões de um uso mais técnico do termo. Para essa concepção, tem-se crítica de Benveniste de que os linguistas adeptos desse conceito não fazem uso adequado do termo. A segunda concepção relaciona-se ao uso da palavra “estrutura” que surge sob o domínio dos princípios saussurianos, transmitidos por Meillet, no que diz respeito, a interpretação do que seja “sistema”: “O princípio fundamental é que a língua constitui um sistema do qual todas as partes são unidas por uma relação de solidariedade e de dependência.” (BENVENISTE 1996, p. 104). Por seguir por essas orientações, Benveniste (1962) posiciona-se a favor da segunda noção de “estrutura” e das possibilidades que elas conduzem a Linguística.

Ainda, no estudo *Tendências recentes em Linguística geral*, Benveniste (1954) reporta-se aos inúmeros linguistas, entre eles Meillet, para tratar dos desdobramentos da Linguística moderna, de modo especial, aos conceitos de língua e sociedade. A citação de Meillet encontra espaço para ativar a produção de divergentes posicionamentos a partir da seguinte afirmação: “Cumprirá determinar a que estrutura social corresponde uma certa estrutura linguística e como, de maneira geral, as mudanças de estrutura social se traduzem por mudanças de estrutura linguística.” (BENVENISTE, 1996, p. 15). A dimensão desse plano de estudo divulgado por Meillet³⁵, ganha outra interpretação da parte de Benveniste. Leiamos abaixo:

³⁵ A crítica de Sommerfield é de que não há para o programa de Meillet (1906) uma realização, uma vez que as comparações sistemáticas entre língua e sociedade acabam por apontar problemas. Benveniste (1996, p. 15) ressalta que para essa questão deve-se considerar que o problema é a própria língua.

Não quer dizer que o plano de estudo indicado por Meillet seja irrealizável. O problema consistirá antes em descobrir a base comum à língua e à sociedade, os princípios que regem essas duas estruturas, definindo-se primeiro as unidades que, numa e noutra, se prestariam à comparação, ressaltando-se-lhes a interdependência. (BENVENISTE, 1996, p. 15-16) – (grifos nossos)

O ex-aluno do linguista formador afirma que o *plano de estudo* não foi totalmente *irrealizável*. Para Benveniste, o interesse está em abrir as noções de língua e sociedade não considerando a mera oposição entre os elementos, língua e sociedade, mas buscar a compreensão das interdependências para os termos, tanto que o linguista francês enumera os seguintes pontos: a) descobrir a base comum para a discussão entre língua e sociedade, considerando que elas têm estruturas distintas; b) definir os princípios, ou unidades de língua e sociedade; c) só depois propor comparações que visem ressaltar a interdependência entre os termos língua e sociedade. Dessa forma, os direcionamentos evocados por Benveniste (1954) ressaltam para outro ponto que é interpretado por nós: a *linguagem liga-se aos fatos humanos*. Isso é considerado por Meillet e por seu herdeiro, tanto que o linguista francês projeta a Linguística para novos rumos quando da questão de língua e sociedade, considerando, para isso, o fato de o *homem* assumir a questão de ser “o ponto de interação entre a vida mental e a vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação” (BENVENISTE, 1996, p. 17). A saída encontrada ao final do estudo de 1954 é a de que o linguista deverá compreender “a natureza própria dos símbolos linguísticos”, por meio da elaboração de uma teoria rigorosa e de uma metalinguagem específica.

Em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, Benveniste (1968) define comunicação inter-humana. É nesse ponto que os traços comuns do funcionamento são estudados: “É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza da linguagem” (BENVENISTE, 2006, p. 104). É preciso descobrir o homem implicado na linguagem. Aqui, não somos os únicos a percebermos a respeito da presença de Meillet, nos estudos de Benveniste, antes de nós, Dessons (2006) relaciona à questão de que a *linguagem é eminentemente um fato social*. Para o leitor de Benveniste, a presença do pensamento de Meillet está vinculada mais às ideias do sociólogo E. Durkheim, do que a princípios saussurianos. Isso de certa forma mantém a distância entre Meillet e Benveniste:

Le position de Meillet, em fait, est plus sociologique que linguistique, comme si chez lui la pensée de Saussure était “revistée” par Durkheim. D’ailleurs, reprenant la formule de Saussure selon laquelle “le langage est éminemment un fait social”, Meillet declare qu’elle “entre exactement dans la definition qu’a propose Durkheim”, ajoutant que “les caracteres d’exteriorité à l’individu et de coercion par lesquels Durkheim définit le fait social apparaissent [...] dans le langage avec la dernière évidence” [...] (DESSONS, 2006, p 35)

Não discordamos de Dessons (2006) quanto ao fato de que Meillet adere às questões sociológicas do pensamento de E. Durkheim, mas inserimos que esse princípio, também, foi evocado por dois outros importantes linguistas, Whitney e Saussure. Esses, por sua vez, não mencionam adesão ao pensamento de Durkheim. Isso nos leva a pensar que a ideia da linguagem vinculada aos *factos humanos*, tenha sido algo muito desejável entre os linguistas e gramáticos comparatistas da época. Esse aspecto contribuiu para que Benveniste discutisse a relação de língua e sociedade por questão menos opositiva e mais dialética em seus estudos. Para essa questão, voltaremos mais dedicadamente no Capítulo II, a respeito das noções de cultura nos trabalhos teóricos do linguista francês. Por fim, defendemos que os rastros de Meillet são mais marcantes e profundos nos estudos produzidos por Benveniste, tendo em vista que eles incentivam: a) a discutir problemas de língua(gem) a partir da perspectiva da gramática comparada e de princípios linguísticos saussurianos; b) a conduzir a elaboração de problematizações e discussões à exaustão; c) a incluir na Linguística noções de língua e cultura com vista a estabelecer diálogos da Linguística com outras Linguísticas, e mesmo com as “ciências vizinhas”: “[...] Tudo leva a crer que essas pesquisas paralelas gerarão novas disciplinas e concorrerão para uma verdadeira ciência da cultura que fundará a teoria das atividades simbólicas do homem”. (BENVENISTE, 1996, p. 32) (grifo nosso); d) a promover encontros entre as ideias de Saussure e Benveniste.

Lembramo-nos que Meillet ocupa o lugar de formador, ele promove encontros³⁶ entre Saussure e o jovem linguista. Benveniste é quem elabora as problematizações, e mesmo, propõe a prospecção futura do campo de atuação, considerando que a Linguística tem a responsabilidade de abrir com as investigações em torno da “verdadeira ciência da cultura”.

³⁶ Normand (2009) é quem utiliza da palavra “encontros” por compreender que Benveniste toma como *ponto de partida* os fundamentos linguísticos de Saussure. No entanto, o linguista francês segue adiante com seu próprio percurso. Para Flores (2013, p. 49), o ir além de Benveniste tem um sentido amplo. Afinal, o linguista mantém-se adepto aos princípios saussurianos. Em outros momentos, altera os fundamentos, porque constrói a visão de linguagem distinta do mestre genebrino e dos demais linguistas estruturalistas de seu tempo. Por isso, o uso da palavra “encontros”. Compreendemos por encontros entre Saussure e Benveniste como o conjunto de ideias voltadas à contribuição de problemas de linguagem, com alcances para a própria Linguística e demais áreas das Ciências Humanas de tal forma que provem continuamente a renovação do pensamento.

1.3 – Estudo dos pronomes: fios para a interface entre a Linguística e as ciências

Benveniste nunca manifestou publicamente a intenção em produzir a Teoria da Enunciação, nos moldes clássicos³⁷. A teoria foi identificada *a posteriori* por seus leitores que ao longo dos estudos publicados foram compreendendo trajetos epistemológicos nada convencionais. (FLORES, 2013). Na esteira das leituras dos herdeiros de Benveniste, compreendemos que o linguista francês desenvolve para a Linguística um novo *fazer*, tendo em vista que elege *problemas* de língua(gem) que comportam princípios enunciativos. Encontramos, em passagens do *Prefácio* escrito pelo próprio Benveniste (1995) para o tomo I, do PLG, algumas dessas antecipações, a respeito dos trajetos epistemológicos inscritos nos trabalhos: “[...] Se os apresentamos sob a denominação de problemas isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem [...]”. Os problemas têm origens no árduo trabalho linguístico cujas origens, como discutimos no item 1.2, em questões da Linguística das línguas que parte de questões universais e instauram a singularidade. O linguista francês aponta para a sua vinculação à Gramática comparada “[...] estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem.”. Outras pistas são dadas quando da passagem: “[...] “O homem na linguagem” é o título da parte seguinte: é a marca do homem na linguagem, definida pelas forma linguística da “subjetividade [...]” (itálicos do autor - grifos nosso). Acreditamos que esses pontos destacados sejam pistas de Benveniste ao leitor e aos percursos da nova Linguística que se instaurava a partir de outro enfoque quando da publicação dos PLG.

A Teoria da Enunciação proposta pelo linguista francês nasce da compreensão do campo heterogêneo da Linguística que é a concepção conceitual em rede. Isso significa interessar-se pelo estudo dos objetos empíricos das línguas, por meio de seus mecanismos gerais, e ao mesmo tempo, pelo funcionamento da linguagem com vistas ao estudo da significação. Essa Linguística será distinta das demais Linguísticas, não sendo comparável ao modelo pronto, uma vez que não elabora um modelo único para as análises.

Destacamos, ainda, a heterogeneidade do campo proposto por Benveniste ao elaborar diferentes estudos, de modo especial, o trabalho da categoria de pessoa, como porta de

³⁷ Uma teoria nos moldes clássicos advém de um modelo acabado, no qual há um conjunto coeso de fundamentos, ou princípios teórico-metodológicos que são organizados com certa completude. É exemplo de teoria pronta, a *Teoria gerativa, ou funcionalista*, cujas origens estão na Linguística moderna. (FLORES, 2013, p. 29)

passagem para outras importantes discussões. Em *Da subjetividade na linguagem*, destacamos a seguinte passagem: “[...] Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem.” (BENVENISTE, 1996, p. 288) – é o próprio Benveniste quem apresenta essa possibilidade que nasce do diálogo com a Psicanálise de Lacan, no estudo de 1958. As origens desse viés centrado nos estudos da categoria de pessoa seguem pela questão de que se pode encontrar na língua a manifestação do “sujeito que se liberta e se cria”. As linhas norteadoras estão na Linguística, na Filosofia e na Psicanálise.

Por isso, os trabalhos teóricos seguem por inúmeros caminhos em diferentes épocas, sobre isso falaremos no item 2.2 – A categoria de pessoa, tempo e espaço instauram a (inter)subjetividade *na e pela* linguagem: a *entrada do homem na língua(gem)*, no Capítulo II. Nesse momento, vamos nos deter mais no estudo da categoria de pessoa como sendo responsável por atrair diálogos com outras ciências.

Barthes (1966/1984) é um dos primeiros herdeiros a reconhecer o estudo gramatical da categoria de pessoa, na Linguística, de Benveniste. O estudo da categoria de pessoa organiza toda a linguagem em torno da *antropologia linguística*, por isso, torna-se algo inédito para a Linguística. Recortamos algumas afirmações de Barthes:

[...] Benveniste, organiza a pessoa em duas oposições: uma correlação de personalidade, que opõe a pessoa (*eu* ou *tu*) a não pessoa (*ele*), signo daquele que está ausente, signo da ausência; e interior a esta primeira grande oposição, uma correlação de subjetividade opõe duas pessoas, o *eu* e a pessoa do *não eu* (isto é, o *tu*). (BARTHES, 1984, p. 22)

O encantamento do crítico literário está na organização da correlação de personalidade (pessoa e não pessoa) e na correlação de subjetividade (*eu* e não *eu* (*tu*)) com vistas à aplicabilidade da interpretação dos lugares ocupados pelo sujeito na enunciação. Há o despertar dos estudos para a questão da subjetividade *na e pela* linguagem que emerge na enunciação com o pensamento de Benveniste. Recortamos outra passagem do herdeiro do pensamento benvenistiano:

[...] o trajeto do *eu* não é homogêneo: quando *eu* liberto do signo *eu*, refiro-me a mim próprio enquanto falante, e trata-se então de um ato sempre novo, mesmo que repetido, cujo “sentido” é sempre inédito; mas, ao chegar ao seu destino, o *eu* é recebido pelo meu interlocutor como um signo estável, saído de um código pleno, cujos conteúdos são recorrentes [...] (BARTHES, 1984, p. 22).

Barthes reconhece que o trajeto do “eu” não é homogêneo, ou está vinculado à linearidade, pelo contrário, o “eu” é libertado do signo “eu”. Por isso, quando se diz “eu” na enunciação será tomado como ato novo de dizer “eu”, com isso, o sentido será *inédito*. Outro ponto fundamental, destacado pela interpretação do herdeiro do pensamento benvenistiano, ocorre por conta do foco no estudo da categoria de pessoa, uma vez que a Linguística de Benveniste propõe o olhar sobre a interlocução entre quem fala e quem recebe o *signo estável*, promovendo assim, a elucidação de mistérios que estão na enunciação.

No artigo *O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem*, Teixeira (2012) defende a atualidade com que os trabalhos de Benveniste atuam em diferentes áreas das Ciências Humanas, principalmente, no estudo da categoria de pessoa. A força heurística é tão grande que abre para o projeto de uma *Ciência Geral do Homem* por duas grandes vias. A primeira decorrente do estilo individual de Benveniste é materializada pelas inúmeras produções científicas publicadas, ao longo das décadas, e mesmo, atualmente, com os estudos de seus manuscritos e notas. A segunda está centrada em leitores dos estudos e obras de Benveniste, graças aos inúmeros pesquisadores de diversas áreas e em muitos continentes que usufruem de todo o potencial heurístico desenvolvido pelo linguista francês. (TEIXEIRA, 2012, p. 71-72). Resumindo, os leitores de Benveniste deparam-se, constantemente, com o grande número de trabalhos e pesquisas tanto na Europa, quanto no Brasil que surgem em torno da trama fecunda que é o estudo da categoria de pessoa.

Os fios, princípios enunciativos, são responsáveis pela trama pela interface entre a Linguística e as demais áreas das ciências humanas. É o que garante a atemporalidade das discussões sempre férteis a novas perspectivas. Lembramo-nos de que Benveniste é sempre inovador e que a questão não se encerra somente nos pronomes, junto outras formas estão implicadas no emprego da língua: “[...] dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São indicadores da *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” [...]” (BENVENISTE, 1995, p. 288). O foco é descobrir sempre mais sobre o emprego da língua, os pronomes e os dêiticos conduzem-nos à subjetividade na linguagem nas mais diversas manifestações do sujeito. Benveniste (2006, p. 38) antecipa por meio de prognóstico que a Linguística, *ciência piloto*, atrairá para si, outras áreas que têm interesses na comunicação inter-humana. Ao linguista, este tem por tarefa investigar a linguagem como elo que unifica a dualidade que se interligam entre língua e discurso, homem e cultura, homem e sociedade. Consideramos, para isso, a questão da subjetividade como um dos princípios enunciativos

previstos nas categorias pronominais que conduzem a passagem da língua(gem) a discurso. Para essa situação, elaboramos o seguinte diagrama:

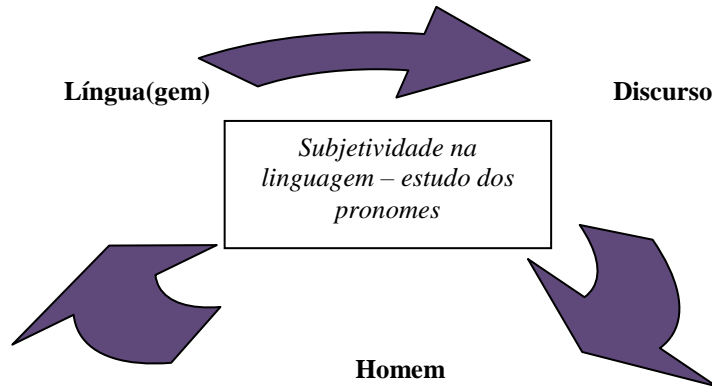


Diagrama 4 – O princípio enunciativo proposto por Benveniste (1958/1995, p.289) por meio da subjetividade na linguagem instaura o “eu” em simetria dialógica com o “tu” – no processo de comunicação: “o discurso provoca a emergência da subjetividade”.

A categoria de pessoa é um dos interesses compartilháveis entre a Linguística e as demais ciências. A Teoria da Enunciação benvenistiana tem contribuído para a *Ciência Geral do Homem*, uma vez que considera os interesses em refletir, e mesmo, teorizar sobre o processo de comunicação por meio da subjetividade na linguagem.

1.3.1 – O viés antropológico da linguagem e a gênese de uma Antropologia da Enunciação

Os estudos produzidos em períodos distintos confirmam o fio condutor que guia o viés antropológico da linguagem e os desdobramentos que se seguem para a Antropologia da Enunciação. Em Benveniste, isso ocorre pela relação língua(gem), homem e cultura, edificados a partir dos fundamentos da Linguística moderna, e da heterogeneidade do campo. A vocação primordial da língua(gem) de que fala Benveniste está inscrita no significar, visto que tem por missão “explicar todas as funções que ela assegura no meio humano”. Assim, interessa-nos a comunicação inter-humana e as discussões epistemológicas inscritas nos princípios da teoria, no que diz respeito, à entrada do “homem na língua(gem)”. Se é a língua(gem) que nos ensina a definição de homem. Interessamo-nos pelas ideias que nos conduzem à enunciação inscrita na relação língua(gem), pelo viés antropológico da enunciação. Isso permite compreender parte da trama de interpretações atribuídas para o objeto da Linguística ao longo das discussões. Inserimos ao lado das discussões teóricas desse

item, a respeito do percurso do viés antropológico, mais um testemunho retirado do *corpus* de pesquisa.

Apresentamos, então, o testemunho, recortado da RED 053. Acreditamos que ele ilustre o poder da língua(em) na definição de homem, considerando que é no discurso que o sujeito marca a questão da sua própria definição em ser índio. A experiência de linguagem do locutor em adquirir “duas línguas ao mesmo” aponta para a comunicação inter-humana, em sociedade, tendo em vista que ela permite ao sujeito ser no mundo. É por meio da subjetividade na linguagem que pressupõe a dialética da presença do “tu” que é diferente de mim. Lembramo-nos da afirmação de Benveniste (2006, p. 222) de que “Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (grifos nossos). Que sujeito emerge dessa língua que mais do que nunca busca a função de comunicar? Apresentamos o testemunho abaixo:

Aprender o português e nesse caso especificamente para mim, foi ter a possibilidade de dizer “Eu te amo”, na língua portuguesa, para a menina branca pela qual eu ainda adolescente me apaixonei, apesar que só através do meu olhar, ela já sabia, foi um fato marcante, o primeiro amor. Aprender o português para nós, revelou que índios e brancos podem e devem viver em harmonia, pois apesar das diferenças, somos todos cidadãos brasileiros direitos e deveres, e isso significou aprendizado recíproco de culturas distintas e amor ao seu semelhante incondicionalmente. Com o entendimento do idioma português, comprovamos que **a mesma língua usada para ordenar a matança indiscriminada dos índios, pode ser usada para o lur [...], para reconstrução, e isso significou para cada índio Krenak vida e vida com abundância.** (RED 053) (grifos nossos)

A vocação primordial da língua(gem) de que fala Benveniste, também, está inscrita no viés antropológico, que é significar por meio de línguas. O sistema é responsável por “explicar todas as funções que ela assegura no meio humano”. Isso significa diretamente investigarmos a respeito da comunicação inter-humana e de como se dá a entrada do “homem na língua(gem)”. É no emprego da língua que o sujeito age sobre o mundo e se reconhece nele, recortamos o testemunho retirado de RED 053 e dele apontamos princípios enunciativos de que a língua significa. Destacamos algumas dessas significações produzidas pelo sujeito na enunciação escrita quando da simbolização em L² quando da passagem da fala à escrita:

- a) “[...] Aprender o português e nesse caso especificamente para mim, foi ter a possibilidade de dizer “Eu te amo”, na língua portuguesa, para a menina branca [...]”; (grifos nossos)

- b) “[...] revelou que índios e brancos podem e devem viver em harmonia, pois apesar das diferenças, somos todos cidadãos brasileiros direitos e deveres, e isso significou aprendizado recíproco de culturas distintas e amor ao seu semelhante incondicionalmente; (grifos nossos)
- c) “[...] o entendimento do idioma português, comprovamos que a mesma língua usada para ordenar a matança indiscriminada dos índios, pode ser usada para o lugar [...], para reconstrução, e isso significou para cada índio Krenak vida e vida com abundância. (grifos nossos)

A língua significa muitas coisas distintas quando se emprega. Benveniste (1968) afirma sobre essa questão: “Empregando a palavra, ela [criança] age, pois sobre o mundo e se dá conta obscuramente muito cedo. É o poder de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação necessária.” (BENVENISTE, 2006, p. 24). O empregar a palavra compreende a respeito do *poder de transformação* o locutor indígena. É possível com a leitura do testemunho RED 053, identificarmos pelo ato singular e subjetivo do locutor as significações construídas para a língua portuguesa, ao longo as experiências de linguagem do indígena.

Resumindo, enumeramos algumas das significações para a língua retiradas do testemunho: a) “[...] a possibilidade de dizer “Eu te amo”, na língua portuguesa, para a menina branca [...]”; b) *adaptação*: “[...] revelou que índios e brancos podem e devem viver em harmonia [...] apesar das diferenças, somos todos cidadãos brasileiros. Outro exemplo forte de transformação *na* e *pela* língua(gem) identificado pelo indígena: c) “[...] a mesma língua usada para ordenar a matança indiscriminada dos índios, pode ser usada para o lugar [...], para reconstrução [...] isso significou para cada índio Krenak vida e vida com abundância.”. Os testemunhos contém exemplos do emprego da língua viva, o sujeito compreende que a língua significa não só algo como informar. Isso revela na enunciação, o que Benveniste, denomina de *chave da relação humana entre a língua e a cultura*. A *chave* está em mobilizar o semiótico e o semântico da língua, por conta de sua realização e do sentido que proporciona.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste (2006, p. 239) já havia antecipado: “[...] a língua considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo. Estas relações são dadas em conjunto no que eu defino como a semântica.”. Tem-se a língua como *ação, como realização*, mas não é só isso há também dois outros importantes aspectos: o *locutor* e a *situação deste locutor no mundo*. Benveniste apresenta-nos no conjunto das ideias que a semântica a que se volta à

significação. Ela terá aspectos na frase e na significação construídas na realização da linguagem pelo homem. Não seguimos sozinhos para a discussão desse caminho, referimo-nos às interpretações de herdeiros de Benveniste, no Brasil, quem nos apresenta é Teixeira (2009, 2012, 2013) e Flores (2009, 2012, 2013). De modo especial, para o tema antropologia da enunciação reportamo-nos primeiramente à publicação da obra, *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*, principalmente, no capítulo, *Atualidades em torno do trabalho de Émile Benveniste*. Nesse capítulo, Flores (2013) nos alerta a respeito das recentes fontes³⁸ de Benveniste, e ainda, sobre as pesquisas se debruçam para compreender a atualidade do pensamento benvenistiano. O esclarecimento de Flores (2013) está no fato de que as publicações pós-morte de Benveniste, no caso, os manuscritos, são textos que não foram, totalmente, revisados pelo autor, mantém características que lhes são próprias do momento em que foram elaboradas e conservam-se, ainda, como produções não concluídas. A segunda recomendação de Flores (2013) está na heterogeneidade das questões de linguagem, entre elas a poética, em especial, a *língua de Baudelaire; o trabalho investigativo da escrita*, isso diz respeito, à retomada de Benveniste à temática antiga da linguagem poética. Desse modo, o viés antropológico descrito na Teoria de Benveniste não está reduzido ao conjunto de estudos organizados no PLG I e II. Há toda uma discussão maior em torno do assunto com alcances nas demais obras publicadas, e mesmo, herdadas por meio de *notas e manuscritos*.

Resumindo, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste dedica-se aos princípios linguísticos que apontam para a *Antropologia da Enunciação*. A vasta produção científica de Benveniste pautada primeiro pela tríade epistêmica favorece diálogos com outras ciências, isso garante a profundidade teórica e continuidade das discussões teóricas. (FLORES, 2013, p.190). No Brasil, importantes publicações surgem a partir dessa temática. Teixeira (2008; 2012), Flores (2008; 2013) e demais estudiosos dedicam-se com afincado à representatividade expressiva do viés antropológico da Enunciação, entre os pesquisadores voltados ao olhar

³⁸ Os manuscritos de Émile Benveniste sobre *Baudelaire* (2011) foram recentemente publicados, na Europa, pela Editora Lambert-Lucas. Eles contêm 767 páginas. É um dossiê genético, o qual torna público, 361 folhas, de manuscritos e notas originais de Benveniste. A obra tem a apresentação de Cloé Laplantine e prima por uma organização cuidadosa, cuja demonstração dos manuscritos, não publicados em vida, adota toda uma metodologia, na qual captura o original de um lado da página (digitalização do texto original) e do outro a transcrição do texto produzido por Benveniste. A segunda obra, *Dernières Leçons: Collège de France 1968-1969*, publicada em 2012, reúne um conjunto de textos produzidos por Benveniste, organizado por Jean-Claude e Irène Fenoglio. As inúmeras páginas reproduzidas por Benveniste foram doadas e fazem parte do acervo de documentos na Biblioteca Nacional da França. As recentes publicações evidenciam o caráter efêmero da “*exceção francesa*”. (FLORES, 2013).

antropológico da enunciação escrita, destacamos a tese de Silva (2013)³⁹. Pautamo-nos por esses leitores com o objetivo de transformarmos numa leitora das discussões teóricas de Benveniste. O processo de compreensão do viés antropológico da Enunciação é um desses exercícios de leitura. Desse modo, não poderíamos deixar de incluir neste item da tese algumas importantes discussões de Meschonnic (2009) e Dessons (2006) por indicação de Flores (2013). A justificativa está em reencontros entre a Linguística e as demais ciências. O diálogo interdisciplinar entre as ciências contribui para a amplitude desse viés antropológico da Linguística, com vista compreender a linguagem, a partir da perspectiva de interface entre as ciências. Isso promove o surgimento de princípios fundantes para a antropologia da enunciação.

Barthes (1984) reconhece a respeito dos princípios enunciativos (categorias de pessoa e tempo), nos estudos dos PLG I, de Benveniste, por conta de interesses que se voltam ao discurso literário. Meschonnic (2009) direciona o foco para o viés antropológico da linguagem com vistas ao percurso histórico e epistemológico da construção dos sentidos envoltos na tríade (crítica, teoria e poema), cujo foco está nos percursos das ideias e, também, na compreensão dos discursos escritos. Benveniste, por ser o herdeiro dos princípios gerais empreendidos pelo mestre genebrino, não se rende às amarras do estruturalismo, isso o faz sempre a “*exceção francesa*”, confirmando que os trabalhos, obras e manuscritos produzidos garantem continuamente problematizações que estão sempre às voltas com o viés antropológico da linguagem, porque por esse caminho é compreender a respeito do ato de significar pela língua e da possibilidade de manter a heterogeneidade do campo epistemológico da Teoria Enunciativa.

A Linguística desenvolvida pelo campo epistemológico da heterogeneidade e da interface com as ciências é sensível à questão do “homem na língua”. Por isso, o linguista

³⁹ A tese “*O homem na língua: uma visão antropológica da Enunciação para o ensino de línguas*”, de Silva (2013), é um trabalho que contribui, significativamente, para a compreensão dos processos enunciativos que permeiam a atividade de ensino da produção escrita em contexto universitário. A pesquisadora discute, por meio de uma atenta e complexa revisão bibliográfica, os percursos do ensino da escrita, no Brasil, e identifica as distintas formas de discurso (reais, imaginadas, coletivas e individuais) do professor de língua portuguesa, utilizadas como forma de intervenção, na escrita do texto acadêmico. Apresenta os princípios epistemológicos da Linguística da Enunciação de Benveniste inseridos, na fundamentação teórica das discussões, com vistas aos percursos da construção dos percursos teórico-metodológicos do ensino da escrita e da constituição dos enunciados *escritos, ou orais* produzidos pelo professor à luz da teoria. Silva (2013) constrói a partir das leituras dos estudos de Benveniste, dos filósofos, Dufour (2000), Dessons (2006), Agamben (2005 e 2008) e demais herdeiros do pensamento de Benveniste, as trilhas para o viés antropológico. A tese inaugura um percurso inédito para a Linguística da Enunciação, porque segue com importantes revelações que desvendam alguns dos mistérios ocultos, em torno do axioma do “homem na língua”. É um presente aos docentes da área de Letras que atuam no ensino da escrita acadêmica.

francês funda o seu percurso epistemológico em oposição à Semiótica. Na opinião de Meschonnic (2009, p. 45), é oriundo da “antropologia histórica da linguagem que não é estrutural” e que segue por modelos da Linguística da frase, da enunciação e da língua. Há nisso a tríade fundamental que aponta para o percurso benvenistiano.

Outro ponto importante é que não há um único caminho para essa questão, já que se acredita na existência da universalidade das discussões sobre diferentes problemas de ordem geral e da heterogeneidade dos fatos linguísticos observáveis em diferentes áreas, entre elas, a as Artes. Meschonnic (2009, p. 74) detecta o triunfalismo da Semiótica, tendo em vista a poder de atuação entre as demais áreas. O poder da Semiótica na Linguística é decorrente de um tecnicismo dominante que impedia de certa forma à crítica e o percurso antropológico da linguagem. Por isso, é preciso, mobilizar a *crítica*:

Ce n'est pas seulement une épistémologie, mais aussi une éthique, et une politique, qui sont en jeu dans une théorie du sens, puisqu'une théorie du sens influe aussi sur les théories de l'histoire et de la société. Une épistémologie n'est pas seulement un contrôle technique, c'est aussi une stratégie. D'où l'importance de la sémiotique, l'urgence d'une critique de la sémiotique [...].” (MESCHONNIC, 2009, p. 74)

A crítica contra o percurso epistemológico da Semiótica, em Meschonnic, nasce do pensamento contrário à “totalidade-única” tanto para a noção de ritmo quanto para o campo de atuação do pesquisador. A decisão do crítico em aderir ao pensamento semântico está na condição de combater a hegemonia estrutural da Semiótica. Esse posicionamento tem origens específicas em Benveniste. É a *exceção francesa* quem abre para a universalidade das discussões a partir da heterogeneidade das problematizações. O crítico literário reporta-se, mais especificamente, aos estudos de Benveniste, *A noção do “ritmo” na sua expressão linguística*, estudo de 1951, publicado nos PLG I, e depois, mais pontualmente a *Semiologia da língua*, 1969, nos PLG II⁴⁰.

O trabalho de Benveniste sobre *A noção do “ritmo” na sua expressão linguística*, de 1951, traz a análise etimológica de “ritmo”, por conta de verdades apoiadas em dados inexatos da palavra. O linguista francês não só problematiza a respeito de tais recursos de análise realizados pelos etimologistas, mas retoma as noções iniciais do termo. Com isso, reencontra o caminho, no qual a noção está associada à forma da língua e aos usos que os

⁴⁰ Vale lembrar que Meschonnic (2009) não se reduz apenas a esses estudos, dada a natureza do conhecimento profundo do pensamento benvenistiano. Apenas, elege esse dois estudos por conta da natureza das discussões: crítica epistemológica (1951) e a abertura à universalidade das discussões de ordem Semântica (1969).

falantes fazem dela. Além disso, propõe a abertura para a discussão sob outra perspectiva epistemológica ligada à teoria e a crítica. Dessa maneira, defendemos, aqui, apoiados em leituras de Meschonnic (2009) que o estudo de 1951 de Benveniste pauta-se por características antropológicas da linguagem, cujas origens são resgatadas pela Filologia clássica da Gramática comparada, pelos estudos dos gêneros literários escritos e pelo novo percurso, sobre a luz da Linguística moderna, e de princípios dessa Linguística. Embora não seja o único, ele é o exemplo mais pontual, visto que mescla a gramática comparada e as discussões da crítica linguística.

A justificativa está no fato de que, no estudo *A noção do “ritmo” na sua expressão linguística*, o linguista francês elege por meio da problemática, em torno da palavra “ritmo” para a Linguística. Isso é o que seduz, enormemente, o crítico literário, Meschonnic, a seguir pelo discurso. O ir além, em Benveniste, no estudo de 1951, ocorre por conta das reflexões linguísticas pensadas a partir da historicidade da crítica científica. Há, nisso, o talento à crítica epistemológica à Semiótica, considerando que ela não dá conta de compreender o linguístico, e nem o não linguístico, dada à visão tecnicista. Esse aspecto é discutido, mais especificamente, no estudo *Semiologia da língua*, de 1969, visto que para cada lacuna aberta da Semiótica. Benveniste apresenta à crítica e instaura um aspecto importante para a construção da Linguística do discurso. Leiamos a interpretação do estudioso:

Contre la sémiotique et son effets sur le language, sur la literature, Benveniste a fait plus qu’esquisser une stratégie, dans “Semiologia da língua”. Contra la tentative d’un “système unique” (livre cite, p. 45), Benveniste marquait la différence irréductible entre Saussure et Peirce [...] Il y a une “non-convertibilité entre systèmes à bases différents” (p.33) [...] Benveniste a montré qu’il n’y a pas d’unité, par exemple dans les arts plastiques, donc pas de sémiotique. (MESCHONNIC, 2009, p. 76)

A leitura do estudo de 1969, realizada pelo herdeiro do pensamento de Benveniste, dá o merecido destaque às discussões em torno do percurso epistemológico. O foco está na evidência epistemológica elaborada por Benveniste, a qual se dedica às análises dos distintos sistemas existentes em sociedade (artes, gestos, e diversas manifestações culturais), e, em especial, a língua(gem). Os sistemas distintos da linguagem operam sobre bases distintas, não contam com a dupla significância da língua, ora concentram o semiótico, ora o semântico. Cabe à língua(gem) o poder de interpretância, por causa da dupla natureza da relação semiótico/semântico. Esse percurso construído por Benveniste emerge das análises específicas de cada sistema. É conhecendo a respeito da historicidade específica de como cada sistema

opera que se pode não só ampliar os princípios saussurianos a respeito do signo linguístico como também apresentar a análise do *translinguístico dos textos*. Nesse ponto, Meschonnic (2009) afirma a existência de uma poética do ritmo que está inscrita na Semântica de Benveniste, o que não é permitido pela Semiótica. As discussões não se esgotam, apenas apresentamos um percurso simples de algo que se mostra complexo.

Dessons (2006), com a obra, *L'invention du discours*, fruto de uma pesquisa atenta sobre a visão antropológica da linguagem. O estudioso elenca obras⁴¹ pontuais de Benveniste. Dessons inicia a discussão com a noção de *comunicação*, enquanto objeto responsável por estabelece à ligação, entre as doze seções que organizam os dois volumes do PLG produzido por Benveniste e defende a importância desse conceito para o pensamento benvenistiano de linguagem, tendo em vista que ele congrega questões da antropologia Linguística. Esse percurso sinaliza para a existência de uma antropologia da enunciação a partir dos princípios linguísticos fundados por Benveniste.

Outro argumento destacado em prol de comunicação está no fato de que Benveniste é contrário ao conceito ligado à teoria da informação, a qual se dedica a transmissão de mensagens, no auge das discussões estruturalistas da geração de 40 e 60, na Europa. Para Benveniste, a *comunicação* é indissociável do ato de comunicar e da elaboração de valores constitutivos da sociedade humana, bem como, dos fatos de cultura. (DESSONS, 2006, p. 43). Considerando o pensamento benvenistiano pelo viés antropológico da linguagem, o capítulo *Une anthropologie du langage*, organiza todo o percurso de conceitos e princípios benvenistianos, a partir de relações duais e/ou tríades. Dessons (2006) apresenta os conceitos e princípios teóricos retirados dos PLG I e II. Desse modo, o estudioso realiza um trabalho atento às noções de *discurso*, *língua* e *linguagem*, *significação*, *subjetividade* e *tempo*, todas elas responsáveis pela trama que constitui a antropologia da linguagem, nos estudos benvenistianos.

Constatamos no livro, *L'invention du discours*, de Dessons, a ausência das considerações de Barthes (1984), a respeito do viés antropológico da Linguística, proposta por Benveniste. Essa ausência das discussões de Barthes (1984), na obra de Dessons (2006), no que diz respeito, à visão antropológica da Linguística inaugurada pelo linguista francês por ocasião da publicação do PLG I, em nada altera o valor da obra. Isso ocorre dada a

⁴¹ As seguintes obras de Benveniste utilizadas na obra *L'invention du discours* são PLG I, PLG II, Vocabulário das Instituições Indo-europeias e de textos inéditos que tratam da "*Langage poétique*". Incluiu informações retiradas da "*Bibliographie des travaux d'Émile Benveniste*" fornecidas por Möifar (DESSONS, 2006:18).

perspectiva de leitura produzida por Dessons para o viés antropológico da enunciação de Benveniste. O mérito do linguista está em incentivar o interesse de novos pesquisadores e leitores a compreenderem a respeito do viés antropológico da linguagem presente nos princípios teóricos da Teoria da Enunciação. Registramos que Dessons (2006) opta, ao final da obra, em dar destaque à frase de Barthes (1974) centrando o foco em reafirmar o posicionamento de Benveniste nas ciências humanas e o pioneirismo do linguista francês ao deter-se em *reflexões sobre a linguagem*. Além disso, reconhece a discussão de ritmo produzida por Meschonnic (2009) e o seu percurso de pesquisa a partir da Enunciação. Assim, cabe aos herdeiros do pensamento de Benveniste, continuamente, produzirem discussões em prol do grande mosaico que representa as ideias benvenistianas.

Por fim, elegemos a afirmação de Benveniste (1996) “A linguagem ensina a própria definição de homem”, tendo em vista a questão da amplitude que congrega a relação tríade: homem, língua(gem) e cultura; o estudo das categorias em prol do projeto de uma *Ciência geral do homem*; à crítica como percurso epistemológico contra a Semiótica e a inauguração de uma *Semântica da frase, ou da língua*. Para melhor visualizarmos a complexidade de tal discussão. Apresentamos o seguinte diagrama:

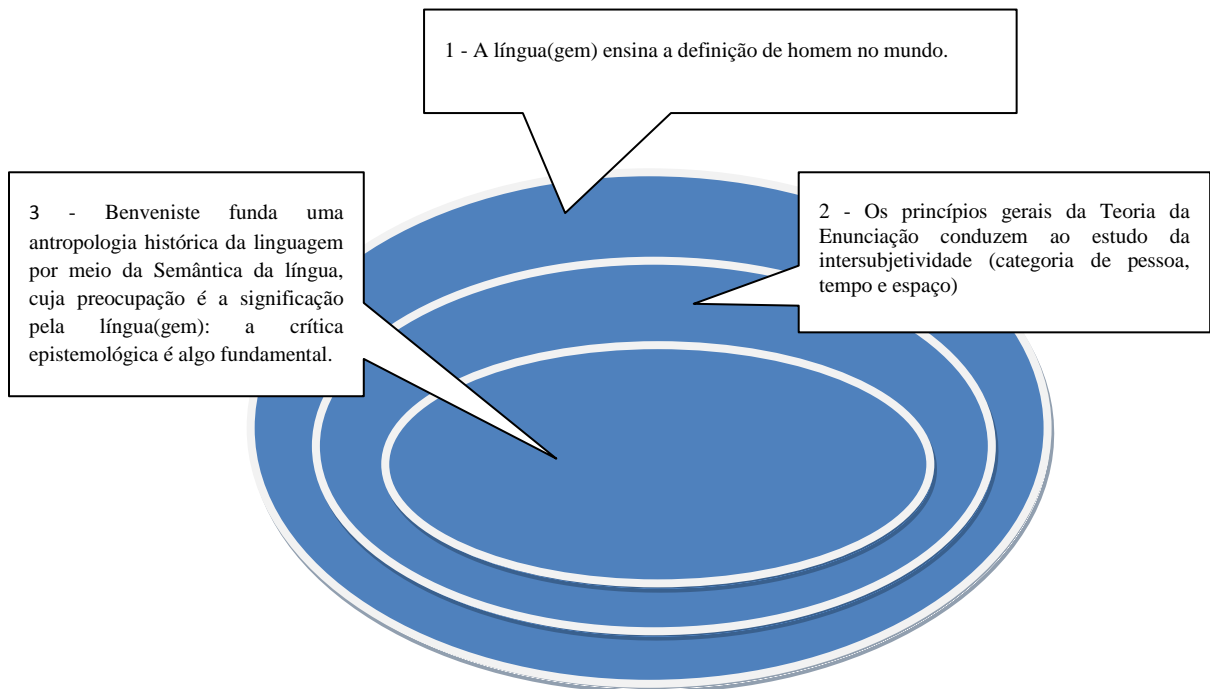


Diagrama 5 – O viés Antropológico da Enunciação, em Benveniste, pode ser identificado por meio de três núcleos.

O diagrama 5 ilustra a dimensão do percurso epistemológico empreendido por Benveniste. Por isso, os três grandes núcleos propostos em torno do viés antropológico da enunciação. Eles nascem de certa maneira dos *conflitos atuais* da língua(gem) à medida em que a nova Linguística proposta por Benveniste volta-se para o firme propósito de analisar as diversas manifestações linguísticas produzidas pelo homem.

1.3.2 – Discussões linguísticas e filosóficas tecem conceitos de *in-fância*⁴², *testemunho* e *tipos de testemunhas*

A projeção futura da Linguística proposta por Benveniste confirma-se pelo estudo da categoria pronominal e temporal, bem como a significação, por meio da ordem do *semiótico* e do *semântico*, na língua. Os princípios enunciativos são responsáveis por conduzirem o ir além dos limites heurísticos, por causa dos princípios antropológicos da Linguística que se entrelaçam com a questão antropológica da enunciação. Isso ocorre em prol da Linguística da Enunciação e da construção de outros percursos teóricos de interesse, por exemplo, a Filosofia. Elegemos, então, para a interface entre a Linguística de Benveniste e as áreas, a orientação filosófica em Agamben (2005; 2008). Guiamo-nos por este percurso, graças às leituras em Teixeira (2012). É ela quem, no Brasil, primeiro apresenta-nos o filósofo italiano, Agamben, como um dos herdeiros do linguista francês Émile Benveniste.

Agamben (2005; 2008) assume esse papel, porque atua no campo dos estudos da categoria de pessoa e seus desdobramentos na linguagem, cujas origens estão nos estudos teóricos dos PLG I e II⁴³, de Benveniste. As discussões filosóficas ampliam o potencial dos princípios enunciativos Teoria, no campo epistemológico que funda a *Ciência Geral do homem*. Recortamos, pois, a afirmação de Teixeira (2012, p.76): “o que particularmente chama a atenção de Agamben é Benveniste ter dado a conhecer a consistência puramente linguística do *eu* termo, identificado na instância de discurso”. A instauração do “eu” favorece o surgimento de conceitos de base enunciativa e filosófica para *in-fância*, *testemunho* e tipos de testemunhos.

⁴² Recebemos durante a defesa da tese, a recomendação por parte da prof^a Dr^a Silvana Silva para que o termo *in-fância* fosse suprimido do trabalho. Defendemos a permanência do termo, na tese, porque o termo filosófico surge em meio à visão antropológica do homem na língua proposta por Benveniste. Essa perspectiva ancora parte das análises dos testemunhos dos povos ameríndios quando da apropriação da língua, algo é próprio do homem.

⁴³ Agamben (2005; 2008) faz uso dos seguintes estudos teóricos de Benveniste: *A natureza dos pronomes* (1945); *Da Subjetividade na linguagem* (1958), *Os níveis de análise linguística* (1964); *Forma e sentido* (1967) e *Semiologia da língua* (1969) retirados das obras PLG I e PLG II.

Ono, em entrevista concedida às pesquisadoras brasileiras Silva e Milano (2014), assevera que as ideias de Benveniste abrem-se aos domínios extralinguísticos, quando revisitadas pelas discussões filosóficas de Agamben e Ginzburg. Optamos, neste trabalho, por seguir com Agamben (2005; 2008), porque os conceitos e ideias têm relações diretas com as discussões de apropriação da língua pelos indígenas, no que diz respeito às experiências de linguagem em testemunhos escritos em língua portuguesa. Essa escolha está no fato de que é possível compreender os locutores indígenas não como meros informantes, mas como aqueles que dão testemunhos pelos que não falam, ou em nome daqueles que foram destituídos de língua. Portanto, são os impossibilitados de falarem por não virem à apropriação da língua e a passagem da língua ao discurso.

A terceira justificativa em optarmos pelo caminho da interface entre as discussões linguística de Benveniste e as ideias filosóficas de Agamben está no fato de sermos influenciados por interpretações produzidas por Flores⁴⁴ (2013), Silva⁴⁵ (2013), Farias⁴⁶ (2014). Os linguistas elaboram os próprios percursos de análise enunciativa e utilizam de conceitos forjados pela interface entre a Teoria Enunciativa e das ideias filosóficas de Agamben (2005; 2008). Em comum, os trabalhos produzidos pelos linguistas brasileiros conduzem aos desdobramentos centrados nos tipos de testemunhos, e em análises dos “dados” observados, e mesmo, aos lugares ocupados pela figura do pesquisador que interpreta as materialidades linguísticas recortadas a partir de diferentes experiências de linguagem. As análises orientam para a capacidade que o locutor acaba por assumir ao esvaziar-se de si

⁴⁴ Flores (2012) discute, por meio do artigo *O homem não nasce na natureza, mas na cultura: assim fala uma criança*, o desdobramento a mais para o campo epistemológico pela interface entre a Linguística da Enunciação e as demais áreas das Ciências Humanas. O objeto do linguista brasileiro é apontar a possibilidade do lugar enunciativo: “libertamos a criança da histórica condição de informante para incluí-la no grupo das testemunhas” (FLORES, 2012, p. 9). O percurso teórico-metodológico empreendido por Flores (2012) contribui para a Ciência Geral do Homem e aprimora o campo investigativo do linguista e da própria Linguística da Enunciação.

⁴⁵ Silva (2013), em: “*O homem na língua: uma visão antropológica da enunciação escrita para o ensino da escrita*”, tese defendida pelo PPGL – UFRGS, discute a noção de testemunho por aquilo que é o termo não representa. Logo em seguida apresenta a delimitação do termo: “[...] é dentro do relato, esse instante de fulguração [...]”, ou mesmo, “a auto-referência, a presença da rima, da recorrência de um dizer [...]”. O conceito de testemunho por Silva é tomado como “lugares vazios”, na enunciação dada à natureza dos dados observados. A linguista brasileira traz importantes contribuições para o estudo da escrita acadêmica quando explora a construção de sentidos e da observação dos dados de pesquisa, isso se relaciona, diretamente, ao campo de atuação do linguista.

⁴⁶ Na dissertação, “Do testemunho de uma experiência na linguagem para uma reflexão enunciativa sobre o fazer linguístico implicado em aprender e ensinar Português como língua adicional”, a discussão em torno do termo “testemunho” segue pela heterogeneidade do campo epistemológico da Linguística da Enunciação e de discussões filosóficas de Agamben, com o foco no lugar enunciativo do “professor” de PLA (Professor de Língua Adicional) e de “alunos” não mais como informantes, mas como “testemunhas de um processo de aquisição de língua adicional”. Isso só é possível, em Farias (2014), pelos princípios enunciativos propostos por Benveniste e por desdobramentos filosóficos em Agamben (2008).

mesmo e colocar-se como sujeito na enunciação por meio do exercício que fazem da língua por meio da passagem do *semiótico* ao *semântico*. Lembrando que são trabalhos distintos entre si, e que, apenas nos conduzem a encontrar os nossos próprios percursos.

Os conceitos oriundos da interface, entre as duas ciências, a Linguística da Enunciação, são fundamentais para que se possam compreender a experiência de língua(gem), no que diz respeito à *in-fância* compreendida como a passagem que se dá para a linguagem humana, entre a língua (semiótico) e o discurso (semântico). Consideramos que isso implica também a relação língua(gem), homem e cultura. Somos guiados pela afirmação de Teixeira (2013, p. 77), uma vez que para a passagem de língua a discurso, tem-se a separação entre “natureza” e “cultura”. Isso ocorre, tendo em vista que o semiótico é a língua, denominada por Agamben (2005) de *pré-babélica*, porque é da natureza. O semântico ocorre quando do conceito de sujeito que se liga a “passagem da pura língua ao discurso”; por isso, liga-se à cultura.

Aliamos a esse momento de reflexão a respeito do conceito filosófico de *in-fância* de Agamben (2005), o viés antropológico da linguagem. Essa nossa afirmação encontra respaldo na afirmação do próprio Benveniste de que há a vocação humana para a linguagem e que esta se volta à significação: “Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (BENVENISTE, 2006, p. 222). Não há outra forma, na qual se possa explicar as funções vividas, em sociedade pelo homem, pois está na linguagem e no poder da significação que se tem a máxima para o “homem na língua”. A língua(gem) o faz pela capacidade de significar e o faz por meio da relação entre o *semiótico* e o *semântico*. Instaura-se nessas duas instâncias a lacuna que interessa ao analista, por meio dela tem-se a ênfase para ouvir a voz que emerge da “zona cinzenta”. Influenciados pelas discussões de Benveniste e de Agamben, interessamo-nos por esse percurso, uma vez que consideramos uma antecipação do que consideramos como testemunho, o “dado” é retirado do nosso *corpus* de pesquisa:

Quando eu ficava lá escutando, olhando fixo aquele professor falar e escrever não entendia nada e ao mesmo tempo tinha força de vontade de aprender e que um dia eia ser importante na vida, eu saber escrever e falar.
(RED 044)

Especificamente, buscamos interpretar o como se dá a experiência de língua(gem) vivida na experiência de linguagem em torno da aquisição da L2 língua portuguesa. Interessamo-nos a experiência vivida da linguagem, na qual o locutor apropria-se da língua para o ato

individual “aquele que fala a sua fala”. É no ato individual e singular da enunciação que o sujeito recria lugares de enunciação, ou seja, “zonas cinzentas” quando da passagem de língua a discurso, por meio da apropriação da língua do outro. (BENVENISTE, 2006, p. 84). Há nesse ato individual a instauração da lacuna, ou hiato, que contém o reconhecimento do duplo sistema disponível posto na “ação na língua”. É na passagem da língua a discurso, por meio das relações entre o semiótico e o semântico, que se instaura a lacuna, na qual devemos investigar.

Lembrando que é na passagem da língua a discurso, *in-fância*, que exige um esforço por parte do locutor, interpretado como a “entrada do homem na linguagem”. Em *Semiologia da língua*, Benveniste (2006) assevera que a entre o semiótico e o semântico na língua há um hiato que os separa. Investigar a respeito da “entrada do homem na linguagem” é compreender que isso pode ser feito por duas vias, as quais o analista deverá conhecer: 1) a *análise intralinguística* – surge de outra compreensão da significância, por meio da semântica; 2) a *análise translinguística* dos textos que surge “pela elaboração de uma metassemântica que se constituirá sobre a semântica da enunciação.” (BENVENISTE, 2006, p. 67).

Desse modo, buscamos compreender a voz que emerge dessa lacuna, ou zona cinzenta, a qual se refere Agamben (2008), na enunciação escrita produzida, por sujeitos, no momento da Prova de Redação Específica para Estudantes Indígenas – UFRGS – 2012. Para Agamben (2005, p.64), o homem difere-se do animal, uma vez que o animal já está na língua. Por outro lado, isso não acontece com o homem que nasce na cultura, visto que ele precisa apropriar-se do semiótico e realizar a passagem de língua a discurso. A construção da significação *pela* e *na* língua é responsável pela constituir o sujeito a propor sua subjetividade, colocando-se como “eu” na instância do discurso. Isso tem implicações diretas com as relações entre forma e sentido na língua. O homem só consegue o sentido quando rompe com o “mundo fechado do signo”, transformando a língua em discurso humano. O romper o “mundo fechado do signo” é defendido por Benveniste (2006, p. 235) quando afirma que há na língua um número limitado de lexemas que são utilizados como palavras; e há no semântico uma variedade infinita de frases possíveis, decorrentes da diversidade, ou da possibilidade em dizer.

É preciso conhecer um pouco mais sobre esse homem que emerge como sujeito nos testemunhos. Por isso, preocupamo-nos com o sujeito que emerge na instância do discurso. O locutor, no caso, o estudante/índigena que, ao apropriar-se da língua para se comunicar com o

outro, numa relação inter-humana, produz referências. Assim, é próprio ato de enunciação, individual e único que se instauram as referências entre o “eu” e o “tu”. É na instância do discurso que o homem emerge não mais como locutor, mas como sujeito que dá testemunho da língua(gem) e da cultura. Com isso, o acontecimento é o próprio ato de enunciar. É nesse ato que o locutor instaura a sua intersubjetividade colocando-se como “eu”, no discurso. Ao mesmo tempo, isso implica que “eu” desubjetivar-se. Agamben (2008) explica-nos que isso significa deixar o locutor deixa de ser o homem, apagar-se completamente, enquanto pessoa real, para emergir como sujeito na instância do discurso. Dessa forma, interessa-nos compreender a respeito de algo, como “história”, na passagem da língua a discurso, e da *infância* não como período cronológico do ser humano, mas sim como lugar no qual o sujeito instaura diferentes lugares enunciativos por meio da língua e seu poder de interpretância da sociedade, isso tem implicações com a língua(gem) e a cultura.

Há dois tipos de testemunhas descritas por Agamben (2008), para situar a questão de ordem linguística e filosófica tem-se o destaque ao Primo Levi⁴⁷ que, mesmo carregando o mal-estar, ou mesmo, a própria culpa, pelo fato de ter sobrevivido, estabelece o ato. O ato de testemunhar tem em si o processo constituído pela relação “eu” e o “tu”. E passa a ter valor quando da possibilidade e a da impossibilidade de não testemunhar. Isso significa que o testemunho é o encontro entre o testemunho (necessidade) e o não testemunho (impossibilidade), ou seja, “o testemunho é o encontro entre duas possibilidades de testemunhar”. (AGAMBEN, 2008, p. 48). Para o conceito de testemunha, tem-se além do Primo Levi, a definição latina:

O primeiro termo *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (**terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso. (AGAMBEN, 2008, p. 27) (itálicos do autor)

A identificação de testemunha em todos os sentidos para Primo Levi está no fato de que ele não é um *terstis*, ou seja, um “terceiro elemento entre dois contendores”. Ele é o *superstes*, porque sobrevive ao evento e dá testemunho disso. Essa testemunha reúne a

⁴⁷ Italiano de família judia era químico de formação. A experiência vivida, no Holocausto, em Birkeneau, na Polônia, e o retorno à Itália, após a libertação, em 1944, conduziram Primo Levi (1919-1987) à produção literária de poemas, memórias, contos e novelas. Em 1947, publica pela primeira vez a obra memorialística, *Se isso é um homem*. O escritor italiano produz outras importantes obras que lhe renderam prêmios e reconhecimento. As informações biográficas do autor estão disponíveis em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Primo_Levi - acessado em 01 de fevereiro de 2014.

dialética sob duas outras condições. A primeira é que ela pode assumir a voz da não-testemunha que nada tem de interessante para contar, ou não consegue fazê-lo. A segunda é que ela representa a testemunha que “tocou o fundo”, por isso tem muito a testemunhar, ou seja, necessita falar. As características linguísticas da testemunha *superstes* há o fato de que: “Os homens são homens enquanto dão testemunhos do não-homem” (AGAMBEN, 2008, p. 124). Isso significa considerar os princípios da subjetividade na linguagem defendidos por Benveniste e as discussões filosóficas, na qual o locutor é despojado da realidade psicossomática. É preciso deixar de ser um sujeito real e identificar-se como “eu”, absolutamente vazio de qualquer substancialidade para que se instaurar como sujeito linguístico, como “eu”, na instância do discurso.

Esses conceitos fundam a própria essência da testemunha *superstes*. Portanto, optamos por seguirmos com a compreensão do tipo de testemunha que emerge da experiência de linguagem por meio da análise dos “dados” recortados para o *corpus* da tese por meio desses percursos teóricos. No momento, repetimos o questionamento: Que tipo sujeito emerge dos testemunhos produzidos na situação enunciativa da Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE – UFRGS? Antecipamos que o sujeito que emerge da instância do discurso nos “dados” que iremos apresentar, implica que o locutor diga “eu”. Esse sujeito é constituído pelo caráter de testemunha, na categoria de *superstes*. Por compreendermos que o “eu” marca a sua subjetividade, na linguagem como “acontecimento da palavra” e, ao mesmo, tempo coloca-se no “aqui” e no “agora” da enunciação. Além disso, consideramos que a noção de testemunha segue associada ao momento da escrita, no presente da enunciação. Esse tempo presente é o da enunciação vivida pelo homem, no ato da enunciação. Guiamo-nos pelo princípio de Benveniste (2006), no qual além, da pessoalidade, inclui, a temporalidade e espacialidade. A questão da temporalidade humana é fundamental para a constituição da intersubjetividade no discurso. Leiamos:

O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 2006, p. 78)

O linguista francês distingue o tempo cronológico do tempo linguístico. O tempo linguístico não se reduz as marcas dos fatos históricos; e “nem se fecha em uma subjetividade solipsista”, individual e própria de um único indivíduo. O tempo do discurso é de outra natureza, está ligado à comunicação linguística entre parceiros e é responsável por marcar “a

condição de intersubjetividade”. É por meio de índices específicos que o locutor faz uso da experiência de linguagem com o seu parceiro. Nesse sentido, Agamben (2008, p. 125) inclui, para a noção de testemunha, o tempo presente na enunciação, uma vez que o “[...] homem só dispõe de um modo de viver o “agora”, a saber, realizando-o por meio da inserção do discurso no mundo, dizendo *eu, agora* [...]”. Portanto, é preciso compreender o processo de significação que são construídos nos testemunhos produzidos por povos ameríndios, no “aqui” e no “agora” da enunciação. Isso tem implicações com as análises que apresentamos, no Capítulo II da tese, no item a respeito da *experiência da linguagem*. Para o momento, apresentamos o seguinte quadro:

Termos	Conceitos oriundos das discussões entre os princípios enunciativos e as discussões filosóficas de Agamben
<i>In-fância</i>	<p>- não é um período cronológico para o homem, é algo ligado à linguagem;</p> <p>-[...] passagem <i>pela</i> e <i>na</i> linguagem humana. Acontece entre a língua (semiótico) e o discurso (semântico) por meio da relação triática (língua(gem), homem e cultura). A <i>in-fância</i> é o que separa “natureza” e “cultura”, tendo em vista que o semiótico é o sistema. O semântico traz a abertura para a significação, quando da ação do sujeito em realizar a passagem língua (forma) ao discurso (sentido), reafirmando que o homem nasce na cultura e não na natureza.</p> <p>Assim, o conceito de <i>in-fância</i> cujas origens estão nos princípios da Linguística da Enunciação, com as discussões de <i>forma</i> e <i>sentido</i> na língua(gem), e nas discussões filosóficas de Agamben (2005), isso nos interessa, tendo em vista, à abertura para o mundo da significação, por meio da experiência de língua(gem). O sujeito é a origem da linguagem, uma vez que é pela apropriação do aparelho formal da enunciação que se faz referência no discurso.</p>
<i>Testemunho</i>	<p>O termo ocorre na instância do discurso, pois é nele que o homem emerge não mais como locutor, mas como sujeito que dá testemunho da língua(gem) e da cultura. O sujeito instaura o acontecimento, ou seja, o próprio ato de enunciar. É nesse ato colocar a língua em ação que o locutor instaura a sua intersubjetividade instaurando-se como “eu”, no discurso.</p>
Tipos de testemunhas	<p>- <i>testemunha terstis</i>: “terceiro elemento entre dois contendores”. (cf. Agamben, 2008);</p> <p>- <i>testemunha superstes</i>: “indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto dar testemunho disso.” (2008). Além disso, a <i>testemunha superstes</i> reúne a subjetividade na linguagem, por meio da dialética entre o “eu”, na qual a constitui testemunha do não-homem. Significa que ao se propor como “eu”, a <i>testemunha superstes</i> é despojada da realidade psicossomática, para se constituir como “eu”, na instância do discurso. Inclui-se nessa constituição, a categoria da temporalidade, uma vez que o tempo na enunciação é fundamental, uma vez que o sujeito só vive uma vez o “aqui” e o “agora, na instância do discurso”.</p>

Quadro I – Conceitos teóricos oriundos das discussões enunciativa e filosóficas de Agamben (2008)

Os conceitos destacados no Quadro I visam contribuir para a compreensão inicial dos termos teóricos, específicos da tese. Esclarecemos que os conceitos orientaram, no Capítulo III, a identificação do tipo de testemunha nas análises.

1.4 – Alguns encaminhamentos teóricos

A tarefa do linguista não é fácil, tudo se dá por caminhos árduos, a exemplo da determinação de Benveniste (2006, p. 26). Projetamos as discussões deste trabalho para o fato de que a Linguística é uma ciência que se destaca das demais ciências, por conceber que a língua como “[...] fundamento de toda vida de relação.” Esse fundamento está em Benveniste e está diretamente ligado aos princípios gerais, em torno de língua, fala e linguagem que favorecem continuamente a vida de relação da língua, nos fatos humanos, com o objetivo de significar. Além disso, a prática investigativa dá-se, em torno do mistério de que, a língua é objeto do linguista. Esse objeto é compreendido, sempre novo, posto que o homem utiliza-a sempre de maneira individual e inédita para a interlocução com outro homem, em sociedade. A comunicação compreendida por Benveniste dá-se pela relação da linguagem e os homens, e entre os homens e o mundo. Isso traz à tona não meramente ruídos vocais, ou escritos, mas é a *alma que exalta* pelo uso que o homem faz da língua(gem), na cultura, porque é da natureza humana comunicar, ou seja, fazer uso da palavra. Desse modo, cada vez que a palavra é dita pelo homem, em sociedade, expõe o acontecimento único e irrepetível. Isso significa dizer que a palavra tem o poder de fazer com que o mundo recomece sempre e continuamente de forma inédita para a significação. (BENVENISTE, 1996, p. 31). Interessamo-nos por esse recomeço que está na subjetividade da linguagem por meio da apropriação da língua pelo sujeito.

Aqui, talvez surja o questionamento de (a) nosso(a) leitor(a), exigente, ao final desse Capítulo I: “Ao apresentar *A Linguística e as interfaces com as Ciências*”, estaríamos instaurando o perigo eminente em esquivarmo-nos de interesses pertinentes à tese? Reconhecemos a pertinência de tal problematização. Colocamo-nos na tentativa de responder ao nosso interlocutor, ao final do Capítulo I, da tese. A primeira justificativa está na emergência mais do que explícita de materializarmos, sim, as leituras recebidas durante a formação por conta da nossa inserção ao Programa de Doutorado “Dinter em Letras - Novas Fronteiras”. As leituras iniciaram-nos à prática de revisitação de princípios gerais, à leitura dos princípios enunciativos e à compreensão desses a partir da visão antropológica da linguagem.

A segunda justificativa está no rigor dos princípios gerais propostos por Saussure para a instauração do lugar da ciência da linguagem entre as ciências já existentes; a vinculação da Linguística moderna à Semiologia e as aberturas para o surgimento de outras Linguísticas,

desafiam-nos. Isso ocorre por causa da natureza do objeto da ciência da linguagem, cuja origem semiológica permite investigações profundas. Lembramo-nos, ainda, que Saussure ao instituir a Linguística moderna, inaugura o caminho para o surgimento de outras Linguísticas, bem como, o diálogo com outras áreas do conhecimento humano. Desejamos, aqui, compreender, com a Teoria da Enunciação de Benveniste, parte desse acontecimento quando nos questionamos a respeito dos lugares ocupados sujeitos ao enunciar apropriar-se da língua(gem). Interessamo-nos pelo ato de comunicar que é tomado num primeiro momento como acontecimento único e irrepetível produzido pela produção escrita em língua portuguesa levam-nos aos princípios linguísticos que definem a “cultura” por meio da língua(gem) e do homem. É por esses caminhos que nós, linguistas, aprimoramos as reflexões teóricas na produção de conceitos e de termos a respeito de frase e discurso. Assim, voltamo-nos, também, aos diálogos que permitem compreender a respeito do viés antropológico da linguagem, desde as origens da Linguística moderna, no que diz respeito, aos percursos do desenvolvimento da Linguística da Enunciação e da interface com as demais áreas das Ciências Humanas. Isso conduz-nos aos conceitos de *in-fância* e *testemunho* forjados a partir de diálogos da Teoria Enunciativa de Benveniste e de pensamentos filosóficos de Giorgio Agamben (2005; 2008). Além disso, compreendemos como importantes os diálogos da Linguística da Enunciação com as demais ciências em torno do *projeto de estudo da natureza dos pronomes*, em prol da *Ciência Geral do Homem*.

A última justificativa elencada está na relação de interpretância da cultura pelo exercício da língua viva pelo sujeito que se coloca *na* e *pela* língua(gem) por ser “eu”, e com isso instaura a presença do “eu”, com vista a elucidar a respeito do “ele”.

Incluimos nesse percurso da Teoria da Enunciação e da visão trinitária para as relações interlocutivas do homem na língua(gem), as orientações dadas pelo etnólogo Castro (2011, p. 477) que estudou as sociedades indígenas brasileiras, no Xingu, nos anos 70, e apresenta aspectos pertinentes aos diálogos com a Linguística. Após inúmeras pesquisas e vivências, o antropólogo brasileiro identifica que o binarismo não é a única chave para a compreensão das relações nas sociedades indígenas como muitos antropólogos defendiam para discussões simbólicas. Qual seria, então, a outra *chave de abertura* que menciona Castro? Para as questões dos povos ameríndios, o ideal é evitar o caminho da visão filosófica binária como sendo a única, visto que em se tratando de povos ameríndios tem-se uma cosmologia muito diversificada, ligada à existência do simbolismo que inclui a presença do terceiro elemento,

*mediador*⁴⁸, e de questões do *perspectivismo ameríndio*⁴⁹. As reflexões a respeito de simbolismos dos povos ameríndios trazem de direcionamento à escolha de seguirmos pelos princípios da Teoria Enunciativa. Aliamos tais perspectivas antropológicas a respeito do pensamento dos povos ameríndios, porque é por meio das experiências de língua(gem) que o sujeito se coloca em relação à linguagem e ao outro, na cultura como testemunha que vive o processo e dá testemunho de si e do outro. O ato individual e subjetivo do sujeito é traduzido pela conversão da fala em discurso, por meio do uso de mecanismos próprios da língua portuguesa escrita.

Interessamo-nos, pois, pelo processo dinâmico que a língua permite ao locutor indígena em colocar se como sujeito e investigarmos a respeito dessa situação enunciativa no mundo. Novamente, utilizamo-nos das ideias produzidas por Castro (1996, p. 125) quando ele constata que “[...] as categorias indígenas de identidade coletiva têm aquela enorme variabilidade contextual de escopo característica dos pronomes, marcando contrastivamente desde a parentela imediata de um Ego até todos os humanos, ou todos os seres dotados de

⁴⁸ As pesquisas antropológicas de Castro (2011, p. 43) identificam a complexidade do pensamento das sociedades indígenas em seguir pelo *perspectivismo* que é próprio dos povos ameríndios. Isso compreende afirmar que as comunidades indígenas diferenciam-se do pensamento ocidental. Em comum, os povos ameríndios estabelecem relações, isso aponta para um percurso de pensamento sistêmico, cuja origem é trinitária, ou mesmo, centrada em uma cosmo visão. Inúmeros são os exemplos, destacamos as relações entre a caça, o grau de humanidade e o que se deve comer, ou não. Para essa relação tem-se, segundo o etnólogo brasileiro, o mito de que “gente é macaco de onça”, cujo simbolismo segue pela questão de que “Sol e Lua tentaram convencer seu pai de que doravante devia comer apenas bicho, não gente, um contrato que estabelece a separação entre humanos/jaguars, lembrada cada vez que os homens comem macacos (e, ao contrário, cada vez que uma onça ataca um humano)”. O elemento escondido, ou o contrato está em alimentar se de macaco, bicho, e não gente. Por isso, o índio quando sai para caçar macaco, não diz bicho, mas “gente”. O que os diferem: macaco, onça e homem, é o traço de humanidade e não de animalidade. O homem é o único ser que só tem o traço de humanidade. Em outra circunstância alimentar do povo Yawalapíti, do Xingu, por exemplo, no caso dos vegetais, tem-se a relação sistêmica para mandioca, pequi e a associação destas com as mulheres. Já, as plantas e raízes, como a pimenta e o tabaco, relacionam-se com os xamãs. Isso é importante para que possamos compreender as relações que apontam para a existência de um terceiro elemento sempre a ser descoberto. (CASTRO, 2011, p. 53).

⁴⁹ Por *perspectivismo ameríndio*, Castro (2011, p. 351) compreende o modo distinto dos povos ameríndios em veem os seres que habitam o mundo, seja o terreno, ou, o animal, ou mesmo, o espiritual. Por outro lado, tem-se o modo como os animais, espíritos veem os humanos, em relações interlocutivas de ligadas ao inesperado, ou ao inédito que ocorre no interior da mata: “[...] o modo em que os seres se veem [...] como os seres humanos são vistos e como se veem a si mesmos”. O centro desse modo de pensar está “personitude” e a “perspectividade” que se relacionam diretamente com a questão de ocupar um *ponto de vista*. Outra característica marcante está na concepção de que os animais são gentes, por isso se veem como pessoas e não como animais. Há nisso a subjetividade, ou melhor, a intencionalidade, porque os animais (ou seres espirituais) vestem-se de roupas para assumirem o ponto de vista e dialogarem com os humanos: “A noção de “roupa” é, com efeito, uma das expressões privilegiadas da *metamorfose* [...]”. Na visão simbólica dos povos ameríndios, os animais, os espíritos, os xamãs, e outros seres utilizam vestir se em outra “roupa”, ou pele, para transitar entre mundos distintos. É uma capacidade transformacional muito utilizada pelos povos ameríndios em transitar entre pontos de vistas distintos com o mesmo corpo, principalmente, para os xamãs, ou líderes. Aqui, eu acrescento o sujeito bilíngue, ou mesmo a figura do professor indígena bilíngue. Atualmente, esse ser ocupa o lugar daquele que transita entre dois mundos auxiliando no processo de comunicação entre a sociedade indígena e a sociedade não-indígena, porque dá testemunho daqueles que não podem falar.

consciência [...]”. Se há nesse simbolismo a *variabilidade contextual de escopo* dos povos ameríndios, acreditamos que para proceder à investigação dos lugares ocupados pelo sujeito na enunciação seguimos com a opção pelos princípios enunciativos de Benveniste e com a sua Linguística voltada à questão da língua e da significação construída por sujeitos que fazem uso da língua viva. Além disso, há que se considerar os diálogos interdisciplinares entre essa linguística e as demais áreas, a própria, Linguística, a Filosofia e a Antropologia.

Projetamos, para o Capítulo II desta tese, o percurso teórico centrado nas noções de cultura por meio das relações de língua(gem) e o homem. Integramos, com isso, o viés antropológico da enunciação empreendido pelos percursos de Benveniste e pelos princípios enunciativos da Linguística. Com isso, buscamos construir o percurso das *experiências de linguagem* à luz das discussões enunciativas.

Capítulo II

As relações de língua(gem) e cultura como condição para “*O homem na língua*”

Tecer era tudo o que fazia. (COLASANTI, 2000)

[...] aprender a língua portuguesa possibilita ao indígena mostrar a sua cultura e contar a sua história para o mundo através do seu ponto de vista. Mostrando quem realmente são. Permite-lhes participar da sociedade em que estão inseridos, no caso a brasileira. (RED 066)

Nenhuma ciência do homem escapará a essa reflexão sobre o seu objeto e sobre o seu lugar no seio de uma ciência geral da cultura, pois o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura. (BENVENISTE, 1995, p. 48)

Para a abertura deste capítulo, destacamos o posicionamento que vem de Malinowski (1944). O antropólogo, ao discorrer sobre o termo “cultura” para a Antropologia, a partir do pensamento estruturalista, busca redimensionar as discussões para tratar do tema. Nesse movimento inicial, o estudioso revela a universalidade do conceito de cultura para a Antropologia e as demais áreas do conhecimento humano. Leiamos a seguinte passagem:

A cultura, como o mais amplo contexto de comportamento humano, é tão importante para o psicólogo como para o estudante de Ciências Sociais, tão importante para o historiador como para o linguista. Acredito que a linguística do futuro, especialmente no tocante à ciência do significado, tornar-se-á o estudo da linguagem no contexto da cultura. (MALINOWSKI, 1970, p. 20) (grifo nosso).

O antropólogo não só reconhece amplitude do conceito de cultura junto às *ciências do homem*, como também atribui a importância do estudo do termo à Linguística moderna. O reconhecimento, em especial, à Linguística moderna está no fato de que ela é a ciência que se dedica ao estudo do significado. Saussure e seus herdeiros são responsáveis não só por alterar os rumos da ciência da linguagem, devido ao fato de dedicarem-se à questão dos *estudos da linguagem no contexto da cultura*. As ideias e os princípios da Linguística ressoam em diferentes áreas das ciências do homem, uma vez que não há como excluir a *linguagem no contexto da cultura*.

Resumindo, é de interesse da Linguística moderna e de seus herdeiros incluir nos estudos o conceito de “cultura”, por conta do semantismo social inerente à linguagem.

Empreendemos, aqui, a inclusão de fios importantes para a discussão que envolve língua(gem)/homem/sociedade/cultura. O primeiro é com Saussure por meio dos princípios gerais; o segundo é o papel de Antoine Meillet. Para Meillet, isso se deu por conta de alterações na *biografia da linguística francesa* decorrentes dos ensinamentos centrados nas ideias de Saussure e nos desdobramentos empreendidos por ex-alunos. (BENVENISTE, 2006, p. 11-12). Ressaltamos, entre eles, Benveniste.

Em 1963, Benveniste (1996, p. 48) apresenta o axioma: *o homem não nasce dentro da natureza, mas dentro da cultura*. Esse pensamento do linguista francês projeta a Linguística para a crítica às interpretações em torno do termo cultura a partir de distinções necessárias entre o tratamento dado para o objeto pelas ciências naturais e históricas, e o da perspectiva da linguagem:

A ascensão do Homo na série animal pode haver sido favorizada pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade. (BENVENISTE, 1996, p. 29) (grifos nossos).

A supremacia da Linguística está em compreender o objeto cultura pela questão da linguagem e pela capacidade de simbolizar do homem. Tecemos, para a primeira parte, reflexões a respeito da *capacidade de simbolização*, pois entendemos, à luz do pensamento benvenistiano que ela diferencia o homem do animal. O diferencial está na *faculdade de representação simbólica* que é própria da raça humana. Para a segunda parte que discute as noções de cultura, incluímos, então, a questão da *interpretância*, que se liga à língua(gem), sem a qual não se consegue interpretar a própria sociedade.

Dessa forma, no segundo momento deste capítulo, apresentamos os princípios da Teoria Enunciativa de Benveniste. Utilizamos de leituras de Flores (2013), que os organiza em três momentos⁵⁰. Os princípios enunciativos são os mais férteis do campo, uma vez que interligam diferentes situações de prática social. Antecipamos que eles são fundamentais para compreendermos *as relações entre língua(gem) e cultura como condição para “O homem na*

⁵⁰ O conceito de momentos para os princípios epistemológicos da Teoria Enunciativa é de Flores (2013). O linguista brasileiro orienta a leitura dos estudos teóricos a partir de três grandes momentos: pessoa e não-pessoa; estudos semânticos por meio do semiótico e do semântico e o estudo síntese o *Aparelho formal da enunciação*. Flores (2013) adverte ao leitor de Benveniste que os três momentos de construção dos princípios epistemológicos de Benveniste não se resumem exclusivamente a esses, uma vez que a Teoria da Enunciação é constantemente revisitada, seja a partir de suas obras públicas e revisadas, seja pelas novas investigações a partir dos rascunhos e notas deixadas pelo linguista francês.

língua". Por isso, reafirmamos a importância dos princípios por meio das categorias de pessoa, tempo e espaço. Procedemos com a Semântica, uma vez que é com ela que Benveniste inaugura o estudo do discurso a compreensão da significação. Amparamo-nos, também, nos leitores benvenistianos Meschonnic (1982), Normand (2008), Kristeva (2012), Flores (2013), Agamben (2005; 2008) e, em alguns momentos, em Castro (2006; 2011).

Por fim, em um terceiro momento do capítulo, apresentamos as materialidades linguísticas do *corpus de pesquisa* e o *corpus* das análises dos dados. Aqui, evocamos a ação da moça no tear, conto de Colasanti (2000), "Tecer era tudo o que fazia".

2 – Noções de “cultura” a partir das relações de língua(gem) e homem, nos PLG I e II, em comum o simbolismo e a interpretância

Para o percurso epistemológico das noções de “cultura”, em Benveniste, trilhamos a compreensão a partir de dois movimentos⁵¹ epistemológicos, em torno do objeto, no PLG I e II. Assim, defendemos que haja noções de “cultura”. Essa nossa afirmação está pautada em Kristeva (2014) e na identificação desses percursos que não se opõem; pelo contrário, são movimentos epistemológicos complementares e decorrentes de períodos e estudos distintos em Benveniste. Aproveitamos, então, para balizar as noções de cultura.

A primeira noção geral é a de que o termo cultura liga-se, diretamente, à capacidade do homem em simbolizar, e, num segundo, a noção de cultura seguirá, como já dissemos, a de interpretância. Por isso, têm o mesmo valor de referência. O termo cultura liga-se à relação entre o homem e o mundo, ou mesmo do homem com outro homem, cujo centro é a significação por meio do uso que se faz da língua(gem).

Para o primeiro movimento empreendido, no PLG I, reportamo-nos, ao estudo de 1954, *Tendências recentes em linguística geral*. Nele, Benveniste discorre sobre a questão comum entre língua e cultura decorrentes da operacionalização das formas simbólicas. Para esse pensamento, o linguista francês afirma que a Linguística é, entre as demais áreas do

⁵¹ Para a questão de movimento, reportamo-nos a Kristeva (2014, p. 37-39), tendo em vista que é dela a afirmação de que há “dois Benvenistes” inscritos no PLG I e II. Essa afirmação é justificada pela “evolução do pensamento”. O primeiro, diz respeito ao PLG I, o qual reúne estudos de 1939 a 1964. O projeto do PLG I está centrado em responder questões teóricas a partir de uma formação clássica da linguística comparada. Nesse, Benveniste busca aprofundar em questões de línguas, as quais fundamentam a teoria. É um movimento marcado por intensas experiências linguísticas e culturais por parte do linguista. O segundo, o PLG II, reúne artigos de 1965-1970, nele Benveniste direciona o campo investigativo de suas ideias às questões do signo linguístico, com vistas a instaurar uma nova Semântica, cujos interesses estão ligados ao *semiótico* e ao *semântico*, na linguagem. A interpretação de Kristeva (2014) é específica para o foco de análise e discussão da obra *Dernière leçons*, ousamos, aqui, utilizá-la para as noções de cultura.

conhecimento humano, a que tem prioridade em deitar investigações a respeito das propriedades do símbolo. Mas não é por questões da *lógica simbólica*, ou por forjar métodos fechados e impróprios. Isso se dá pelas condições de linguagem que são tão específicas e únicas que acabam por “[...] estabelecer como um fato que há não apenas uma, porém várias estruturas da língua, cada uma das quais possibilitaria uma linguística completa.” (BENVENISTE, 1995, p. 17). Na língua(gem), não se tem assim o domínio lógico e exato de questões que se mantém por distinções e relações de regularidades. Afinal, o sistema opera pelas relações opositivas que estão na língua.

Lembramo-nos de um dos princípios evocados por Benveniste (1995, p. 17): a linguagem liga-se aos *factos humanos*. Por seguir por esse princípio tão presente no percurso da ciência, temos a seguinte afirmação: “[...] é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação. Uma outra linguística poderia estabelecer-se sobre os termos desse trinômio: língua, cultura, personalidade.” Compreendemos que a passagem é complexa, visto que o desdobramento decorre de uma trilogia epistêmica. As origens da primeira base estão no conceito de língua saussuriano de “[...] tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 21). A língua herdada pela fala faz o homem pertencer à mesma comunidade de falantes. A gênese da interação entre homens por meio da língua traz como consequência a cultura, que é compartilhada e constituída pela linguagem. Essa visão é interessante para os rumos da ciência da linguagem.

Em 1963, Benveniste atribui ao homem a função de elo para a dualidade, língua e sociedade/cultura. A tríade perfeita é discutida a partir do enfoque da *faculdade simbólica do homem* por meio da aquisição e do uso que o homem faz da língua(gem). Recortamos o seguinte fragmento:

De fato, a faculdade simbólica no homem atinge a sua realidade suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência; todos os outros sistemas de comunicações, gráficos, gestuais, visuais, etc. derivam dela e a supõem. Mas a linguagem é o sistema de dupla ordem: de um lado físico e de outro a estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos, ou as experiências. (BENVENISTE, 1995, p. 30)

A representação simbólica humana atinge o auge por meio da linguagem. Não há outra representação simbólica mais completa do que a língua para o homem. Ela reúne a dupla natureza, *física e imaterial*, para comunicar significados e para interpretar a própria sociedade.

Assim, para Benveniste (1995, p. 31), a língua e cultura aproximam-se, tanto que são vistas como conceitos complementares: “Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são *dadas*. Mas também são aprendidas pelo ser humano, que não lhes possui o conhecimento inato.” (grifo nosso). Não há como fugir desse princípio cuja origem está no pensamento do mestre genebrino (1916):

[A língua] Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem a necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança assimila. (SAUSSURE, 2006, p. 22 – grifos nossos)

Os princípios gerais dão conta de que o homem não tem como escolher. A língua é herdada pela sociedade quando se entra em contato. É em sociedade que o homem conhece o funcionamento e aos poucos assimila a língua. Esses princípios apresentados por Saussure são retomados por Benveniste (1995), uma vez que são fundantes para se pensar a respeito da questão da língua e dos processos de aquisição da língua em sociedade. O diferencial é que o linguista francês inclui a questão pelo viés antropológico da enunciação, em torno da “palavra” e dos usos que o homem faz da “língua viva”, considerando, para isso, que os processos intelectuais mais complexos só passam a ser mais significativos para a criança à medida que ela toma consciência por meio da língua e da cultura. Leiamos:

À medida que se torna capaz de operações intelectuais mais complexas, integra-se na *cultura* que a rodeia. Chamo cultura ao meio humano, tudo o que, do outro lado do comportamento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humana forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. (BENVENISTE, 1995, p. 31-32) (grifo nosso)

Para a noção de cultura, no estudo de 1963, Benveniste segue pelas discussões linguísticas de pensamento, a qual compreende o objeto cultura associado às características simbólicas da aquisição da linguagem e de significação. Acrescenta outro aspecto muito importante: “a cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização”. Esse pensamento do linguista mostra a adesão ao pensamento do antropólogo F. Boas (2005), que realizava, na época, um método para a pesquisa distinto do comparativo histórico. O percurso metodológico do antropólogo baseava-se em não identificar nas diferentes sociedades os problemas, mas sim, compreender a respeito dos percursos próprios

do desenvolvimento: “[...] cada grupo cultural tem sua história própria e única, parcialmente dependente do desenvolvimento interno peculiar ao grupo social e parcialmente de influência exteriores às quais ele tenha submetido.” (BOAS, 2005, p. 47). Esse percurso trouxe à tona a discussão de que as Ciências Sociais não deveria seguir pela classificação das sociedades pelos níveis culturais, como mais evoluídas, ou mesmo evoluídas, a questão passa por outro caminho: a da linguagem. Isso fez, na Linguística, Benveniste aderir ao pensamento de que todas as línguas tenham os mesmos direitos, uma vez que é preciso interpretar os processos de aquisição da língua e de simbolização, independentes do fato de que a sociedade seja ágrafa, ou não. O importante no estudo da(s) língua(s) é o fato que o sistema percorre níveis distintos não comparáveis entre si, e, nem, por isso são mais, ou menos evoluídos.

No estudo *Saussure após meio século*, Benveniste (1995, p. 47) busca desfazer certos equívocos de pensamento, a respeito da afirmação de que a língua é diluída na sociedade. Ele rebate afirmando que não é possível à língua diluir-se na sociedade, pelo contrário, “[...] é a sociedade que começa a reconhecer-se como “língua” [...]”. Para que o homem se reconheça na sociedade por meio é preciso estabelecer oposições entre o que é da *natureza “simples”* e os *fenômenos próprios do meio humano*. Leiamos a seguinte passagem:

[...] os dados físicos e biológicos, que apresentam uma natureza “simples” (qualquer que seja a sua complexidade) porque pertencem inteiramente ao campo em que se manifestam, e porque todas as suas estruturas se formam e se diversificam em níveis sucessivamente atingidos na ordem das mesmas relações; e de outro lado, o fenômenos próprios ao meio inter-humano, que têm essa característica de não poderem jamais ser tomados como dados simples nem definir-se dentro da ordem da sua própria natureza, mas devem sempre ser recebidos como duplos, pelo fato de que se ligam a outra coisa, qualquer que seja o seu “referente”. (BENVENISTE, 1995, p. 47) (grifo nosso)

Há a opção pelos fenômenos inter-humanos, por causa da natureza do objeto que como já dissemos, anteriormente, não é simples. Segundo Benveniste (1995, p. 47), é de natureza dupla: “[...] pelo fato de que se ligam a outra coisa, qualquer que seja o seu “referente” [...]”. A natureza dupla do fenômeno da cultura discute as noções do objeto pelas diferenças. Com isso, o linguista francês fundamenta a discussão em torno da noção de cultura, uma vez que língua e cultura contém a mesma dualidade tornando-as muito idênticas. Para esse aspecto, é necessário pensar que se possa compreender para o objeto da cultura a questão do referente, compreendido pelo processo de interlocução que o “eu” realiza com o “tu”, por meio da língua. É ela que faz com que o homem se reconheça como sociedade, ou seja, compreenda os

valores culturais. Nesse estudo de 1963, o linguista francês anuncia outra vez a ciência da cultura: “[...] No dia em que uma ciência da cultura tomar forma, fundamentar-se-á provavelmente sobre esse caráter primordial e elaborará as suas dualidades próprias a partir do modelo que Saussure deu para a língua, sem se submeter necessariamente a ele.” (BENVENISTE 1995, p. 47). Ela capacidade de prognosticar o futuro da Linguística é herdada do mestre genebrino. É Saussure quem ensina Benveniste a pensar a respeito do objeto, e mesmo, a propor os fundamentos epistemológicos para a nova ciência.

Para justificar esse posicionamento um tanto amplo na teoria de Benveniste, reportamo-nos à seguinte passagem do estudo de 1966, *A forma e o sentido na linguagem*, no qual Benveniste assevera a respeito da função mediadora da língua “[...] entre os homens e o mundo, entre o espírito (pensamento) e as coisas, para transmitir informação, comunicar experiências, impor a adesão, suscitar respostas, às vezes implorar, ou mesmo constranger; em resumo, organizando toda a vida dos homens.” (BENVENISTE, 2006, p. 229). Aqui compreendemos a leitura profunda de Benveniste para a língua e sua função mediadora. As origens estão natureza do objeto devota ao campo semiológico.

A língua cumpre sua função graças à natureza que reúne duas características: “[...] caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que a constitui.” (SAUSSURE, 2006, p. 124). Tem-se, assim, a organização do sistema e as relações significativas. Elas projetam para que a língua exerça a função no jogo comunicativo. É do próprio caráter semiológico que se determine o papel em relação aos demais objetos. Por isso, a língua é o interpretante por natureza de todos os demais sistemas disponíveis ao homem em sociedade.

No segundo tomo do PLG, a noção de cultura segue vinculada à discussão do significar na língua(gem). As noções para o termo cultura pensadas por Benveniste, ao longo desse segundo movimento, têm reflexões mais profundas e complexas por retomar o projeto saussuriano. Em 1968, durante a entrevista a Pierre Daix, o linguista afirma a necessidade de construir um corpo de definições para o termo cultura. Para isso, discute a definição de cultura sistema, igual à língua, que é capaz de distinguir o sentido. Assim, a cultura é compreendida como um sistema de valores muito parecido com a língua: “[...] A cultura é também um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem. Tomo o exemplo que não é linguístico: para nós a cor branca é a cor da luz, da alegria, da juventude. Na China, é a cor do luto.” (BENVENISTE, 2006, p. 22). O exemplo não-linguístico de Benveniste elucida a

respeito dos valores construídos para os diferentes sentidos culturais por meio do que tem valor e o que não tem valor para uma determinada sociedade. Compreendendo que a cultura possa em determinado momento possuir significação. A ponto de parecer com uma língua, somente a língua(gem) tem papel importante na transferência dos sentidos, uma vez que a língua opera com dois planos distintos o *físico* e o imaterial e a cultura não. Por isso, o sistema linguístico tem o poder de carregar toda uma gama de dados e informações que interpretam os demais sistemas existentes em sociedade.

Para o exemplo linguístico, na mesma entrevista de 1968, Benveniste utiliza a palavra *homem*, por meio do leque semântico. A intenção é mostrar justamente duas questões: a designação e as ligações da palavra por meio da estratificação da cultura com diferentes empregos. É importante consolidar a ideia de que a língua é reveladora da cultura. Acreditamos na escolha pontual da palavra *homem* por Benveniste, na entrevista de 1968, no exemplo que ilustra o linguístico, como uma escolha não aleatória. A escolha da palavra “homem” (grifo nosso) tem ligações diretas com o viés antropológico da enunciação e com questões da noção de cultura na Linguística da Enunciação, em prol da “ciência geral do homem”. Ainda na entrevista, Benveniste (2006, p. 24) discute a noção de cultura, tendo em vista a importância do mecanismo da significação que está na língua por meio da palavra (grifo nosso). O homem adquire a linguagem e com ela o poder de ação, de transformação que está na palavra. Para o termo “palavra” nos estudos de Benveniste tem valor de mediação entre os fundamentos da Linguística moderna e a Linguística da Enunciação, uma vez que ela amplia a questão a noção de língua, e mesmo, de cultura, porque inclui relações inter-humanas a partir da língua.

Para compreender questões de cultura, a língua é vista por Benveniste como fundamento de toda uma relação, isso faz com que ela seja do “domínio do sentido” e revele o mecanismo da cultura, cujo caráter simbólico está na frase. Assim, guiamo-nos pelo posicionamento de Benveniste (2006, p. 25-26) quando defende a presença de uma Semântica própria a qual será capaz de atravessar os elementos da cultura na busca de compreensão dos elementos que a organizam em diferentes níveis. O linguista francês afirma que há uma hierarquia entre os valores novos e antigos. Isso faz com que seja possível a interpretação do que tem e do que não tem sentido para uma determinada cultura. Compreender a respeito das noções de língua(gem) e cultura para a Teoria da Enunciação de Benveniste é interligar tais discussões teóricas são fundamentais para que possamos elaborar percursos de reflexão sobre

as produções escritas por indígenas em contexto de processo seletivo do vestibular da UFRGS.

Em *Semiologia da língua*, Benveniste esclarece a respeito da questão da significância da língua, na qual é possível haver a toda a troca de comunicação, e também, toda a cultura por meio do linguístico e do não-linguístico. Essa ideia é traduzida no seguinte princípio linguístico: “[...] a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não linguísticos.” (BENVENISTE, 2006, p. 61). Assim, a compreensão da noção do objeto da cultura se dará pela língua, porque ela mantém três tipos de relações norteadoras para questões de interpretância dos signos utilizados pelo homem em sociedade:

- 1) A relação de ENGENDRAMENTO ocorre, porque a língua é um sistema que engendra outro sistema da mesma natureza. Por exemplo, entre o alfabeto normal e o braille há uma relação de engendramento, uma vez que o segundo tem origens no primeiro e cumpre função específica.
- 2) O segundo tipo de relação é a HOMOLOGIA na língua, ela é instaurada entre dos sistemas semióticos distintos. Poderá variar entre língua ordinária e língua poética; entre a arquitetura e o pensamento; entre a escrita e o gesto ritual. Para cada um dos casos, Benveniste explica o como os sistemas colocam-se à disposição do princípio unificador entre eles, cujo objetivo é apresentar um novo valor.
- 3) E a terceira relação é a de INTERPRETÂNCIA, ela é instaurada pelo poder que a língua detém em categorizar e interpretar todos os demais sistemas, incluindo a ela mesma. (BENVENISTE, 2006, p. 61-62)

A relação de interpretância da língua instaura o fundamento de uma relação semiológica. Com isso, o linguista francês distingue-a da relação sociológica e altera a perspectiva de observação do ponto de vista para o objeto. Além disso, as situações são específicas para cada área. Para o campo de atuação do sociólogo, a sociedade é um todo e a língua é a parte; já o linguista vê a língua como interpretante de todos os sistemas, portanto, é *pela* e *na* língua que a sociedade existe: “A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 63). Tem-se, com isso, aspectos distintos para a noção de cultura, sociedade, quando se afirma que a língua é o interpretante de todos os demais sistemas.

Entre as muitas situações que ilustram a questão de cultura, selecionamos para a noção de cultura a questão de interdições, normas e regras que estão *pela* e *na* língua(gem), uma vez que ela tem na estrutura formal mecanismos que são postos em ação pelo falante em sociedade. Além disso, as interdições, normas e regras são postas pelas sociedades, elas regulam os modos e os usos que os homens fazem da língua(gem).

A Linguística de Benveniste promove a discussão do termo “cultura”, voltando-se aos usos que os falantes da linguagem fazem em sociedade, aos processos de aquisição das línguas pelo homem, bem como, ao estudo da impressão cultural nas línguas por meio das proibições, tabus, interdições, ou testemunhos na língua. Em comum, lembramos, a respeito da impressão cultural nas línguas. Benveniste dedica-se a incluir nos PLG I e II, a unidade de estudo, *Léxico e cultura*, cujo objetivo é o de estudar o “papel da significação e da cultura” por meio dos “métodos de reconstrução semântica”. Isso significa discutir sobre cada noção de cultura a partir da identificação de um problema de uso da linguagem pelo homem, ou melhor, um retorno à gênese da palavra para recuperar os sentidos primeiros. (BENVENISTE, *Prefácio* do PLG I, 1995). No entanto, podemos constatar que a temática do homem, na linguagem e na cultura extrapolam as unidades, *léxico e cultura*, fazendo-se presente em muitos outros momentos da escrita científica, porque para Benveniste isso era algo imprescindível na vida do homem. Esse algo mantém relações diretas com o significar, ou seja, os sentidos adquiridos pela língua, nas mais diversas situações de uso da linguagem pelo homem, em sociedade.

2.1 – Interdições, normas e regras na língua(gem)

As interdições, normas e testemunhos na língua, à luz das ideias de Benveniste, podem ser discutidas a partir de passagens do estudo *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*. Nesse estudo de 1963, o linguista francês, ao definir cultura, afirma que a palavra tem origens numa infinidade “[...] de noções e de prescrições, e também, em *interdições* específicas; o que a cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve” (BENVENISTE, 1995, p. 32). Isso ocorre porque, na sociedade, há um conjunto de relações prescritas em torno de valores, ou mesmo, códigos que são responsáveis por organizarem a própria vida dos homens, e, isso, independe da sociedade, seja ela ágrafa ou não. Desse modo, as normas e interdições fazem parte da cultura e da língua(gem). Elas são responsáveis por manter nos homens certos valores que regem a própria sociedade.

Os valores culturais, éticos, religiosos, políticos e outros estão, de certa forma, tão impregnados na consciência do homem, que são responsáveis por dirigir o comportamento do homem nas mais diferentes atividades sociais. O linguista francês preocupa-se em distinguir que mesmo o homem tendo a capacidade de simbolizar, ele o faz *pela e na* língua(gem). Para esse percurso, Benveniste (1995, p. 32) formula o seguinte questionamento: “[...] o que é senão o universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem

manifesta e transmite?”. É exclusiva no homem a capacidade em simbolizar e isso ocorre *pela e na* língua: “Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma.”. Desse modo, o homem ao transmitir e herdar a língua, em sociedade, as normas, e regras vêm juntas. Com isso, a assimilação de algo que não é estático, pelo contrário está em movimento. Portanto, é algo que se transforma ao longo das décadas, ou mesmo, séculos, do contato com as outras culturas. Enfim, inúmeros são os caminhos para a alteração dos sentidos no sistema.

Um desses caminhos é discutido por Benveniste, no trabalho teórico *Eufemismos antigos e modernos*. O objetivo do linguista francês, em 1949, é problematizar o conceito dicionarizado de eufemismo, considerando para isso o seguinte pensamento: “nem a significação real, nem os empregos históricos se enquadram nesse esquema pseudo-lógico.” (BENVENISTE, 1995, p. 341). O percurso teórico de Benveniste, como sempre, é outro: ele interroga a respeito dos encaminhamentos dados pelos etimologistas quando da “confusão entre os valores de “línguas” e os de “palavra” (no sentido saussuriano)”. O linguista francês propõe para a compreensão do eufemismo pela recuperação dos sentidos originais da palavra, exegese, e por meio do vocabulário cultural. Isso significa a interpretação de eufemismo (antigo e moderno) pela reconstituição das “[...] condições de emprego no discurso falado”. Tendo em vista que é “[...]. Só a situação determina o eufemismo.” (BENVENISTE, 1995, p. 342), o objetivo é dar ênfase a questão das condições de emprego da língua. Além disso, a genialidade de Benveniste, em 1949, é discutir a questão da situação no uso do eufemismo. O linguista francês esclarece que, no caso do eufemismo, isso acaba por regular o uso: “[...] conforme seja permanente ou ocasional, modifica o tipo de expressão eufemística segundo normas próprias de cada língua”. Os levantamentos produzidos por estudiosos, entre eles, Bartholomae (1432) e, E. Destaing (1925), em diferentes culturas, orientais e ocidentais, têm por objetivo o “emprego do eufemismo” a partir das interdições.

Os estudiosos descobriram que as interdições que em sua maioria ocorrem mais para o uso de certas palavras ligadas ao período matutino, uma vez que as “manhãs” são sempre mais perigosas. Mas não é só isso: Benveniste considera que para as noções fixas, em torno do valor religioso do eufemismo em certas línguas, pode em determinado momento do processo se *dessacraliza*. Esse processo indica o movimento distinto na língua, tendo em vista a substituição por um *equivalente longínquo, ou enfraquecido*. Assim, outras expressões da língua vão sendo consideradas no jogo do discurso pelos homens em sociedade. É o que Benveniste (1995, p. 346) reafirma como sendo para o *eufemismo* o “jogo dos empregos que se ilustra e se motiva ao desvio semântico”.

É impressionante a capacidade em projetar a Linguística para outros percursos, tanto que Benveniste (1995) vai mais além, pois prevê o surgimento de pesquisas que buscarão elucidar questões de cultura, com o objetivo de compreender as simbolizações que são construídas pela linguagem. É pelo simbolismo linguístico que se tem essa projeção benvenistiana: “Tudo leva a crer que essas pesquisas, paralelas, gerarão novas disciplinas e concorrerão para uma verdadeira ciência da cultura que fundará a teoria das atividades simbólicas do homem.” (BENVENISTE, 1995, p.32). Essas projeções confirmam a atualidade das ideias do linguista francês e, muito contribuem para as constantes atualizações das pesquisas na Linguística, e nas Ciências Humanas.

Lembramo-nos da capacidade inscrita da Linguística da Enunciação em projetar para outras áreas a discussão em torno da capacidade humana e em simbolizar por meio da experiência que o homem adquire com a linguagem. O exemplo é dado por L. A. White (2009), o qual discute a capacidade simbólica do homem em atribuir sentido, ou não, por meio da linguagem. Leiamos:

Um índio *pueblo* me deu uma pedra, e um geólogo me disse que era calcita. Mas não era só uma pedra de calcita. Era a materialização de um poder sobrenatural, uma fonte de poder sobrenatural; os índios podiam confiar nela e usá-la para *fazer* coisas. Não era, então, só um objeto mineral; era também um fetiche, e essa condição tinha um significado real para os índios. (WHITE, 2009, p. 10)

O exemplo dado por White ilustra a capacidade livre e arbitrária em atribuir sentidos ao objeto. Essa capacidade de simbolizar é própria do homem. Não está ligada às questões meramente sensorio-motoras, mas diz respeito à compreensão. O exemplo utilizado pelo antropólogo confirma o que Benveniste já havia prognosticado em muitos dos trabalhos reunidos no PLG I e II, em relação à questão de que a Linguística detém a capacidade em dedicar-se ao estudo das simbolizações do homem e que isso interessa as demais áreas das Ciências Humanas. No caso, a Antropologia é uma delas.

Cabe à Linguística favorecer os percursos para se pensar a respeito do simbolismo continuamente, uma vez que ela é a ciência que contribui significativamente para pensar tais percursos. Alia-se a essa ideia a profecia de Benveniste em prever o surgimento de pesquisas, em diferentes áreas das Ciências Humanas, que se voltam à linguagem como a “[...]” faculdade de *representar* o real por um “signo” e de compreender o “signo” como representante do real entre sistemas distintos “algo e algo diferente” [...]” (BENVENISTE, 1996, p. 27) (grifos do

autor). O linguista francês reforça mais uma vez ao sistema de signos linguísticos disponíveis, na língua, a missão em compreender, e significar, outros signos disponíveis em sociedade. No caso da explicação de White (2009), o valor da pedra, no exemplo, é interpretado pelos índios *pueblos* como o objeto que contém determinado poder sobrenatural e de fato têm para eles. Compreendido por outro homem que não pertence à cultura indígena, o geólogo, em oposição ao valor adquirido pela cultura indígena, a pedra é identificada como calcita.

Ilustramos com outra circunstância muito comum para os povos ameríndios; a discussão é do antropólogo brasileiro, Castro (2011). Para o estudioso, a visão dos povos indígenas congrega a respeito do simbolismo, principalmente, para questões de interação entre o “eu” e o “tu” uma especificidade que é a de elucidar a respeito da presença/ausência de um terceiro elemento “ele” oriunda de relações diádicas. Essas implicam normas, ou regras decorrente dos usos que o homem faz da língua(gem). As análises antropológicas mostram que os relatos de experiências humanas vividas em diferentes sociedades indígenas apontam para o fato de que a relação subjetiva entre o “eu” e o “tu” há uma cosmologia específica para os povos ameríndios. Essa cosmologia ocorre num contexto distinto das demais culturas (ocidentais), tendo em vista a comunicação entre o eu-tu, estudo das categorias pronominais na esteira do pensamento de Benveniste.

No caso dos povos ameríndios, a comunicação ocorre entre o humano e o humano, e também, entre o humano e o sobrenatural, ou não-humano (animais, ou espíritos e outras entidades ocultas). Desse modo, os povos ameríndios acreditam no perigo latente instaurado pelas aparências, principalmente, quando se trata de “gente”. Para essa situação de simbolismo pela linguagem, tem-se a questão da comunicação, na qual se torna quase que uma norma, ou como denomina o antropólogo brasileiro de *forma canônica* para os povos ameríndios. Isso diz respeito a compreender a relação do “eu” com o outro “tu”, numa perspectiva: “*Sobrenatureza é a forma do Outro como Sujeito*”. O estudo descrito por Castro (2011), no que diz respeito à cosmologia, no processo de comunicação dos povos ameríndios, é muito comum. Os encontros acontecem entre o eu-humano e o outro (tu), entidade sobrenatural (não-humano, ou animal), na floresta, ou lugar afastado: “Quem responde a um *tu* dito por um não-humano aceita a condição de ser sua “segunda pessoa”, e ao assumir, por sua vez, a posição de *eu* já o fará como um não-humano.” (CASTRO, 2011, p. 397). O objetivo do outro (sobrenatural, ou não-humano) é atrair, capturar, o eu-humano para o outro mundo (outro lado), isso é o que causa o feitiço, ou engano pela aparência do humano do “tu”.

A presa é o interlocutor, o eu-humano, que não pode ao certo ter a confirmação a respeito de quem fala, ser realmente humano, ou entidade sobrenatural.

Assim, a comunicação entre o eu e o tu, “inter-humana”, é extremamente perigosa na cultura dos povos ameríndios, porque o “tu” está, na maioria das vezes escondido, sob as aparências humanas. Não se tem uma certeza de quem fala e haverá quase sempre a intenção em enfeitiçar, ou atrair o “eu” para o seu outro lado. Para o caso em que o “eu” é enfeitiçado, isso significa ocupar o lugar do outro, é reversível com a figura do xamã. A terceira pessoa, o xamã, é quem transita entre os dois mundos (“eu” humano e “tu” sobrenatural), e mesmo, salvar, ou recuperar o “eu-humano” enfeitiçado, trazendo-o muitas vezes de volta para o mundo dos humanos. Eis que é preciso que se instaure a presença/ausência de um terceiro elemento para que possa reverter tal feitiço. No caso, o xamã, ou outra pessoa capaz de resgatar o tu de outro lugar.

Ilustramos aqui, também, com o testemunho retirado do nosso *corpus* de pesquisa, tendo em vista a representação simbólica para a norma, ou regra prevista para a relação língua(gem) e cultura para os povos ameríndios. Leiamos o testemunho:

No mundo contemporâneo, vivenciar costumes e tradições de uma cultura, é ter privilégio. Pois se não soubermos os costumes e principalmente falar sua língua, como a do kaingang por exemplo, sermos considerados não-indígenas. (RED 075)

O testemunho, recortado da RED 075, exemplifica a força dos costumes previstos pela tradição indígena, na qual reconhece não só os “costumes”, mas o “dado”, ou fato de que o sujeito precisar “falar sua língua”. Esses domínios (língua e cultura) conferem ao sujeito a sua própria constituição identitária “principalmente falar sua língua”, a ponto de se tornar regra, ou norma prescrita pela maioria da sociedade ameríndia, essa interdição poderá acontecer, ou terá alguma variação quanto à etnia. A regra geral para alguns casos de “não falar a língua indígena” dá-se pelo fato de correr-se o risco de o índio ser excluído da linguagem, e mesmo da cultura ou, em alguns casos, ocupar outra dimensão. Sendo assim, considerado um “não-indígena”, passa a pertencer a outro mundo. Essa também é uma capacidade de simbolizar a respeito do linguístico e do não-linguístico que se tem como experiência de língua(gem).

Compreendemos que as normas, regras e interdições na cultura são muito fortes para todos, em especial, para os povos ameríndios, embora seja algo ainda pouco explorado. O estudo linguístico, entretanto, começa a dar suas contribuições. Leiamos a passagem recortada

do testemunho: “principalmente falar sua língua, como a do kaingang por exemplo [...]”, na qual ilustra como referência para o “eu” ser indígena por meio do exercício da língua(gem) pelo sujeito. Em 1968, Benveniste assevera que a língua estabelece a relação semiológica entre o interpretante e o interpretado, ou seja, o sistema contém a propriedade constitutiva das unidades significantes, uma vez que ela interpreta a sociedade: “A sociedade torna-se significante *na e pela* língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua.” (BENVENISTE, 2006, p. 98). Outro ponto importante é que o locutor indígena, ao apropriar-se da sua própria língua, significar por ela, isso implica que ele irá manter-se o semanticismo nessa língua. (BENVENISTE, 2006, p. 233). Nesse caso, o locutor bilíngue irá simbolizar por ela, mesmo que seja, a língua portuguesa, o locutor traz vestígios que são responsáveis por marcarem questões heterogêneas entre os sistemas e a culturas.

A posição de interpretante da língua é ocupada tendo em vista as propriedades semânticas, uma vez que ela descreve a si própria e aos demais sistemas. Para o caso da língua, pode-se isolá-la e estudá-la sem considerar questões de emprego em sociedade e, até mesmo, sem fazer referência às questões de cultura: a língua conduz à produção de sentidos. Leiamos a seguinte passagem do estudo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*:

A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades linguísticas. Esta propriedade única de sentido, numerosas mas sempre em número finito, que entram em combinações regidas por um código e que permitem um número de enunciações que ultrapassa qualquer cálculo, e que o ultrapassa necessariamente cada vez mais, uma vez que o efetivo dos signos vai sempre aumentando [...] (BENVENISTE, 2006, p. 99) (grifo nosso)

A dupla natureza da língua opera com a “produção indefinida de mensagens em variedades linguísticas”. A partir de um “número finito”, a língua realiza distintas combinações em diferentes níveis, que não são aleatórias ou destituídas de valor. As combinações linguísticas são realizadas pelos falantes. Elas são regidas pelos códigos linguísticos e por meio de normas, regras e interdições. Tem-se, com isso, a orientação por parte do sistema entre aquilo que pode e o que não pode acontecer, por meio das relações sintagmáticas e paradigmáticas. Assim, o resultado das combinações, no interior do sistema, atinge certo valor os signos linguísticos, que acaba por influenciar outros valores quando postos em relação aos demais signos existentes. Isso é fundamental, uma vez que é por meio das diferentes relações estabelecidas entre os signos que os sentidos são construídos, Tem-se, com isso, um universo de enunciações produzidas pelo homem. Benveniste (2006) adverte

que não há como calcular as enunciações produzidas, uma vez que a tendência dos signos linguísticos é a de combinar em diferentes níveis e arranjos em sua estrutura as unidades significantes.

É preciso destacar, pois, que Benveniste discute a questão do testemunho por meio do uso que o falante faz do sistema como manifestação de subjetividade e da ligação com o outro no interior da sociedade. Por esse caminho, a língua abrange dois aspectos fundamentais a emanação do eu, *realidade supra-individual*, e, do outro lado, fornece o indivíduo a estrutura da base para que ele possa fazer uso da língua por meio do exercício da fala.

2.2 – Língua(gem), homem e cultura: a tríade nos processos de simbolização e de interpretância na comunicação inter-humana

A tríade língua(gem), homem e cultura está na Teoria Enunciativa de Benveniste. Ela tem direcionamentos que seguem por muitos caminhos, dada à natureza das noções de cultura e de sociedade, no PLG I e PLG II. Para esse percurso, optamos por seguir por uma discussão pontuada com muita ênfase no PLG I, de que a noção de cultura está ligada, primeiramente, à capacidade humana de simbolizar. Para essa parte do percurso epistemológico de Benveniste, apresentamos o seguinte diagrama:

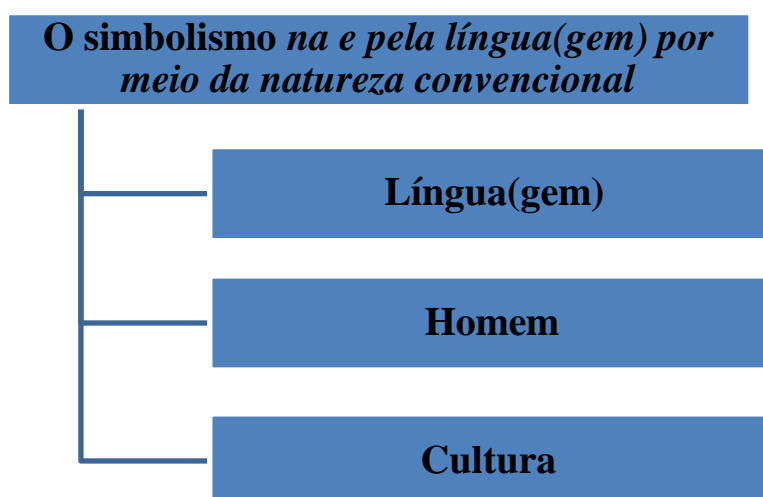


Diagrama 6 – O simbolismo é o elo que mantém viva a tríade: língua(gem), homem e cultura. (BENVENISTE, 1995, p. 32)

O simbolismo é um dos percursos complexos ligados à natureza específica do homem. Benveniste não se prende somente a esse percurso, mas segue pela compreensão de que está *na e pela* língua(gem). Nessa linha de pensamento, é preciso incluir o poder de interpretância

da língua. Afinal, é pela língua(gem) é que o homem se torna sede. É o sistema que tem por natureza proporcionar a passagem entre o semiótico e o semântico.

A tríade (língua(gem), homem e cultura) transita em muitos trabalhos organizados no PLG I e II. O primeiro diz respeito ao estudo do vocabulário, e o segundo tem relações diretas com a comunicação inter-humana inscrita na subjetividade da língua(gem). Elas apresentam uma diversidade, cada qual com suas próprias análises produzidas para estudos teóricos únicos e irrepetíveis. As discussões enunciativas são responsáveis por apresentarem o viés antropológico da linguagem e de discutirem os princípios semânticos. Aqui, optamos por seguir com questões de comunicação, ou seja, é o colocar em comum, no que diz respeito à *tríade, nos processos de simbolização e de interpretância da comunicação inter-humana*. Na esteira desse pensamento, recorreremos ao estudo de Benveniste, 1958, *A subjetividade na linguagem* tendo em vista um dos fundamentos para a discussão da tríade, língua(gem), homem e cultura: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 1995, p. 285), longe de ser totalmente exaurido, uma vez que ela é constantemente retomada pelos herdeiros do pensamento benvenistiano.

Assim, consideramos que o fragmento do estudo de 1958 tem peso na discussão da tríade, porque apresenta a subjetividade instaurada na comunicação entre o “eu” e o “tu”. Ela tem como justificativa a dialética, em torno do uso das categorias pronominais que são responsáveis por instaurarem o sujeito por meio do “eu”: “É na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É, portanto, verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (BENVENISTE, 1995, p. 288). O locutor, ao se colocar como “eu” no discurso, destitui-se, enquanto, homem, para se tornar sujeito no discurso e *na e pela* experiência da linguagem.

Ligamos esse fundamento enunciativo de Benveniste, à interpretação de Meschonnic (2009, p.71), em torno da afirmação de que o sujeito da enunciação é comparável à *origem da linguagem*, dada a *natureza intercambiável do “eu”*. Acreditamos que essa afirmação oriunda do pensamento de Benveniste, da *natureza intercambiável* (eu – tu, tu – eu) seja muito interessante para interpretarmos a questão do locutor indígenas que, por meio da experiência da língua(gem) em testemunhos, escritos em Língua Portuguesa, realize a passagem de língua a discurso, e mesmo, da fala a escrita. Consideramos, para isso, que o sujeito passa do plano linguístico para o discurso, o que é algo complexo, tendo em vista que demanda o domínio da língua (semiótico/semântico). Em Meschonnic (2009, p. 72), encontramos também a

afirmação de que o sujeito não se confunde com o termo indivíduo, cultural, histórico e constituído por suas próprias histórias individuais. “Dans le discours, le sujet du discours est historique, socialement et individuellement”. Aqui, identificamos o percurso que fundamenta, ainda, a tríade, que está no “*sujeito como origem da linguagem*”. O sujeito é elo que liga os demais elementos fundamentais da tríade: língua(gem) e sociedade/cultura.

Buscamos compreender no testemunho produzido por indígenas as questões que se ligam a partir da compreensão do que seja a cultura/sociedade do outro e as referências construídas a partir das experiências de linguagem por meio da enunciação escrita. Aqui, aliamos as interpretações de Meschonnic a respeito da escrita, quando da discussão do sujeito: “L’écriture, exposant l’état politique du sujet dans une société, montre et fait du sujet de l’écriture un trans-sujet.” (MESCHONNIC, 2009, p. 72). O crítico literário aponta a questão de a escrita expor o ser político do sujeito na sociedade. Esse *trans-sujeito* é a passagem do locutor a sujeito; isso implica relacionar à passagem de língua a discurso e de fala à escrita por meio das relações entre o semiótico e semântico.

Associamos às discussões linguísticas de Benveniste e as interpretações de Meschonnic (2009), no que diz respeito ao efeito do sujeito na enunciação escrita, tendo em vista que a questão é ampla em torno passagem do ser político, e mesmo, do *trans-sujeito*. Acreditamos que há momentos que implicam a passagem do semiótico ao semântico, na enunciação escrita. Para que essa passagem aconteça, é necessário observar nas e pelas experiências de língua(gem) vividas pelo locutor, no processo de apropriação da língua e instauração de lugar na enunciação com o outro, no mundo. Isso antecede de certa forma a origem da escrita para o homem. Lembramo-nos do relato de Lévi-Strauss (1996), denominado *Lição de escrita*. A cena descrita pelo antropólogo é a da reconstrução de parte do processo da enunciação escrita, pelo chefe dos Nambiquaras. Leiamos o seguinte fragmento:

Era provável que só ele tivesse compreendido a função da escrita. Assim, exige de mim um bloco e nos equipamos da mesma forma quando trabalhamos juntos. Não me comunica verbalmente às informações que lhe peço, mas traça no seu papel linhas sinuosas e me mostra, como se ali eu devesse ler a sua resposta. Ele próprio se deixa tapear um pouco com a sua encenação; toda vez que a sua mão termina uma linha, examina-a ansioso como se dela devesse surgir algum significado, e a mesma desilusão se estampa em seu rosto. Mas não a admite; e está tacitamente combinado entre nós que a sua garatuja tem um sentido que finjo decifrar; o comentário verbal segue-se quase de imediato e dispensa-me de exigir os esclarecimentos necessários. [...] Que esperava ele? Enganar a si mesmo, talvez; mais, porém, surpreender seus companheiros, convencê-los de que

tinha participação na escolha das mercadorias, que obtivera a aliança com o branco e que partilhava de seus segredos. (LEVI-STRAUSS, 1996, p. 280) – (grifos nossos)

À luz do pensamento de Benveniste que compreende que na enunciação escrita implica ter o *sujeito como origem da linguagem*, observamos o fragmento descrito por Lévi-Strauss. Se o sujeito coloca-se no lugar que compreende a *origem da linguagem*, isso significa que “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque é só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. (BENVENISTE, 1995, p. 286). Na descrição da cena do chefe dos Nambiquaras, há o princípio fundante do ser “eu” que se dá pela língua(gem), fala, e depois pela escrita. Portanto, dois momentos distintos que se implicam: o ato de apropriação da língua e a realização desse ato pelo locutor. Para a fala, a enunciação pressupõe a presença imediato do outro. Já a escrita pressupõe a presença do outro. Além disso, exige a situação e os procedimentos adequados para cada enunciação: a fala e a escrita.

Incluimos nessa discussão, a respeito da tríade (língua(gem), homem e cultura), a língua que é compreendida no processo comunicativo de troca, na sociedade, ou no caso do relato do antropólogo, o de “compartilhava de seus segredos”. O colocar em comum implica na passagem de locutor a sujeito que na enunciação escrita implica o domínio do semiótico e do semântico. É necessário pensar que ela antecede a fala: “o comentário verbal segue-se de imediato e dispensa-me de exigir os esclarecimentos necessários.”. Há, entre os dois universos distintos, a enunciação e a enunciação escrita: uma está no domínio do sistema de formas dos signos linguísticos; a outra está, do universo da língua, como instrumento de forma e sentido por meio do discurso.

O “eu” na enunciação falada e escrita do relato do antropólogo reconhece a distinção entre os sistemas: fala e escrita. No entanto, não se reduz a mera identificação entre sistemas distintos, fala e escrita, mas, sim, em viver a experiência de língua(gem) que são compreendidas pelo locutor no processo de comunicação inter-humana com o “tu”. Incluimos a dimensão política da escrita interpretada por Meschonnic (2009, p. 72), cuja origem também está na instância do discurso, ou no ato individual e único da enunciação.

A língua(gem) compreendida por Benveniste (1995) pressupõe três conceitos fundamentais: 1) é um sistema produtivo de sentidos, por conta do código; 2) é capaz de produzir enunciações, por meio de “regras de transformação e de expansão”; e 3) é “expressão literal de colocação em comum”. Além dessas noções, o linguista francês evoca a noção de

valor, principalmente, para discutir a questão da substituição dos termos tanto na fala quanto na escrita. A substituição ocorre dentro do eixo paradigmático: “o eixo paradigmático da língua é aquele que é justamente caracterizado, em relação do eixo sintagmático, pela possibilidade de substituir um termo por outro, uma função por outra” (BENVENISTE, 2006, p. 103). A substituição de que discorre Benveniste é um processo de passagem que implica discussões funcionais entre sistemas. Na visão do linguista francês, é na relação paradigmática e sintagmática que melhor coloca língua e sociedade uma ao lado da outra. Estabelecem distinções de ordem lógicas e funcionais. As distinções lógicas, entre os termos, língua, homem e sociedade, operam com as “faculdades e de sua relação significantes”. As distinções funcionais consideram que tanto para língua quanto sociedade os sistemas produtivos são únicos, ou seja, “cada qual segundo sua natureza”. Essa distinção entre os sistemas da língua e da cultura/sociedade é fundamental para que se interprete o poder de que fala. Benveniste, ao afirmar que a língua contém a sociedade e não o inverso, diz respeito ao fato de à língua está reservado o poder de interpretar a sociedade/cultura.

O fato interessante é discutido a respeito da *singularidade* por Agamben (2008, p. 27) quando da discussão do que interessa não é o singular, ou o comum, mas, sim, o fenômeno da “passagem”. Recortamos, disso, a seguinte passagem: “A passagem da potência ao ato, da língua à fala, do comum ao próprio acontece a cada vez nos dois sentidos segundo um a linha de cintilação alternante na qual natureza comum e singularidade, potência e ato trocam de papéis e se penetram reciprocamente.”. Ela reforça a questão da *passagem da potência ao ato* isso diz respeito à questão da troca de papéis entre os interlocutores, na alocação, ou seja, no uso. O produtivo do poder de interpretância da língua(gem) é considerá-la na relação da comunicação inter-humana: “o homem é ainda cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que linguagem fundamenta e instaura nele”. Acreditamos nessa orientação enunciativa de Benveniste de que é preciso observar juntamente descobrir a respeito do homem/sujeito, na instância do discurso, e na dupla natureza da linguagem. Para compreendermos a respeito dos sujeitos que emergem das experiências de linguagem em testemunhos escritos, em língua portuguesa, produzidos por estudantes indígenas.

No estudo *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, Benveniste inclui a questão da tríade (língua(gem)/homem/cultura) esse percurso é justificado no ato de enunciação, uma vez que é pelo aparelho formal que o sujeito se instaura. Leiamos a passagem:

[...] a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua

é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 2006, p. 84 - grifos nossos)

A afirmação de que a “língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” reforça o fato de que não há como negar a relação entre o locutor e o co-locutor numa relação dialética que acontece no mundo, ou seja, na cultura. O fundamental é que o locutor, ao apropriar do aparelho formal da enunciação, apropria-se da língua(gem) empregada, justamente, por causa da relação com o mundo, sociedade, não há outro interesse senão o de encontrar o “outro” para com ele enunciar. Isso ocorre num “consenso pragmático que faz de cada locutor seja um co-locutor”. Para isso, o locutor mobiliza a língua (falada ou escrita). Assim, o locutor passa a ter a “necessidade de referir pelo discurso” que, por sua vez, contém as marcas culturais a qual a língua pertence. O interesse dele, do locutor, é atingir o outro por meio da comunicação. Incluímos para o próximo item o percurso teórico-metodológico das noções de vestígio, enunciação e referência, visto que defendemos que elas sejam constitutivas das discussões ligadas à língua(gem), ao homem e à cultura. Antecipamos que são três conceitos complexos, e também, por conta da necessidade em compreendê-los com vistas às futuras análises previstas para o Capítulo III deste trabalho.

2.3 – Vestígio, enunciação e referência

Há, para os termos *vestígio, enunciação e referência*, a heterogeneidade constitutiva dos termos nos estudos, PLG I e PLG II, propostos por Benveniste. Lançamo-nos às aproximações entre os termos, porque elas fundamentam o teórico-metodológico da análise enunciativa que é empreendida no Capítulo III. Esclarecemos, de forma antecipada, que essas “aproximações” que, aqui, denominamos podem ser tomadas como questões de transversalidade. Essa discussão não é nossa; é mencionada por Silva et al. (2013) e Knack (2012, p.49) quando de noções de um mesmo termo em estudos distintos de Benveniste. Assim, as noções isoladas para enunciação e referência contém a autonomia que lhe é própria em cada um dos muitos estudos que estão organizados do PLG I e II. No entanto, lembramos que há entre os conceitos fios tênues responsáveis por aproximações, isso é o que estabelece a transversalidade em torno das noções. Essa é constitutiva entre noções de termos distintos.

No caso dos termos elencados, compreendemos que eles são distintos visto que foram elaborados em momentos e para circunstâncias distintas, além disso, compreendemos que eles

possam ser transversais. Corremos o risco de não darmos conta da grandiosidade que pressupõe esse direcionamento de leitura. Entretanto, lançamo-nos aos percursos de leitura para os termos. Antecipamos que o termo vestígio não se encontra registrado no *Dicionário de Linguística na Enunciação*, Flores et al. (2009) e isso aumenta a responsabilidade em conceituá-lo. Outro detalhe importante é que não o encontramos em outro estudo senão em *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, de Benveniste. Nesse estudo de 1956, a palavra *vestígio* está relacionada à questão da entrada da língua(gem) pelo homem no processo de interlocução entre o paciente e o analista. Assim, nossa leitura do termo vestígio recebe direcionamentos ligados ao momento de produção vinculada às ideias da Linguística em diálogos com a Psicanálise.

Em 1956, Benveniste interessa-se pelo método utilizado por Freud, tendo em vista a problematização a respeito do papel do analista diante do cliente e do objeto a ser investigado. Eis que surge da relação paciente/analista/objeto a questão da *verbalização*, ou seja, a necessidade de falar sobre algo que o analista deseja descobrir. Desse modo, o linguista francês identifica que não está no sujeito como se acredita, e sim, na busca do que está oculto. Isso conduz ao vestígio que está ligado ao ato de verbalização do paciente. Em Benveniste (1995, p.82), o vestígio surge das relações entre o dizer sobre algo e o que se encontra escondido. Com isso, tem-se: “[...] à procura do dado “histórico” enterrado, ignorado na memória do sujeito, quer este deva ou não consentir em “reconhecê-lo” e identificar com ele. [...]” (grifo nosso). O linguista francês propõe para ao analista o trabalho de exegese com vistas a descobrir as “causas” que interessam ao objeto. A *motivação* é o estranhamento por aquilo que possa ser a causa, tendo em vista que é na relação de interlocução entre o analista e o paciente que se instaura o objeto e ao *papel de prescrutador*:

Em primeiro lugar, porque o analista não pode conhecê-lo sem a ajuda do paciente, que é o único a saber “o que lhe aconteceu”. Mesmo que o pudesse, não saberia que valor atribuir ao fato. Suponhamos mesmo que, num universo utópico, o analista possa reconhecer, em testemunhos objetivos, o vestígio de todos os acontecimentos que compõem a biografia do paciente: conseguiria ainda pouca coisa e não, salvo um acidente feliz, o essencial. De fato, se ele precisa de que o paciente lhe conte tudo – mesmo que se expresse ao acaso e sem propósito definido – não é para reconhecer um fato empírico que não haja sido registrado em parte nenhuma a não ser na memória do paciente: é porque os acontecimentos empíricos não têm realidade para o analista a não ser no – e pelo – “discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 83 - itálico do autor – grifos nossos)

A atividade investigativa do analista é a de buscar a partir dos testemunhos produzidos pelos pacientes “o vestígio de todos os acontecimentos que compõem a biografia do paciente”. Essa tarefa não é fácil, uma vez que ela esbarra na questão de não mais considerar como “fatos empíricos”, e sim, por meio de “acontecimentos empíricos” interpretados “no – e pelo discurso” (grifos nossos). Aqui, tem-se o direcionamento linguístico-enunciativo em interpretar o dado como *acontecimento empírico* no discurso, sem o qual não há dimensão constitutiva nem para o trabalho investigativo do analista nem mesmo para o testemunho do paciente. Resumindo, o que interessa está *no e pelo discurso*. Por seguir a questão do discurso, Benveniste (1995, p. 84) lembra-nos: “Pela simples alocação, aquele que fala de si mesmo instala o outro nele e dessa forma se capta a si mesmo, se confronta, se instaura tal como aspira a ser, e finalmente se historiciza nessa história incompleta ou falsificada”. Vê-se a necessidade da comunicação por meio da *alocução*. O diálogo entre as duas partes (quem fala e quem ouve) é o exercício da subjetividade que está *na e pela* linguagem. É por meio da língua, sistema compartilhável que o discurso, individual, assume dupla função: a de portar a *mensagem* e de ser *instrumento de ação*. Por isso, a passagem de língua a discurso impõe a presença de vestígio, *acontecimentos empíricos* inscritos no dizer, ou seja, na *verbalização* de quem fala e nas rupturas produzidas *no e pelo* discurso individual.

O trabalho de compreensão da presença de um determinado termo, ou palavra, no estudo de Benveniste, exige do leitor muita atenção. Essa orientação está em Ono et al. (2014, p. 257), quando da leitura dos estudos publicados e das recentes fontes manuscritas do linguista francês, “[...] mostra que, para ler e para entender bem seu texto [estudos de Benveniste], é preciso também tentar encontrar os vestígios dessas notas por trás de seu texto final, como se faz em um trabalho de escavação; e isso pode ser feito mesmo na falta do manuscrito do artigo em questão [...]” Acreditamos, nessa advertência⁵², por isso, resgatamos como algo muito importante para a compreensão do homem na língua. Benveniste em 1956 apoia-se em discussões produzidas por Freud e, de modo especial, em Lacan com a tese sobre o método analítico.

Há, nesse percurso proposto por Benveniste, as problematizações a respeito da interação do homem pela linguagem e a capacidade do homem em simbolizar. Essa capacidade específica interessa tanto à Linguística quanto à Psicanálise: “Além do

⁵² A compreensão de leitura dos estudos de Benveniste proposta por Ono (2014) encanta-nos pela questão de que é uma prática, na qual o pesquisador/leitor faz *escavações*, ou melhor, busca ler nas profundidades, seguem por vestígios e orienta-se pela compreensão de sentidos. Vemos isso como uma orientação de leitura para os testemunhos; por isso, é um termo que será utilizado no Capítulo III deste trabalho.

simbolismo inerente à linguagem, perceberá um simbolismo específico que se constituirá, sem o conhecimento do sujeito, tanto a partir do que omite como a partir do que enuncia.” (BENVENISTE 1995, p. 84 - grifos nossos). O sujeito, por meio do discurso, coloca em ação o simbolismo inerente à linguagem, isso revela acontecimentos que estão no passado, ocultos, e outros sentidos são construídos. Desejamos, assim, considerar, para a tese, a questão de vestígios em testemunhos escritos e preocupamo-nos com a significação e a olhar as rupturas causadas da passagem da língua ao discurso.

O termo enunciação tem muitos conceitos, por conta dos distintos percursos de pensamento de Benveniste. Essa afirmação segue a orientação que está no *Dicionário de Linguística da Enunciação*, Flores et al. (2009, p. 102): “[...] trata-se de um tema multifacetado, desenvolvido ao longo de anos de reflexão. [...]”. A conceito de enunciação pensado por Benveniste, em diferentes momentos, e em resposta para problemas de língua(gem) distintos é o que mantém a abertura o campo epistemológico da ciência. Para Ono et al. (2014), o termo enunciação tem o diferencial que está no leitor e nas leituras que se faz dos trabalhos e obras publicadas por Benveniste. Cabe, aqui, pensar nas escolhas e nos desdobramentos dados às pesquisas em cada trabalho publicado pelo linguista francês, ou não. Neles, os manuscritos deixados por Benveniste, os leitores e herdeiros podem encontrar para o termo “enunciação” sempre aberturas a serem exploradas.

A estudiosa de Benveniste assevera que a “[...] a noção de enunciação em Benveniste não ocupa um campo semântico fechado e que ela abre, ainda para hoje, caminhos teóricos a serem explorados.” (ONO et al., 2014, p. 257). Além disso, tem-se que considerar, segundo a linguista, que há a heterogeneidade do campo epistemológico fundado, por Benveniste, pela gramática comparada e pelos princípios gerais da Linguística moderna. A amplitude do termo é responsável por continuamente manter a atemporalidade das discussões promovidas por Benveniste. Anuncia a possibilidade do leitor em realizar os percursos de leitura e abre para novas pesquisas quando do universo das obras publicadas em vida pelo linguista francês e as atividades de leitura que se voltam, atualmente, aos manuscritos do linguista francês.

Escolhemos, no entanto, seguir pelos princípios enunciativos de Benveniste no artigo, *O aparelho formal da enunciação*. É um procedimento teórico natural incluir o estudo de 1970, porque ele contém o ápice da noção e de princípios fundantes, sem contar que o trabalho não só abre para a noção de enunciação como também inclui discurso e a noção de referência, esta é concebida como “parte central da enunciação” (BENVENISTE, 2006). Isso não significa que excluimos os demais estudos, ao contrário, ligamos ao estudo de 1956, esse

recorte de leitura tem justificativas nas proximidades transversais entre noções de vestígio, enunciação e referência. Movimentamos, assim, a lançadeira e com ela apresentamos os fios que conceituam a enunciação:

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a fala? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é o nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam a relação (BENVENISTE, 2006, p. 82) (grifos nossos)

Enumeramos alguns fundamentos responsáveis pelas noções para enunciação a partir da passagem: 1) “[...] é o colocar em funcionamento a língua [...]”; 2) “[...] por um ato individual de utilização”; 3) não se confunde com a fala; 4) “[...] ato mesmo de produzir um enunciado [...]”; 5) “[...] não se confunde com o texto [...]”; 6) “[...] ato de fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta”; 7) “[...] relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação”. A rede de fios que compõe a trama da noção para enunciação é complexa, dada à natureza constitutiva centrada no ato, na apropriação individual da língua e nas relações empreendidas em instaurar a presença do locutor por meio do colocar em funcionamento a língua. Esse colocar tem relações com o *emprego da língua* enquanto *ato único e individual de utilização* da língua tem-se a subjetividade na linguagem.

Assim, não há outro caminho para compreender a enunciação a não ser pelo *ato*. Benveniste repete três vezes, só nessa passagem, o termo “ato” e em cada uma dela há alcances constitutivos da própria noção de enunciação: “ato individual de mobilizar a língua”, “ato mesmo de produzir um enunciado” e “ato de fato do locutor”. O ato de realização é sempre individual, como o é a capacidade do locutor em mobilizar a língua por sua conta. Além disso, a enunciação implica “as situações em que ele se realiza” e “os instrumentos de sua realização.” (BENVENISTE, 2006, p. 83). O ato, a situação em que se realiza e os instrumentos são princípios essenciais para o linguista quando se volta à enunciação, seja ela falada ou escrita.

Encontramos em Barthes (1984) o reconhecimento do teor dado ao conceito enunciação. O crítico considera a conceituação do termo como sendo um trabalho de

vanguarda, visto que o linguista francês apresenta à academia a *ciência da fala*. O centro está apresentar a enunciação como “o ato individual pelo qual se utiliza da língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação”. Para essa definição, Barthes (1984) traz a seguinte leitura a qual recortamos para esse momento de reflexão da tese:

A enunciação não é o enunciado (evidentemente), e também não é (proposição mais sutil e mais revolucionária) a simples presença da subjetividade no discurso; ela é o ato, sempre renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua (se apropria dela, diz justamente Benveniste): o sujeito não é anterior à linguagem; só se torna sujeito na medida em que fala; em suma, não há “sujeitos” (e, portanto, “subjetividade”), há apenas locutores; mais ainda – e é uma das instâncias constantes de Benveniste – só há *interlocutores*. (BARTHES, 1984, p. 151)

A interpretação de Barthes oferece-nos a grandiosidade que é noção de enunciação, enquanto ato que está ligado ao emprego da língua. Este se distingue do emprego da forma. Por isso, a enunciação não é o enunciado, porque é o ato, atualizado e renovado toda vez que o locutor *apropria-se*, ou como diz Barthes (1984), *toma posse da língua*, tem-se ao centro a enunciação. Outra afirmação marcante na discussão teórica de Benveniste está no fato de que o sujeito não existe antes do ato. O sujeito só existe na medida em que se fala. Por isso, a importância da subjetividade na linguagem e no processo de alocação.

A questão da ênfase no ato é algo que o linguista da área precisa estar atento, Flores (2013, p. 123) assevera que “enunciação é o *processus* cuja condição de realização é identificar-se com o próprio ato que o profere [...]”. As noções do termo enunciação são sempre construídas reportando-se ao *corpus textual de pesquisa*, ou seja, para cada estudo produzido e organizado no PLG I e II, tem-se o termo enunciação. Essa orientação é recorrente entre todos os herdeiros do pensamento benvenistiano. Em Aresi (2012), encontramos outras recomendações por conta do intenso trabalho de discussão teórica do trabalho de 1970⁵³. Destacaremos algumas discussões produzidas pelo jovem estudioso que se relacionam diretamente com a questão da noção de enunciação ligada ao “ato” e os caminhos para essa realização. A primeira está no fato de a enunciação opõe-se a enunciado. No *Aparelho formal da enunciação*, Benveniste (2006, p. 82) define a enunciação pelo *ato*

⁵³ A dissertação: *Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de O Aparelho formal da enunciação*, de Fábio Aresi defendida, em 2012, pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFRGS, apresenta-nos uma complexa discussão a respeito do estudo de 1970. Além disso, traz à tona a referência, em inúmeros conceitos fundantes da Teoria Enunciativa.

mesmo de produzir um enunciado e distingue-a do que não seria “[...] o texto do enunciado [...]”. Observamos que Aresi (2012), mesmo sem se reportar a Barthes (1974), identifica as duas noções distintas (enunciação e enunciado). O enunciado é compreendido como o produto, ou mesmo, a manifestação da enunciação e a enunciação é outra coisa bem diferente é o processo. Benveniste deixa claro que o interesse é a enunciação, assim, seguem todos os seus leitores. Não desejamos nos acorrentarmos às definições intensas e profundas de Aresi (2012), no entanto, seguimos na sua esteira com leituras pontuais do trabalho de 1970 e com discussões em Flores (2008). Portanto, recorremos a Benveniste (2006, p. 82), afinal, é ele quem aponta “[...] A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.” (grifos nossos). Na passagem recortada, o linguista francês, novamente, evidencia a questão de que está na língua à vida de relação, por conta da relação do locutor com a língua que se tem a enunciação. Isso ocorre porque o locutor *toma a língua por instrumento* e pelos próprios caracteres disponíveis na língua(gem). A enunciação implica língua e fala como pertencentes à mesma ordem.

Flores (2008, p. 42) elucida que “[...] o conceito de enunciação que instaura um nível que não se reduz nem à língua nem à fala, mas que constitui ambas. A enunciação é o ato de tornar a fala a língua.”. Essa definição de enunciação vem junto com a orientação que busca evitar o equívoco em associar, ou mesmo, e, em pensar que Benveniste tenha fundado a Linguística da fala que menciona Saussure. Desse modo, deparamo-nos com a questão de que Benveniste funda o quadro formal, no qual compreender a distinção entre o emprego das formas e o emprego da língua. O emprego da língua é bem distinto é ele que apresenta os caracteres enunciativos “no interior da língua” à disposição do locutor. Além disso, a (inter)subjetividade da linguagem está na questão de que se é possível instaurar o “eu” em relação ao “tu” por conta da mobilização da língua no ato de marcar se não mais como locutor. Eis a passagem necessária de locutor a sujeito, por meio do ato individual e singular do emprego da língua: a enunciação. O linguista brasileiro aponta que Benveniste concede outro estatuto ao estudo da dêixis, compreendida como fenômeno linguístico, pelos linguistas estruturalistas, novamente, tem-se a subversão. Nesse caso, a dêixis não seguirá as discussões que usualmente se fazia pelos estudos linguísticos, ela terá outra discussão a da enunciação, enquanto, fenômeno enunciativo *na e pela* língua(gem). Os dêiticos serão compreendidos na extensão toda da língua, não mais porque se reporta ao mundo, mas sim ao sujeito, algo complexo que só é possível quando compreendermos também a respeito da referência e a

identificamos na enunciação. Há o que Flores (2008) denomina de *apagamento das fronteiras entre língua e fala*. Isso ocorre ao pertencimento, por exemplo, que os mecanismos da língua alcançam nos dois níveis na enunciação.

A consequência é a referência que é concebida como *parte integrante da enunciação*. (negrito nosso). Essa afirmação de Benveniste (2006) é algo muito singular para o termo, uma vez que essa afirmação traz a própria definição de enunciação. Isso significa que a referência só existe por causa do jogo enunciativo instaurado pelo ato único e pessoal, no qual o locutor ao apropriar-se da língua, passa de locutor a sujeito, no discurso. Leiamos mais sobre o que nos diz Benveniste:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que **cada instância de discurso constitua um centro de referência interno**. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 2006, p.84)

O *dado constitutivo* da enunciação liga-se diretamente a questão de introduzir *aquele que fala em sua fala*. É na apropriação da língua que se tem o *jogo das formas específicas*, cuja função é a relação entre o “eu” e o “tu”. Na passagem acima, a relação reversível entre o “eu” e o “tu” é compreendida como o *colocar o locutor em relação constante e necessária*. Lembrando que *cada instância de discurso* produz o centro de *referência interno*. Isso ocorre toda vez que a situação exige. É por meio do *jogo interlocutivo* entre o locutor e quem ouve que se tem a *relação constante e necessária com sua enunciação*. Encontramos outra dimensão para o que o linguista francês compreende como *fundamento da língua é relação*. Aqui, compreendida, como *constante e necessária*.

Leitora atenta, Normand (1999) discorre a respeito da referência no estudo de 1970 e faz importantes considerações para essa mesma citação. Para Benveniste, enunciação e referência estão relacionadas. Isso diz respeito à significação, construída por conta que enunciar é mobilizar a língua para produzir sentidos por conta do *ato individual*. Lembrando que o posicionamento epistemológico de Benveniste, no que diz respeito à significação, não só está em 1970, mas é identificável, em outros estudos do PLG I e PLG II. Esse percurso segue na contramão do que os lógicos compreendiam, uma vez que eles evitam a significação. A saída encontrada, por Benveniste, é a aproximação de discussões filosóficas em Ricoeur e manter-se em torno de uma semântica distinta. Esse caminho revela a respeito da existência de

uma nova semântica: “[...] a semântica que Benveniste anuncia é uma semântica da pessoa em sua relação com o mundo, desse sujeito que, prontamente chamamos de *sujeito da enunciação* [...]” (NORMAND, 1999, p. 168). A semântica é responsável por apresentar o sujeito que emerge na enunciação, tem-se ao centro a referência interna sempre distinta e inédita a cada enunciação.

No *Dicionário de Linguística da Enunciação*, de Flores et al. (2009, p. 197), o conceito para o termo referência volta-se à “significação singular e irrepitível da língua cuja interpretação realiza-se a cada instância de discurso contendo um locutor”. A noção para esse conceito é oriunda da “característica do uso do pronome ‘eu’, palavra que por excelência expressa a fala instantânea e efêmera do locutor.” – significa, assim, a própria enunciação. O termo referência, para a Teoria da Enunciação, em Benveniste, abrange muitas interpretações. Reconhecemos, assim, novamente, o importante trabalho de Aresi (2012) ao realizar todo um levantamento de variação epistemológica para o termo “referência”, nos diferentes trabalhos publicados por Benveniste, no PLG I e II. Como contribuição a ampliação do termo referência, acrescentamos, aqui, o interessante trabalho, *A frase nominal*, 1950, publicado para o *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, XLVI. A justificativa está em constatarmos que o termo nasce de discussões empreendidas pelo experiente linguista, A. Meillet, e pela necessidade em rediscutir o tema da *frase nominal no indo-europeu* pelo caminho das línguas e da sintaxe. Quando os linguistas o faziam pela morfologia, Benveniste surpreende a todos com o estudo de 1950, seguindo por outro percurso ao projetar com um leque de possibilidades problematizadas pela linguística.

Para essa situação, talvez o nosso leitor reclame por conta que estamos repetindo algo já dito no item 1.2.1 deste trabalho. A intenção é a constatarmos as linhas epistemológicas desse estudo os enfoques singulares e mais profundos que dão origem a outras temáticas. Reconhecemos, antecipadamente, que existem distâncias que separam os demais estudos, visto que são elaborados em épocas e públicos distintos. Apenas damos o merecido valor ao trabalho de 1950, pontuando passagens que acreditamos sejam importantes para a construção do termo referência, na Teoria da Enunciação, e para nossa leitura:

<p>Relação <i>forma e função</i> por conta da compreensão da função verbal (algumas distinções fundantes)</p>	<p>“No seio do enunciado assertivo, a função verbal é dupla: <u>função coesiva, que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado; função assertiva que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade</u>” (BENVENISTE 1995, p. 166)</p>
<p>O valor do enunciado assertivo <i>dixi</i> = [“eu disse”] – (distinção entre a dimensão das formas)</p>	<p>“[...] em latim, a asserção <i>dixi</i>, equidimensional à unidade sintática <i>dixi</i>, coincide ao mesmo tempo com a forma verbal <i>dixi</i>. Entretanto, não é necessário, para a constituição de um enunciado assertivo de um único termo, que esse termo coincida, como no exemplo citado, com uma forma de natureza verbal.” (BENVENISTE, 1995, p. 167)</p>
<p>Relação sintática para o enunciado assertivo por conta da relação entre pessoas (no ilocano, Filipino)</p>	<p>“[...] um enunciado assertivo pode compreender, nas duas primeiras pessoas, uma forma nominal com afixo pronominal: <i>ari'-ak</i>, “rei-eu” (= “eu sou rei”); <i>mabisin-ak</i>, “esfomeado-eu” (= “estou esfomeado”). <u>Ora, na terceira pessoa, que é de signo pronominal zero, esse mesmo enunciado se formulará: <i>mabisin</i>, “ele está esfomeado” idêntica não mais a uma forma verbal mas a uma forma nominal [...]</u>” (BENVENISTE, 1995, p. 169) (itálico do autor) (grifos nossos)</p>
<p>Relação sintática da frase nominal, o elemento assertivo empreende questões de atemporalidade e distinções para o tempo do <i>acontecimento</i> e do <i>discurso</i>. (indo-europeu)</p>	<p>“[...] <u>A asserção [frase nominal] terá esse caráter próprio de ser intemporal, impessoal, não modal, em suma, de ter por objeto um termo reduzido apenas ao seu conteúdo semântico. [...] A frase nominal no indo-europeu afirma uma certa “qualidade” (no sentido mais geral) como própria do sujeito no enunciado</u>, mas fora de qualquer determinação temporal, ou outra, e fora de qualquer relação com o locutor.” (BENVENISTE, 1995, p. 172)</p>
<p>Relação entre textos antigos distintos: poesia (<i>Píticas</i> de Píndaro) e prosa (<i>História de Heródoto</i>) – para verificação do objeto por <i>meio do tom, estilo e conteúdo</i> da frase nominal.</p>	<p>“[...] não afirmam de maneira igual e não pertencem ao mesmo registro. <u>A primeira é do discurso; a segunda da narração. Uma propõe um absoluto; a outra descreve a situação. Esses dois traços são solidários e dependem juntos do fato de que, no enunciado, a função assertiva repousa sobre uma forma nominal ou sobre uma forma verbal [...]</u> A frase nominal, sendo <u>adequada para asserções absolutas, tem valor de argumento, de prova de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. [...]</u>” (BENVENISTE, 1995, p. 179)</p>
<p>Ser e estar (sintaxe no indo-europeu)</p>	<p>“O emprego concorrente de dois tipos de asserção, sob formas diversas, constitui uma das soluções mais instrutivas para um problema que se apresentou em muitas línguas e, por vezes, em vários momentos da sua evolução.” (BENVENISTE, 1995, p. 182)</p>

Quadro II – Benveniste (1950/1996) elabora percursos de estudos mais profundos a partir da *frase nominal*, porque parte do estudo das línguas enquanto atividades discursivas.

O Quadro II apresenta temas que de certa forma acionam a memória do leitor de Benveniste às problematizações que são desenvolvidas em outros estudos organizados no

PLG I e II a respeito da referência e de outros assuntos. Listamos alguns dos estudos que surgem após o estudo de 1950, por exemplo, *A subjetividade na linguagem* (1958); *Níveis de análise linguística* (1964); *A natureza dos pronomes* (1956); “*Ser*” e “*ter*” *nas suas funções linguísticas* (1960); *Formas novas e composição nominal* (1967); *A forma e o sentido na linguagem* (220); *O aparelho formal da enunciação* (1970) e outros. Reconhecemos que o estudo de 1950 contém um projeto que conduz a outros estudos, de modo especial, a discussão do termo referência. Assim, interpretamos que o termo referência é discutido por longos anos e sobre diferentes ângulos, até ser compreendida como parte do processo de simbolização e de significação que se dá *no e pelo* uso que o locutor faz da língua(gem).

A nossa compreensão de referência é construída quando da passagem de locutor a sujeito, por meio de experiências descritas, no interior da prática social, ou melhor, em testemunhos de experiência de língua(gem), no sentido de projeção do sentido que está na enunciação. Reportamo-nos a passagem do trabalho de Benveniste, *Níveis da análise linguística*, de 1964, em que o linguista francês conceitua a frase e com ela a questão do *sentido e da referência*:

A frase é a unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível – o que ela não é, como vimos. É porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido” mas permanecendo desconhecida a “referência”. (BENVENISTE, 1995, p. 140)

Na frase, a unidade, ou *segmento do discurso*, não é mais compreendido pela *relação distintiva*, porque em todos os níveis (fonético, morfológico, sintático e semântico) há a questão do sentido e da referência. Benveniste (1964) compreende sentido como *enformada de significação* e, ao mesmo tempo, de referência porque se relaciona diretamente a *situação, sem a qual a comunicação não opera*. Os problemas linguísticos devem ser estudados por meio das relações inter-humanas com vistas a compreender os processos de subjetividade na linguagem. Interessamo-nos pela questão que transcende o mero estudo dos pronomes como categorias verbais, elas passam designar a (inter)subjetividade na língua(gem), fato importante para a nossa tese.

2.4 – A categoria de pessoa, tempo e espaço instauram a (inter)subjetividade na linguagem: *entrada do homem na língua(gem)*:

A categoria de pessoa no verbo sempre despertou o fascínio de gramáticos e de linguistas, em diferentes épocas e continentes. Essa nossa afirmação está respaldada pelo percurso empreendido por Benveniste, no estudo, *Estruturas das relações de pessoa no verbo*, 1946, que é o marco inicial para o surgimento dos demais estudos que nascem muito tempo, depois, oriundos de circunstâncias e para públicos distintos. Em *Estruturas das relações de pessoa no verbo*, Benveniste dedica-se à investigação atenta dos pronomes pessoais. A temática está vinculada, inicialmente, ao verbo, mas isso é apenas o início da problematização que se estende ao estudo da categoria de pessoa nas línguas ocidentais, orientais e ameríndias. A intenção do linguista francês é a subversão da temática das relações de pessoa no verbo, visto que ele discute a partir da herança cultural que está na(s) língua(s), no caso, nas inúmeras línguas. Esse caminho empreendido é algo inédito, tanto que o linguista inicia com a compreensão das três *purusa*, ou “pessoas”⁵⁴, utilizando-se do conhecimento de gramáticos da Índia. Estabelece comparações com estudos de línguas clássicas, do ocidente, e detecta a primeira distinção para o fato: “[...] a diferença está fixada pela tradição, por exemplo, a gramática grega identificava os verbos na primeira pessoa e a gramática indiana na terceira” (PLG I 1995, p. 247-248) (grifos nossos). Tem-se com isso, as primeiras observações necessárias para que o linguista francês siga a respeito da temática, considerando para isso, ângulos distintos.

Benveniste (1995, p. 248) segue a tradição da perspectiva de escolha para o *ponto de vista* que guia parte das reflexões, porque é pelas relações entre línguas que Benveniste caminha: “É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não pelo que as diferencia.”. Para a relação entre a pessoa verbal “eu” e “tu”, o linguista francês propõe a discussão de pessoa não só por oposições, mas pela questão da complementariedade existente entre o “eu-tu”. Já a relação com o “ele”, 3ª p.s., é de outra natureza, uma vez que está fora da relação entre o eu-tu, ou seja, do discurso. A relação de pessoa e não-pessoa para a Teoria Enunciativa é também construída a partir do fundamento

⁵⁴ Os gramáticos indianos identificam três categorias de pessoa, ou *purusa*. O encantamento de Benveniste (1946) está no fato da ordem inversa que se dá pela tradição para a categoria de pessoa. Na gramática indiana, por exemplo, a *prathamapurusa*, “primeira pessoa”, tem correspondência com a terceira pessoa da gramática clássica de origem grega. A *madhyamapurusa*, “pessoa intermediária” tem correspondência com a segunda pessoa. E a *uttamapurusa*, considerada a “última pessoa”, diz respeito, a “primeira pessoa”. (BENVENISTE, 1995, p. 247)

saussuriano previsto, pelas relações opositivas centradas na teoria do “valor”, um signo é o que o outro não é.

O linguista francês não se afasta das discussões saussurianas; ao contrário, ele reorganiza o estudo da pessoa verbal (eu-tu = pessoa, e o ele = não-pessoa) a partir de três características principais por meio dos princípios opositivos que se complementam por meio da *unicidade*, da *inversibilidade* e da *predicação verbal*:

- a) unicidade específica: *eu e tu são sempre únicos*: “O ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez mais únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (PLG I: 253);
- b) inversibilidade: *eu e tu são inversíveis entre si*. O *ele* não pode ser invertido com os dois primeiros;
- c) predicação verbal: “A ‘3ª pessoa’ é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente” (PLG I: p.253). Tudo o que não pertence a *eu-tu* recebe como predicado a forma verbal de 3ª pessoa. (FLORES 2013, p. 90)

Flores (2013, p. 19) assevera a respeito da primeira oposição entre o “eu” e o “tu” (pessoa) e o “ele” pensada por Benveniste, direciona-o para a discussão da *subjetividade* e de *objetividade*. Para a *subjetividade* tem-se o papel do “eu” *pessoa subjetiva*, já o da 2ª p.s. “tu” o de *pessoa objetiva*. Reproduzimos o quadro explicativo de Flores (2013), uma vez que ele interpretada a diferença entre a *distinção clássica*, na qual implica a *correlação de pessoalidade* e a *correlação de subjetividade*.

	Pessoa	Eu		Pessoa Subjetiva	Eu
Correlação de pessoalidade	Pessoa	Tu	Correlação de subjetividade	Pessoa não subjetiva	Tu
	Não pessoa	Ele			

Quadro III – Correlação de pessoalidade/correlação de subjetividade. (FLORES, 2013, p.91)

Seguindo a interpretação de Flores (2013), esclarecemos que Benveniste (1946) se distancia do trabalho teórico de Bréal (1897) em *O elemento subjetivo*⁵⁵. A questão está no

⁵⁵ No estudo, *O elemento subjetivo* de Bréal (1897/1992, p. 160), o gramático comparatista aponta a respeito das três pessoas do verbo, distinguindo-as entre subjetivo e objetivo. Para o subjetivo, Bréal determina que essa função é assumida pela primeira pessoa, a partir da relação entre a primeira e a segunda pessoa. No entanto, Bréal não vai além, ele apenas afirma que a primeira pessoa é universal e a segunda pessoa é compreendida pela interpelação da primeira. Para a porção objetiva da linguagem, tem-se a 3ª p.s., o “ele”, por isso, a terceira pessoa deixa-se mais facilmente explicar.

fato de que o linguista francês não só apresenta a correlação de *personalidade* e de *subjetividade*, mas ao fazê-lo insere outras discussões a respeito da pluralização por meio da correlação de *subjetividade* inscrita, para o “eu” e o “tu” e a correlação de *personalidade* para o “ele” para a *pluralização* por meio de “nós”.

Outra subversão é instaurada pelo princípio enunciativo de Benveniste quando da afirmação de que não há coincidência entre o plural pronominal e a forma verbal. Isso conduz a constatação de que a *pluralização* não é uma mera transposição singular/plural:

[...] sabemos bem que, nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização. Além do mais, cria-se em inúmeras línguas uma diferenciação da forma verbal da primeira pl. sob dois aspectos distintivos (inclusivo e exclusivo) que denuncia uma complexidade particular. (BENVENISTE, 1995, p. 256)

Para esse percurso, Benveniste (1946), centrado no estudo de línguas⁵⁶, apresenta dois argumentos que impedem a interpretação da *pluralização* como sendo a *multiplicação* da primeira pessoa do singular “eu”. O que ocorre na passagem para a 1ª p.p. como fenômeno de pluralização? O linguista francês explica o fenômeno por meio de dois princípios. O primeiro está relacionado à compreensão de que “eu” é constitutivo de “nós”, isso significa que “eu” congrega a *unicidade* e a *subjetividade*. Isso impede de imediato que “eu” seja interpretado como sendo muitos “eus”. Se não se tem a multiplicação, o que se tem então? Outro princípio é, então, posto em evidência: diz respeito à compreensão de que a pluralização é a junção de “eu” + “não-eu”. Nesse caso, há duas outras relações que de imediato apresentam dois empregos: “eu” (subjetiva) + não-eu (“tu, ou vós” - subjetiva) e “eu” (subjetiva) + “não-eu” (“ele, ou eles” – não subjetiva). Eles são denominados de *inclusão* e a *exclusão*. A *inclusão* ocorre pela junção do “eu” (subjetiva) com a segunda pessoa, o “tu, ou vós” (subjetiva) o efeito é manter as categorias de *personalidade*. O segundo emprego é o da *exclusão*, no qual se dá pela *junção* do pronome “eu” com a terceira pessoa do singular, o “ele, eles” (não-subjetiva), nesse caso, há uma generalização.(BENVENISTE, 1995, p. 252-257). (grifos nossos). Representamos com o seguinte quadro:

⁵⁶ A respeito do fenômeno de pluralização, Benveniste segue pelas *distinções ordinárias*, na qual envolve a observação atenta de diversas línguas: “ameríndias, australianas, papua, malaio-polinésio, dravídico, tibetano, mandchu e tunguze, nama etc..”, sem contar as línguas indo-europeias. (BENVENISTE, 1995, p. 256). Laplantine (2013, [s.p.]) é quem identifica a Linguística das línguas, nos trabalhos do linguista francês.

<i>Pluralização</i> <i>Junção</i>	Subjetiva	“eu”	+ “tu, ou vós” (não-eu)	Correlação de subjetividade	<i>Inclusão</i>
“nós” “eu” + “não-eu”	Subjetiva	“eu”	+ “ele, ou eles” (não-eu)	Correlação e pessoalidade	<i>Exclusão</i>
	Subjetiva	“eu”	(unicidade e subjetividade)		

Quadro IV – A pluralização é marcada pela presença do “eu”, uma vez que ela é constitutiva em “nós”.

O fenômeno da *pluralização* compreendido pela *junção* torna-se mais fértil do que se imagina. A causa está nas combinações possíveis entre o “eu e o não-eu” e, principalmente, pela marca que “eu” imprime em “nós”. Para a realidade das línguas indo-europeias, Benveniste (1946) afirma que “eu” é tão forte que se torna *ampliada* (itálico do autor). Nesse caso, mais empregos são evidenciados:

De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o nós de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcante de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós” de autor ou de orador. (BENVENISTE, 1995, p. 258)

O linguista francês apresenta o *plural de majestade* e o de *autoria*. O “nós” de *majestade* atua em situações de interlocução *solene e menos definida*. A pluralização por meio de “nós” de autoria reflete a presença de “eu” de tal forma que o “nós” abre para a pessoa *ampliada e difusa*. Outros fenômenos enunciativos são observados por conta das influências e das relações mais comuns produzidas pela questão do singular e do plural. Benveniste admite que nesses casos têm-se “contaminações e encabrestamentos frequentes” causados pela língua ordinária, e pelos processos de interlocução empreendidos pelos locutores, ou quais têm por função a ampliação por generalização.

Recordando o princípio enunciativo, a *pluralização*, não é multiplicação. Para o linguista francês, “A distinção ordinária de singular e de plural deve ser se não substituída ao menos interpretada, na ordem da pessoa, por uma distinção entre *pessoa estrita* (= “singular”) e *pessoa amplificada* (= “plural”). Só a “terceira pessoa”, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural.” (BENVENISTE, 1995, p. 259). Essa questão é fundamental para o estudo das categorias de pessoa no discurso. Inserimos aqui, na tese, a questão da pluralização por considerarmos na leitura dos testemunhos a presença do emprego da pessoa amplificada.

Os estudos posteriores prosseguem com características independentes e contém desdobramentos na categoria pessoa, tempo, e mesmo, espaço. Reportamo-nos ao estudo de 1956, *A Natureza dos pronomes*, de Benveniste. A escolha não é ingênua, ou aleatória, o estudo contempla os traços iniciais de toda uma arquitetura maior, no qual Benveniste desenvolverá ao longo de duas décadas de produção científica. É preciso considerar, embasados em Flores (2013, p. 96), que o estudo de 1956 foi responsável por alargar o raciocínio inicial do estudo de 1946, *As relações de pessoa no verbo*, projetando a natureza antropológica da linguagem, em níveis distintos para outros estudos. O primeiro nível volta-se a questão do *sistema combinatório de signos* e outro à *atividade manifestada nas instâncias do discurso*. Leiamos a passagem:

O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida no exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. Assim, os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância do discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor. (BENVENISTE, 1995, p. 281) (grifos nossos)

Uma das tarefas do linguista é ter sensibilidade para distingui-los. A linguagem *sistema de signos*, por indicação de Saussure, e de outro lado, a *linguagem instância do discurso* de Benveniste. Essa tarefa é assumida no exercício ou realização do indivíduo. É nele, indivíduo que ocorre o processo de apropriação das referências internas disponíveis nas línguas. Todas as línguas disponibilizam indicadores pessoa, *eu* e *tu*, e eles favorecem para que *na e pela linguagem instância de discurso* abra-se para o processo de *construção linguística particular de ele* [homem] *se serve quando enuncia como locutor*. Benveniste, no estudo de 1956, inaugura toda uma discussão em torno de enunciados do discurso que não se inscrevem na relação pessoa do *eu*, por causa da *natureza e função*. Eles são chamados os pronomes de “terceira pessoa”, representados por *ele*, assumem a não-pessoa, ou uma referência objetiva. Observada do *ponto de vista* de uma “representação” sintática, a terceira pessoa assume, por uma questão de economia, a substituição, em alguns casos de parte de um enunciado, ou mesmo um enunciado inteiro. Vê-se aqui, a inclusão do “ele”, como a construção do sentido, por meio de um “enunciado inteiro”, ou seja, pressupõe a passagem da língua ao discurso. Há uma dedicação ao campo da enunciação, por causa do percurso

epistemológico do linguista francês que propõe o desafio em interpretar a linguagem humana e as realizações das línguas vivas.

Outro fato interessante, em 1956, é a projeção do objeto investigativo a respeito da língua como *atividade manifestada nas instâncias do discurso*, tendo em vista a evolução da temática a respeito da categoria de pessoa que contínua, à medida que Benveniste aprofunda o pensamento teórico. Orientamo-nos na leitura de Flores (2013, p. 97), no que diz respeito, a dicotomia discutida no estudo *A natureza dos pronomes*, com a distinção de pessoa, subjetivo, e não-pessoa. Isso demonstra a existência de um projeto arquitetônico maior me torno da categoria pronominal. É preciso considerar que Benveniste elabora outros percursos por conta da categoria temporal e espacial, uma vez que também trata de instâncias do discurso, em comum os estudos seguem pelo viés de uma antropologia da enunciação. A problematização da referência do “eu”, no ato do discurso, é discutida por Benveniste (1995, p. 286), no estudo *Da subjetividade na linguagem* sobre a perspectiva de interpretar a realidade a qual se refere o “eu”. Interessa-se o *status* linguístico de pessoa: “É “ego” que diz *ego*”. Para esse percurso epistemológico, o fundamento da subjetividade é o auge desse *status linguístico de pessoa* tanto que passa a ser a própria condição do homem na língua(gem).

O direcionamento de ordem linguística sofre a influência das discussões da psicanálise de Lacan. Por isso, apresenta a concepção de locutor como termo identificado, na instância do discurso, ou seja, na realidade do discurso quando da manifestação do “eu”. O exercício da língua pelo locutor dá “testemunho da identidade do sujeito”. Instaura-se, por meio da categoria pronominal, o fundamento da subjetividade e isso só se realiza no ato de apropriação da língua pelo locutor quando da presença do “tu”: “[...] *eu* se refere ao ato do discurso individual no qual é pronunciado, e *lhe* designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso [...]” (BENVENISTE, 1995, p. 288). O “eu” é tomado na instância do discurso, nela é que se pode identificá-lo como locutor, não há outro momento que a instância, é nessa *referência atual* que se marca a subjetividade na linguagem.

No processo de comunicação, revela a subjetividade na linguagem nessa esteira os termos “eu” e “tu” são *termos reversíveis* e, ao mesmo tempo, *complementares* na condição da entrada do homem na língua(gem). Para os povos ameríndios, a questão da *reversibilidade* está presente no processo comunicativo, sobre outra dimensão. Nesse momento, abrimos um espaço, no princípio linguístico de Benveniste, para reportamo-nos, novamente, as considerações de Castro (2011, p. 351), porque acreditamos que elas sejam pertinentes para

compreendermos o processo de interlocução entre o “eu” e o “tu”, na questão da *reversibilidade* comum e necessária existente entre as categorias de pessoa.

Para os povos ameríndios, há um diferencial que é dado pela questão do universo da cosmologia. A discussão que inserimos está na compreensão primeira de *troca do envoltório* (roupa) entre os seres humanos e não-humanos, no processo de interlocução, entre o “eu” e o “tu”, que se dá de maneira específica, na mata, descrita pelo antropólogo brasileiro. Essa noção de que se é possível pela troca de lugares entre as categorias de pessoa para os povos ameríndios liga-se à questão de que Castro (2011) conceitua como sendo a “[...] a aparência corporal variável [...]”, ou específica de cada espécie, no caso, o jaguar, o urubu e outras formas. Eis que se tem para esse fenômeno cultural para o *perspectivismo ameríndio* que está ligado diretamente à troca de “roupas”, ou “peles”, a *essência antropomorfa* (espiritual, ou animal) e da *aparência corporal*. Lembrando que se tem no pensamento das comunidades indígenas a questão da subjetividade que se dá *na e pela* linguagem, por meio das presenças distintas entre o “eu” e o “tu”, categorias de pessoa permitem a troca de lugares que é da ordem enunciativa. Os lugares de fala para o “eu” e o “tu” não é algo imutável; é variável conforme a circunstância comunicacional.

Em Benveniste (1995, p. 286), encontramos o conceito de polaridade inscrito na língua por meio das categorias de pessoa, “eu” e o “tu”, que não é explicável pela suposta igualdade, ou simetria entre as categorias de pessoa, mas pelo princípio que está na “[...] posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo a oposição “interior/exterior”, e ao mesmo tempo são reversíveis.”. Eis que o linguista francês explica por esse princípio de polaridade para as pessoas a questão do *homem na linguagem*. As oposições transcendentais para o “eu” e o “tu” são interpretadas por simbolismos culturais próprios e específicos. Em outros casos, ainda para os povos ameríndios, encontramos, em análises antropológicas, descritas por Castro (2000, [s.p.]), mitos que explicam a respeito do surgimento dos brancos. Esses mitos convergem para discussões que não são meras dicotomias, tendo em vista que convergem para a condição primeira de que a existência dos não-índios já era esperada pelos índios. Outro ponto é que ela se dá pela complementariedade: “[...] somos primos cruzados, isto é, cunhados potenciais. Não somos naturalmente idênticos como o são os irmãos; seremos sempre diferentes, pois essa diferença que nos torna socialmente necessários uns aos outros.” (CASTRO, 2000, [s.p.]) (grifos nossos). Assim, para o conceito de “não-índio”, ou mesmo, de “branco” tem-se que é o próximo de “cunhado da mulher”, isso o torna ao mesmo tempo,

distinto e presente. Essa diferença marca a questão identitária do sujeito no discurso, por conta da apropriação da língua(gem), em sociedade. As representações simbólicas dos povos ameríndios são importantes para que possamos compreender a relação interlocutiva em entre o “eu” e o “tu” na Prova de Redação. Há que se compreender que nessa relação pragmática entre o locutor e o alocutário tem-se a possibilidade real do reencontro entre índio e o não-índio, que se dá pelo “dualismo em desequilíbrio perpétuo” do sistema, no qual se origina o terceiro elemento, obscuro e que vem à tona, esse cria como referência algo que adia o fim, ou que quebre as linhas demarcatórias entre o “eu” e o “tu”.

Voltemo-nos às discussões de Benveniste (1995) na enunciação, porque é necessário evidenciar os pronomes pessoais são *pontos de apoio*. Há nessas formas as condições para que o locutor instaure a subjetividade na linguagem. As categorias de pessoa inserem o homem na língua, porém, não são as únicas. No caso, os dêiticos (advérbios, adjetivos, demonstrativos), ou forma “vazias” também organizam a entrada do sujeito na língua(gem). Eles estão disponíveis ao locutor, no exercício da língua viva, as formas “vazias”, os advérbios, os demonstrativos, pronomes, adjetivos e outras.

Resumindo, os dêiticos, disponíveis na língua, auxiliam o locutor a referir-se como “eu” ao parceiro “tu”. Essas formas “vazias” no sistema da língua expandem a discussão da subjetividade para o fenômeno da temporalidade e espacialidade como marcas do sujeito na instância do discurso: “Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia.” (BENVENISTE, 1995, p. 288). Assim, há entre elas a dependência do *eu* isso ocorre dada a instância do discurso e da subjetividade na linguagem.

O presente é o *tempo linguístico*. Ele é responsável por marcar a presença do homem na instância do discurso, ou seja, só atua no momento da fala do locutor. O tempo presente está no próprio exercício da linguagem e na dependência do “eu” em tomar a língua, ou mesmo, em colocar se como locutor, realizando com isso, a passagem de locutor a sujeito, na “emergência da subjetividade”. No estudo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, Benveniste apresenta uma nova configuração da língua(gem). Essa configuração prevê a inclusão do falante no seu discurso e os desdobramentos na rede complexa das categorias espaciais e temporais, considerando para isso que a língua assegura o duplo funcionamento à questão subjetiva da linguagem, a passagem da língua a discurso e o fato de que a língua assumir a função de ser o interpretante das funções e estruturas sociais (BENVENISTE, 2006, p. 102). O linguista francês inclui, nesse estudo, questões relativas à prática humana e os uso

particulares que o homem faz da língua(gem) com adaptações aos grupos, ou classes que pertencem.

As categorias de pessoa, tempo e espaço no sistema linguístico assumem características de universalidade, uma vez que estão em todas as línguas. Elas independem do tipo de sociedade e da época. Benveniste (2006, p. 101) discute os índices especiais nos usos que os falantes fazem, ou seja, na enunciação. Para a categoria de pessoa há o subjetivo e o referencial do discurso: “eu” e “tu”, e da oposição do sistema “eu-tu”/“ele”, algo posto como regra para as muitas línguas sejam elas escritas, ou ágrafas:

A primeira, a oposição, a do “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana. Somente um código pessoal, religioso ou poético, autorizaria empregar esta oposição.

A segunda oposição, a do “eu-tu”/ “ele”, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua a operação de referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocação. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua. (BENVENISTE, 2006, p. 101)

Para a primeira oposição, “eu-tu”, Benveniste reafirma a estrutura de alocação pessoal, cuja característica é ser inter-humana, tem por normatização seguir nessa estrutura. No entanto, abre para algumas exceções de uso, cuja finalidade está na poesia, ou na religiosidade a questão de código pessoal. A segunda oposição tem por finalidade defender o fundamento pelo qual repousa a dupla natureza da língua, “eu-tu”/ “ele”. Benveniste considera a *nova configuração* que ocorre tendo em vista a passagem da língua ao discurso, na apropriação que o falante faz do sistema quando da sua inclusão no discurso: “[...] consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 101). Essa rede complexa de relações espaço-temporais é que fazem o ato em si pelo sujeito, outro aspecto importante é o de atualizar no “aqui” e o no “agora” a enunciação.

Acrescentamos à discussão a respeito da categoria de pessoa, as interpretações de Dufour (2000). A justificativa está no fato de que ele é o herdeiro do pensamento benvenistiano que não só apresenta a questão implícita a respeito do binário para os dois tipos de relações entre o “eu-tu” e o “(eu-tu)/ele” como inclui a existência da trindade linguística para a relação “(eu-tu)/ele”. O percurso é favorável a discutir a respeito do tema por meio não de uma visão filosófica, mas por uma questão “natural”, cujas origens estão nos fundamentos da Linguística moderna com Saussure. Dufour (2000) refere-se, também, às discussões de

Benveniste. Isso ocorre porque é com o linguista francês que se pode encontrar que é da natureza do homem entrar na língua(gem) por meio da alocação. E há na fala do homem um tempo eternamente presente que emerge das relações binárias e trinitárias. Leiamos a seguinte passagem do filósofo:

O trabalho de Benveniste é, nesse sentido, exemplar e insubstituível, na medida em que permite ver se perfilar, por trás das díades construídas, uma pressuposição trinitária. O homem, porque fala, é o objeto de um fato “trivial e infinitamente importante” (DUFOUR, 2000, p. 115)

Esse percurso afirma a existência do esquema trinitário existente, e mesmo, próprio do homem e do homem na linguagem, Dufour (2000, p.115) afirma a trivialidade na fala do homem. Isso ocorre por meio de duas relações: “eu-tu” e “(eu-tu)/ele, em que cada uma delas há uma matriz. Essa matriz ocupa o lugar central no dispositivo da enunciação disponível na língua. A primeira relação “eu-tu” é necessária e pertinente à alocação, mesmo porque sem ela não existe, e ela só existe por causa da ausência de um terceiro “ele”, o *externo*, quando do ato em que “eu” e “tu” falam. Para a segunda relação “(eu-tu)/ele”, Dufour (2000, p. 106-107) esclarece o que Benveniste compreende por ausência para o “ele”, essa ausência é compreendida como “uma ausência *re-presentada* no campo da presença.”. O filósofo explora a questão do “ele” conceituando a partir de “uma *presentificação da ausência e, em última instância, da morte.*”. A *presentificação da ausência* tem relações diretas com o laço social e a compreensão de dois “ele”.

A questão da trindade implicada na dimensão pragmática da narrativa é discutida por Dufour (2000, p. 155) por meio da relação entre o eu, o tu e o ele. Inclui-se nisso o fenômeno do *laço social mínimo* que nada mais é que a existência de uma *arqui-socialidade*. Esta é definida primeiro pela existência da relação entre o “eu – tu” e pela representatividade da ausência do “ele”. Assim, há a seguinte indicação trinitária “[...] para que dois estejam juntos, *aqui*, é preciso que um outro esteja *ali*, ausente.”. Na língua, há a relação de díade e a questão que emerge como necessidade para a própria existência do homem na linguagem e na cultura que é a questão da terceira pessoa, o ele, cujo emprego do “ele” terá um alcance distinto quanto à função. Benveniste já antecipa em 1946, quando apresenta a questão de *dois empregos particulares* para o “ele”. A primeira, é que o “ele”, na língua, diz a respeito, ou *reverência* para essa função o valor do “ele”, na alocação, ganha a relação linear entre os homens. A outra relação para o “ele”, na alocação, é marcada pela condição de uso, em que se tem o menosprezo pelo outro, no caso, o “ele”. Dessa relação, Benveniste, no estudo de 1946,

destaca dois movimentos empreendidos pelo “ele”, na alocação: “Da sua função de forma não pessoal, a “terceira pessoa” tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa.” (BENVENISTE, 1946/1996, p. 254). Isso é o que direciona Dufour (2000, p. 109-110) a pensar a respeito de duas ocorrências de emprego para o “*ele*” e o “*ele*”.

Para explicar esses movimentos, o filósofo afirma que o “ele” é o pilar que estrutura a trindade, isso ocorre por causa da questão do desdobramento do “ele” em dois: o *ele/ele*. O primeiro “ele” é o da ausência. Já, o segundo é o “*ele*” barrado, destituído de qualquer presença. Por isso, contém um *novo efeito*. Esse efeito é o que revela a díade existente e específica do homem na linguagem seja pela fala, ou escrita: “É nessa terceira díade, “*ele/ele*”, invisível fenomenologicamente, que me parece residir a chave da compreensão das relações entre as duas grandes práticas de simbolização sobre as quais se funda toda nossa civilização: a fala e a escrita.” (DUFOR, 2000, p. 112).

Em 1970, Benveniste assevera sobre a importância do ato individual do locutor para a apropriação da língua. A realização individual, ou enunciação, pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor apropria-se do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio dos índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (BENVENISTE, 2006, p. 84). No *Aparelho formal da enunciação*, o locutor será compreendido, numa perspectiva linguística, porque é ele quem se apropria da língua e a transforma em discurso. A palavra locutor tem modos distintos: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor” (grifos nossos). Com isso, o locutor adquire a língua, e, ao mesmo tempo, marca o seu lugar na enunciação por meio da subjetividade. Portanto, dois movimentos envolvem o locutor: o primeiro é que o locutor não é sujeito ainda; o outro movimento é a passagem de locutor a sujeito, na qual manifesta a subjetividade na enunciação. Para este momento, não se tem mais o locutor, e sim, o sujeito. A língua tem papel fundamental nessa transformação em discurso, porque ela tem à disposição os índices específicos e os procedimentos acessórios para que o locutor possa apropriar-se da língua e instaura o lugar de enunciação.

Em 1965, Benveniste há havia discutido que as categorias pronominais não eram as únicas formas inscritas na linguagem que evocam a subjetividade, Benveniste (2006, p. 69) assevera a respeito de *outros indicadores* que se organizam em torno do ponto central, *EGO*. Esses indicadores, ou dêiticos organizam a referência por meio de categoria espacial e temporal, eles são responsáveis por instaurarem a interlocução. A categoria espacial é o ponto

de referência tomado a partir do “eu”. Tem-se, assim, o ponto, por meio do qual a língua, situa não só objetos, mas o próprio locutor no espaço: “O sistema das coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência.” (BENVENISTE, 2006, p. 70). Vê-se que para a categoria espacial há duas funções a de localizar objetos e de organizá-lo em função de quem fala: “ele-próprio designado como centro e ponto de referência.”. Tem-se com isso que a questão da espacialidade está diretamente ligada à referência.

O tema a respeito de espaço, nos estudos de Benveniste, é instigante, tanto que Barboza⁵⁷ (2013) amplia a discussão trazendo à tona o emprego do termo ora sozinho, “espaço”, ora ligado ao tempo, com vistas às relações espaço-temporais. A contribuição de Barboza (2013, p. 138), a respeito de duas características *fundantes* e *fundamentais* (itálicos da autora) para o termo espaço, na enunciação: “[...] espaço DE enunciação e espaço DA enunciação”, essas não se isolam, ou mesmo podem ser compreendidas dentro de uma relação simétrica. A linguista brasileira elucida a respeito da primeira: “espaço DE enunciação”, tem por missão fundar a enunciação. O segundo, “espaço DA enunciação” compõe a base que diz respeito à subjetividade. As duas revelam as condições básicas para a enunciação e da (inter)subjetividade. Acreditamos que essas duas estejam no centro, junto com a referência. O interessante é que Barboza (2013) não aponta a categoria de tempo como sendo superior à espacial, ao contrário, dedica-se a estudá-las nas proximidades as quais se relacionam. Diferente desse posicionamento, Barthes (1984) identifica que a categoria temporal tem privilégios, em relação à espacial, isso ocorre por causa do alcance que ela proporciona ao discurso. Barthes (1984, p. 21) reconhece a respeito das discussões de tempo empreendidas pelos princípios linguísticos de Benveniste a genialidade e a intensidade das discussões que se estendem as outras áreas. A justificativa está no fato de que a questão da temporalidade, na língua(gem), é fruto de um árduo trabalho do linguista francês com o foco em observações e análises empreendidas pela Linguística das Línguas. Isso possibilitou eleger o tempo

⁵⁷ A dissertação “Em busca do espaço perdido? Um estudo do estatuto da noção de espaço Benveniste”, de Gabriela Barboza, defendida em 2013, pelo PPGL da UFRGS, aborda o espaço, por compreender ser um caminho muito fértil para a discussão, com aberturas prósperas e ainda pouco discutidas pelos gramáticos e linguistas da enunciação. Barboza (2013) realiza uma revisão bibliográfica sobre o tema, parte de pistas iniciais em Saussure e Benveniste, dedica-se às leituras dos textos de Benveniste, publicados no PLG I e II, e em outras obras. A linguista brasileira realiza um dedicado trabalho de mapeamento do termo em estudos selecionados do PLG’s. Segue as trilhas deixadas por Benveniste e identifica os diferentes empregos para a palavra “espaço” e “espaço-temporais”, na enunciação.

linguístico como o *centro gerador da enunciação*. O próprio linguista francês reconhece o valor acentuado para a categoria do tempo.

Em *A linguagem e a experiência humana*, Benveniste (2006, p. 70) afirma que o tempo linguístico é uma das formas linguísticas mais reveladoras da experiência subjetiva, dada a riqueza de representações que são evocadas por meio dos inúmeros encadeamentos proporcionados pela língua em função do discurso.

O locutor situa como “presente” tudo que aí está implicado em virtude da forma linguística que ele emprega. Este presente é reinventado a cada vez que o homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido. Eis aí mais uma vez uma propriedade original da linguagem, tão particular que seria oportuno buscar um termo distinto para designar o tempo linguístico e separá-lo assim das outras noções confundidas sob o mesmo nome. (BENVENISTE, 2006, p. 75)

Desse modo, o tempo linguístico assume sua função primordial no uso que o locutor faz da língua. É na fala que se dá a atualização da língua, reinventando e criando algo novo e único para aquele instante. Isso faz emergir a propriedade original da linguagem que é a própria atualização do ato ou da instância do discurso. Há também que se considerar que o tempo organiza o discurso em função da experiência pessoal do locutor: “[...] o ato de fala parte de mim e ninguém pode falar por minha boca, da mesma forma que não pode ver por meus olhos ou experimentar o que eu sinto” (BENVENISTE, 2006, p.77). Essa experiência de linguagem é aceita pelo interlocutor, é o que mantém a reciprocidade, uma vez que o interlocutor passa a ser o locutor.

Para a questão do tempo linguístico, ainda, é preciso destacar no estudo do tempo linguístico que há na língua por meio da capacidade de *referências-intradiscursivas*. Tem-se, com isso, a maneira própria prevista pelas *coordenadas espaço-temporais* o uso de expressões lexicais que situam e deslocam em diferentes planos a questão do tempo a partir do hoje. Eis que surgem “amanhã” (para frente), “ontem” (para trás) que variam em graus de distanciamento. Lembrando que para isso é preciso considerar a instância do discurso por meio da experiência humana na linguagem: “A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões” (BENVENISTE, 2006, p. 80). Esses aspectos são evidenciados na língua por meio da relação locutor e interlocutor, ou melhor, entre falante e ouvinte, considerando para isso, o processo de troca inscrita na língua(gem).

Resumindo, é por meio da Semântica inaugurada por Benveniste que se pode interpretar o “domínio da língua em emprego e em ação”, interessa-nos, a luz do pensamento de Benveniste, compreender a função mediadora por meio das experiências de linguagem, específica da tese, as vivenciadas em testemunhos produzidos por povos indígenas. Para isso, percorremos o caminho teórico que nos conduz aos princípios da significação pela língua(gem).

2.5 – A Semântica conduz aos processos de significação *na e pela* língua(gem)

Benveniste, ao pensar a respeito dos princípios linguísticos e das relações entre o *semiótico* e o *semântico* na língua(gem), o faz pelo caminho da Semântica. A Semântica inaugurada por Benveniste é denominada, inicialmente, de Semântica da *frase*. É herdeira dos fundamentos da Linguística moderna, forjada, por Benveniste, a partir de princípios epistemológicos em torno da tríade palavra/frase/discurso, e da crítica epistemológica à Semiótica. A Semântica liga-se ao exercício de língua(gem) que o homem faz continuamente em sociedade quando fala. O campo epistemológico da Semântica proposta por Benveniste busca compreender o que implica significar *pela e na* língua(gem). Por ser isso um problema de língua(gem), em muitos momentos dos estudos publicados, no PLG I e II, é possível encontramos discussões a respeito. No entanto, há três trabalhos⁵⁸ teóricos produzidos pelo linguista francês, eles apresentam de maneira mais específica a respeito do *ato de significar para e na* língua(gem).

Acreditamos, a exemplo dos leitores da teoria benvenistiana⁵⁹, que o linguista francês elabora o programa dedicado ao complexo estudo da significação na língua(gem) e, que de maneira especial, os estudos sejam três pilares importantes, a respeito do estudo da *Semântica da frase, ou do discurso*. A justificativa está no fato de que os estudos discutem os princípios norteadores para a questão do problema da significação pela língua(gem), em torno das relações língua(gem)-discurso por meio de *forma e sentido* e do *semiótico e semântico*. Lembrando que o estudo de 1962/1964 introduz os *níveis da análise* definição importante para os demais estudos enunciativos que se seguem depois dele. Orientamo-nos primeiros pelas discussões de Normand (2008, p. 178), porque é dela a origem da constatação de que para o estudo da significação. Para a linguista francesa, Benveniste retoma o projeto de Saussure, o

⁵⁸ Os estudos são: *Os níveis de análise linguística* (1962/1964); *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967) e em *Semiologia da língua* (1969). Eles foram produzidos em períodos e circunstâncias distintos.

⁵⁹ Optamos nesse item da tese por orientarmos-nos pelos leitores, Normand (2008), Agamben (2005; 2008) e Flores (2013).

qual discute a *semiologia geral* como “ciência geral dos sistemas de signos”; e num segundo momento, o linguista francês instaura outra *semiologia*. Essa segunda é denominada de *Semiologia da língua* seguirá por uma semiologia de segunda geração a ser construída progressivamente por meio da semântica da enunciação.

Para o estudo da significação, Normand (2008) antecipa que há uma variedade de termos técnicos oriundos desse pensamento teórico de Benveniste. Alguns termos são utilizados como: *semiologia*, *semiótico* e *semântico*, ao longo dos estudos (1954; 1962/1964; 1966/1967 e 1969), ganham uma variação terminológica causada pelos intervalos das produções teóricas. Por exemplo, o termo *semiologia* é um dos termos que sofre variações, ao longo da formulação teórica benvenistiana. O termo aparece como em “semiologia geral”, “verdadeira ciência da cultura”, “a ciência geral do homem”. Essa variação coloca-a como centro da discussão, na qual formula a Teoria da Enunciação.

O termo *semiótico*, em Benveniste, não se confunde com a disciplina Semiótica, a qual Benveniste era contrário por questões de perspectiva epistemológica. A noção do termo *semiótico* está no “problema do sentido”, por esse caminho será compreendido como adjetivo, ou como substantivo. No estudo de 1964, o termo semiótico é estudado pela questão das unidades da língua (sistema) e pelas unidades do discurso. O linguista volta-se à frase tendo em vista que ela contém a dupla natureza. O *semiótico* é o que contém as propriedades gerais, ou unidade do sistema, compartilháveis por todos os locutores. E o *semântico* é o que compreende na relação entre os interlocutores o *colocar a língua em ação*. (NORMAND, 2008, p. 181). O programa de Benveniste para a discussão do *semiótico* e do *semântico* é longo e pressupõe compreender que a “análise do *semântico (o discurso)*” ocorre no quadro de enunciação. Isso significa realizar “[...] a descrição do particular, da diversidade do que a língua permite a serviço de sujeitos vivos e falantes na interação subjetiva [...]”. Benveniste inaugura a *nova hermenêutica*. Essa hermenêutica tem como consequência conduzir à tarefa de cada linguista a escolher uma posição de análise que melhor dê conta de interpretar à luz da Teoria Enunciativa, a maneira pela qual o homem entra no mundo. (NORMAND, 2008, p. 182).

Encontramos em Flores (2013, p. 128) a justificativa de que o próprio Benveniste coloca os trabalhos (1962/1964; 1966/1967 e 1969) como um *corpus* fundamental para a trata a respeito do tema da significação na língua(gem). Significa dizer, inclusive, que os textos teóricos são restritos à década de 60 e que é o próprio, linguista francês, quem direciona para tal percurso de leitura “[...] autoriza a constituir o conjunto desses textos como *corpus textual*

de pesquisa [...]”. Essa é uma orientação valiosa, de Flores (2013), aos leitores e herdeiros de Benveniste também é compartilhada por demais estudiosos da área da Teoria da Enunciação e da Filosofia, no caso, de Agamben (2006). O linguista brasileiro alerta aos leitores da teoria nos três estudos, (*Os níveis da análise linguística; A forma e o sentido na linguagem e a Semiologia da língua*), a respeito da heterogeneidade de domínio do uso da palavra “semiótico”. Há, inclusive, a variação quanto ao gênero (semiótica). Flores (2013, p. 134) reporta-se ao estudo, *A forma e o sentido*, de 1966/1967⁶⁰ e defende a variação terminológica dos termos é própria da escrita científica de Benveniste.

A complexidade dos três estudos teóricos é pontualmente discutida por Flores (2013), tendo em vista a forma teórico-metodológica de tratar dos princípios linguísticos para cada um dos estudos. Para o estudo de 1962/1964, o linguista brasileiro apresenta um detalhamento dos pontos principais. Esclarece os tipos operações de análise linguística (*substituição e segmentação*); as relações (*integrativas e distributivas*); apresenta os conceitos de *forma e sentido*. Elaborar sínteses dos princípios enunciativos aos leitores de Benveniste com o objetivo de esclarecer ao leitor sobre o que se compreende por *nível da análise linguística* no estudo de 1962/1964. Por último, destaca duas relevâncias fundamentais: 1) Benveniste destaca duas relações de fronteiras entre os planos da língua, para isso é preciso considerar que um elemento se define a partir de relações *distribucionais e integrativas*; 2) Para a língua(gem) é preciso considerar o discurso/enunciação: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura.”(FLORES, 2013, p. 136). Eis que o leitor da teoria benvenistiana precisa ter em mente tais relevâncias quando da problematização e dos direcionamentos teórico-metodológicos das análises da língua(gem) em ação pelo homem em sociedade.

Ao discutir o estudo *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste realiza o percurso do como é compreendida a relação *forma e sentido* para as relações entre o *semiótico* e *semântico*. Pontua a respeito da frase e as *duas maneiras de ser língua*. Para Flores (2013, p. 146), o termo *frase* tem importância central para a discussão dos princípios operatórios, no estudo de 1966/1967, pois se liga à instância do discurso e a questão de que “há uma perspectiva da enunciação em Benveniste menos ligada aos indicadores de subjetividade e

⁶⁰ Flores (2013, p. 138) identifica três tipos de usos distintos para o termo “semiótico”. 1) O uso da palavra adjetivo para semiótico permite a Benveniste discutir de forma genérica a questão da significação. Por exemplo, tudo o que tem sentido está na língua, o que não está é porque não tem significação. 2) O semiótico como substantivo diz respeito ao termo compreendido como “sistema constitutivo da língua”; e por último, 3) o termo semiótico como sinônimo de semiologia, liga-se, diretamente, à questão da “ciência geral dos signos” (cf. FLORES, 2013, p. 138-139).

mais ligada à sintagmatização das palavras”. Esse percurso é interpretado pelo linguista brasileiro como sendo operatório, porque há a construção de conceitos e princípios fundantes. Outra interessante projeção do pensamento teórico de Benveniste, *exceção francesa*, diz respeito à suspensão em certo momento entre o *semiótico* e o *semântico*, eis que surge o composto “língua-discurso”. Há nesse caso a projeção de algo que só será respondido por Benveniste, no estudo *O aparelho formal da enunciação*, em 1970. A discussão de Flores (2013, p. 150), para o estudo *Semiologia da língua*, é introduzida a partir do convite à observação detalhada, começando pela epígrafe utilizada por Benveniste. Não é aleatória, ela é retirada dos *Cahiers Ferdinand de Saussure* e é uma pista que direciona aos princípios gerais da Linguística de Saussure. Comungamos da afirmação de Flores e, ainda, reiteramos para esse detalhe a questão da atualidade de Benveniste em discutir os princípios gerais da Linguística moderna, principalmente, a partir do uso de distintas fontes, no caso o manuscrito.

Outra observação interessante é que o estudo de 1969 divide-se em duas partes e evoca a questão norteadora: “Qual o lugar da língua entre os sistemas de signos?”. Para a primeira parte, tem-se como lugar de destaque o alcance da Linguística em decorrência da *arbitrariedade do signo linguístico*, é sobre ela que a ciência da linguagem edifica o caráter semiológico da língua. A segunda de parte, *Semiologia da língua*, é considerada por Flores (2013, p. 150) como contendo uma complexidade ainda maior, visto que está em torno do aspecto semiológico da língua. O linguista brasileiro propõe ao leitor observar os detalhes do estudo 1969, visto que é cheio de “sutilezas e estrondosas polêmicas”. O recorte escolhido, por Flores (2013, p. 150-152), para a segunda parte de *Semiologia da língua*, é o de pontuar a respeito do foco central que é a “*propriedade de significar ou significância*”. A intenção de Benveniste é a de apresentar a língua como o único sistema de signos que em relação aos demais sistemas, tendo em vista a *dupla significância* e com isso dos dois modos, o *semiótico* e o *semântico*, disponíveis para exercer tal percurso na enunciação. Eis que Benveniste instala uma polêmica que é a distinção da língua, em relação aos demais sistemas que só têm o modo *semiótico*, ou outros sistemas que só tem o *semântico*. É por meio da língua(gem) que se fará a interpretância desses sistema. Por isso, a universalização do campo epistemológico da Semântica é um ponto importante na crítica epistemológica à Semiótica.

Para finalizar, há duas grandes aberturas pensadas por Benveniste para as questões analíticas (*intra-linguística* e a *translinguística*). Essas surgem da necessidade em “ultrapassar a noção de signo de Saussure como *princípio único*”. Para essa situação, Flores (2013, p. 153) elucida o tipo de ultrapassagem que Benveniste faz, uma vez que ele inaugura para isso a

“semiologia de segunda geração”. Tem-se com isso, outras sugestões de debates direcionadas às novas pesquisas e produções acadêmicas: *A enunciação como nível da análise linguística; e a relação entre o global e o analítico* e outras discussões em torno do tema.

Quanto ao percurso deste trabalho, reportamo-nos, de maneira especial, a parte da entrevista entre o filósofo, P. Gochet e Benveniste, ao final do estudo, *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967). Isso não significa que desconsideramos os outros dois estudos, *Os níveis de análise linguística* e *Semiologia da língua*, mesmo porque, voltamos neles para a discussão da relação do *semiótico* e o *semântico*. Apenas acreditamos que as passagens que selecionamos do estudo, *A forma e o sentido na linguagem*, especificam a questão do conceito de frase, e mesmo, atuam na compreensão do campo de atuação da enunciação para a análise do discurso. Esclarecemos, ainda, que a circunstância do debate entre Benveniste e os demais filósofos é decorrente de duas situações que nos chamam atenção. A primeira, diz respeito ao momento de triunfalismo, ascendente da Linguística, sob a égide da Semiótica, entre os linguistas e estudiosos da linguagem. A segunda corresponde a efervescência dos debates que envolviam questões de língua(gem) entre filósofos e linguistas, na Europa, ao final da década de 60, tanto que Benveniste produz muito durante todo esse período, até 1970, antes de morte. O estudo de Benveniste, *A forma e o sentido na linguagem* está entre os dois: *Níveis de análise linguística* (1962/1964) e *Semiologia da língua* (1969).

Reportamo-nos à segunda parte do estudo *A forma e o sentido na linguagem* e ao recorte de propomos em torno da pergunta de Gochet a Benveniste, não por ser a primeira, mas pelo teor, no que diz a respeito da noção dicotômica, *semiótico* e *semântico*, instaurada pelos percursos epistemológicos devotos à frase, cujo percurso epistemológico está na Linguística sob a orientação Semântica. Essa questão muito nos interessa, uma vez que ao final fazemos uso de conceitos basilares para pensarmos o percurso teórico-metodológico para a análise dos “dados” coletados do *corpus de pesquisa*. Como se era de esperar do linguista francês, sempre polêmico, a resposta de Benveniste, a Gochet, contém a afirmação do estudo da frase e da significação por meio da Semântica. Para ilustrar o posicionamento, optamos por duas passagens que a nosso ver são complexas e cumprem para os esclarecimentos previstos para a circunstância do diálogo entre o filósofo e o linguista. Na primeira passagem, Benveniste situa a questão da opção do estudo da frase pela Semântica:

Minha resposta é que, na dicotomia que propus, qualquer forma de frase não tem espaço no domínio do semiótico. Tudo é da ordem do semântico a partir

do momento em que nós deixamos o domínio do signo tal como o circunscrevi aqui. (BENVENISTE, 2006, p. 235)

O posicionamento do linguista francês, na passagem recortada do estudo de 1966, reafirma a visão contrária, ao percurso epistemológico da Linguística que se volta à Semiótica, uma vez que ela não tem espaço para a relação entre o *semiótico* e o *semântico*, na frase. Desse modo, o estudo da frase, em Benveniste, faz-se pela Semântica, porque é por meio dela que se pode compreender a questão na qual se tem a distinção entre o uso da palavra, dicionarizada, e o seu emprego linguístico. Eis que se tem assim, duas realidades distintas, a *realidade das entidades lexicais* e a *realidade do emprego linguístico*. Na sequência da resposta, Benveniste define frase por meio do emprego que ela tem e dos alcances em níveis para as análises. Leiamos:

A frase tal como eu a compreendo, enunciado de caráter necessariamente semântico, não exclui a possibilidade de produzir uma frase feita, por exemplo, para ilustrar uma regra de sintaxe, eventualmente empregá-la como tal, sem que ela possa ser considerada como um elemento de meu próprio discurso, senão na qualidade justamente de elemento citado. (BENVENISTE, 2006, p. 236)

A passagem esclarece que o campo de atuação da Semântica não reduz ou impossibilita a discussão da frase pelo nível sintático, ou por outros, no caso, o pragmático, o morfológico, ou mesmo, o semântico, porque ela está em todos eles, ou seja, é o elemento do próprio discurso. Tem-se, com isso, uma compreensão universal e distinta da Semântica até então desconhecida dos linguistas estruturalistas. Nesse caso, a frase, para Benveniste, corresponde à enunciação “tudo faz parte do semântico”. Se “tudo faz parte do semântico” tem-se que por esse caminho a justificativa pelo estudo da frase está na integração do homem em sociedade e na sua permanência no mundo. Isso ocorre pela significação *na* e *pela* língua(gem).

O problema da frase suscita em Benveniste a questão da predicação e mesmo do percurso do próprio linguista quando do estudo da significação *na* e *pela* linguagem. Normand (2008, p. 177) esclarece que o linguista francês “ocupa-se do que diz o sujeito “diz” do mundo”. Esse ponto inclui aqui a questão das categorias pronominais, temporais e espaciais como princípios enunciativos responsáveis pela intersubjetividade na linguagem. É com a descrição dos dêiticos (pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios, adjetivos, e

outras formas) que Benveniste aprofunda não só a questão de instauração do “eu” como sujeito no discurso, como inclui o estudo da frase e as condições contextuais de interpretação.

Ousamos incluir, para o estudo da frase, a discussão que diz respeito ao funcionamento da língua(gem) como integração na sociedade. Para esse percurso, recortamos a seguinte passagem de Benveniste (2006, p. 229): “Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência”. Essa afirmação do linguista francês orienta-nos à leitura de que o estudo enunciativo inclui-se questões da tríade (língua(gem), homem e cultura). Com isso, inclui-se o simbolismo como característica humana inscrito nos usos que o homem faz da língua(gem) no mundo. Projeta para o momento do estudo de 1969 de que há, ainda, a interpretância que é própria da língua, por meio das relações entre o semiótico/semântico e do estudo da categoria de pessoa e não-pessoa, na amplitude da semiologia.

A afirmação de Benveniste “tudo faz parte do semântico” é muito fértil para as discussões teóricas. Nessa questão do semântico, Flores (2013, p. 155) apresenta alguns questionamentos oriundos da questão do semântico e da integração, ou não da análise enunciativa ao nível semântico da análise linguística, ou se “A enunciação é um nível da análise linguística centrada em modelos ‘clássicos’ (morfologia, sintaxe, e outros)?”. As interrogações propostas por Flores são compartilhadas por leitores de Benveniste, visto que evocam a compreensão em níveis. Para essa situação, primeiro é preciso não desvincular o estudo das relações entre o semiótico/semântico, nem das relações de *forma* e *sentido*, na língua. Acrescenta-se, ainda, as discussões de pessoa e não-pessoa. A compreensão está no fato de que a “enunciação não é um nível da análise linguística” como está nos modelos clássicos, oriundos da gramática (FLORES, 2013, p. 156). O princípio da análise em níveis para enunciação, não se fecha num único compartimento seja morfológico, sintático, ou outro. A análise em níveis é ampla, reiteramos a afirmação de Benveniste de que “tudo faz parte do semântico”, ou seja, a enunciação está em todos os níveis. Caberá, portanto, ao linguista eleger um desses níveis possíveis para sua pesquisa, lembrando para isso que a “enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). O colocar a língua em funcionamento por meio do ato individual e pessoal, diz respeito à *ciência da fala* instaurada por Benveniste.

Acreditamos que a interpretância por meio da língua(gem) está também na “a integração da sociedade e a adequação ao mundo” e que ela está ligada, por meio do

semiótico e do semântico. Em *Semiologia da língua*, o linguista francês, 1969, reafirma essa questão ao afirmar que a língua(gem) é “o mantém juntos os homens”, ou mesmo, “o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade.” (BENVENISTE, 2006, p. 63). A afirmação de Benveniste é que por meio da língua(gem) é que se tem a existência do homem e mesmo da própria sociedade. Sem a língua(gem), não haveria como a sociedade se manter, nem mesmo, o homem. Isso reforça a existência da tríade: língua(gem), homem e cultura, implicada na questão da significação, por meio do viés antropológico da linguagem. Além disso, pressupõe a questão de que para abertura da significação na língua(gem) que se tem a relação entre o semiótico e o semântico, não com opositos, mas são termos essenciais para a discussão da significação por meio de uma Semântica da língua.

2.5.1 – O semiótico e o semântico na língua(gem) a abertura para o mundo da significação

Interessa-nos a questão da *abertura para o mundo da significação* algo que está no centro do enigma a ser decifrado por aqueles que contemplam a língua(gem); nós o fazemos por meio da Linguística da Enunciação, com o foco na *frase*, ou *discurso*. Pautamo-nos pelos três estudos de Benveniste, seguindo a indicação de leitura dos estudiosos mais experientes, Normand (2008), Agamben (2005; 2008), Kristeva (2014) e Flores (2013). Com vistas aos diálogos entre a Teoria da Enunciação e as demais áreas, partimos das interpretações presentes em Nunes (2012), Castro (2000; 2011) e Gomes e Surreaux (2013). Buscamos ressaltar nos estudos benvenistianos e os fundamentos que auxiliam na construção teórico-metodológica da tese, com vistas às análises da relação *forma* e *sentido* para a língua(gem), bem como a de orientar as discussões em torno da análise *translinguística* dos textos disponibilizados para o percurso específico da pesquisa.

Em *Os níveis da análise linguística*, Benveniste dedica-se, exaustivamente, aos procedimentos dos níveis da análise linguística, considerando para isso que a origem do problema está na relação entre os termos *forma* e *sentido*. Por ser esse o problema que persegue de certa forma todos os estudiosos da área da linguagem, alguns linguistas tentam evitá-lo, ou mesmo contorná-lo. No entanto, não há como, tanto que se tem a seguinte metáfora benvenistiana, “É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam.” (BENVENISTE, 1995, p. 134). A metáfora utilizada pelo linguista francês diz respeito à significação *na* e *pela* língua(gem). A justificativa está no fato de que produzir significados fascina o homem que é sempre movido pelo desejo do uso da

língua e do encontro com o outro, em sociedade. Por outro lado, a significação é capaz de amedronta, visto que a ação de olhar pode causar a petrificação daqueles que a admiram. O entanto, o pensamento proposto pelos estudos organizados no PLG I e II não é de petrificação ou de paralisação causada pela ação do olhar; ao contrário, é de considerar a ação da língua pelo homem, visto que é na língua(gem) humana que se tem o *emprego em ação*.

Para o *emprego em ação* da língua(gem), é preciso deixar claro o caminho a ser seguido. O linguista francês esclarece no primeiro momento do estudo de 1962/1964, o percurso escolhido é o “[...] da língua como sistema orgânico de signos linguísticos”. (BENVENISTE, 1995, p. 127). Essa opção declarada pelo signo linguístico segue pelos fundamentos da Linguística moderna, proposto por Saussure. Além disso, ela é discutida por Kristeva (2014). A linguista francesa detecta que o cenário das preocupações linguísticas de ordem geral, no PLG I, volta-se às produções cujo olhar mais atento está em respostas às *questões teóricas*. Benveniste, no PLG I, funda a *Linguística do discurso* em que os princípios voltam-se à *alocução* e ao *diálogo*. Além disso, introduz a *subjetividade* e a *intersubjetividade* na linguagem. Assim, o estudo de 1962/1964 está inserido na primeira *evolução* do pensamento de Benveniste. Dedicamo-nos, então, à relação dos termos *forma* e *sentido*, em *Os níveis da análise*, uma vez que a definição dos termos (forma e sentido) é articulada, ou implicada, por toda a extensão da língua, e por outro lado, a noção dos termos por sua “capacidade de exercer uma função proposicional”. (BENVENISTE, 1995, p. 136). Os termos *constituintes* e *integrantes* são importantes para a relação de *forma* e *sentido* no sistema.

Para a questão dos *constituintes*, tem-se que ao reduzir as unidades elas passam a ser elementos *formais*. Benveniste cita como exemplo a palavra escrita, em que cada letra, isoladamente, representa um segmento material. As letras são apenas elementos formais, o mesmo ocorre, com o significante, isolados não retêm nenhuma porção da unidade, porque são elementos formais. No entanto, não é só identificar os *constituintes*, é preciso compreendê-los a respeito à integração. Para essa a compreensão, integrante, o linguista francês apresenta a seguinte observação para a análise: “O fonema, discriminador, é o integrante, com os outros fonemas, de unidades significantes que o contêm. Esses signos, por sua vez incluir-se-ão como integrantes em unidades mais altas que são enformadas de significação” (BENVENISTE 1995, p. 135). A análise linguística opera com dois sentidos opostos, a dissociação leva à constituição formal e a integração conduz às unidades significantes. Aqui, os termos *forma* e *sentido* são tomados como propriedade conjuntas e inseparáveis para o funcionamento da língua(gem), graças a natureza articulada de integrar e

se constituir ao nível superior: a frase. O conceito de língua está na relação *forma e sentido* por meio da *função proposicional*, tem por finalidade determinar o que tem e o que não tem sentido no sistema. Há nisso a linguagem, ou seja, os *enunciados completos, sob a forma de frases*. O que antes estava no fonema, como significante para as unidades distintivas, responsáveis pela relação *forma e sentido*, por meio de constituintes e integrantes, tem-se no novo domínio que é o da frase.

Benveniste (1995) considera para a frase o duplo aspecto, isso é evidenciado na leitura de Flores (2013, p. 135), o *formal* e o do *sentido*. A frase, aspecto formal, ocorre porque ela atinge a predicação, ou seja, o nível superior da análise. A frase, o sentido, é concebida como discurso, ou seja, cuja *criação é indefinida*. Apresentamos o esquema:

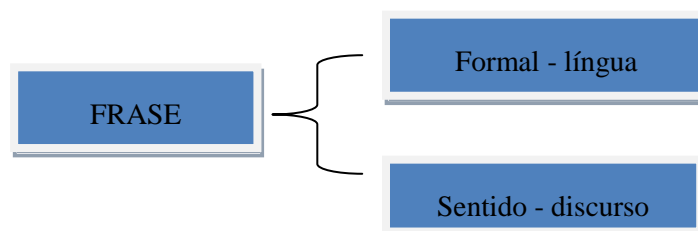


Diagrama 7 – Frase a partir da relação forma e sentido (1962/1964)

O conceito de frase tem origens na relação direta de *forma e sentido*, lembrando que os termos são complementares. A frase segue por duas situações, a de descrição das formas e a outra de uso que os falantes fazem da língua(gem), ou seja, a do discurso.

A frase, para Benveniste (1995, p. 138), distingue-se de *entidades linguísticas* (fonemas, morfemas, palavras lexicais e outras) que estão nos níveis da análise linguística. Lembramos que elas embora pertençam a dois universos (*forma e sentido*) distintos, cruzam-se constantemente, porque decorrem da mesma realidade: *entidade linguísticas* (semiótico/forma) e a frase (semântico/sentido). Propomos, assim, o seguinte quadro demonstrativo com os pontos que as tornam específicas. Lembramos que há um destaque maior para a especificidade da frase. Afinal, ela é a *expressão do discurso*, isso ocorre devido à importância que ela tem para a comunicação do homem, em sociedade.

Algumas das principais ideias são sintetizadas no quadro abaixo:

Entidades linguísticas (fonemas, morfemas, palavras – aspecto formal)	Frase (discurso/sentido)
“classe de unidades distintivas, que se seriam membros virtuais de unidades superiores”	“a frase contém o signo linguístico, mas não é ela mesma um signo.”
Quanto à produção de um inventário referente ao emprego da palavra, pode-se talvez se concluído.	Não há como definir o emprego, portanto tem-se uma infinitude, ou uma “ variedade sem limites ”.
“têm uma distribuição no seu nível respectivo, um emprego no nível superior.”	“As frases não têm nem distribuição nem emprego.”
“é do domínio da língua como sistema de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e sistemas”.	“ é a própria vida da linguagem em ação ”; “ criação indefinida ”.
	“outro universo, o língua como instrumento de comunicação – “língua comunicação viva”
	“ expressão do discurso ”, ou melhor, “ a frase pertence ao discurso ”
	“unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência ”
	“reconhece as proposições assertivas, interrogativas e imperativas”
	Unidade completa por isso tem sentido e referência. Para a compreensão de “ sentido, porque ela é enformada de significação, e a referência porque se refere a uma determinada situação. ” (BENVENISTE, 1995) (grifos nossos)

Quadro V – As noções de *entidades linguísticas* e *frase* (sentido) são fundamentais para compreendermos o processo pelo qual o homem vive a experiência *incessante* da linguagem. (BENVENISTE, 1995, p. 139-138).

É claro que não esgotamos inteiramente *Os níveis de análise linguística*, com a apresentação do **Quadro V**, apenas organizamos alguns conceitos benvenistianos que acreditamos serem pertinentes ao percurso da tese e a nossa própria compreensão para as perspectivas de locutor e de analista. Por acreditarmos na esteira das discussões que é a “dupla propriedade da frase” (*sentido e referência*), implicam-se duas perspectivas de entrada do “homem na língua”. A primeira é a do locutor e a segunda do analista. A passagem da língua-discurso para o locutor tem interesses na aprendizagem da língua e nos processos de simbolização por meio da língua. Isso ocorre no exercício de *sua atividade de linguagem em todas as situações*. Assim, cabe ao locutor experimentar as diversas situações de discurso. Isso é o que possibilita a ele compreender cada vez que é pela *diversidade infinita de conteúdos transmitidos, em contrastes com o pequeno número de elementos empregados* que

se terá o contato com o sistema e com isso a produção e interpretação de frases. Desse modo, Benveniste (1995, p. 140) assevera que o papel do locutor é a de tomar consciência do signo por meio da palavra, isso o conduz de início à análise linguística e, que a partir da frase, tem-se o exercício do discurso.

A perspectiva do analista é distinta do locutor, tendo em vista o exercício de reconhecimento dos níveis da análise, por meio da operação inversa que o locutor faz ao entrar na língua(gem). Nesse ponto, Benveniste orienta para o papel do linguista diante do discurso. O início está na linguagem: ela é a origem do princípio, no qual o homem entra na língua. Para essa questão há duas perspectivas de entrar, a do locutor e a do analista. Organizamos alguns recortes teóricos de Benveniste para orientarmo-nos:

A frase (discurso) é o que torna ao locutor analisável , no que diz respeito, ao <i>exercício da atividade de linguagem</i> .	A frase (discurso) é o que torna para o analista o discurso analisável
<p><u>“começa pela aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante de sua atividade de linguagem em todas as situações [...] o signo é a unidade mínima da frase suscetível de ser reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente, no meio idêntico”.</u> (forma/sentido)</p> <p>“Fez um início de análise linguística a partir da frase e no exercício do discurso.” (forma/sentido)</p>	<p>“[...] partindo das unidades elementares- a fixar na frase o nível último. <u>É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura.</u>”</p> <p><u>O analista faz o caminho inverso do locutor;</u></p>

Quadro VI – As distinções mostram que para cada lado, locutor e analista, realizam entradas no discurso por caminhos distintos, no entanto, são complementares.

As discussões produzidas no estudo de 1962/1964 são mais complexas e profundas que o presente recorte, a respeito da discussão de *forma* e *sentido*. A intenção a que nos propomos é a de focalizar apenas uma parte da grandiosidade da discussão produzida por Benveniste para *Os níveis da análise linguística*. Com isso, delimitamo-nos aos aspectos da noção de frase (sentido e referência) expressão do discurso e às perspectivas do locutor e o do analista para a compreensão da relação *forma* e *sentido* na linguagem. Reportamo-nos, então, ao estudo de 1966/1967 *A forma e o sentido*, porque acreditamos nas orientações operatórias presentes nesse trabalho científico de Benveniste. A discussão das noções gêmeas: *forma* e *sentido* na linguagem e o estudo da significação seguem pela orientação da Linguística moderna, com a noção saussuriana de signo linguístico. O signo linguístico é compreendido como unidade bilateral que discute a relação do significante e significado. Essa orientação

inicial de Saussure, tomada por Benveniste, é rediscutida para a significação na linguagem, no campo semiológico, com a inclusão da discussão da relação do semiótico e o semântico, bem como, o estudo da frase.

A opção é pela linguagem ordinária no estudo de 1966/1967, com isso, o linguista francês empreende a questão do *semiótico* e do *semântico*, na língua. Primeiro, tem-se a discussão do fundamento de que o semiótico “não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria, ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal do signo.” (grifo nosso). A intenção de Benveniste é o estudo do significante, por meio da análise semiótica, com distinção pontual para a análise fonética. Afinal, o interesse está na significação do signo linguístico visto que ele só tem valor, no uso que os falantes, pertencentes a uma determinada comunidade, fazem da língua. Já a totalidade dos signos linguísticos pertence ao sistema, ou melhor, a língua como um todo.

O semiótico, na língua, é responsável por contribuir para a significação, pois tudo o que significa está na língua. Portanto, se está fora da língua, não é considerado nem pelo sistema, nem pelos falantes: “[...] tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 2006). A discussão, em torno do semiótico, está associada à identificação no interior do sistema, reconhecimento da forma e sentido no uso que os falantes fazem da língua na vida social. Benveniste (2006) propõe a análise semiótica do signo linguístico que diz respeito à compreensão do que é do campo intralinguístico. Isso compreende três de implicações:

- 1) a semiótica não se detém quanto às relações do signo com o objeto, nem mesmo, entre língua e mundo;
- 2) para ela o signo não carrega em si o valor total da significação apenas uma parte; e a
- 3) as oposições semióticas são binárias, por causa da natureza dupla e das características semiológicas que por vez engendram-se e organizam-se no eixo paradigmático. (BENVENISTE, 2006, p. 228).

Essas implicações apontadas pelo linguista francês acabam por direcioná-lo ao que ele já sinalizava em outros estudos: o aspecto semiológico do signo linguístico. Acreditamos que essa discussão benvenistiana a respeito das três consequências do que seja *distintivo* e *significativo* para o signo por meio do semiótico, contemple o que Normand (2008) afirma a respeito do encaminhamento de base semiológica da língua.

O questionamento benvenistiano em torno do sentido evoca o aprofundamento a respeito do estudo da língua e o plano da significação por meio do semiótico e do semântico. Para o semiótico, “Significar é ter sentido, nada mais” (BENVENISTE, 2006, p. 227), tudo o que está na língua tem sentido. Mas não é só isso, outro problema emerge da necessidade em compreender a respeito da *função comunicativa da língua*. Essa parte pressupõe não mais só dedicar-se ao signo saussuriano, mas à frase, porque ela é de natureza dupla e distinta do signo linguístico que cumpre a função comunicativa *na e pela* língua.

A frase tem ligações diretas com a abertura para o mundo da significação, porque ela tem por ponto central para a comunicação humana, em sociedade. Além disso, implica a ordem do semântico. Se contar a função comunicativa que se essa não existiria nem homem e nem sociedade: “[...] nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases.”. A frase, para Benveniste (2006, p. 228), é distinta do signo saussuriano. Afinal, a frase segue por uma descrição própria por meio da base que é *forma e sentido*. Com isso, Benveniste (2006) fundamenta para a frase duas formas de ser língua no *sentido e na forma*. Esses princípios centrais reafirmam a necessidade de distinguir na língua a semiótica e a semântica. Para a afirmação, apresentamos o seguinte esquema:

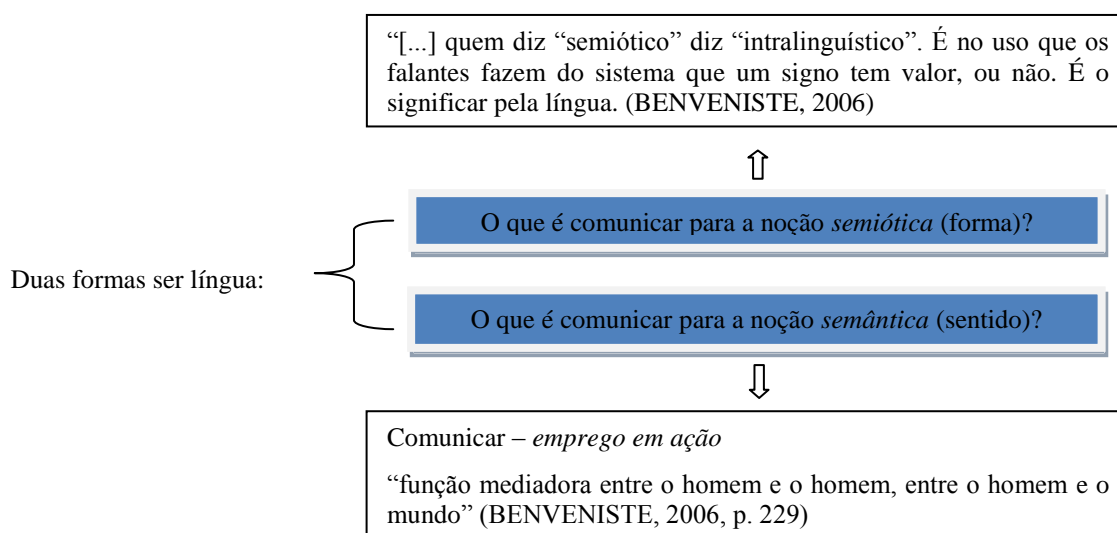


Diagrama 8 – Duas formas de ser língua para Benveniste no estudo de 1966/1967 – PGL II.

Ao apresentar as duas formas de ser língua pela *semiótica* e pela *semântica*, Benveniste (2006, p. 231) compreende que é no *emprego em ação* que se tem o *funcionamento semântico da língua*. Por esse caminho acreditamos que haja a integração da

tríade, homem-língua(gem)-sociedade/cultura, na produção do discurso, uma vez que considera a língua como algo vivo e no jogo da ação pelos interlocutores.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, o semântico na língua favorece a *mudança radical de perspectiva*. Essa mudança é que o semiótico só pode atuar na realidade da língua. A atuação do semântico conduz à frase ao sentido, isso *implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor*. A situação de discurso, para Benveniste, é única e individual. Está diretamente ligada ao exercício de linguagem do locutor que é diferente entre a compreensão da palavra e o uso da frase, numa perspectiva particular. Assim, o sentido *da frase é sua ideia*, o sentido *da palavra é o seu emprego*. Para Benveniste (2006, p. 231), isso implica determinada situação gerada quando o locutor ao agenciar uma palavra para o exercício de língua(gem) considera o “sentido” em sua especificidade particular. Desse modo, a palavra⁶¹ usada fora da circunstância, poderá não *compreender o sentido que resulta da junção das palavras*. Isso mostra algo muito recorrente na língua, tendo em vista a questão de *sentido*, compreendido como ideia. Aqui, o termo *referência* é o que provoca a *situação de discurso*. Lembrando que não há como prever, ou mesmo, fixar a *referência* porque ela é determinada no exercício de língua(gem) pelo locutor. Já a *situação de discurso* é compreendida como um *acontecimento diferente*, posto que na frase os princípios estão centrados na temporalidade específica da língua, ou seja, de *ação da língua*, compreendida como o momento em que acontece a comunicação. Leiamos a seguinte definição:

[...] não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. Ela não pode, sem contradição de termos, comportar emprego; ao contrário, as palavras que estão dispostas na cadeia e cujo sentido resulta precisamente da maneira em que são combinadas não têm senão empregos. O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sistema particular e de preencher uma função proposicional. (BENVENISTE, 2006, p. 232)

A frase é irrepitível, uma vez que ela só existe no instante em que é proferida, depois desaparece. Há, nisso, uma temporalidade específica da frase, uma vez que ela é sempre enunciada, no ato é atualizada. Benveniste (2006) volta-se a capacidade das palavras em ser signo e estarem dispostas em cadeia, bem como a *capacidade de ser integrante de um sintagma particular e preencher uma função proposicional*. Tem-se, com isso, a atualização

⁶¹ O termo palavra será compreendido como: *instrumentos da expressão semântica*, ou seja, signos do repertório semiótico. Outra observação para a noção de palavras está no fato de que o termo pode ser utilizado como *noções sempre particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso*. (BENVENISTE, 2006, p. 233).

da linguagem que algo novo e criativo a ser transmitido, no instante da realização. Assim, não se tem repetições, mas há, sim, atualizações da linguagem, no processo comunicativo, isso cumpre o que o linguista francês define como *função proposicional*. Nesse aspecto, subdividimos a questão para que possamos refletir sobre essa questão com vistas a discutir o percurso de significação que está na apropriação da língua portuguesa pelo locutor indígena, fenômeno esse singular.

2.5.2 – A intransponibilidade do semiótico e a semantização do semântico

No estudo *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste avança para a discussão de outra *função proposicional*, que é a tradução entre línguas. O princípio está no fato de que o semiótico de uma língua é intransponível, isso significa que não há tradução por meio da *transposição entre semióticos*. No caso da tradução, há a transposição do semântico, ou semanticismo entre sistemas distintos:

Pode-se transpor o semantismo de uma língua para uma outra, “salva veritate”; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da tradução. Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico (BENVENISTE 2006, p. 233 - grifos nossos).

A constatação essencial para a tradução, em Benveniste, está no semântico como *processo global*. O linguista o faz ao seguir mais pela *faculdade metalinguística* da língua, aspecto esse evidenciado mais pelos lógicos do que pelos linguistas. Essa faculdade da língua(gem) favorece a transposição semântica, ou melhor, é o que “prova a situação transcendente do espírito *vis-a-vis* da língua”. O *transcender* é algo inédito e específico da língua, tendo em vista que a tradução só é possível por meio do semantismo. Essa capacidade da língua em transcender por meio do semantismo discutida, no estudo de 1966/1967, por Benveniste, é retomada numa complexidade ainda maior no estudo de 1969, *Semiologia da língua*.

Nesse sentido, reportamo-nos às reflexões produzidas por Nunes (2012, p. 107-111). A linguista assevera a respeito da tradução entre sistemas distintos que se dá pela reconstrução do sentido por meio da passagem do semiótico ao semântico. Isso implica esclarecer que para a Teoria da Enunciação, não se tem a tradução entre línguas, mas, a tradução de texto. A construção do sentido ocorre quando “[...] locutor se apropria do semiótico, isto é, o sistema da língua comum a todos, e o semantiza de uma forma

particular.”. Para essa questão é preciso considerar a subjetividade na linguagem de quem realiza a tradução. Outro fato importante está na enunciação escrita que na maioria das vezes implica a leitura da escrita e a escrita da leitura. Nunes (2012), guiada por Flores (2012), ainda chama a atenção do leitor para o estudo de 1969, para o termo utilizado por Benveniste “semantização”. Há que considerar para o termo duas questões fundamentais. A primeira é que o termo “semantismo”, ou mesmo, “semantização” é construído por conta da particularidade de cada idioma, ter o seu próprio semiótico, e, que não está isolado, tem-se para a mobilização da língua pelo semântico, e com isso é possível que o sujeito construa a significação.

Outra importante discussão está no artigo publicado por Gomes e Surreaux (2013). Nesse artigo, as pesquisadoras constataam que os “erros” cometidos por locutores bilíngues, por conta da apropriação da língua estrangeira (L2), são vestígios singulares da língua materna (L1). Há nessa questão singular a relação entre o semiótico e o semântico na passagem de um sistema (L1) ao outro (L2). Isso ocorre por conta do poder de L1, uma vez que é a língua em que o sujeito mobiliza para as suas primeiras significações. O sujeito emerge dessa situação tem por características heterogêneas. As causas são descritas: não há o abandono da L1, visto que é com a língua materna que o sujeito significa no mundo e, por outro, lado esse mesmo sujeito é capaz de lançar-se na apropriação do semiótico e do semântico, em L2. Com isso, constrói sentidos. A enunciação é compreendida como ato singular de mobilização da língua e da cultura. (GOMES; SURREAUX, 2013, p. 80-81).

Tais discussões produzidas em situações, em uso da língua da francesa, tanto em Nunes (2012) quanto as ideias discutidas por Gomes e Surreaux (2013) têm em comum com as discussões da tese, específica de locutores indígenas que mobilizam a Língua Portuguesa, na enunciação escrita, na Prova de Redação da UFRGS? Embora as situações enunciativas sejam singulares por conta da natureza dos dados investigados tanto em Nunes (2012) quanto para as reflexões produzidas por Gomes e Surreaux (2013). Acreditamos essas discussões não poderiam ser de outra natureza, o fato é que algumas antecipações em relação ao sujeito são possíveis de serem delineadas considerando à tese. A primeira diz respeito aos sentidos que são construídos pelos sujeitos quando da apropriação da língua para a interlocução com o outro, seja pela oralidade, ou pela escrita, ou mesmo, da passagem da fala à escrita. Recorremos a mais um testemunho:

Eu aprendi um bom aprendizado, diz que eu aprendi a falar e a escrever em português foi uma boa experiência, pois nós índios sabíamos só o caingang

que era falado em cada casa e com nossa comunidade quando nos nascemos dez de pequeno nossos pais, nos ensinou a falar só o caingang. (RED 002)

O sujeito, no testemunho, recortado de RED 002, é heterogêneo, porque não abandona definitivamente a língua materna. Afinal, ao mesmo tempo, ainda, toma posse da L2 língua portuguesa para produzir sentidos. Há, nessa situação discursiva, a realidade dos povos ameríndios, em manter a força de L1, na enunciação falada: “[...] pois nós índios sabíamos só o caingang que era falado em cada casa e com nossa comunidade quando nos nascemos dez de pequeno nossos pais, nos ensinou a falar só o caingang.”. É na massa de falantes que se adquire a língua e percebe-se de imediato o uso que se faz de sistemas distintos, tem-se em sociedade ágrafas as aproximações interlocutivas necessárias e singulares.

A questão de apoiarmo-nos na enunciação falada para os povos indígenas possa para alguns linguistas parecer frágil, porque a oralidade é própria do homem. Antecipamo-nos que para os povos ameríndios, o sujeito domina a língua materna, por ser ágrafa, na grande maioria dos casos, não é menos e nem mais. A língua materna mobiliza o semiótico e o semântico na construção de sentidos, em L2, comunicando com os demais membros da sociedade. Citamos, por exemplo, as marcas linguísticas deixadas, talvez, por muitos sejam tomados como “erros” de flexão de gênero “nosso comunidade”, ou mesmo de ausência de flexão de gênero, “nos ensinou a falar”. Na verdade, são vestígios de subjetividade *na e pela* linguagem em L1. A presença de L1 insiste em manter-se como identidade do sujeito, podendo ocorrer, no nível fonético, morfológico, sintático e semântico. Lembrando que é com a língua materna que o locutor, na maioria, elabora a construção das relações simbólicas e identitárias do ser índio na língua e na cultura. Afinal, é com essa língua que o sujeito se reconhece e se constitui na língua(gem) e na cultura.

A L2, língua portuguesa, para os povos ameríndios, é aprendida, na escola, ou mesmo na família, com ela o sujeito é capaz de mobilizar o semiótico e o semântico tanto para a fala quanto para a escrita: “[...] eu aprendi a falar e a escrever em português [...]”. Isso implica um esforço maior para o sujeito. Em outra circunstância, em que o locutor indígena aprende a língua portuguesa, em casa, mesmo para esses casos, há distinções entre a língua falada em casa, e a língua portuguesa, na escola. Leiamos outro testemunho:

Para mim aprender a língua portuguesa não foi muito difícil, pois minha mãe é branca, mas mesmo assim o português não é simplesmente falar.

Mas sim, saber suas características da escrita, lembro me como se fosse hoje, minha professora corrigindo me a cada palavra incorreta, chamando me a

atenção e assim corrigindo me, aprendi muito com ela, todos os meus conhecimentos [...] – (RED 016)

Outro aspecto importante a ser destacado, no testemunho, é o fato de que a língua é o sistema que tem dupla significância e ainda interpreta a ela mesma, algo que nenhum outro sistema é capaz de fazê-lo: “a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o sistema o pode reproduzir [...]” (BENVENISTE, 2006, p. 65). O poder da língua em *transcender vis-a-vis* está em compreender que na enunciação tem-se a *dupla significância* decorrente da relação entre o *semiótico* e o *semântico*. O testemunho em RED 016 apresenta a realidade atual em que muitos locutores têm como L₁ a Língua Portuguesa. Mesmo nesses casos, o sujeito é capaz de estabelecer relações entre línguas e marcar-se por meio da subjetividade *pela e na* linguagem. A Língua Portuguesa falada na escola não é a mesma língua portuguesa falada em casa: “Para mim aprender a língua portuguesa não foi muito difícil, pois minha mãe e branca, mas mesmo assim o português não é simplesmente falar.” Além da fala, há a escrita e essa é de outra natureza: “[...] saber suas características da escrita, lembro me como se fosse hoje, minha professora corrigindo me a cada palavra incorreta, chamando me a atenção e assim corrigindo me [...]”. Essa discussão muito no interessa. Afinal, ao propormos a questão do lugar que o sujeito ocupa em testemunhos escritos em língua portuguesa, deparamo-nos com essa questão que para o locutor indígena é algo muito recorrente. As normas e regras da língua portuguesa são evidenciadas na enunciação escrita por conta dos processos de aquisição da língua, na escola, esses marcados mais pelo semiótico do sistema do que pelo semântico. Apresentamos, então, o próximo item da discussão que é o método com vistas às discussões dos “dados” da tese.

2.6 – O método e as diferentes perspectivas de *entrada do homem na língua(gem)*

Para a Linguística da Enunciação, o método é algo que emerge de procedimentos teórico-metodológicos complexos, tendo em vista a força heurística por meio de análises empreendidas a partir da escolha de um determinado *ponto de vista*, ou ângulo. Para essa questão, reportamo-nos de modo especial, à orientação de Flores e Teixeira (2008). Os linguistas brasileiros afirmam que, no caso da Linguística da Enunciação⁶² há uma diversidade específica para a discussão o percurso de ordem metodológica. A justificativa está

⁶² O aspecto geral do campo da Linguística da Enunciação inclui nesse momento as teorias da enunciação, isso corresponde a de Jakobson, Benveniste, Bakhtin, Ducrot e Authier-Revuz. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 104).

no fato de cada uma das teorias da enunciação desenvolve um método próprio a partir da escolha do *ponto de vista* sob o qual o objeto será analisado. Elas operam de modos distintos, visto que realizam tipos de relações epistemológicas próprias do campo de atuação da Linguística, e mesmo, com relação às demais, áreas do conhecimento humano. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p.103).

Para Benveniste, *exceção francesa*, o método evoca a heterogeneidade de análises, posto que cada uma delas segue por um percurso teórico-metodológico único, no caso dos estudos teóricos propostos, no PLG I e II e demais obras. O percurso metodológico é portador de algo inédito uma vez que evoca a observação da *língua viva* e, além, disso promove quase sempre a interface com as diferentes áreas das Ciências Humanas. Assim, a saída recomendada por Flores e Teixeira (2008, p. 104) é que, previamente, o linguista problematize a respeito de determinado *ponto de vista*. Com isso, é possível desenvolver o “roteiro indicativo” para a teoria e para a análise. Esse é um modo distinto que Benveniste encontrou para teorizar e analisar, ao mesmo tempo, seja a respeito de aspectos da enunciação, ou não. Essa é uma herança deixada pelo linguista francês, ela é reconhecida por muitos de seus herdeiros tanto na Teoria da Enunciação quanto em outras áreas.

Acrescentamos às afirmações de Flores e Teixeira (2008), já apontadas, que o árduo trabalho do linguista alia-se à criatividade que a produção das análises exige, uma vez que suscita a renovação dos percursos metodológicos, continuamente, por meio da teoria e de análise específica centrada a partir do *corpus*. Lembramo-nos, ainda, nesse momento, a respeito da discussão do percurso teórico-metodológico que o objeto da enunciação é a própria enunciação. Assim, a enunciação é o *próprio ato*, isso significa que é na enunciação que se tem o próprio “ato”, as circunstâncias de realização e os instrumentos. Por isso, é primordial eleger um *ponto de vista*, porque é a partir disso que se edifica todo o percurso da pesquisa. Incluímos a passagem em que Benveniste (1970, p. 83) assevera que na enunciação há o antes e o depois: “[...] Antes da enunciação, a língua não é senão a possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge o ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno”. O homem está sempre comunicando algo ao outro, nunca está só no mundo, tem-se na enunciação o antes que é a *possibilidade da língua* e o depois passa a ser *a língua na instância de discurso*.

A passagem de língua a discurso supõe a alocação, e no caso, da tese exige a eleição de um *ponto de vista* sobre o qual se investiga a enunciação. Assim, elegemos o ponto de

vista que o de compreender os lugares enunciativos distintos de produção de um sujeito por meio das *experiências de língua(gem) como ato único e individual em testemunhos de povos ameríndios*. Para desenvolvermos tal *ponto de vista*, destacamos, à luz do pensamento de Benveniste de que há dois modos do homem entrar na língua. Aqui, reportamo-nos, primeiramente, às discussões teóricas previstas *pela e na* compreensão de frase/discurso instaurada no estudo de 1962/1964, *Os níveis de análise linguística*. Nesse estudo, Benveniste distingue por meio das inúmeras atividades de linguagem as perspectivas pelas quais o locutor entra na língua e as dimensões pelas quais o analista observa o discurso com vista a compreender os processos de significação por meio das experiências de linguagem, aqui de maneira específica, em *testemunhos de povos ameríndios*. Propomos, pois, o seguinte quadro:

O discurso é tomado pela e na experiência de linguagem: locutor/sujeito	O discurso analisável é a própria língua que se forma e se configura aos olhos do analista.
<ul style="list-style-type: none"> • O “eu” marca a sua subjetividade, na linguagem como “acontecimento da palavra” e, ao mesmo, tempo, coloca-se no “aqui” e no “agora” da enunciação. • A experiência de língua(gem) permite ao locutor a aquisição da língua por meio da interlocução. Esse fato implica o <i>exercício incessante de sua atividade de linguagem</i>, e, diz respeito, também, a <i>in-fância</i> que é a passagem de língua a discurso (semiótico/semântico). • O sujeito dá testemunho da língua(gem) e da cultura. Lembrando o que diz Benveniste que o homem nasce na cultura. • A enunciação é colocar em ação a língua por meio da utilização única e individual da língua. • Os sujeitos ocupam diferentes lugares na enunciação produzidos a partir da simbolização decorrente da relação língua(gem), homem e cultura. • O estudante/índigena não é um mero informante na pesquisa, mas uma testemunha <i>superstes</i>, porque ele viveu algo, atravessou até o final um evento. E é no discurso que o “eu” emerge por meio da subjetividade na linguagem, isso implica na dialética do “eu” com o “tu”. O sujeito dá testemunho do não-homem, quando se despoja da realidade psicossomática de locutor para se tornar sujeito. Resumindo é no discurso que há a passagem de locutor /sujeito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretamos os “dados” pelo processo inverso de entrada do homem na língua. • Dedicamo-nos a “emanação irreduzível do eu mais profundo em cada indivíduo” por meio da intersubjetividade na linguagem. • Optamos por seguirmos pela via do <i>translinguístico</i>; • Consideramo-nos uma testemunha <i>superstes</i> uma vez que damos testemunho do não-homem também; • A compreensão de frase é fundamental para a integração do homem em sociedade, uma vez que ela pertence ao discurso. • Interessa-nos o próprio ato, as situações e os instrumentos de sua realização. (BENVENISTE, 2006, p. 83)

Quadro VII – As experiências de língua(gem) geram duas entradas do homem na língua(gem).

Orientamo-nos, de certa forma, às perspectivas e apontam alguns dos caminhos a serem seguidos durante as análises com vistas a responder aos questionamentos propostos na Introdução deste trabalho. Incluímos, aqui, para a questão de *entrada na língua(gem)* pelo

analista por questões enunciativas, interdisciplinar, porque além das orientações de Benveniste, incluímos as ideias de Agamben (2005; 2008) quando da preocupação a respeito da *in-fância* na e pela linguagem, conceitos de *testemunho*, *testemunha*. Utilizamos das considerações de Meschonnic (2009), Dufour (2000) e de Castro (2000; 2011). Compreendemos, assim que a Linguística é a ciência, no conjunto dos fatos semiológicos que dialoga por questões de compreensão dos processos de interlocução com outras áreas.

Reportamo-nos, nesse momento da tese, de modo especial, à afirmação do etnólogo brasileiro Castro (2011). Esse percurso é muito importante, porque a Antropologia é uma ciência que *presta atenção* ao que as outras sociedades têm a dizer sobre as relações sociais. A orientação é a de que o pesquisador lance-se ao *dialogar pra valer* (grifo do autor). O *pra valer* apontado por Castro, para as pesquisas antropológicas dos povos ameríndios, compreende não só o papel da ciência em si, mas diz respeito ao lugar do analista ao como se ver o “outro” na cultura indígena. Leiamos as considerações do etnólogo brasileiro:

[...] não como objetos da nossa teoria das relações sociais, mas como possíveis *interlocutores* de uma teoria mais geral das relações sociais. Para mim, se há alguma diferença entre antropologia e sociologia, seria esta: o objeto do discurso antropológico tende a estar no mesmo plano epistemológico que o sujeito desse discurso. (CASTRO, 2011, p. 486)

Acreditamos juntamente com Castro (2011) que as questões enunciativas, a partir de princípios de Benveniste, favoreçam o olhar dos dados coletados do sujeito que emerge do discurso e, ainda, de que o analista faz parte desse processo de interlocução, uma vez que também compartilha de certas realidades, ao propor o caminho inverso de entrada do homem na língua(gem).

2.7 – O corpus das materialidades linguísticas

A reconstrução dos percursos metodológicos das análises enunciativas implica a dimensão enunciativa de constituição dos lugares de fala por meio da escrita da língua portuguesa em testemunhos da experiência de língua(gem) dos povos ameríndios, pois, primeiro, distinguimos os momentos específicos da coleta de dados e a constituição do *corpus*. Compreendemos, aqui, a distinção entre *corpus* e *corpus de pesquisa*. Essas realidades distinguem-se quanto aos procedimentos de coleta. A primeira diz respeito à coleta inicial, ou *corpus* das materialidades linguísticas; a segunda segue a construção do *corpus de*

pesquisa que é o recorte necessário para a coleta dos “dados”, específico desta tese com vistas à análise e à discussão.

Neste trabalho, o *corpus* das materialidades linguísticas é formado pelo conjunto heterogêneo de textos disponibilizados pela COPERSE⁶³, referente ao Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas, ano 2012. Esse conjunto de textos é composto pela Prova de Redação, Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE – UFRGS, ou seja, por um *corpus* de 62 redações produzidas por estudantes indígenas, em língua portuguesa, de diferentes etnias brasileiras coletadas de forma aleatória pelo setor responsável da COPERSE. Utilizamos, também, do edital do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE – UFRGS e do Manual para o Candidato Indígena – 2012/COPERSE – UFRGS.

O material disponibilizado pela COPERSE não seguiu nenhum tipo de observação prévia de nossa parte. Resultou num conjunto de textos que preserva a identidade dos produtores e o sigilo do informante, próprio do processo de seleção. Outro aspecto relevante é as redações doadas não apresentam qualquer tipo de notas, ou qualquer tipo de marca avaliativa, recebida pela banca corretora da COPERSE, durante o processo avaliativo de 2012, uma vez que o desempenho adquirido pelo candidato/estudante indígena na redação não é de interesse da tese. Não tivemos acesso à planilha nem às orientações utilizadas pela banca avaliadora no ato das correções. As informações obtidas para a avaliação da Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE – UFRGS, foram as disponibilizadas pelo Manual do Candidato que não diferem das demais orientações inscritas no Manual do Processo de Seleção – Vestibular – vagas gerais. A COPERSE lança, anualmente, o Edital para o Processo Seletivo – Vestibular, o qual inclui o maior número de vagas ofertadas pela IES, e, sempre que necessário publica outros editais em atendimento às resoluções de órgãos superiores e amparada por normatizações vigentes da UFRGS, com vistas a preencher vagas nos diferentes cursos de graduação. Assim, há uma variação do número de Processos Seletivos – Concurso Vestibular⁶⁴ elaborados pela Instituição.

⁶³ COPERSE – Comissão Permanente de Seleção.

⁶⁴ São exemplos de oferecimento de Editais específicos para o preenchimento de vagas: Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas; Processo Seletivo Específico para Ingresso em Curso de Graduação Licenciatura em Educação no Campo – Ciências da Natureza; Processo Seletivo Específico Unificado Extravestibular.

A UFRGS distingue-se das demais IES⁶⁵ quanto à opção única pela nota do ENEM. A IES mantém a opção em realizar o Processo Seletivo – Concurso Vestibular, e ainda, oportuniza ao estudante do ensino médio a escolha, na hora da inscrição, pelo uso ou não do resultado obtido nas provas objetivas do Exame Nacional do Ensino Médio – (ENEM). Portanto, a UFRGS não se utiliza somente a nota do ENEM, mas sim mescla os instrumentos avaliativos dos vestibulandos entre a realização do vestibular e a nota de desempenho objetivo do ENEM. A UFRGS, por meio da COPERSE, reconhece a especificidade linguística e cultural dos estudantes indígenas e demais casos que se encaixam nas quatro modalidades⁶⁶ destinadas à Reserva de Vagas. No caso, o indígena poderá concorrer dentro do percentual de 50% das vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (modalidade Rb). No caso do Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas 2012/COPERSE – UFRGS, a IES abriu um processo específico para seleção de estudantes indígenas para preenchimento de dez vagas em diferentes cursos da UFRGS.

Apresentamos no próximo item 2.7.1, da tese, a proposta da Prova de Redação, o objetivo dessa apresentação é situar o jogo comunicativo que envolve o processo de alocação entre a IES, por meio da proposta da Prova de Redação e o estudante/indígena/vestibulando.

2.7.1 – A proposta da Prova de Redação – Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas – COPERSE/UFRGS/2012

A Prova de Redação é elaborada pela banca da COPERSE, formada por profissionais da área de Letras. Ela é quem coloca a língua(gem) em ação por meio da enunciação escrita em língua portuguesa. Para isso, considera o processo enunciativo entre interlocutores que são definidos pela situação, ou instância do discurso específica do vestibular. Leiamos a proposta da Prova de Redação:

⁶⁵ IES – Instituições de Ensino Superior.

⁶⁶ De acordo com o Edital – 2014/COPERSE – UFRGS a Reserva de Vagas seguem pelas seguintes modalidades: modalidade Ra - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita); modalidade Rb – candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo, ou indígena; modalidade Rc – candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita; modalidade Rd – candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena.

PROVA DE REDAÇÃO

Leia o texto abaixo:

*Ka é árvore
Kakane é laranja*

A menina indígena Taina da Silva, oito anos, transforma sua língua caingangue em português. Com orgulho, impõe a mão esquerda no quadro negro. Desperta o interesse de seus colegas que viram o rosto a cada nova torção do giz branco.

*Kamé é sol
Kanhokre é lua*

Tainá depende da disposição aventureira de duas professoras para continuar aprendendo.

Por um salário simbólico, duas discretas heroínas do ensino atravessam o perigoso Rio da Várzea para lecionar na aldeia caingangue. Vestem os coletes salva-vidas e assumem um cantinho da canoa verde da FUNAI, embarcação ainda dependente do remo e do temperamento da correnteza. Poderiam estar numa situação mais cômoda, sem correr riscos, sem esperar por ônibus de uma em uma hora, sem percorrer a pé mais de um quilômetro de mata fechada, mas são incansáveis. Pelo prazer de explicar o mundo, continuam acordando às 7h e regressando às 17h.

Adaptado de: Discretas heroínas. Zero Hora, 17 set. 2011. p.28.

Assim como Taina, você teve um professor ou uma professora que lhe ensinou a língua portuguesa. Com base nessa experiência,

- **Refleta** sobre seu aprendizado da língua portuguesa e sobre as descobertas que o conhecimento dessa língua lhe proporcionou;

- **identifique** uma situação no aprendizado dessa língua que lhe tenha marcado positivamente, quer pelo conhecimento adquirido, quer pela experiência de ter aula com um professor que falava e escrevia em uma língua diferente da sua; e

- **redija** uma redação de caráter dissertativo sobre o tema: **O que significou para você aprender a língua portuguesa.**

Instruções:

- 1 - Se desejar, crie um título para seu texto e escreva-o na linha destinada a este fim.
- 2 - Redija uma redação com extensão **mínima de 30 linhas**, excluído o título – quem disso, seu texto não será avaliado –, e **máxima de 50 linhas**, considerando-se letra de tamanho regular.
- 3 - Lápis poderá ser usado apenas no rascunho; ao passar sua redação para a folha definitiva, faça-o com letra legível e utilize caneta.

Na Prova de Redação, os parceiros instauram-se por meio de uma realidade que está na língua. Essa realidade é recuperável por meio das circunstâncias de enunciação, ou seja, por meio da enunciação escrita. É na Prova de Redação que se instauram as primeiras relações inter-humanas entre a UFRGS, por meio da banca elaboradora da Prova de Redação

(locutor)⁶⁷ e o “tu”, candidato indígena, (alocutário)⁶⁸. Essa relação paradigmática configura-se, enquanto jogo comunicativo que inicia com a *enunciação histórica*⁶⁹ a partir da leitura do fragmento textual, adaptado do Jornal *Zero Hora*, de 17 de setembro de 2011. Leiamos:

1. *Ka é árvore*
2. *Kakañe é laranja*
3. A menina indígena Taina da Silva, oito anos, transforma sua língua
4. caingangue em português. Com orgulho, impõe a mão esquerda no quadro
5. negro. Desperta o interesse de seus colegas que viram o rosto de cada nova
6. torção do giz branco.
7. *Kamé é sol*
8. *Kanhokre é lua*
9. Taina depende da disposição aventureira de duas professoras para continuar
10. aprendendo.
11. Por um salário simbólico, duas discretas heroínas do ensino atravessam o
12. perigoso Rio da Várzea para lecionar na aldeia caingangue. Vestem os
13. coletes salva-vidas e assumem um cantinho da canoa verde da FUNAI,
14. embarcação ainda dependente de remo e do temperamento da correnteza.
15. Poderiam estar numa situação mais cômoda, sem correr riscos, sem
16. esperar por ônibus de uma em uma hora, sem percorrer a pé mais de um
17. quilômetro de mata fechada, mas são incansáveis. Pelo prazer de explicar
18. o mundo, continuam acordando às 7 h e regressando às 17 horas.

Na primeira parte da proposta da Prova de Redação, com início na 1ª linha e término na 18ª linha, há o fragmento do texto jornalístico do Jornal Zero Hora para a leitura inicial. O texto jornalístico comunica dois tipos de situações distintas. A primeira diz respeito à experiência de linguagem da menina Taina, caingangue, 7 anos, mais especificamente da 1ª linha a 9ª linha. A experiência de linguagem vivida pelo locutor indígena expõe o testemunho da apropriação da língua caingangue escrita que busca por meio da escrita, realizar a transposição de sentidos das palavras (ka, kakañe, kamé, kanhocre) para outro o sistema, da língua portuguesa, ou L2, escrita (árvore, laranja, sol e lua). Isso implica por parte do locutor reconhecer as relações arbitrárias próprias de cada sistema, língua indígena e língua portuguesa, por meio de relações entre o semiótico e o semântico. Não há tradução entre sistemas semióticos, o que existe é a transposição via semantismo da língua(gem). Outro

⁶⁷ Na instância do discurso é aquele que se refere ao outro por “você” (tu), na Prova de Redação.

⁶⁸ O alocutário, ou o “tu” na Prova de Redação é o sujeito linguístico que se apropria da língua e enuncia seu lugar a partir da realidade virtual que é o próprio discurso. O fundamento da subjetividade de que fala Benveniste (1958/1996, p. 288) está no exercício da língua, isso significa que dizer que a referência não está no exterior, mas sim na realidade do discurso. É na enunciação que o “eu” locutor apropria-se das formas vazias da língua e enuncia como sujeito. Ao fazê-lo por meio do uso da linguagem, marca a subjetividade. Afinal, não há outro testemunho mais objetivo da identidade do sujeito de que vê-lo sobre si mesmo.

⁶⁹ A enunciação histórica manifesta-se, geralmente, na língua escrita. Ela narra eventos ocorridos no passado, esse evento é marcado por pelas formas na 3ª p.s., “ele”. Tem por característica os tempos verbais, no aoristo, pretérito simples e passado definido, Utiliza também do pretérito imperfeito e o mais-que-perfeito. (BENVENISTE, 2006, p. 196)

aspecto importante é que a língua materna da oralidade realiza a passagem para a enunciação escrita e depois realiza a passagem para a Língua Portuguesa (L2).

A segunda parte da situação enunciativa sugerida pelo fragmento retirado do jornal Zero Hora, que segue da linha 11ª a 18ª, sugere ao candidato pensar a respeito do papel dos professores não-índios, no Brasil. Esses professores, em sua grande maioria estão envolvidos diretamente no processo de interlocução entre o eu – tu e o “ele”, em sala de aula. Vivenciam as experiências de língua, linguagem e cultura quando da passagem do semiótico ao semântico no ato de apropriação da língua pelo sujeito quando da interlocução por meio da tríade “eu-tu” e o “ele”, desta alocação surgem referências para o conceito de língua, sociedade e homem. A significação dá-se por meio das interlocuções e da apropriação da língua(gem), isso é o que responsável pelos processos de simbolização e interpretância para diferentes realidades: a indígena e a não-indígena.

Interessa-nos, observamos que além da sugestão do texto a ser lido pelo candidato, há outros enunciados que são postos pela relação locutor (banca elaboradora da questão) e o candidato (alocutário). Para isso, seguimos com a orientação da Teoria Enunciativa à luz de Benveniste, no qual compreende que a língua é o único sistema capaz de interpretar a si mesma e a outros sistemas, isso significa pensar na Proposta da Prova de Redação. Primeiro o ato da proposta da Prova, em segundo a situação em que esse ato se realiza, a Prova de Redação para Estudantes Indígenas, e em terceiro os instrumentos de realização por meio das marcas linguísticas no próprio ato. A Prova de Redação propõe ao candidato pensar a respeito do processo de aquisição da língua portuguesa, na escola, com vistas a identificar, redigir a respeito de uma determinada situação enunciativa vivida pelo próprio candidato. Para isso, é preciso demonstrar certo domínio da modalidade culta da língua portuguesa e do tipo dissertativo-argumentativo. A banca elaboradora da proposta da Prova de Redação coloca em jogo os processos interlocutivos de referir se e co-referir para isso usa da língua e do emprego por meio dos verbos específicos cujo sentido imprime à discussão, em torno do tema da produção textual. Leiamos:

Assim como Taina, você teve um professor ou uma professora que lhe ensinou a língua portuguesa. Com base nessa experiência,

- **reflita** sobre seu aprendizado da língua portuguesa e sobre as descobertas que o conhecimento dessa língua lhe proporcionou;
- **identifique** uma situação no aprendizado dessa língua que lhe tenha marcado positivamente, quer pelo conhecimento adquirido, quer pela

experiência de ter aula com um professor que falava e escrevia em uma língua diferente da sua; e

- **redija** uma redação de caráter dissertativo sobre o tema: **O que significou para você apreender a língua portuguesa.**

Observamos as etapas sugeridas interlocutivas elaboradas pela banca. Elas são diálogos que orientam ao candidato a falar sobre por meio de: a) comparações: “Assim como Tainá, you teve um professor ou uma professora que lhe ensinou a língua portuguesa”; b) direcionamentos para a enunciação escrita: “[...] Com base nessa experiência” [...] “**redija** uma redação de caráter dissertativo sobre o tema: **o que significou para você aprender a língua portuguesa.**”. É necessário tecer comparações entre a experiência de linguagem de Taina e a experiência de linguagem vivida pelo candidato.

A proposta da Prova de Redação da UFRGS é interessante, porque se propõe conhecer a respeito da realidade do locutor sobre acontecimentos da experiência de linguagem quando da passagem da língua à fala. Considera para isso o fato que o locutor é bilíngue e está na cultura, uma vez que vive a realidade de línguas distintas. Há no enunciado da Prova de Redação verbos no imperativo afirmativo (“reflita”, “identifique” e “redija”) que não só orientam o candidato a relatar sobre o passado, como sugerem para ele o cumprimento das etapas solicitadas para o jogo comunicativo entre a Prova de Redação e o candidato por meio da escrita em língua portuguesa.

O tipo dissertativo-argumentativo é uma das exigências previstas, na proposta da Prova de Redação, a ser desenvolvido a partir do tema. Para isso, o candidato deverá dominar as características estruturais do gênero redação de vestibular, além de obedecer às seguintes instruções:

1 - Se desejar, crie um título para seu texto e escreva-o na linha destinada a este fim.

2 - Redija uma redação com extensão **mínima de 30 linhas**, excluído o título – aquém disso, seu texto não será avaliado – e **máxima de 50 linhas**, considerando-se letra de tamanho regular.

3 - Lápis poderá ser usado apenas no rascunho; ao passar sua redação para a folha definitiva, faça-o com letra legível e utilize caneta.

A primeira instrução não é punitiva, apenas sugere ao candidato a criação de um título à redação. Ela instrumentaliza também para que o vestibulando escreva o título no local adequado. As duas outras instruções, 2 e 3, são distintas, porque elas não só informam, elas

normatizam, o que pode e o que não pode ser feito pelo candidato na escrita da sua redação. Exigem o cumprimento de certas regras: “*mínimo de 30 linhas e o máximo de 50 linhas*”. Normatiza-se, também, o uso de lápis para o rascunho da Prova de Redação e o uso de caneta para escrita da redação na folha definitiva. Além disso, a Prova de Redação sugere ao candidato o relato da própria experiência pessoal e única. Para isso ele deverá assumir primeiro a condição de locutor que é uma instância distinta de sujeito. O locutor é aquele que se apropria da língua, sistema, para transformá-la em discurso. A passagem de locutor a sujeito é o que interessa à teoria enunciativa, posto que “é na linguagem é pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Isso significa ir além da compreensão de sujeito, tendo em vista que num primeiro momento não associamos o sujeito ao locutor, e nem ao homem. O sujeito é uma instância que emerge da apropriação da língua, ele é a origem dessa apropriação. A situação enunciativa é a de produzir testemunhos das experiências de linguagem vividas ao longo do processo de escolarização e de compreender os simbolismos implícitos nas relações discursivas e culturais de que o homem é sede.

Para o próximo item 2.7.2, da tese, apresentamos a reflexão a respeito do “dado”, aspecto fundamental para o percurso da tese.

2.7.2 – Esclarecimentos sobre o “dado” na enunciação

Em Benveniste, no estudo *A classificação das línguas*, é possível encontrarmos a seguinte definição de *dado linguístico*:

O dado linguístico é um resultado e é preciso procura-lhe a origem. Uma reflexão algo atenta sobre a maneira pela qual uma língua – pela qual toda língua – se constrói ensina que cada língua tem para resolver um certo número de problemas, que se reduzem todos à questão central da “significação”. (BENVENISTE, 1995, p. 124)

Comprendemos por *corpus de pesquisa*, o recorte que se faz a partir do conjunto das 62 redações disponibilizadas, tendo em vista as problematizações iniciais delimitadas por meio das seguintes questões:

- 1- Quais as singularidades que marcam a comunicação entre o “eu” e o “tu”, em situações comunicativas de uso da língua portuguesa, escrita pelo locutor indígena, na Prova de Redação para Estudantes Indígenas da UFRGS/2012? Que sujeito é esse que emerge no discurso escrito em língua portuguesa, considerando que ocupam lugares de enunciação em relação a si mesmo e ao outro? Quais os *vestígios* e as *referências* que surgem do jogo de interlocução (eu-

tu/ele) em testemunhos de experiência *na* e *pela* linguagem para homem e para cultura?

- 2- Em que medida as categorias enunciativas podem, ou não, marcar diferentes lugares de fala para esse interlocutor (lugares de resistência, lugares de poder, etc.) em testemunhos de língua(gem) para os povos ameríndios?

Para os recortes dos “dados”, orientamo-nos, inicialmente, por um dos princípios da Teoria da Enunciação de que o homem se situa e se inclui em relação à sociedade, aqui, tomada também por cultura. Ao fazer esse percurso enunciativo, a língua é compreendida como interpretante do próprio funcionamento da língua e de outros princípios fundamentais da atividade social. (BENVENISTE, 2006, p.103).

As noções de testemunho compreendem o duplo processo de interpretar por meio da língua o processo de aquisição da língua e da cultura para o sujeito, uma vez que ele nasce na cultura e é com ela que compreende as relações inter-humanas entre as sociedades (indígena e não-indígena). Para essa compreensão iremos voltar à questão da descrição da metodologia de análise dos “dados”, coletados com vistas a compreender a respeito dos vestígios e das referências reenunciadas pela apropriação da língua(gem) pelo sujeito. Dedicamo-nos, no Capítulo III apresentar os percursos e às análises e discussões da RED 050, seguimos com a Teoria da Enunciação e de diálogos com áreas da Filosofia, da Antropologia visto que sejam necessárias para a interpretação dos testemunhos da enunciação escrita dos povos ameríndios.

Capítulo III

Vestígios e referências para as realidades de língua, homem e cultura: lugares instaurados pelo sujeito

Tecer era tudo o que queria. (COLASANTI, 2000)

Digamos que o português era fascinante para nós principalmente para mim, porque eu não queria estudar e muito menos falar outra língua. (RED 050)

A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim, um perfil novo e estritamente pessoal. (BENVENISTE, 1995, p. 84)

Para este capítulo – *Vestígios e referências para as realidades de língua, homem e cultura: lugares instaurados pelo sujeito* – iniciamos com a afirmação de Benveniste (1970) de que cabe ao linguista dedicar-se aos sentidos individuais inscritos nas palavras. Isso significa desenvolver o olhar atento à linguagem: “[...] ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Para desenvolvermos essa questão, a entrada no discurso para interpretar o *sentido que se forma em palavra*, escolhemos a leitura e análise da Redação. Seguimos pelos recortes de testemunhos das experiências de língua(gem) e pelos procedimentos de análises. A perspectiva é a de quem já compreende algo distinto das experiências de linguagem vividas, pois teve acesso aos testemunhos escritos e percorre o *caminho inverso* ao do locutor propondo-se lê-los à luz da Teoria da Enunciação. Elege o caminho do estudo das categorias linguísticas, com trilhas no viés antropológico da enunciação.

Tecer era tudo o que queria (Colasanti, 2000), eis, pois o momento das análises. Logo, tecemos percursos necessários à estruturação dos caminhos para a leitura dos testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios e aos procedimentos de análise voltados à (inter)subjetividade na linguagem. O próximo item retoma as escolhas teóricas, com vistas à definição do caminho de leitura responsável pelas discussões que antecedem às análises.

3 – Caminhos para a leitura de testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios

Ao longo desta tese, utilizamo-nos de inserções de testemunhos retirados do *corpus*. O procedimento utilizado garantiu conhecermos a respeito dos testemunhos e de momentos de entradas no discurso do locutor. Esse modo de ler os testemunhos pelo inter-relacionamento das paráfrases teóricas, ao longo do desenvolvimento da tese, é interpretado como sendo um tipo de entrada no discurso, que é caracterizado pela apropriação da língua(gem) pelo analista da linguagem, à luz de discussões enunciativas, e de leituras dos testemunhos.

Neste capítulo, dedicamo-nos a selecionar uma redação do *corpus*, por conta da representatividade da experiência de leitura da produção, aliamos a essa escolha os procedimentos de identificação e recorte de testemunhos voltados às análises. Para esse procedimento, elencamos justificativas construídas a partir de percursos teóricos e de leituras dos testemunhos. A primeira está na questão de que termos o cuidado de voltarmos-nos à realidade do locutor indígena e do direcionamento de Castro (2011), no que diz respeito ao *diálogo pra valer* quando da abordagem antropológica que se relaciona com o posicionamento do analista diante de questões que se voltam aos povos ameríndios. Essa realidade descrita por Castro (2011) diz respeito à Antropologia. Utilizamo-nos dela, nesse momento, para aproximarmos-nos dos testemunhos, no papel de analista da linguagem, no intuito de permitir que o locutor fale por si e pelos impossibilitados nos testemunhos.

Dessa maneira, este capítulo tem por objetivo a aplicação teórico-metodológica por meio de uma *metassemântica* que seja capaz de conduzir as interpretações. Objetivamos, assim, identificar os lugares ocupados pelos sujeitos nos testemunhos de experiência de língua(gem) dos povos ameríndios e verificar como as categorias linguísticas mobilizadas pelo sujeito contribuem para tais fatos linguísticos de base enunciativa. Buscamos, além disso, apresentar respostas, aos questionamentos elaborados para tese que deram origem à tese. Norteamos o percurso de estudo da significação pela questão da Semântica da frase. É com essa Semântica, proposta por Benveniste e os princípios enunciativos da Teoria da Enunciação que direcionamos os percursos investigativos à interpretação dos sentidos e das marcas (inter)subjetivas instauradas na língua(gem).

Para fazer isso, recorreremos às relações de interação entre as categorias de pessoa, tempo e espaço inscritas nesse jogo e, principalmente, porque dizem respeito à apropriação da língua(gem) pelo sujeito. Com isso, buscamos a *relação discursiva* que emerge da tríade “eu-

tu”/ele. Essa relação está implicada na dimensão pragmática da alocação, cujo princípio enunciativo prevê a existência da *presentificação da ausência* do “ele”, 3ª pessoa do singular.

Para o “ele”, categoria de pessoa que no estudo de 1946 de Benveniste (1995), é aquela que não pertence à correlação de subjetividade (não-pessoa), além disso, é “única pela qual uma coisa é predicada verbalmente”. Assim, ela se torna um dos pilares da tríade que mantém o *laço social* na dimensão pragmática da narrativa. Essa leitura está em Dufour (2000); resgatamo-la neste momento do percurso teórico-metodológico da tese, pois o “ele” representa a *presentificação da ausência*. Esse princípio é interpretado, pelo herdeiro do pensamento de Benveniste, Dufour (2000), e congrega uma espécie de *infralinguagem* disponível *sob* a língua natural. O filósofo compreende que a categoria de 3ª p.s., “ele” tem a disponibilidade natural das línguas, ao reporta-se às normas para o funcionamento da *metalinguagem* ligado, diretamente, a passagem do semiótico ao semântico. Princípio enunciativo esse importante para que possamos interpretar a conjugação da enunciação em níveis, na passagem de língua em discurso. Além disso, Dufour (2000, p. 106) assevera a respeito de mais detalhes da *infralinguagem* e da *metalinguagem*, posto *na* e *pela* língua(gem), por conta das relações que se seguem em duas etapas fundamentais: “[...] a primeira é organizada trinitariamente e é dada de saída; a segunda não é dada em absoluto e deve ser construída segundo o esquema binário, seja este o da mecânica de inferência ou o do raciocínio algorítmico [...]”. Por estarmos orientados por essa interpretação filosófica, compreendemos que o ponto de partida é sempre dado, o homem, mas não é só, é necessário à construção dos sentidos por meio da linguagem que está na *mecânica de inferência*. Afinal, para que dois estejam presentes é primordial que o terceiro, *externo*, seja uma *ausência representada* no campo da presença.

Ousamos incluir, no entanto, neste percurso teórico-metodológico, as ideias de Meschonnic (2009), no que diz respeito à leitura do princípio de que está no *homem a origem da linguagem*. Reconhecemos nessa leitura do herdeiro do pensamento benvenistiano que o sujeito nos testemunhos das experiências de língua(gem) é aquele que emerge do discurso, de modo especial, na escrita. Com referência de escrita, Meschonnic (2009, p. 72) afirma: “L’écriture, exposant l’état politique du sujet dans une société, montre et fait du sujet de l’écriture un tran-sujet. Mais il n’y a de sujet de l’écriture que quand il y a transformation du sujet de l’écriture en sujet de réenciation.”. Com essa passagem de que há na enunciação escrita a *exposição do estado político do sujeito* refere-se ao encontro da Linguística proposta por Benveniste e os interesses do crítico literário com relação à leitura da escrita, aspecto

muito específicos a ponto de encontramos nela a metamorfose do sujeito, ou seja, o estado político do sujeito. Essa leitura de Meschonnic (2009) é pertinente às questões de interpretação dos testemunhos de experiência de língua(gem) e dos sujeito que emergem dessa realidade. A ousadia em inserirmos as ideias de Meschonnic (2009) está na orientação de ordem teórico-metodológica que, neste momento da tese, se liga à capacidade do sujeito em colocar-se na enunciação escrita, concede o direcionamento, em prol da elaboração da *metassemântica*. Afinal, o sujeito fala por outro sistema de signos; no caso, na escrita há a reenunciação – a atualização contínua a cada ato. A passagem da fala à escrita por meio das relações entre o semiótico e o semântico, nos testemunhos escritos em língua portuguesa, produzidos indígenas, direciona-nos aos lugares ocupados pelos sujeitos na enunciação escrita e de sentidos construídos.

Embora nos tenhamos referenciado, na tessitura deste item, às ideias e às interpretações de herdeiros do pensamento de Benveniste, neste momento do Capítulo III, não nos esquecemos de reportamo-nos diretamente ao linguista francês. É, principalmente, com Benveniste e os seus princípios epistemológicos que nos lançamos ao percurso de escolha da redação; aos recortes dos testemunhos e às análises. Pautamo-nos, para a leitura dos testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios, ao princípio benvenistiano que significa *ver como o “sentido” se forma em “palavras”*. Para isso, recorreremos à noção de enunciação: “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação.” (BENVENISTE, 2006, p. 83). É na enunciação que se tem a instância do discurso, antes disso, a língua é a possibilidade, nessa passagem de língua a discurso, de locutor a sujeito.

Defendemos a existência de *vestígios* nos testemunhos de experiências de língua(gem). Esses são compreendidos como *acontecimentos empíricos* inscritos no dizer, ou seja, na verbalização de quem fala e nas rupturas produzidas *no e pelo* discurso. Para essa questão de vestígios, a prática de leitura dá-se pela ação empreendida pela *escavação*. Essa prática de leitura pressupõe escavações de sentidos epistemológicos. A *escavação* é discutida por Ono et al. (2014) como sendo um tipo de leitura, muito específica, e própria aos estudos benvenistianos. O tipo de leitura de que fala a linguista japonesa e demais herdeiros de Benveniste mescla duas questões complexas. A primeira está no fato de que os estudos teóricos organizados no PLG I e II e demais obras oportunizam ao leitor a busca da significação mais incrustadas nas palavras. Essa leitura é o que permite aos futuros herdeiros e pesquisadores compreenderem mais afundo a respeito da teoria como o processo de

construção do pensamento epistemológico do linguista na área da Teoria da Enunciação. Ela envolve a atualidade dos fundamentos e a interface entre a Linguística e as demais áreas do conhecimento humano. Essa prática impulsiona o analista à investigação contínua de fatos de língua e de linguagem sob a base epistemológica da enunciação, eis que se tem a segunda questão decorrente da primeira. Implica ao analista da linguagem o elucidar mistérios decorrente da língua(gem) pelo viés antropológico da linguagem.

Acreditamos, assim, que estejamos no caminho da leitura dos testemunhos de experiências de língua(gem) dos povos ameríndios aliada à prática de leitura que se volta a interpretar os *vestígios* deixados na enunciação. Isso significa empreender leituras teóricas com vistas às investigações da língua em ação. Os significados interpretados nos testemunhos de experiência de língua(gem) emergem quando se domina os princípios e os compreende a partir da prática da escavação dos sentidos. Desse modo, o linguista terá de se dedicar à significação das palavras que são verbalizadas pela enunciação escrita pelo viés antropológico da enunciação. Lembramos que o vestígio tem por característica a retrospecção⁷⁰ de acontecimentos que são trazidos à tona pelo sujeito quando este verbaliza no discurso. Já a referência, essa está no centro da enunciação e emerge no ato subjetivo do sujeito em apropriar-se da língua(gem) e segue com o sentido da prospecção⁷¹. Por isso, é imprescindível a amplitude para o termo *palavra* uma vez que o percurso de entrada na língua pelo analista é dado pelo sujeito no ato do acontecimento. Compreendemos que vestígio (retrospecção) e referência (prospecção) são fenômenos complementares para a construção de sentidos no discurso.

Na definição de aspectos norteadores para o percurso teórico-metodológico, além dos antecedentes, incluímos os conceitos de *in-fância* de Agamben (2005) que tem como fenômeno da linguagem separar o que é da natureza e do que é da cultura. Para isso, seguimos sob a orientação de Benveniste de que o homem nasce na sua comunidade linguística, portanto, nasce na cultura. Fundamentamos nossa afirmação com a seguinte passagem do linguista francês: “[...] [criança] ela aprende sua língua, processo que parece instintivo, tão natural quanto o crescimento físico dos seres ou dos vegetais, mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o mundo do homem.”

⁷⁰ O termo “retrospecção”, s.f., é compreendido como a observação, análise de fatos, ou de acontecimentos relativos ao passado. (HOUSSAIS, 2009)

⁷¹ A palavra “prospecção”, s.f., tem por sentido o efeito de sondagem dos sentimentos e pensamentos alheios. Utilizaremos o sentido que está na origem etimológica da palavra, no latim *prospectio, vista de olhos lançada para o futuro*. (HOUSSAIS, 2009)

(BENVENISTE, 2006, p. 20-21). O objetivo da inclusão dessa passagem de Benveniste está no fato de que ela permite orientarmos para a questão de parece ser natural da capacidade humana em adquirir a(s) língua(s). Para os povos ameríndios, isso significa a entrada do homem na língua(gem) e no mundo. Assim, em Agamben (2006), buscamos os conceitos filosóficos de *testemunha superstes*, uma vez que os conceitos tornam-se pertinentes não só à instauração de lugares pelo sujeito que fala de si e do outro como a interpretação que é possível fazer de tais procedimentos enunciativos. Para a questão dos povos ameríndios, o testemunho instaura pela língua e é por este que o locutor realiza a semantização entre sistemas distintos, uma vez que o “eu” nasce na comunidade linguística convivendo com língua(s) e cultura(s) distintas. O locutor apropria-se de línguas (L₁ e L₂) e aprende a manejá-las realizando passagem(ns) do semiótico ao semântico, ou seja, vivendo a *in-fância*. Nos testemunhos das experiências de língua(gem), é possível recuperarmos os vestígios e as referências que são recriadas pelo sujeito quando da apropriação da língua(gem).

A língua apropriada pelo locutor é capaz de criar continuamente, sempre, novos conceitos, refazendo-a(s) sobre ela(s) mesma(s). Assim, como já afirmamos ao final do Capítulo I, defendemos a presença da testemunha e não do informante para o sujeito que emerge do discurso, por causa da existência de uma língua portuguesa escrita, distinta, que é utilizada pelo sujeito numa singularidade específica de realização da Prova de Redação. Resumindo, a língua nasce da apropriação pelo sujeito e se constitui na enunciação, por conta da heterogeneidade implicada na língua(gem) e na(s) cultura(s). Outro aspecto marcante está na capacidade de simbolizar dos povos ameríndios, principalmente, no que diz respeito ao *perspectivismo* dos povos ameríndios descrito por Castro (2011, p. 351), por seguirmos com as ideias da Teoria da Enunciação, na interface de reflexões antropológicas que se encontram por conta do estudo das categorias linguísticas.

Para os povos ameríndios, a apropriação da língua(gem) pelo sujeito, comum a todos os seres humanos, tem o diferencial. Segue pelo princípio de interpretância da língua para o locutor, pois é o que permite transitar entre mundos, com possibilidades reais de voltar, na maioria das vezes, ao seu próprio corpo. Mantém-se, assim, para o sujeito, o fato de manter a L₁; com isso, ele se inscreve na cultura de herança da comunidade indígena. Por seguir normas e regras inscritas na língua, o locutor não deixa de circular, no outro mundo, quando da apropriação em L₂, o faz simbolizando em L₁. Para essa questão, incluímos a realidade do locutor indígena que “não fala” mais a língua materna. Nesse caso, a língua portuguesa é L₁, no entanto, mesmo, para essa situação, a língua falada é singular, porque conta com vestígios

da cultura a qual pertence. A língua portuguesa para os povos ameríndios é uma língua de acesso à cultura do outro e configura-se assim por conter simbolizações específicas do passado e da cultura elaborados pelo locutor indígena, seja por questões de entonação, seja por questões de relação interlocutivas, seja por marcas subjetivas do sujeito na enunciação, ou mesmo, por referências criadas e adaptadas para o uso do locutor.

A respeito da problemática que envolve o procedimento de análises com questões epistemológicas heterogêneas, cujas origens denunciam fios de cores e de texturas distintas, reafirmamos a interface entre a Teoria da Enunciação e de mais ciências, entre elas, a Filosofia e a Antropologia, uma vez que as áreas não produzem distorções. Ao contrário, dialogam por meio de fios que se entrelaçam e conduzem à trama, em torno do princípio da enunciação. É no tear que os fios são organizados a partir de movimentos que seguem para frente e para trás. Os movimentos são empreendidos pela tecelã ao manejar a lançadeira, e não lhes há nada de incomum. No entanto, o inédito está em dar forma à trama ao utilizar de fios da Teoria da Enunciação e uni-los aos fios oriundos da interface com a Filosofia de Agamben (2005; 2008), Dufour (2000), Meschonnic (2009) e outros. A razão para tal procedimento está em reconhecer no estudo da categoria de pessoa proposto por Benveniste a amplitude do viés antropológico da enunciação. Nesta tese, a junção desses fios distintos faz parte da trama, em prol da interpretação de percursos construídos pela interação a partir das relações eu-tu/ele. As simbolizações próprias dos povos ameríndios são fundamentais, pois elas revelam a nós, não-índios, o complexo modo de pensar das comunidades indígenas e das relações de interação entre o homem e os demais seres. Para os próximos itens do Capítulo III, empreendermos as análises, mas antes pontuamos a respeito das escolhas e dos recortes dos testemunhos.

3.1 – Uma reflexão a respeito da escolha da produção RED 050 e dos recortes que deram origem aos testemunhos representativos para a análise dos “dados”

O desafio, em procedermos às análises dos “dados”, está na complexidade do *corpus de pesquisa* disponível para as análises. Organizamos alguns passos iniciais de leitura para todo o conjunto de textos que compõem o *corpus*. Guiamo-nos pelo objetivo geral da tese, dos questionamentos propostos e pelas seguintes orientações que estão dispostas no quadro VII no Capítulo II desta tese, que apontam para as duas formas de entrada: a) entrada do locutor/sujeito e; b) a entrada do analista por conta do *discurso analisável*. Após esse momento, identificamos a necessidade em optarmos pela seleção de uma das redações no conjunto de materialidades linguísticas coletadas que compõem o *corpus*.

A respeito da escolha de uma redação, não excluimos a leitura das instruções normativas previstas no Manual do Candidato Indígena, para a Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/COPERSE – UFRGS. Esse procedimento tornou-se necessário para que pudéssemos ter acesso à interpretação para o conceito de Redação e aos critérios de avaliação do texto inscritos no Processo de Seleção – Vestibular da UFRGS. Constatamos, assim, com a leitura do Manual, que a COPERSE utiliza-se das mesmas informações contidas no documento oficial direcionado ao candidato indígena – Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas em diferentes Editais de Seleção, por exemplo, no Edital de 28 de agosto de 2014, Concurso Vestibular de 2015. Desse modo, há uma universalização dos programas e critérios avaliativos tanto para a Prova de Redação como para a relação de conteúdos e programas para as demais disciplinas elencadas para o processo seletivo. De modo específico, reportamo-nos, ao Programa da Prova de Redação, no item 5, do Manual de 2012, o qual se refere aos requisitos exigidos para a avaliação da Redação. Os critérios nascem de pesquisas e estudos centrados na língua de pesquisa das Teorias do Texto e do Discurso. Para essa situação enunciativa, identificamos que as informações apresentadas pela COPERSE, via Programa de Redação, dedicam-se ao conceito de texto e os critérios avaliativos da produção para o processo seletivo: Vestibular.

Os critérios previstos no Programa para a Redação são responsáveis, também, por nortear, de certa forma, o trabalho de correção das produções pela banca avaliadora, principalmente, no que diz respeito, ao conceito e aos aspectos avaliativos a serem considerados no momento de leitura e à classificação dos textos produzidos para a situação. Assim, o Programa de Redação contém certas regras, ou aspectos pontuais que esperam ser cumpridas pelos alocutários, no jogo enunciativo, de seleção. Para melhor contextualizarmos a respeito dos critérios descritos pelo Programa para a Prova de Redação, apresentamos as informações voltadas à Redação:

Redação

Na prova de Redação são pressupostas habilidades que vão da compreensão à expressão articulada das idéias acerca do tema formulado. O propósito, aqui, é o de aferir a competência comunicativa do candidato, manifestada através de uma redação de caráter dissertativo. Para tanto, é imprescindível que a redação contenha os aspectos detalhados a seguir.

Abordagem do tema

- A redação produzida tem de evidenciar a compreensão adequada do tema proposto e atender às orientações que vêm enunciadas na prova de Redação.

Definição do ponto de vista

- O posicionamento diante do tema proposto é assegurado pelo ponto de vista estabelecido para a redação. O ponto de vista deve indicar o *rumo* da reflexão inerente a um texto de caráter dissertativo.

Contextualização do assunto

- Reflexão articulada sobre dados da realidade, referências a fontes de informação diversificadas, citações, paráfrases e/ou alusões respondem pela abrangência de uma redação de natureza dissertativa.

Estruturação

- A divisão hierárquica das partes que compõem o texto e a organização de frases e parágrafos asseguram a estruturação interna e externa, conferindo progressão e unidade à redação.

Linguagem

- A expressão linguística pressupõe: seleção e utilização adequada, conveniente e apropriada do vocabulário, dos processos de coordenação e subordinação, dos recursos de pontuação, das estruturas de língua escrita padrão e das convenções ortográficas.

Para a elaboração do texto dissertativo é importante que o candidato compreenda que, para qualquer tema proposto, são várias as possibilidades de abordagem. Cabe a ele ponderar e discernir acerca daquela que lhe pareça a mais adequada e que lhe dê melhores condições com vistas à elaboração de uma redação com as características especificadas, levando em conta as circunstâncias que envolvem o ato de produção.

Considerando que todo texto instaura uma situação comunicativa – um contato entre o autor e o leitor através da escrita – e que, no caso específico da prova de Redação, se trata de situação em que os sujeitos que escrevem e os sujeitos que avaliam a redação se desconhecem e, portanto, não partilham do mesmo contexto interacional, o exame criterioso dos aspectos que envolvem o tema proposto assume significação especial. Impõe-se a necessidade de o candidato refletir, fazer associações, estabelecer um ponto de vista que possa sustentar ao longo do texto, observando as recomendações, a fim de que a comunicação, por meio desse processo de escritura, se estabeleça com eficácia. (MANUAL DO CANDIDATO, 2012, p. 13)

O Programa de Redação conceitualiza texto como ato comunicativo, comunicativa, por conta da realização da produção escrita, em língua portuguesa, a respeito do tema solicitado. Assim, o conceito de produção textual, no documento oficial da COPERSE, está associado ao de suscitar o desempenho do candidato, em elaborar, o tipo dissertativo-argumentativo.

Para avaliar a competência linguística do candidato, no ato da realização, da Redação, têm a orientação de mais cinco aspectos exigidos pela IES para a Prova. São eles: *abordagem do tema; definição do ponto de vista; contextualização do assunto; estruturação e linguagem*. A divisão dos critérios cumpre a exigência institucional em tornar o processo, o mais lícito

possível, quando compartilha as informações a respeito dos parâmetros exigidos do candidato. O aspecto *abordagem do tema* volta-se à interpretação do enunciado da Prova de Redação e o atendimento às exigências da banca elaboradora. Mais uma vez, a COPERSE prima pela manutenção de regras e normas previstas, no jogo enunciativo, entre a banca elaboradora e o candidato, via proposta de Redação e por demais documentos. Por isso, reforça para o processo avaliativo o papel da banca corretora. É ela quem, via aspecto *abordagem do tema*, realiza tal julgamento, após a produção textual. A banca corretora avalia se o locutor obedeceu às indicações sugeridas no enunciado da Prova dado a natureza do processo seletivo e classificatório. O segundo aspecto tem por objetivo apreciar a *definição do ponto de vista*. Para este, o locutor deverá optar por *um ponto de vista* para discorrer a respeito da temática solicitada. Assim, o estudante indígena terá que escolher o *rumo* a ser seguido na produção textual, com vistas atender ao tipo textual exigido pela proposta. O terceiro aspecto avaliativo refere-se à *contextualização do assunto*, que aprecia a competência discursiva do candidato quanto ao conhecimento prévio por meio de leituras que se ligam ao tema proposto. Além disso, avalia a capacidade de elaborar inferências e a de parafrasear do candidato, no que diz respeito à leitura do texto-base oferecido para leitura na Prova de Redação e demais textos lidos ao longo da formação. O quarto aspecto relaciona-se com a *estruturação* e tem por objetivo aferir a estrutura organizacional do tipo dissertativo-argumentativo e as relações de coesão e coerência entre os parágrafos, bem como a “divisão hierárquica das partes que compõem o texto e a organização das frases”, com vistas a avaliar a progressão e a unidade temática da redação.

O último, e não menos importante dos cinco critérios, é o da *linguagem*. A justificativa está no fato de que o critério exige o domínio da competência lexical do candidato por meio da: “[...] seleção e utilização, conveniente e apropriada do vocabulário”. Inclui a estruturação sintática por meio da elaboração adequada dos períodos compostos por coordenação e/ou subordinação e avalia a respeito da capacidade geral do locutor, em apropriar-se da língua e propor-se *na e pela* língua(gem), a partir de lugares distintos ocupados pelo sujeito. O quinto critério relaciona-se à capacidade que o locutor tem em instaurar a presença do alocutário, no jogo comunicativo da Prova de Redação. Identificamos esse aspecto como sendo muito pertinente, uma vez que propõe ao locutor seja ele indígena, ou não, o trânsito entre lugares enunciativos distintos, busca recuperar os processos de interlocução vividos na prática de sala de aula, entre o professor e aluno, ou em outras situações vividas em sociedade, nas diversas

situações de comunicação. Identificamos como princípios enunciativos comuns nos processos de interlocução entre o “eu” e o “tu” – ou seja - próprios do homem na língua.

Para a seleção da redação alvo de interesse no Capítulo III, esclarecemos que não nos conduzimo-nos pelo objetivo geral previsto no Manual do Candidato para a Prova de Redação, que é o de avaliar a competência comunicativa do sujeito a partir da produção dissertativa e de aspectos linguísticos de cunho normativo, responsável por avaliar a competência quanto à construção sintática de períodos simples e compostos, bem como; a utilização adequada da norma culta da língua portuguesa escrita. A justificativa em não aliarmo-nos a tal conceito está no fato de que não nos identificamos com tal perspectiva, uma vez que seguimos pela Teoria da Enunciação, com objetivos definidos previamente para a tese, dispostos em objetivo geral e específicos, apresentados na Introdução da tese.

Em relação aos demais critérios, detectamos algumas divergências, por conta dos simbolismos empreendidos pela COPERSE e pelos simbolismos construídos pelos povos ameríndios quando da compreensão do que seja delimitar o assunto pela escolha de um *ponto de vista*. Por exemplo, a questão de escolha de *um ponto de vista* exigido para a questão temática a ser desenvolvida pelo candidato na Prova de Redação é algo que demanda incorrer em percursos distintos, uma vez que, para o simbolismo dos povos ameríndios, tem-se a possibilidade em seguir por diferentes *pontos de vistas* sob o mesmo corpo. Há, nesse aspecto, questões pertinentes às distinções de percursos de pensamento para os povos ameríndios, no que diz respeito ao perspectivismo, e a corrente de pensamento ocidental que prima pela seleção, ou definição, do ponto de vista, ou mesmo da opção em seguir por um determinado rumo. Ao solicitar tal direcionamento, a COPERSE desconhece a respeito dessa especificidade de pensamento dos povos indígenas, uma vez que elabora um Programa único para todos os Editais.

Outro ponto a ser rediscutido e que impede a adesão, está na orientação prevista para a estruturação sintática exigida pela COPERSE. Para esse fato linguístico, defendemos por experiência que o locutor bilíngue seguirá com uma sintaxe própria para a língua, com marcas subjetivas heterogêneas, na enunciação escrita, dada a realidade de transposição semântica entre sistemas distintos. Nessa linha de discussão de base enunciativa, está o sujeito heterogêneo que enuncia em língua portuguesa, no entanto, carrega vestígio da L₁ dada as primeiras simbolizações produzidas na e pela cultura.

Em contrapartida, identificamo-nos com partes das informações contidas no quinto aspecto avaliativo do Manual do Candidato, por conta das aproximações com os princípios enunciativos. Além disso, o aspecto verifica a competência enunciativa do sujeito em propor-se *na e pela* língua(gem) a partir de lugares distintos ocupados, pela relação eu-tu/ele. Acreditamos que esse aspecto considere o fato do sujeito apropriar-se da língua(gem) para realizar o ato (inter)subjetivo do discurso. Com isso, o sujeito demonstra a competência discursiva em constituir-se ao se propor como “eu” na enunciação escrita, e de instaurar de imediato o “tu”, para o jogo discursivo da Prova de Redação. Consideramos relevante tal aspecto previsto no Programa da Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas 2012/UFRGS. No entanto, não nos pautamos exclusivamente nele. Precisávamos adequar às reais necessidades da pesquisa, com vista a atender com critérios próprios que se relacionassem com os “dados” e a questão da enunciação escrita dos testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios. Desse modo, elaboramos cinco critérios enunciativos norteadores da escolha da RED 050, os quais foram idealizados a partir de percursos epistemológicos e de experiências adquiridas em vivências de leituras de textos produzidos por índios:

- a) Identificamos, na RED 050, a possibilidade da compreensão dos *sentidos* que se formam nas “palavras”.
- b) a RED 050 é fruto da relação discursiva que emerge da tríade eu-tu/ele, na dimensão pragmática da alocação, cujo princípio prevê a *presentificação da ausência* do ele, 3ª p.s.;
- c) a escolha permite recortarmos os testemunhos (A, B1, B2 e C) das experiências de língua(gem) vividas pelo sujeito por conta da apropriação da língua em discurso, com vistas à identificação de lugares distintos ocupados pelo sujeito.
- d) a RED 050 traz a apropriação da língua pelo homem, ato singular e subjetivo, no qual o sujeito maneja a língua para recriar sentidos, por esse caminho. Dedicamo-nos, assim, à compreensão de *vestígios e referências* no ato de fala do sujeito, ou melhor, na enunciação escrita.
- e) é possível identificarmos o tipo de testemunha *superstes* nos testemunhos de experiências de língua(gem) específicas dos povos ameríndios.

O leitor, talvez, possa questionar-nos a respeito dos critérios sintetizados nos itens elencados no parágrafo anterior. Ou até julgue-os repetitivos, ou elaborados a partir de marcas subjetivas. Admitirmos, em parte, tais observações do leitor que são antecipadas por nós, visto que elas são vitais para que possamos conduzir o processo de análise, porque não negamos as experiências de leitura, no ensino fundamental e na graduação, de textos

produzidos por índios bilíngues da etnia Terena-MS. Além disso, a opção em seguirmos com a Teoria da Enunciação na interface com as outras áreas das ciências possibilitou-nos rediscutir a questão da leitura com vistas à missão em contribuir para que outros leitores envolvidos, ou não, diretamente, com povos ameríndios possam usufruir de tais aspectos, via Teoria da Enunciação. Acrescentamos, nesse momento do percurso da seleção da redação, a preocupação com o papel do linguista que se volta à significação, tendo em vista o encantamento à descoberta de sentidos incrustados na(s) palavra(s) e no ato de dizê-las. Por isso, utilizamo-nos dos versos poéticos de Manoel de Barros (2010) para justificarmos parte do direcionamento dado às futuras análises. A intervenção descabida, inclusão de versos poéticos, nesse momento do percurso teórico-metodológico do Capítulo III, da tese, possa causar certo estranhamento ao leitor. Reconhecemos o alerta, no entanto, concebemos a presença, de modo especial, por acreditarmos que não são aleatórios. Os versos selecionados falam da prática comum centrada na escavação e na escovação de sentidos pelo homem quando da apropriação da língua(gem). É *na* e *pela* língua, por conta da apropriação da(s) palavra(s) que se tem o norte para os dois tipos de *entrada no discurso*.

A entrada no discurso pelo locutor e a entrada do analista da linguagem na leitura do discurso ocorrem por portas distintas, mas tanto a entrada realizada pelo sujeito quanto a outra, pelo leitor, estão inscritas na natureza do homem que se liga ao exercício da língua(gem). A tese segue pela opção da significação, porque se volta à língua ordinária, por conta do direcionamento epistemológico e dos encaminhamentos de análise. No entanto, deixamo-nos levar pela linguagem poética, também, nesse momento de leitura e análise, visto que a linguagem poética ensina-nos a buscarmos os sentidos que nascem das relações língua(gem), homem e cultura. A poesia introduz-nos outras habilidades. A sensibilidade para o escutarmos sons e percebermos os sentidos nas palavras:

[...] No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterradas por séculos naquele chão. Logo pensei em escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. [...] (BARROS, 2007) (grifos nossos)

Os versos poéticos direcionam-nos às práticas investigativas de arqueólogos e poetas voltadas ao *serviço de escovar ossos por amor*. Por empreenderemos pesquisas em torno de algo que está perdido, ou mesmo, de algo que precisa ser trazido à tona para que possa ser contemplado pela humanidade: a significação. O homem seduz-se pela forma calma e delicada em buscar vestígios de antigas civilizações, em criar referências a partir delas. Em ouvir vozes que ecoam de palavras escondidas. Assim, o “eu” no fragmento poético *Escova* compara o trabalho do artista em criar sentidos, às atividades de pesquisa empreendida pelos arqueólogos que buscam reconhecer formas e sentidos em objetos. O homem busca significações, sentidos que não estão na superfície, mas sim, em profundidades, ou mesmo, nas obscuridades mais remotas e que precisam ser desterradas. Desse modo, a exemplo do poeta, defendemos que há algo em comum entre linguistas, arqueólogos, etnólogos, poetas, e demais, porque são as atividades de língua(gem) próprias do homem em sociedade. A analogia permite-nos direcionar a interpretação dos versos poéticos ao axioma de Benveniste: “*O homem na língua*”.

Outro aspecto relacionado ao “algo em comum” está na tríade língua(gem), homem e cultura é imprescindível que o homem comunique-se em sociedade, isso diz respeito a natureza do homem em comunicar e a tarefa daqueles que se dedicam à significação, ou seja, a passar horas, e mesmo, dias inteiros a *escovar ossos*, buscando *ecos, clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras* (grifos nossos). Isso ocorre tanto para os que se apropriam da língua para a criação quanto para aqueles (homens) que as interpretam, no caso, os linguistas, de modo único, os herdeiros do pensamento de Benveniste. Os versos do poeta conduzem-nos à leveza da prática investigativa do linguista, em seu percurso inverso, que é a de ouvir nos testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios. É preciso ouvir os *clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras* construindo, assim, significações por meio da passagem da fala a escrita. Afinal, as palavras contêm corpos e neles *oralidades e significâncias* que são *remontadas* pelo tempo e pelos usos para a escrita. Pedimos permissão tanto ao poeta (Manoel de Barros) quanto ao linguista francês, tendo em vista a nossa ousadia em associarmos o termo *palavra* aos princípios enunciativos para conduzirmos a análise dos dados na tese. Fazemos isso porque a *palavra* está associada ao *emprego*, ou melhor, *ação da língua* pelo falante. A *ação da língua viva* pelo homem, apontada pelo poeta e pelo linguista francês, é o que aproxima os interessados em torno de problemas e mistérios que envolvem, a tríade, língua(gem), homem e cultura.

Novamente, repetimos que a entrada do analista no discurso tem um pouco desse trabalho de ouvir, ou seja, de escutar as oralidades e as significâncias remontadas nos testemunhos dos povos ameríndios, com orientações de leituras epistemológicas e de vivências. A observância adquirida na e pela vivência junto aos princípios enunciativos apresentados à academia por Benveniste, *exceção francesa*, é quem nos ensina a respeito das problemáticas linguísticas e as formas de entrada no discurso pelo caminho do sujeito. Antes, apresentamos as relações interlocutivas instauradas no discurso.

3.1.1 – As relações interlocutivas, na tríade, revelam para o “ele” o significar por meio de experiência de língua(gem)

Para a discussão desse item, reportamo-nos a Benveniste, no estudo de 1970, no que diz respeito ao fato de que qualquer que seja a enunciação, falada ou escrita, tem-se a *relação discursiva* é constitutiva do “eu” que diz: “eu”. Esse ato único e subjetivo em que o “eu” profere é a enunciação. Isso é compreendido pelo princípio enunciativo: “[...] o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário.” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Os dois indivíduos linguísticos nascem e se constituem na enunciação. Assim, é por meio dos testemunhos recortados da RED 050, que identificamos as relações entre o “eu” e o “tu”, mas que não se encerram nelas, uma vez que interpretarmos as relações interlocutivas a partir da tríade “eu-tu”/ele. Os vestígios e as referências dão sentido às experiências de linguagem de sujeitos por conta dessas relações que pressupõe a *ausência re-presentada* do “ele”.

Apresentamos, nesse momento, RED 050, em duas modalidades. A primeira versão é a digitada e a segunda é a original, ou digitalizada. A justificativa em apresentarmos as duas versões está no fato de reconhecermos, entre elas, distinções. A passagem da forma original à digitada interfere de certa forma, no ato de escrita do locutor, uma vez que ocorre a higienização da enunciação escrita original. Por outro lado, quando mantemos as duas, mantemos as distinções ao leitor e primamos pelo cuidado em preservar as marcas subjetivas do sujeito na enunciação escrita. Em relação à versão original, esclarecemos que ela contém marcas subjetivas, vestígios do ato de individual e próprio do locutor, na escrita. No entanto, não nos dedicaremos ao estudo desses vestígios da escrita, posto não ser objeto da tese, no momento. Seguem as versões:

A) - Antigamente nossos antepassados não sabia a lingua portuguesa, até hoje poucos falam essa lingua. Mas para minha sorte eu tive um pai que queria que seus filhos apredecem a lingua portuguesa, então ele lutou para

ter uma escola dentro da aldeia bom todas as lideranças indígenas foram contra diziam que com uma escola perderíamos a nossa cultura, mas meu pai não desistiu pois ele queria que fossemos alguém na vida então em dois mil o governo finalmente autorizou a construção da escola.

B) - No primeiro dia de aula chegou um professor chamado Mario ele era estranho para nós tínhamos medo dele mas o cacique Juarez sabia falar muito bem a lingua portuguesa então ele nos explicou que o professor iria nos ensinar a falar outras lingua, ele nos ensinou a sermos educados e como falar o português corretamente.

Digamos que o português era fascinante para nós principalmente para mim, porque eu não queria estuda e muito menos falar outra língua.

B1) - E o que eu mais me fascinava era o som das palavras e jeito de dizer e como separar as palavras sílabas por sílabas, graças a essa língua eu sei dizer bom dia, boa tarde e boa noite, mas o que mais marcou para mim foi o dia em que sai da aldeia pela primeira vez, para ir à cidade, entrar numa loja comprar e pagar e não ser enganada diz muito obrigada, isso foi emocionante para mim já que era a primeira vez que fui a uma cidade e fiquei feliz com isso.

C) Enfim, a lingua portuguesa me proporcionou um novo período, hoje essa lingua significa muito para mim pois com ela aprendi a não roubar, não enganar as pessoas e ser honesta e o melhor de tudo ser alguém na vida mesmo sendo india e ajudar as pessoas é por esta e por outras coisas que eu amo a lingua portuguesa.

Segue a versão original da RED 050:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 Prova de Redação
 PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA ESCREVA NESTA ÁREA

ASSINTE FOLHA 1 FOLHA 2 FOLHA 3 FOLHA 4 FOLHA 5

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO 000050.05-02

TÍTULO

1 Antigamente nossos antepassados não sabia
 2 a lingua portuguesa, até hoje poucos falam essa lin-
 3 gua. Mas para minha sorte eu tive um pai
 4 que queria que seus filhos aprendessem a lingua
 5 portuguesa, então ele lutou para ter uma escola
 6 dentro da aldeia bom todas as lideranças indí-
 7 genas foram contra diziam que com uma es-
 8 cola perderíamos a nossa cultura, mas meu pai
 9 não desistiu pois ele queria que fossemos alguém
 10 na vida então em dois mil o governo finalmente au-
 11 torizou a construção da escola.
 12 No primeiro dia de aula chegou um professor cha-
 13 mado Mario ele era estranho para nós tínhamos
 14 medo dele mas o cacique Juarez sabia falar muito
 15 bem a lingua portuguesa então ele nos explicou que
 16 o professor iria nos ensinar a falar outras lingua, ele
 17 nos ensinou a sermos educados e como falar o portu-
 18 guês corretamente.
 19 Digamos que o português era fascinante para
 20 nós principalmente para mim porque eu não que-
 21 ria estuda e muito menos falar outra lingua.
 22 E o que mais me fascinava era o som das

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 das palavras o jeito de dizer e como separar as
 24 palavras sílabas por sílabas, graças a essa lingua eu
 25 sei dizer bom dia, boa tarde e boa noite, mas o que
 26 mais marcou para mim foi o dia em que sai da aldeia
 27 pela primeira vez, para ir à cidade entrar numa loja
 28 comprar e pagar e não ser enganada diz muito
 29 obrigada, isso foi emocionante para mim já que era a
 30 primeira vez que eu fui a uma cidade e fiquei mu-
 31 to feliz com isso.
 32 Enfim a lingua portuguesa me proporcionou um noi-
 33 período, hoje essa lingua significa muito para mim
 34 pois com ela aprendi a não roubar, não enganar as
 35 pessoas e ser honesta e o melhor de tudo ser algu-
 36 ma na vida mesmo sendo india e ajudar as pessoas e é
 37 por esta e por outras coisas que eu amo a lingua
 38 portuguesa.
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50

O locutor, em RED 050, marca-se como sujeito na enunciação por meio do uso do aparelho de funções da língua. A intersubjetividade é insaturada pela primeira pessoa do singular “eu”, por meio do uso do pronome pessoal, 1ª p.s. “eu”; da presença de dêiticos (pronome possessivo na primeira pessoa no singular (meu) e/ou plural (nossa)); há o uso de expressões exclamativas, e outras que são responsáveis por instaurar a subjetividade *na e pela* linguagem em relação ao alocutário/banca avaliadora: “[...] Mas para minha sorte eu tive um pai que queria que seus filhos apredecem a língua portuguesa [...] mas meu pai não desistiu”; “[...] eu não queria estudar e muito menos falar outra língua”; “E o que eu mais me fascinava era o som das das palavras [...]”; “o que mais marcou para mim foi o dia em que sai da aldeia pela primeira vez, para ir a cidade, entrar na loja comprar e pagar e não ser enganada diz muito obrigada, isso foi emocionante para mim [...]”; “[...] a língua portuguesa me proporcionou um novo período [...] “eu amo a língua portuguesa. (grifos nossos).

É na enunciação, e somente nela, que o sujeito instaura a presença do “outro” pela relação, necessária e reversível, entre “eu-tu”, por meio do uso da língua e do aparelho formal da enunciação. Isso é o que faz com que “Cada locutor não pode propor se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe da enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo.” (BENVENISTE, 1995, p.27) (grifos nossos). Na alocação entre “eu-tu”, o sujeito exerce a faculdade de simbolizar por meio das representações inscritas no ato de intersubjetividade que se instaura *na e pela linguagem*. O “eu”, na enunciação escrita, em língua portuguesa, vivencia o processo de alocação com o “tu”, na singularidade em meio à diversidade de línguas. Para a Prova de Redação, não há como o candidato optar pela língua que melhor o represente. A situação comunicativa do Processo Seletivo exige a enunciação escrita, em língua portuguesa; com isso, o locutor terá que se apropriar do semiótico e do semântico dessa língua e, assim, recria por meio da linguagem, o simbolismo pelo uso que faz da língua portuguesa escrita. O simbolismo é o elo vivo para a significação, uma vez que o sujeito mobiliza a língua quando da passagem da língua ao discurso. Com isso, a língua(gem) interpreta a cultura para si e para o outro quando o “eu” passa de locutor a sujeito, no ato de produzir sentidos. Essa capacidade humana liga-se a capacidade do locutor bilíngue em manejar a língua(gem) para a produção de referências e significados para o alocutário, no caso, a banca corretora, não-indígena.

Para melhor interpretarmos, os lugares ocupados pelo sujeito, recortamos, da RED 050, os testemunhos, e iniciarmos as análises por conta do ato individual de apropriar-se da

língua(gem) e da utilização de instrumentos específicos. Neste momento, justificamos o uso de **iniciais maiúsculas** que estão na versão digitada, apresentada anteriormente, com as seguintes marcações (**A, B, B1 e C**). O recorte dos testemunhos dê-se pela trilha concedida pelo próprio sujeito no discurso. Foi o “eu” quem nos concedeu as pistas para a entrada no discurso. As pistas estão nas marcas subjetivas e na sensibilidade aos princípios enunciativos que nos instrumentalizam para ouvir, na enunciação escrita, as falas e as significações instauradas *na e pela* língua(gem).

3.1.2 – A (inter)subjetividade na língua(gem), por conta da instauração do “eu”, mobiliza na alocação a temporalidade, isso aproxima o “outro” de acontecimentos compartilháveis no “aqui” e no “agora” da enunciação

Recortamos de RED 050, o **testemunho A**, por apresentar uma das entradas do sujeito no discurso que se dá pela temporalidade na enunciação escrita da língua portuguesa. Por essa categoria, o locutor institui-se pela intersubjetividade inscrita na língua(gem).

A temporalidade é a categoria de tempo mais versátil da língua à disposição do homem como instrumento de distanciamento do “outro”, alocutário, pois tem a capacidade de mobilizar na língua a instauração do “eu” em relação ao “tu”, para que o ato realize-se. O tempo do discurso é a categoria versátil da língua, pouco estudada por linguistas e que ganha destaque com o percurso empreendido por Benveniste (Barthes, 1984). No testemunho A, o tempo presente, na enunciação escrita, conduz às referências em torno da sociedade indígena para “antes” e o “depois” para a fala e a escrita em língua portuguesa, na sociedade indígena:

A) - Antigamente nossos antepassados **não sabia a língua portuguesa, até hoje poucos falam essa língua**. Mas para minha sorte eu tive um pai que queria que seus filhos apredecem a língua portuguesa, então ele lutou para ter uma escola dentro da aldeia bom todas as lideranças indígenas foram contra diziam que com uma escola perderíamos a nossa cultura, mas meu pai não desistiu pois ele queria que fossemos alguém na vida então em dois mil o governo finalmente autorizou a construção da escola.
(RED 050) (grifos e negritos nossos)

No testemunho **A**, o presente da enunciação é responsável por despojar a realidade psicossomática do locutor e o colocá-lo como sujeito, no ato da enunciação, em relação ao outro. Eis que é no presente, o momento da enunciação, o “aqui” e o “agora”, que o sujeito organiza a transcendência entre o passado e o hoje. Isso ocorre pelas marcas: “Antigamente nosso antepassados **não sabia a língua** portuguesa, até hoje poucos falam essa língua” é

pela e na língua que o sujeito interpreta a respeito dos usos que os homens fazem da língua em sociedade (grifos nossos). As formas linguísticas “antigamente” e “hoje” revelam as experiências vividas pela língua em torno da realidade “não sabia a língua portuguesa [...] poucos falam essa língua [...]”. Os dêiticos temporais cumprem a função de manter o “distanciamento subjetivo” entre o locutor e o alocutário, no caso: “antigamente”; “hoje”; “em dois mil”; “primeiro dia de aula”; “primeira vez”; “um novo período”. Esse distanciamento é necessário para que o sujeito constitua-se ao longo da enunciação em experiências vividas que são distintas das experiências de língua(gem) do “tu”, alocutário.

A temporalidade é recuperável por meio das formas verbais. Os verbos (pretérito imperfeito e o pretérito perfeito) realizam a transferência entre o tempo linguístico próprio do discurso e o tempo da referência interna. O objetivo é falar sobre os acontecimentos no ato de realização: “Mas para minha sorte eu tive um pai que queria que seus filhos apredecem a língua portuguesa [...] lutou”. A referência para o “ele” - “pai”, membro favorável à construção da escola e a aprendizagem da língua portuguesa: “queria que fossemos alguém na vida”. Do outro lado, tem-se a referência para lideranças indígenas pela 3ª p.s., o “ele”, não estão inscritas entre o “eu-tu”, mas representada por também por uma “ausência *representada* no campo da presença”. O “ele”, lideranças, é dada pela referência construída pela linguagem: “diziam que com uma escola perderíamos a nossa cultura”. Essa realidade é específica e única do sujeito, isso o faz inserir-se na sociedade, ou melhor, na cultura. Por isso, é necessário que seja dividida com o “outro”, alocutário, falante materno da língua portuguesa que desconhece, a respeito de acontecimentos simbólicos da sociedade indígena.

O locutor elabora essa estratégia discursiva de aproximação com o alocutário por conta do presente linguístico na enunciação. Esse exemplo de estratégia de aproximação tem marcas na temporalidade, por conta das relações que lembram a fala. O percurso empreendido pelo locutor em relação ao seu alocutário tem respaldo em simbolismos próprios das sociedades ágrafas; é o que permite maior aproximação do sujeito e a sua realidade vivida. (BENVENISTE, 2006, p. 36). Identificamos que o locutor, na enunciação escrita, busca constantemente estabelecer a mesma proximidade da fala com o “outro” (leitor). O testemunho traz essa discussão à tona quando da realização em ato pelo sujeito.

Para Agamben (2006), o testemunho é constituído pelas ausências. A primeira está na lacuna, ou hiato que se inscreve no discurso, por conta da passagem da língua a discurso. A outra ausência está no fato de o testemunho conta com tipos de testemunhas diferentes. O tempo presente é uma dessas lacunas na passagem da língua a discurso, a outra segue pelos

simbolismos construídos por conta da semantização entre os sistemas distintos. Destacamos, assim, os testemunhos em que há a presença do tipo de testemunha *superstes*. Esse tipo de testemunha dá testemunho de si e do outro. O “outro” é aquele que não é diferente de mim, mas que, mesmo que desejasse, não poderia testemunhar.

Em **A**, é possível identificarmos, além da temporalidade, a presença das “verdadeiras testemunhas”, quando o sujeito refere-se aos antepassados, ao pai e às lideranças. Para esse percurso, seguimos pela leitura filosófica de Agamben (2008, p. 43), à luz das ideias benvenistianas, que interpreta a expressão do Primo Levi a respeito de acontecimentos em Auschwitz e dos testemunhos do que não falam: “Falamos nós em lugar deles, por delegação”. Para esse caso, as legítimas testemunhas não podem se pronunciar, então, o locutor é convocado a falar por si e em nome das “verdadeiras testemunhas”. A causa está na ausência ou na não-língua: “[...] nossos antepassados não sabia a língua portuguesa, até hoje poucos falam essa língua.”. Os antepassados são os impossibilitados por causa da não-língua. Quem é então que emerge para dar testemunho do que realmente aconteceu? Eis que emerge do testemunho, por conta dessa ausência. De modo especial, essa testemunha *superstes* reúne a característica fundamental que é a de falar por eles aqueles que são impossibilitados. O “eu” inscrito na e pela linguagem dá testemunho do não-homem, uma vez que se *dessubjetiviza* pelo esvaziamento do indivíduo real para tornar-se sujeito da enunciação. Além disso, a testemunha toma para si a responsabilidade dos fatos testemunhados: “[...] eu tive um pai que queria que seus filhos aprendessem a língua portuguesa [...]”. Assim, o sujeito assume ter vivido o acontecimento, visto que nesse caso, não há neutralidades, porque o “eu” está inscrito na enunciação por meio da subjetividade *na e pela* linguagem.

A referência para o governo, no testemunho, é distinta, porque é “ele” quem determina a construção da escola: “finalmente [o governo] autorizou a construção da escola”. O “finalmente” marca pelo advérbio de modo, a temporalidade inscrita na língua para a questão do impasse em construir, ou não a escola. O advérbio, no testemunho, instaura a subjetividade inscrita na língua(gem), significa o novo período, a língua portuguesa, na sociedade indígena e as referências que surgem a partir dessa outra língua (L2) em sociedade. Esse período traz como referência a construção da escola na aldeia, e a presença da língua portuguesa falada e escrita, na sociedade por meio da instituição oficial, o governo. A realidade do sujeito não é a mesma do “outro” (leitor); mesmo assim, tornam-se compartilháveis por conta da necessidade em comunicar a respeito dos acontecimentos que antecedem a entrada da língua portuguesa

falada e escrita na aldeia. O comunicar, aqui, compreende passar a dividir segredos próprios. No caso, viver os processos institucionais de aquisição da língua.

No jogo comunicativo Redação, o sujeito dá conta de falar por meio da enunciação escrita a respeito de vivência em relação à língua(gem) em sociedade. Com isso, é capaz de significar pela língua. Ele cria referências para a terceira pessoa do singular, o “ele” é mobilizado pelo sujeito quando da linguagem e das interlocuções em sociedade. Para essa situação de ato, Benveniste orienta-nos:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 2006, p. 84) (grifos nossos)

Não há como evitar: a *língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo*. O interessante é que o sujeito mobiliza a língua portuguesa escrita para *referir pelo discurso* ao outro para falar de acontecimentos próprios da experiência vivida pela comunidade indígena com relação à língua materna (L₁) e a entrada da língua portuguesa (L₂), na aldeia, por meio da construção da escola. A referência constitui-se, assim, como *parte integrante da enunciação*. Afinal, o sujeito busca manter o consenso pragmático com o “outro”, reportando-se aos acontecimentos que sejam de interesses comuns da sociedade indígena e da não-indígena. Há nisso a capacidade de cada locutor em colocar-se como em co-locutor relacionando com o que está proposto na Prova de Redação: “O que significou para você aprender a língua portuguesa?”. O sujeito fala de si e pelos outros, testemunhas verdadeiras, do que realmente aconteceu. Isso confere ao sujeito o *status* de testemunha das experiências de linguagem inscritas do uso singular e coletivo.

Além disso, identificamos, nos fragmentos recortados para a análise de testemunhos, a presença do dêitico (pronome possessivo no plural) para “nossos antepassados”, que traz por referência essa disposição do sujeito na enunciação. Benveniste (2006), brilhantemente, inclui a classe dos dêiticos como pertencente ao referente na enunciação. Em “nossos antepassados”, temos o emprego da língua que permite algo novo, por conta do uso do possessivo, no plural. Para Benveniste (1995, p. 257), o fenômeno da pluralização, tanto para a categoria de pessoa quanto para a dêixis não é mera transposição entre o singular e o plural. A pluralização liga-se a presença forte da primeira pessoa do singular “eu” e da junção de objeto distintos “eu + não-

eu” = nós. Defendemos que, ao fazer uso do pronome possessivo no plural “nossos antepassados”, o sujeito, no testemunho 1, concede a ampliação, ou generalização. No entanto, não se restringe só à questão de ampliação em objetos distintos (“eu” + “não-eu”). Há, no emprego do pronome possessivo, no plural, a presença marcante do “eu” na junção com o “não-eu”. Com isso, é possível interpretarmos o emprego por meio da junção: “eu” (meu) (subjeto) + deles (não-subjeto). Essa junção de objetos distintos (eu + não-eu) é por exclusão do “tu” subjeto, tendo em vista que o sujeito recria para “nossos antepassados” a referência de pertencimento à sociedade indígena, algo singular e subjeto, de quem fala, (“eu”) + de quem se fala (“não-eu”), 3ª pessoa do singular, “dele”, não-subjeto. Desse modo, o sujeito, no testemunho, não compartilha com o alocutário a referência para “nossos antepassados”. O mesmo sentido ocorre para a marca do pronome possessivo no plural em: “[...] com uma escola [nós] perderíamos a nossa cultura [...]” – junção de objetos: eu + deles = nossa, temos a questão da generalização do dêitico, pronome possessivo, e o não compartilhamento com o outro, alocutário, da Prova de Redação.

O sujeito do testemunho está mergulhado na cultura, ocupa o seu lugar por compreendê-lo por meio das relações interlocutivas que é a de marcar a distinção social, necessária e complementar. Na língua(guem), têm-se as interdições e elas são responsáveis interpretarem as relações interlocutivas. Algumas dessas ocorrem no sistema. Um exemplo de regra, ou interdição está no fato de que o “eu” é diferente do “tu”, por ser o “cunhado da mulher”. Desse modo, o não-índio para o índio é compreendido como aquele socialmente distinto de mim, mas necessário para a minha própria constituição de “índio”. Há, nesse simbolismo cultural dos povos ameríndios, a aliança pragmática que prevê o reencontro dos diferentes, mas complementares, por conta que isso desloca o desequilíbrio perpétuo do mundo e adia o seu fim. (CASTRO, 2000, [s.d.]

Para a questão do emprego na primeira pessoa do plural, em: “[nós] fossemos alguém na vida”. O “eu” não é multiplicado em muito “eus”, no testemunho, mas sim ampliado, segundo Benveniste. No testemunho, isso ocorre tendo em vista a questão de “eu” + “eles indígenas” = nós, não inclui nesse caso dois objetos subjetivos, por exemplo, “eu + não-eu (tu, ou vós), pois não diz respeito à interlocução cuja correlação é de pessoalidade. Isso somente pode ser construído na enunciação e diz respeito à capacidade de humana, em simbolizar a respeito da inclusão, ou exclusão, a determinado grupo social. No caso, o “nós” distancia-se do “tu”, porque o “nós” (eu + eles) é distinto, visto que pertencem à comunidade indígena. É por meio das relações interlocutivas entre o “eu-tu” e pela relação eu-tu/ele que se

pode dar conta dos simbolismos vividos em sociedade. Há nessas relações as marcas identitárias de pertencimento à cultura dos povos ameríndios, necessárias para as distinções de não pertencimento aos não-indígenas. Em outros momentos, essas marcas desaparecem, isso ocorre quando da necessidade do “eu” em igualar como o “tu”, por questões de uso da língua portuguesa, um exemplo que evidencia essa estratégia está em: “eu amo a língua portuguesa”.

Resumindo, o sujeito ao mobilizar a língua coloca em funcionamento o próprio ato, as escolhas e as condições necessárias para a realização. A pluralização é algo singular na língua, tendo em vista as interdições próprias do sistema e das relações entre os alocutário na enunciação escrita. E a temporalidade é um dos recursos utilizados na língua à disposição quando da passagem da língua a discurso.

3.1.3 – A subjetividade na linguagem recria diferentes realidades interlocutivas entre o “eu e o tu” em jogo a referência para o “ele”: a língua(gem) é mediadora do homem e da cultura

Para esse item, interpretamos aspectos da subjetividade na linguagem responsáveis por recriar diferentes realidades interlocutivas, as quais direcionam a língua(gem) e sua função mediadora entre o homem e a cultura. Leiamos os recortes que compõem o testemunho B:

B) No primeiro dia de aula chegou um professor chamado Mario ele era estranho para nós tínhamos medo dele mas o cacique Juarez sabia falar muito bem a língua portuguesa então ele nos explicou que o professor iria nos ensinar a falar outras língua, ele nos ensinou a sermos educados e como falar o português corretamente.

Digamos que o português era fascinante para nós principalmente para mim, porque eu não queria estudar e muito menos falar outra língua.

B1) E o que eu mais me fascinava era o som das palavras e jeito de dizer e como separar as palavras sílabas por sílabas, graças a essa língua eu sei dizer bom dia, boa tarde e boa noite, mas o que mais marcou para mim foi o dia em que sai da aldeia pela primeira vez, para ir à cidade, entrar numa loja comprar e pagar e não ser enganada disse muito obrigada, isso foi emocionante para mim já que era a primeira vez que fui a uma cidade e fiquei feliz com isso.

Para Benveniste (1970, p. 101), não há outra forma mais propícia para que o homem possa falar de si a outro homem, se não for pela língua, é por meio dela que se tem: “[...] a *emanação irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo*”. Em **B**, temos a *emanação irreduzível do eu mais profundo* que é apresentado pelo sujeito quando das experiências de linguagem “*primeiro dia de aula*” instaurada *na e pela* enunciação. O “ele” é compreendido

como uma língua de acesso à outra língua (L₂). Isso significa compreender o “ele” pela leitura de um dos herdeiros de Benveniste, Dufour (2000), para quem o “ele” é compreendido pela “*ausência re-presentada* no campo da presença”. Isso não só reafirma que a 3ª p.s. integra o esquema trinitário a ponto de tornar-se a *metalinguagem* como faz surgir dois tipos de emprego para o “ele”, presentificado, ou pela *ausência re-presentada*.

Orientamo-nos, pois, em princípios enunciativos de Benveniste (1995) e nas leituras de Castro (2011). Desse modo, interpretarmos que o testemunho B₁ oportuniza questões muito específicas para a 3ª pessoa do singular. Isso se dá por vestígios oriundos dos processos de interlocução entre quem fala e quem ouve, quanto dos simbolismos subjetivos do “eu” para a cultura (BENVENISTE, 1995, p.83). O direcionamento dado pelo linguista francês está no fato de que na alocação o “eu” fala de si por meio da linguagem. Cumpre, assim, na palavra a historicização, seja essa “incompleta e falsa”. O importante é que o vestígio acontece por conta da regra, quase geral, de que o processo de interlocução para os povos ameríndios, entre seres é, na maioria das vezes, perigoso, ou seja, é interpretado como algo que inspire perigo sentimentos de insegurança, ou mesmo, dúvidas em relação à representação do outro que fala ao “eu”.

No testemunho **B**, a terceira pessoa do singular, “ele”, professor, é simbolizado pela relação de medo e desconfiança: “[...] chegou um professor chamado Mario ele era estranho para nós tínhamos medo [...]”. O diálogo é marcado por desconfianças. Castro (2011, p. 397) é quem descreve a respeito desse perigo latente instaurado pelas aparências e, elas são mais comuns do que se imagina, principalmente, entre humanos. Acreditamos que as escolhas realizadas pelo sujeito por meio da apropriação da língua: “nós tínhamos medo dele” – primeira pessoa do plural, indique a presença marcante do “eu” que amplia pela junção de objetos, “eu + não-eu (eles/não subjetivo). Reafirmando por meio da língua o medo das relações interlocutivas como algo recorrente na alocação.

A reversibilidade entre as pessoas no simbolismo é sempre motivo de grave desconfiança. Na maioria das vezes, é preciso convocar a presença do “ele”, não-pessoa do discurso ou a pessoa presentificada pela relação de poder. O “ele”, na cultura dos povos ameríndios, é ocupado pelo papel do xamã, ou outra figura detém poderes capazes de dialogar com seres oriundos de diferentes lugares. Este é quem salva o “eu” enfeitiçado, porque é o único que tem o conhecimento necessário para transitar entre mundos distintos fazendo acordos e resgatando o “eu”, enfeitiçado pelo “tu”, por meio do uso da palavra. Esse vestígio, inscrito na capacidade de simbolizar pela língua, é recuperado no testemunho das experiências

de língua(gem). Na escola, por exemplo, quem cumpre esse papel de mediador entre o aluno e o professor, em alguns momentos, é o cacique de quem se tem a seguinte referência: “[...] mas o cacique Juarez sabia falar muito bem a língua portuguesa então ele nos explicou [falou na língua materna sobre a importância do professor e do ensino de L2, língua portuguesa] que o professor iria nos ensinar a falar outras línguas”. A *ausência re-presentada* para a terceira pessoa “ele”/cacique é fundamental para amenizar a situação de desconfiança entre relação “eu” aluno e o “tu” (professor não-indígena) na enunciação falada. O cacique, a exemplo do xamã, no testemunho tem poderes, porque domina a língua materna (L1) e a língua portuguesa (L2). Por isso, o “ele”, 3ª pessoa do singular, no testemunho, é quem colabora com o coletivo quando salva em situações de perigo, porque transita entre dois mundos, salvando, ou resgatando ao fazer uso de língua(s). A língua, nesse caso, é mais do que instrumento é forma de significação no processo de interlocução, detém os simbolismos próprios do sujeito na cultura.

Outras realidades são referenciadas pelo sujeito para o professor, 3ª p.s. Elas estão relacionadas às realidades da prática do professor em sala de aula: “bons modos” e a “[falar] o português corretamente”. Isso denuncia o fato de que a aprendizagem em sala de aula tem um peso maior em regras e normas da aquisição do semiótico da enunciação escrita da língua. Para o locutor, a aquisição da língua portuguesa, oportuniza revelar o simbolismo que é constituído de vivências historicizadas entre o locutor e o alocutário em dois momentos: a sala de aula e o ambiente externo, fora da sala de aula, por conta do ato de enunciar em sociedade, de modo particular, inclui a passagem da fala a escrita.

A alocação é intermediada pela presença da 3ª p.s. “ele”, em casos, especiais, alguém que possa transitar entre dois mundos, no testemunho B1, o cacique. Como consequência o “eu” está em alerta aos processos de interlocução com o “tu”, principalmente, quando do uso da língua portuguesa, no caso, porque ela é a “outra língua”. Na enunciação, tem-se o uso de categorias pronominais que se alternam entre o “nós”, ampliado e coletivo, e o “eu”, individual e singular: “Digamos que o português era fascinante para nós principalmente para mim, porque eu não queria estudar e muito menos falar outra língua.”. A alternância, entre o uso da 1ª p.p, nós, e a 1ª p.s., “eu”, revela a dialética da subjetividade *na e pela* linguagem, visto que o sujeito que dá testemunho do não-homem quando instaura o “outro”. Ao fazer isso, mobiliza no ato, o emprego da língua, e compartilha os sentidos com o “outro” (alocutário), por conta da realidade distinta da aprendizagem da língua portuguesa, em sala de

aula. Marcada pelas primeiras experiências de aquisição que está na negação da língua do outro, centrada na escrita.

As simbolizações realizadas pelo locutor em língua materna são mais fortes e causam a recusa da aprendizagem da L2, ou seja, o não-desejo em aprender a língua portuguesa. Outro aspecto importante está na oscilação entre a necessidade de adquirir a língua portuguesa e o fato de rejeitá-la por receio em perder-se. Para essa situação, tem-se a interpretação de que se possa deixar de ser quem se é, no caso, índio, ou esquecer a língua materna a ponto de não mais conseguir transitar entre os dois mundos. O índio não será mais índio, mas também não será não-índio.

Reportarmo-nos, assim, ao testemunho **A**, quando o locutor caracteriza os “antepassados” como testemunhas da língua materna que não aderem à língua portuguesa. A simbolização dos povos ameríndios aponta para essa questão, como sendo algo singular, até mesmo previsto como alerta. A negativa dos antepassados em não falar a língua portuguesa, não acontece pela incapacidade de aprendizagem de L2, mas porque eles mantinham-se como verdadeiras testemunhas. Acreditavam que a língua do não-índio os conduziria a outro mundo, quando do “engano”. Por isso, os antepassados temiam, em alguns casos, não serem mais capazes de voltarem ao mesmo corpo, por não dominarem os sistemas, com isso os lugares linguísticos. Eis que outro simbolismo emerge nos testemunhos de experiência de língua(gem), diz respeito ao fato de que os antepassados ao se manterem como fiéis representantes da língua materna, ou L1, no passado, tenham encontrado a estratégia mais eficaz para a preservação, por meio da língua materna. Aspecto esse enunciativo possível para o percurso de mediação entre a forma e o sentido *pela e na* língua, necessária para manter a identidade e a cultura própria dos povos ameríndios. E num segundo caso, em adquirir a outra língua, no caso, a língua portuguesa.

A representação simbólica do “medo”, ou da “desconfiança” de perde é algo importante para a construção da significação na língua, isso marca as diferenças e inclui as especificidade inerentes às experiências de língua(gem), em sociedade. Os simbolismos para as desconfianças nos processo interlocutivos entre as categorias de pessoa são transportados para o ambiente de sala de aula, tendo em vista as representações construídas pela interpretação que o sujeito faz de si e do outro. Essas representações são transportadas para o jogo comunicativo da sala de aula e em demais situações fora da sala, quando dos processos de aquisição da L2, língua portuguesa.

A função mediadora da língua(gem), em L₂, é capaz de propor pelo *emprego em ação* da língua, não só o funcionamento da língua, ou do aparelho, mas por considerar a criação da significação própria e singular, na enunciação escrita, em língua portuguesa, necessária aos dois planos previstos. Em Benveniste (2006, p. 90), a enunciação escrita é compreendida pelo seguinte fundamento: “[...] o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.”. Nessa passagem, encontramos a dimensão na qual se dá o ato de realização da passagem da língua a discurso. Nesse ato, o sujeito não só se instaura, mas se constitui. O sujeito faz ecoar outras vozes, enunciações de outros indivíduos que falam quando da sua enunciação escrita. Para o locutor, isso é traduzido pela complexidade que implica pensar na língua materna, considerando que as primeiras simbolizações são construídas ocorrem em L₁ e na cultura, num segundo ato de passagem, aqui, incluímos o fenômeno da semantização, ou seja, para que o sujeito possa enunciar é preciso que o faça pelo ato da escrita. Para essa situação, o locutor apropria-se de outra língua, no caso, a L₂ e é com essa língua que o sujeito emerge ao semantizar. Não se pode passar de um sistema a outro, visto que não há entre língua a tradução entre semióticos distintos. A função mediadora da língua portuguesa está em semantizar a respeito das simbolizações que ocorrem em L₁.

3.1.4 – A (inter)subjetividade cria para a língua portuguesa referências por conta da intransponibilidade do semiótico e a semantização do semântico

A língua é o único sistema que interpreta a si mesmo, por conta desse fundamento enunciativo tem-se a possibilidade real de língua. O sujeito dá testemunho de experiências de língua(gem) recriando, para isso, referências para o semiótico e o semântico da língua portuguesa decorrente da apropriação da língua. Para isso, o sujeito reporta-se a dois momentos de apropriação da língua:

B1) E o que eu mais me fascinava era o som das das palavras e jeito de dizer e como separar as palavras sílabas por sílabas, graças a essa língua eu sei dizer bom dia, boa tarde e boa noite, mas o que mais marcou para mim foi o dia em que **sai da aldeia pela primeira vez, para ir à cidade, entrar numa loja comprar e pagar e não ser enganada** **dize muito obrigada, isso foi emocionante para mim** já que era a primeira vez que fui a uma cidade e fiquei feliz com isso. (grifos e negritos nossos)

O espaço da sala de aula é mobilizado para o processo de aquisição. Não é o único dos espaços, mas é um dos mais importantes, tendo em vista as relações de apropriação do semiótico e do semiótico da língua. Nesse espaço institucionalizado de aquisição da língua,

tem-se a aquisição da enunciação escrita pela sociedade. No testemunho **B1**, o sujeito marca-se pelo uso da primeira pessoa “eu” e assim dá testemunho daquilo que viveu tanto em sala de aula quanto fora da sala de aula. A circunstância enunciativa de sala de aula proporciona situações de aprendizagem da língua portuguesa, por meio da enunciação falada e da enunciação escrita do sistema. Para os povos ameríndios, essa *in-fância* é marcada pela enunciação falada com a distinção entre os fonemas, e mesmo, na percepção de diferentes entonações comuns quando da aquisição de outra língua pelo homem. Há, ainda, a apropriação do semiótico e a constituição do semântico da enunciação escrita, algo muito singular é a apropriação da escrita para o locutor. A enunciação falada e a escrita aliam-se às questões do ser pela linguagem e a inserção na cultura do outro.

Em sala de aula, as referências para a língua portuguesa são construídas em torno da relação entre o locutor indígena e professor não-indígena. Desse modo, as relações complementares entre o “eu-tu” estabelecem para o “ele”, língua, as normas e regras para a passagem da enunciação falada e escrita, em língua portuguesa: “[...] E o que mais me fascinava era o som das palavras e jeito de dizer e como separar as palavras sílabas por sílabas, graças a essa língua [língua portuguesa] eu sei dizer bom dia, boa tarde e boa noite [...]”. Além disso, segue pela aquisição de frases embrionárias, *eu sei dizer bom dia, boa tarde e boa noite*. A aprendizagem dessas frases está relacionada à situação de *funcionamento semântico* algo muito específico para o locutor iniciante e aprendiz de L2:

[...] mas o que mais marcou para mim foi o dia em que sai da aldeia pela primeira vez, para ir à cidade, entrar numa loja comprar e pagar e não ser enganada diz muito obrigada, isso foi emocionante para mim já que era a primeira vez que fui a uma cidade e fiquei feliz com isso.

A apropriação do sistema por meio de frases embrionárias abre caminho para que o locutor coloque em ação a língua viva, ou seja, lance-se às experiências de ato pela apropriação da língua(gem) fora de sala de aula. Lembramo-nos que essas vivências da língua viva em sociedade pelo sujeito concomitante ao processo de aquisição do sistema. Assim, o locutor experimenta fora da sala de aula à significação, por conta das interlocuções com o outro que é falante da língua portuguesa: “[...] mas o que mais marcou para mim foi o dia em que sai da aldeia pela primeira vez, para ir à cidade, entrar numa loja comprar e pagar e não ser enganada diz muito obrigada, isso foi muito emocionante”. O ato, fora da sala de aula, para o locutor, acontece numa circunstância distinta, na massa de falantes da língua portuguesa, local, onde o sujeito faz uso do ato singular e individual da língua(gem). Nesse

exercício da língua viva pelo sujeito, dá-se outro tipo de *in-fância* que é passagem da língua a discurso, na cultura do outro.

As duas situações enunciativas estão juntas: sala de aula e comunidade e, assim, atuam de forma distinta na apropriação da língua. No ato individual e singular do sujeito em apropriar-se da língua, proporcionam-se dois valores imprescindíveis por conta da língua(gem). Esses valores estão intrinsecamente ligados, não só porque são capazes de constituir o próprio homem na língua, mas porque interpretam a sociedade. O primeiro valor é o de *situar o homem* e o segundo de *incluir-lo* na sociedade *pela* e *na* linguagem. (BENVENISTE, 2006). No caso específico dos povos ameríndios, o situar e o incluir-se estão *na* e *pela* língua(gem) e cultura do outro. As diversas situações comunicativas estão juntas, sala de aula e comunidade. O locutor logo tem consciência de que elas atuam de forma distinta na apropriação da língua e percebe as distinções quando compreende que em sala as regras e normas são direcionadas à escrita da língua. Ao prever o uso correto da língua, o locutor cuida para que isso ocorra quando da realização da língua no jogo entre o locutor e o alocutário, por conta de alcances da inclusão em sociedade. A passagem da língua a discurso constrói como referência para a 3ª pessoa do singular, a língua portuguesa, o ser sujeito na sociedade do outro por conta da língua. É pela enunciação, então, que o sujeito se constitui por conta da apropriação do sistema como um todo, não mais por mera oposição entre o semiótico e o semântico da língua, mas por complementariedade de sentido que o faz adquirir a língua como forma de circular em lugares, ser reconhecido quando está fazendo uso, no caso, a língua portuguesa, isso passa a ser compreendido como um disfarce, ou “roupa”, necessária, para entrar na sociedade e de realizar aproximações com o alocutário.

No testemunho **B₁**, há o *ponto de referência* responsável não só por situar objetos, mas, principalmente, incluir o locutor na enunciação. Identificamos, no testemunho, algo muito singular dos povos ameríndios: “[...] sair da aldeia [...] ir para a cidade [...]”. Aqui, compreendemos primeiro que em todos os testemunhos tem-se na enunciação em que o “eu” situa-se organizando aquele o “eu” que fala para ocupar o centro da referência. Para esse momento do ato, o “eu” instaura o outro, com quem se fala. Isso é o que explica-nos Benveniste (2006, p. 84): “[...] o locutor se apropria do aparelho formal da língua, e, ao mesmo tempo, marca o seu lugar na enunciação por meio da subjetividade.” (grifos nossos). Compreendemos, também nessa passagem, o movimento que defende Barboza (2013, 138) quando identifica em dois momentos a questão da categoria espacial: o *espaço DA enunciação* e o *espaço DE enunciação*. Desse modo, no testemunho **B₁**, o *espaço DA*

enunciação dá-se por conta da subjetividade *na* e *pela* língua(gem). Além disso, incluímos algo decorrente dessa singularidade na subjetividade da linguagem, cujas origens revelam, na maioria das vezes, as relações interlocutivas entre o eu-tu, nem sempre confortáveis, ou mesmo, desejadas pelo “eu”. Elas trazem por referência o simbolismo entre a “aldeia” e a “cidade” que para o locutor não se tem como evitá-las, uma vez que são quase sempre necessárias para a constituição do “eu”.

As discussões em torno da espacialidade na enunciação contribuem para a delimitação do *espaço DE enunciação* posto que, primeiro, funda a enunciação descrito por Barboza (2013). Acrescentamos a noção de espaço tenha marcas *na* e *pela* passagem de língua a discurso. E das relações de distanciamento constitutiva do “eu” e do “tu”, em outros casos, que buscam em certos momentos o distanciamento imprescindível, e em outros, as aproximações decorrente da enunciação falada. Esta última, compreendida como estratégia para a enunciação escrita, em testemunhos de experiências de língua(gem) do sujeito.

Essas aproximações interlocutivas entre o locutor e o alocutário, no testemunho, ocorrem por causa da apropriação da língua portuguesa quando das relações interlocutivas e culturais: “[...] foi o dia em que [eu] sai da aldeia pela primeira vez, para ir à cidade [...] a primeira vez que fui a uma cidade e fiquei feliz com isso. Identificamos na enunciação escrita certa ênfase ao momento dessa passagem de língua a discurso: [...] fiquei feliz com isso [...]”, essa marca subjetiva traz à tona a vivência real de uso da língua em sociedade “um novo período” de construção do sentido, algo que transforma o locutor em sujeito. Não há como separar as discussões de natureza espaço-temporais. Tem-se no testemunho a estratégia intersubjetiva de aproximação do interlocutor. Interpretamo-las com sendo mais do que meros deslocamentos entre espaços geográficos (aldeia/cidade/entrar na loja), significa dominar línguas, no caso, a L2: “[...] entrar num loja comprar e pagar e não ser enganada dize muito obrigada, isso foi emocionante para mim [...]”. A referência é construída pelo sujeito na enunciação ao apropriar-se da língua(gem) e com ela realizar ações específicas de outra sociedade, no caso, comprar, pagar e, ainda, praticar o ato de “agradecer”, na língua portuguesa para finalizar as ações, tudo isso, inclui o sujeito no mundo. Há, nesse caso, a interpretância em relação a semantização para a questão de “não ser enganada dize muito obrigada”. A significação construída para as relações em sociedade passam pela semantização das ações em torno da compreensão do “não ser enganada dize muito obrigada”. O locutor experiencia as relações semânticas e o uso efetivo da língua na cultura.

É possível, além disso, identificarmos os sentidos construídos, no testemunho **B₁**, para a língua portuguesa (L₂). Esses são despertados pelo locutor, por meio das experiências de linguagem vividas fora da sala de aula pelo sujeito: “[...] isso foi emocionante para mim [...] e fiquei muito feliz”. Trata-se de mais uma estratégia discursiva do locutor em valorizar a língua do outro, por conta da apropriação da língua portuguesa falada pelo interlocutor. A estratégia elaborada pelo locutor dá-se pela interpretância que este faz do valor da língua portuguesa e das regras em relação a uso do sistema. Por conta dos simbolismos em sociedade, a língua portuguesa, para os povos ameríndios, é considerada como sendo uma língua de acesso à cultura do outro: “[...] o que mais marcou para mim foi [...] dize obrigada [...] foi emocionante [...] fiquei muito feliz com isso”. Há, nisso, a apropriação da língua e do poder que a língua representa para o locutor na comunidade de falantes, isso lhe garante transitar entre pontos de vistas, ou mundos distintos. Novamente, o disfarce para que o locutor utiliza ao apropriar-se de L₂ para ser reconhecido pelo outro por conta da língua.

Assim, o sujeito ao apropriar-se da língua, busca ser reconhecido como alguém semelhante ao alocutário que fala e demonstra ações centradas em regras e normas da cultura do outro, isso é a representação de um disfarce necessário à inclusão. Mesmo nesse disfarce, entretanto, a língua revela marcas subjetivas que denunciam na enunciação escrita a sobrevivência e a resistência identitária do “eu”, na língua: “[...] dize muito obrigada”. Os “erros” de ortografia na enunciação escrita denunciam a manutenção da subjetividade *na e pela* língua(gem) quando da passagem da L₁ a L₂ na escrita. Enfim, são vestígios de uma singularidade da subjetividade do “eu” na enunciação escrita, próprias das relações pragmáticas entre o locutor e o interlocutor que divergem do jogo interlocutivo exigido para a realização da Prova de Redação 2012/UFRGS, uso do padrão culto da língua portuguesa. Recorremos aos princípios de Benveniste, no estudo de 1956:

A língua fornece o instrumento do discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal. A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. (BENVENISTE, 1995, p. 84)

A passagem fundamenta o conceito de linguagem conduzindo-nos à dimensão de que o sujeito ao fazer uso da língua converte-a *expressão da subjetividade*. Por isso, a língua é o instrumento, no qual o homem é capaz de libertar e criar, ao mesmo tempo, com vistas a

atingir literalmente o outro. A língua é o que faz o homem constituir como sujeito, e ao mesmo, tempo ser reconhecido *na* e *pela* sociedade, porque a estrutura do sistema é socializada. Por ser socializada, tem-se, ainda, a capacidade de uso individual e singular, nesse caso, a língua torna-se discurso.

O testemunho **B₁** produz o ato da *mensagem*, ou melhor, em ser o *instrumento de ação*. Comunica a respeito dos acontecimentos. Ao analista, não interessa só o conteúdo, mas as rupturas decorrentes da representação que o sujeito faz e de simbolismo que estão no inconsciente do sujeito. Essas não aparentes, mas presentes por conta das regras e normas passam a compor uma sintaxe própria e singular. Cabe ao analista trazê-las à tona na leitura que realiza da palavra. Leiamos o testemunho **C**:

C) Enfim, a língua portuguesa me proporcionou um novo período, **hoje essa língua significa muito para mim pois com ela aprendi a não roubar, não enganar as pessoas a ser honesta e o melhor de tudo ser alguém na vida mesmo sendo índia e ajudar as pessoas é por esta e por outras coisas que eu amo a língua portuguesa.**

A referência para a língua portuguesa é a de que ela proporciona “um novo período” com significados que são específicos da cultura do outro. O locutor usa o advérbio “enfim” para marcar o resumo das experiências de aquisição da língua portuguesa, em torno da questão de que a língua modificou a vida: “aprendi a não roubar, não enganar as pessoas a ser honesta”. O sujeito associa à língua do outro, língua portuguesa, o fato de que se pode transformar o ser = homem. É *na* e *pela* apropriação da língua por conta do ato singular de uso dessa língua em sociedade “significa muito para mim”. O sujeito elabora os sentidos para as ações como “roubar” e “enganar”. Isso implica conhecer as regras comerciais praticadas pela sociedade do outro e os processos de interlocução, principalmente, quando se tem a compreensão por meio da relação forma/sentido que estão nas palavras em língua portuguesa, “comprar, pagar”, que são distintas para “roubar”, ou mesmo, “enganar”.

No testemunho **C**, a língua é a referência responsável pela transformação: “ser alguém na vida mesmo sendo índia e ajudar as pessoas”. Isso se dá pela capacidade transformacional em transitar entre mundos distintos (sociedade não-indígena e sociedade indígena): “ser alguém na vida sendo índia”. As marcas subjetivas na enunciação escrita em língua portuguesa apontam para a capacidade do sujeito em assumir *diferentes pontos de vistas* com o mesmo corpo “sendo índia e ajudar as pessoas”. Nessa passagem, encontramos a semantização vinculada à norma, ou regra, em simbolizar em L₁ a respeito da capacidade

interlocutiva própria de xamãs, ou de outros seres que trocam de “roupas”, ou “peles” para transitar entre mundos. É o que de certo modo permite a *metamorfose* do sujeito, quando da entrada no mundo do outro que é diferente do “eu”, pelo uso que se faz de línguas. Identificamos, nessa questão de constituição identitária do “eu”, a necessidade em “ajudar as pessoas”, ou seja, o coletivo. A simbolização do “ajudar as pessoas” traz como referências o manter a língua, a cultura das sociedades, ou mesmo, em criar condições de sobrevivência e resistência, algo próximo das comunidades indígenas, que se liga diretamente ao fato de apropriar-se da língua portuguesa para inserir mais membros na sociedade. Resumindo, os fenômenos semânticos inscritos em princípios da enunciação proposta por Benveniste são responsáveis pela significação nos testemunhos de experiências de língua(gem). Há na apropriação da língua pelos sujeitos, os clamores antigos guardados que surgem e se instauram, à medida que, a enunciação escrita dá testemunhos dos impossibilitados e silenciados pelo tempo. Lembrando, o semiótico entre sistemas distintos é intransponível, o sujeito dedica-se ao esforço da semantização pela apropriação da língua(gem) para significar, atendendo às exigências prevista para o processo de seleção – Vestibular da UFRGS para estudantes indígenas e instaurando-se como sujeito por conta da enunciação escrita. Desse modo, o locutor busca cumprir o que está proposto no enunciado da Prova de Redação.

3.2 – Os lugares ocupados pelo sujeito nos testemunhos de experiências de língua(gem)

Os lugares ocupados pelo sujeito em testemunhos de experiências de língua(gem) carregam especificidades reconhecidas na leitura da enunciação escrita por conta da interpretância que está *na* e *pela* língua(gem). Orientamo-nos para essa discussão em Benveniste (1965/2006, p. p.69-70) por conta da questão de que o *ponto de referência* é o “eu”, ou seja, o centro é o sujeito da enunciação. Reportamo-nos, assim, para as relações interlocutivas produzidas em sala de aula, e em sociedade, porque a partir de tais vivências da língua viva é que o sujeito mobiliza *na* e *pela* língua(gem) relações interlocutivas. Essas direcionam para as discussões que se voltam aos lugares ocupados pelo “eu”, uma vez que tais experiências de língua(gem) são simbolizadas a partir da alocação em sociedade. Inserimos a essa reflexão de lugar ocupado pelo sujeito à questão do *estado político do sujeito na enunciação escrita*. Acreditamos na constituição do “eu” que se dá pela relação necessária com o “tu”, descrita por Benveniste, não como uma mera oposição, mas sim como princípio enunciativo fundante, na interlocução, graças à complementariedade entre as pessoas distintas na enunciação.

O *estado político* implica a passagem da língua a discurso, bem com as escolhas empreendidas pelo sujeito quando da significação na e pela língua(gem). Há na díade (eu-tu) a relação que faz surgir a 3ª p.s. o “ele” marcado pelas representações culturais, no caso dos testemunhos de experiências de língua(gem) dos povos ameríndios, assume diferentes representações. O lugar ocupado pelo sujeito para essa relação (eu-tu) é de quem busca na comunicação compartilhar com o “tu” (não-índio) acontecimentos que dizem respeito às experiências de língua(gem) quando da apropriação da língua portuguesa, L2. Para essa mobilização, identificamos que o sujeito assume o papel de testemunha *superste* porque fala, na enunciação escrita, em língua portuguesa, por si e pela “verdadeira testemunha”, no caso, o “outro” que, no passado, só falava a L1. O impossibilitado é o representante da língua e da cultura, ou seja, “o antepassado”. Para essa situação enunciativa, o lugar de testemunha é fundamental na enunciação, considerando que o sujeito é o que sobrevive aos fatos e dá testemunho de si e dos outros. Por isso, é quem se desloca sempre como sujeito na instância do discurso.

A temporalidade na língua(gem) conduz à (inter)subjetividade *na e pela* língua(gem). O tempo presente faz com que o sujeito ocupe lugares em torno de situações no jogo enunciativo. As marcas temporais do presente são responsáveis por revelarem algo que não se mostra nas aparências: a) a temporalidade é responsável por estabelecer a distância entre o locutor e o alocutário, para que assim o “eu” constitua no “aqui” e no “agora” do ato individual e único de enunciar. O distanciamento é subjetivo e necessário para que o “eu” dê o testemunho dos fatos; b) a outra temporalidade, muito específica de locutores, está na língua, ela promove de certa forma o fenômeno enunciativo que causa na enunciação escrita a manutenção da fala. Resumindo, o tempo presente linguístico, regata aspectos da fala para a enunciação escrita.

Para fundamentar tal reflexão a respeito dessa questão que o tempo presente carrega características enunciativas capazes de empreender aproximações comuns entre as categorias de pessoa, dado o simbolismo inscrito na língua. A causa está nos simbolismos construídos a partir de práticas comunicativas do locutor, que são as historicizadas. Para essa questão, Benveniste, no período de 1967 a 1969, dedicou-se nas *últimas lições* aos questionamentos, em torno da passagem da fala a escrita, como sendo algo relacionado à *abstração de alto grau*. É claro que o linguista francês não discute a *abstração de algo grau* na perspectiva do tempo presente, nem muito menos associou às línguas ágrafas, mas sim, à significância da língua quando da passagem da fala a escrita. Nesse momento de discussão, a respeito do lugar

ocupado pelo sujeito, defendemos que há no tempo presente algo muito singular que direciona o olhar do linguista a passagem, tendo em vista que o locutor percebe os simbolismos possíveis pelo uso que faz da palavra. Acreditamos, na esteira das interpretações de Kristeva (2014, p. 43-44), que isso muito tem a contribuir às leituras dos testemunhos dos povos ameríndios. A justificativa está na apropriação pelo sujeito na enunciação, visto que há na subjetividade na linguagem a questão dos lugares de passagem do semiótico ao semântico, na enunciação escrita. Acreditamos tratar-se de fenômenos enunciativos heterogêneos, pois se tem a presença de traços linguísticos da fala de L₁, na enunciação escrita, em língua portuguesa, L₂. Identificamos como vestígios mesmo para os casos em que o locutor tenha adquirido só a língua portuguesa.

Os simbolismos são próprios do homem na língua. Reafirmamos assim, o viés antropológico da enunciação. Para os povos ameríndios, há maior constância dada à questão dos simbolismos manterem-se na oralidade, uma vez que a maioria das línguas indígenas é ágrafa. Portanto, a língua aprendida na infância carrega ecos dessa língua e dessa cultura adquirida em sociedade, elas são responsáveis por instaurarem lugares de identificação da língua e da cultura, heranças do passado. Os vestígios na fala e na escrita do sujeito são marcas constitutivas de subjetividade *na* e *pela* língua(gem). Não há como evitá-las, ou mesmo negá-las, elas se instauram na enunciação, seja ela falada ou escrita, posto que a existência do *homem no mundo*. São exercícios do locutor ao manejar a língua viva, ou melhor, abstrações em prol da significação.

Constamos a instauração do lugar pelo sujeito que se *situa* e se *inclui na* e *pela* língua(gem) quando da passagem do semiótico ao semântico. O sujeito elabora para a referência para a 3^a p.s, a língua portuguesa, uma língua de acesso para circular na sociedade do não-índio e na sociedade indígena, pois em muitos casos não há distinções entre uma sociedade e a outra. O movimento empreendido da apropriação do aparelho formal da língua pelo sujeito é capaz de suscitar duas outras situações, por meio da enunciação escrita: a de resistência e de poder língua(guem). A primeira segue pela questão da subjetividade cuja singularidade instaura-se por meio as relações interlocutivas entre o locutor e o alocutário, no jogo comunicativo da Prova de Redação. A língua atua como mediadora, uma vez que revela a resistência do locutor ao mobilizar as marcas constitutivas do sujeito na língua escrita. Ainda sobre essa questão e avançando para a relação de que o sujeito passa a ocupar o lugar de poder, tem-se a interpretância da língua no seio da sociedade. Recorremos, pois, a Benveniste, no estudo de 1968/1970. A passagem, abaixo, revela o princípio enunciativo que

trata da questão do *poder coesivo* de uma sociedade em torno da língua. Estabelecemos analogias, a respeito da especificidade presente em testemunhos de experiência de língua(gem) dos povos ameríndios:

[...] Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina um poder coesivo que faz uma comunidade um agregado de indivíduos e que cria a própria possibilidade de produção e subsistência coletiva. Este poder é apenas a língua. É porque a língua representa uma permanência no seio da sociedade que muda, uma constância que interliga as atividades sempre diversificadas. Ela é uma identidade em meio às diversidades individuais. (BENVENISTE, 2006, p. 97)

Pautamo-nos nessa passagem de Benveniste para a questão do uso da língua portuguesa para os povos ameríndios, principalmente, para a questão do lugar ocupado pelo sujeito quando da criação e elaboração de uma *produção e subsistência coletiva* na diversidade da enunciação, nesse caso, seja ela falada, ou escrita. Defendemos que está *na* e *pela* língua, a questão de uma segunda forma de ocupação pelo sujeito. A apropriação da língua é responsável pela identidade do sujeito, nas diversidades individuais, por conta do poder em simbolizar por meio dela. Assim, as marcas subjetivas do sujeito, na enunciação escrita de testemunhos das experiências de língua(gem), são específicas da língua e da cultura do povo ameríndio. Encontramos, em afirmações do linguista francês, a amplitude desse poder que está na língua por conta que o sistema duplo, cuja origem é paradoxal, “[...] ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Essa dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Assim, detectamos, após as análises, que está na língua o algo que é próprio do indivíduo em suas singularidades, e ao mesmo tempo, diz respeito ao coletivo dos povos ameríndios.

A enunciação escrita dos povos ameríndios aponta para um modo distinto de escritura por conta do lugar de fala ocupado pelo sujeito ao fazer uso do *emprego da língua* e do funcionamento de mecanismos da enunciação advindos da passagem do semiótico ao semântico. Essa hipótese inicial, da tese, é confirmada ao final do percurso da tese, visto que se tem, na realização do ato, a manutenção de marcas da L₁ em L₂, aliadas aos processos de adaptação e simbolização que permitem ao sujeito transitar entre dois mundos, ou sistemas, lugares distintos, criando e produzindo significações por conta da(s) língua(s) na prática comunicativa em que *o homem é sede*. Amparamo-nos nas discussões benvenistianas de que a “escrita é uma fala transferida”. Essa ideia de Benveniste é discutida por Kristeva (2014). Recuperamos tais reflexões da herdeira do pensamento benvenistiano, ao final do Capítulo III,

visto que as leituras nos direcionam a questão do como os locutores realizam a passagem da fala a escrita, nos testemunhos das experiências de língua(gem).

A enunciação escrita produzida, no jogo enunciativo da Prova de Redação – Vestibular para Estudantes Indígenas – 2012/UFRGS, oportuniza de modo singular a questão da escrita e de significação. Essa recupera as representações simbólicas construídas pelo locutor que assemelham às referências de produção elaboradas em sala de aula. Recortamos a leitura epistemológica de Kristeva (2014, p. 50), no que diz respeito à escrita como sendo: “[...] parte integrante da *interpretância* da língua. Esse revezamento (*relai*) da fala fixada em um sistema de signos permanece um sistema da fala, desde que seja entendida como uma significância suscetível de engendramentos posteriores de outros sistemas de signos.”. Acreditamos na esteira da interpretação de Kristeva (2014) que tais reflexões sejam pertinentes à prática de leitura, uma vez que o linguista está diante de sentidos que são construídos práticas diversas de engendramento da fala em outros sistemas de signos, no caso, a escrita, que está envolta em muitos outros simbolismos. Afinal, é o homem quem cria, adapta e busca na apropriação que faz da língua, enquanto sujeito. A língua, por sua vez, atua entre os planos, no caso, da enunciação falada e a escrita prevendo princípios enunciativos: “[...] o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos enunciarem.” (BENVENISTE, 2006, p. 90). A subjetividade na linguagem revela na enunciação escrita do sujeito as oralidades e as significâncias de sentidos recuperáveis pela palavra em torno da tríade, língua(gem), homem e a cultura.

Assim, podemos dizer que o sujeito ocupa lugares na enunciação por conta da apropriação da língua e da capacidade de passar horas escovando os sentidos das palavras seja na enunciação falada ou escrita. A nós, linguistas, restam-nos à dedicação e o empenho, em práticas de leitura que se dedicam a fazer o caminho inverso do discurso. Dedicamo-nos à escuta desses clamores antigos e em resgatar os sentidos estão escondidos, ou guardados nos falares das testemunhas *superstes* que enunciam acontecimentos vividos em sociedade. É preciso trazê-los à tona, deixá-los falar de si e pelos outros, lembrando que as referências estão no centro da enunciação.

Considerações Finais

Então, como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara. E foi passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte. (COLASANTI, 2000)

[...] mas o que ela [criança] aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o mundo do homem. (BENVENISTE, 2006, p. 20-21)

Reportamo-nos ao final do conto, *A moça tecelã*, em que a personagem principal puxa o fio e destece a trama inteira como forma de libertar-se dos padrões sociais machistas que a oprimem. Ao final da narrativa do conto, livre, a moça retorna ao tear e empreende com os fios outra trama, nesse momento acrescenta a linha clara entre os demais fios. Diferente da ação da moça, no conto de Colasanti, que nos momentos finais da narrativa, destece toda a trama e inicia outra, empreendemos para as Considerações Finais deste trabalho, a ação de cortar o fio, com vistas a finalizar esta trama.

Para esse momento, evocamos as habilidades da deusa grega de muitos nomes, Nix (Themis), ou Átropos, porque é ela quem detém, no mito grego das tecelãs, ou fiandeiras, o poder de *cortar do fio da vida*. Concebemos para a ideia do ato de cortar o fio da vida, ao final da trama, a metáfora do rompimento. Essa com interpretações complementares para a questão do fim, ou para o ato de finalizar. A primeira, o sentido de “fim”, está para a tessitura como algo decorrente do processo de produção, praticamente o óbvio. Não há como negar: é preciso finalizar o ciclo da tese e, de antemão, realizá-la com o mínimo de propriedade. O segundo é interpretado como o corte vital, morte, ou a quebra de vínculo por conta do anúncio de outra fase que se inicia. Para o futuro, há o prognóstico da continuidade das discussões por conta da presença de fios à disposição para outras ações no tear. Esses aguardam ser posto em ação quando da iniciativa em retorna ao tear. Acreditamos seguir à luz da Semântica da frase, proposta por Benveniste, quando da prática de leitura do discurso. Desejamos significar, ou mesmo, ressignificar pelos princípios enunciativos continuamente em outros momentos.

Reportamo-nos à metáfora do primeiro “fim” de um ciclo, mantemos o encantamento pela atividade de tecer, separar os fios, deixá-los a espera no tear, empreender a ação e dar vida à trama com o ir e vir dos movimentos da lançadeira. Esclarecemos as inúmeras dificuldades vencidas ao longo da tessitura, foram diluídas e revisadas. No entanto, temos consciência de que há, na tessitura, pontos falhos. Eles seguem por questões subjetivas. Mesmo reformulando e buscando melhorias, a nossa enunciação escrita denuncia tais marcas

(inter)subjetivas na enunciação escrita. Denunciam alguns pontos, ou fios entrelaçados, que ao toque dos dedos, ou aos olhos, são percebidos como pontos toscos, ou “nós”. Esses pontos insistem em se manter na enunciação, seja pela pontuação, ou na sintaxe da língua, única e própria do sujeito, uma vez são constituem o “eu” na língua(gem), ou seja, o analista da linguagem.

Vamos às questões relevantes da tese quando a entrada do locutor no discurso, isso se relaciona ao sujeito e a apropriação que este faz da língua portuguesa escrita, em situações distintas, na escola, ou em outras situações específicas, no caso, a Prova de Redação para o Vestibular da UFRGS. Os testemunhos nascem dessa situação enunciativa específica. Os encontros entre o “eu-tu” são inevitáveis, pois para existir a enunciação escrita é preciso considerar as relações interlocutivas. Essas seguem por normas, ou interdições comuns, centradas na desconfiança, ou na insegurança, em saber, ou não interpretar as aparências para o “tu”. Lembrando ainda que as relações interlocutivas serão mediadas pelo “ele”, nas mediações entre o “eu-tu”. Afinal, o “ele” domina as línguas e circula entre os dois mundos, contribuindo coletivamente para o processo de comunicação e reestabelecimento dos lugares ocupados pelas categorias de pessoa. Nos testemunhos, o “eu” é instaurado pela necessidade em comunicar ao “tu” a respeito do tema proposto para a situação que é comunicar a respeito das vivências no processo de aquisição e aprendizagem da língua portuguesa. Para essa situação comunicativa, específica do vestibular, o sujeito faz uso da língua como mediadora das relações na enunciação escrita. É o sistema que mantém as representações elaboradas pela vivência de sala de aula.

A entrada do analista da linguagem ocorre pelo *caminho inverso* do locutor no discurso. Desejamos realizar as primeiras incursões com vista à solução da problemática inicial. Assim, à luz do pensamento de Émile Benveniste e das vivências de sala de aula quando da leitura de textos produzidos por indígenas, buscamos compreender os lugares ocupados pelos sujeitos que dão testemunhos da passagem da língua a discurso. Em torno desse objetivo, sintetizamos algumas ideias que tiveram origem das implicações ao longo da exposição da tese. As ideias apresentadas sob a modalidade de aspectos inscritos na língua(gem) têm como *ponto de referência* o “eu” – sujeito da enunciação em testemunhos e mantém-se pelo viés antropológico da enunciação:

a) Por nascer na cultura, o sujeito ocupa o lugar, em relação ao “tu”, no jogo interlocutivo, da Prova de Redação, de complementariedade, porque necessita comunicar ao

“tu” fatos vividos, em língua portuguesa. O objetivo é compartilhar com o “tu” as diferentes experiências de língua(gem) vividas na cultura;

b) O sujeito dá testemunho de si e do outro impossibilitado, por isso ocupa o lugar de testemunha *superstes*, uma vez que é pela passagem de língua a discurso que dá o testemunho. Isso permite ao sujeito deslocar-se na instância do discurso *na* e *pela* língua(gem);

c) O presente linguístico mobiliza tipos de deslocamento quando da apropriação da língua(gem) pelo sujeito. É na relação interlocutiva, por conta de dois movimentos inerentes à subjetividade na linguagem que se encontra o funcionamento da língua em dois movimentos. Para o primeiro espaço-temporal, o locutor instaura-se, pelo tempo presente, em relação ao alocutário o lugar distante. Esse distanciamento, inicial, é imprescindível ao ato do acontecimento. É responsável por instaurar o “eu”, no “aqui” e no “agora” da enunciação escrita. O segundo movimento, tempo presente da fala, é o de aproximação inscrito na enunciação escrita. Esse movimento acontece quando o locutor mobiliza a língua e com ela realiza a passagem da enunciação falada à enunciação escrita, este se liga ao simbolismo dos povos ameríndios pela interpretância da língua, L₂, e por conta dos testemunhos das experiências historicizadas em L₁, ágrafa.

d) O sujeito ocupa *na* e *pela* língua lugares de resistência e de poder. Para a resistência, o sujeito mobiliza marcas (inter)subjetivas da L₁, língua materna, na enunciação escrita, em língua portuguesa, L₂, são constitutivas do sujeito. A justificativa está nas realizações simbólicas que acontecem quando da aquisição da L₁. Mesmo para casos em que o locutor tenha adquirido a L₁, a língua portuguesa. A subjetividade instaurada pela linguagem denuncia vestígios e elabora referências em torno do axioma de que o homem nasce na cultura. As relações de poder conduzem o sujeito a instaura-se e constituir-se pela língua, quando da apropriação da língua portuguesa para significar. Esse significar na enunciação escrita relaciona-se ao fato de que o locutor compreende o mundo pela interpretância da língua. Trata-se de uma relação semiológicas empreendida pela língua e pelas primeiras relações interlocutiva em sociedade e as realizadas na escola. Para a questão tem-se o perspectivismo dos povos ameríndio e o fato de que o sujeito ao simbolizar o faz por ocupar diferentes pontos de vistas sobre o mesmo corpo.

Os pontos elencados acima dizem respeito à intenção em propor o alcance dos objetivos específicos atingidos na tese, considerando para isso a questão da singularidade do processo de aquisição da língua para o locutor bilíngue, indígena, e as implicações na

construção dos sentidos na enunciação escrita em língua portuguesa para os testemunhos. Lembramo-nos da ideia defendida por Benveniste (2006, p.20-21) de que é importante considerar que o falante adquire a língua, não o faz simplesmente por ter pré-disposição, ou pelo exercício “natural”, mas porque é próprio do homem simbolizar pelas categorias linguísticas dessa língua. Isso é o que faz com que o homem adquira com a língua o ser “eu” no mundo.

Elaboramos, para os capítulos iniciais da tese, um percurso nada convencional, porque se deu a partir das escolhas de leituras epistemológicas centradas nos fundamentos epistemológicos da Linguística moderna, com Ferdinand de Saussure, e de leituras dos trabalhos teóricos, organizados no PLG I e II. O conjunto de estudos publicados por Benveniste, tomados *a posteriori* pelos herdeiros o conjunto de princípios constituem a Teoria da Enunciação. As leituras e interpretações dos fundamentos dos linguistas e de herdeiros da linguística francês levam-nos ao nosso *batismo de fogo*⁷². Necessitávamos percorrer o caminho de leitura e reconstrução teórica, visto que é na prática de buscar vestígios que o analista da linguagem apropria-se da língua e de saberes cria referências. Apropriamo-nos da língua para instauramos no discurso objetivando o cumprimento das etapas de análises e discussões previstas para a tese.

Constatamos, mais uma vez que a nossa entrada deu-se sobre várias perspectivas. A revitalização dos fundamentos linguísticos quando das releituras dos fundamentos gerais da Linguística moderna; o domínio das ideias propostas por Benveniste, para a Teoria da Enunciação, no PLG I e II, e a descoberta dos desdobramentos empreendidos pela Linguística moderna, e a Teoria da Enunciação, por relacionarmos a questão do viés antropológico da linguagem, inscrito desde as origens da ciência da linguagem e a vinculação à Semiologia. Optamos pelo percurso interdisciplinar entre a Linguística e as demais áreas incentivado pelo próprio Benveniste. A autorização desse procedimento está na *convergência entre as ciências* em torno do estudo das categorias linguísticas. Além disso, consideramos a indicação no estudo das categorias de pessoa, tempo e lugar, visto que elas contribuem para que a Linguística ocupe o lugar de ciência promotora de reencontros entre as várias ciências. O ponto dá-se também pelo estudo dessas categorias linguísticas, pelo viés antropológico da linguagem, em prol da *Ciência Geral do Homem*. (BENVENISTE, 2006, p.39). Aliamo-nos, depois, à sensibilidade da prática de leitura de textos produzidos por locutores, cujas

⁷² A expressão *batismo de fogo* é utilizada por Teixeira (2012) quando se refere às primeiras inserções teóricas nos estudos de Émile Benveniste.

simbolizações na enunciação escrita conduzem-nos a passar horas escovando ossos, buscando ecos de oralidade e de sentidos nas palavras, isso diz respeito à tarefa de ouvir ecos e significâncias incrustadas na(s) palavra(s). Assim, fundamentamo-nos na afirmação de Benveniste e herdeiros da sua Linguística para centrar no desafio da *metassemântica* que define por meio da *análise translinguística* caminhos para questões de significação em testemunhos de experiência de língua(guem) dos povos ameríndios. A intenção é a de apresentar um percurso teórico-metodológico que contribuam para discussões e práticas em torno do tema para o campo epistemológico da teoria enunciativa. Sintetizamos para as Considerações Finais, pontos de revelam o percurso metodológico idealizado para a leitura de testemunhos de sujeitos institucionalizados em culturas distintas.

Os itens elencados não podem ser vistos como regras, ou normatizações fechadas em si mesmas, mas sim, como pistas que norteiam o analista da linguagem, à leitura da enunciação escrita de testemunhos:

a) O posicionamento do analista, em relação à realidade dos povos ameríndios, será o aproximar-se o mais possível do *diálogo pra valer*. A enunciação escrita dos testemunhos das experiências de língua(gem) é a condição singular para que a testemunha fale sobre si e o outro.

b) O analista orienta-se pelo percurso inverso realizado pelo sujeito quando da entrada no discurso, principalmente, no que se refere à significação das palavras que são verbalizadas, na enunciação escrita.

c) As simbolizações dos locutores precisam ser consideradas como formas complexas de pensamento distintas entre índios e não-índios, principalmente, quando das categorias linguística de pessoa, tempo e espaço. A apropriação da língua pelo sujeito revela na enunciação escrita que se dá pela interpretância da diversidade de escolha oriundas de pontos de vistas distintos sob o mesmo corpo. Há no ato singular do sujeito as marcas heterogêneas de uma língua, ela carrega vestígios e cria referências específicas para a realização do ato individual e singular.

d) O *vestígio* e a *referência* são imprescindíveis para a construção dos sentidos tanto que estão no centro por conta que constituem a própria enunciação.

e) A leitura de testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios, pelo viés antropológico da enunciação, com o estudo das categorias de pessoa, tempo e lugar,

proporciona ao profissional da área de Letras, outro modo de prática de leitura, a qual se volta às questões de *realidade vivida, da experiência* por conta da apropriação da língua pelo sujeito.

Após a exposição dos itens, vislumbramos a aplicabilidade da pesquisa de base enunciativa quando do reconhecimento de que a língua é o sistema que contém a sociedade. Para a questão do estudo das categorias linguísticas, descrito pelo linguista francês, no estudo de 1968/1970, encontramos, outro argumento, em defesa da nossa opção pela Linguística de Benveniste, e pelas discussões empreendidas em torno das categorias linguísticas. Há o percurso da “nova configuração da língua” que ocorre por conta da inclusão do falante no discurso, numa relação pragmática, que o associa à sociedade/cultura. Para o linguista francês, é isso que possibilita na língua o desdobramento, em rede por meio, das relações espaço-temporais responsáveis pelos modos de enunciação. (BENVENISTE, 2006, p. 101). Neste trabalho, visamos a compreender parte desse desdobramento das relações pessoais, temporais e espaciais quando das relações eu-tu/ele instauradas pelo processo de interpretância da língua.

A língua identificada nos testemunhos de experiências de língua(gem) dos povos ameríndios nasce da prática humana. Essa prática determina o uso singular da língua pelo locutor. O resultado é uma língua, com sintaxe e semântica própria, cuja origem está na passagem da fala a escrita, nas mais diferentes situações interlocutivas vividas pelo indígena em sociedade, ou em sala de aula. A Teoria da Enunciação, centrada nos estudos das categorias linguísticas, sobre o viés antropológico da enunciação, *o homem na língua*, descortina para a interpretação dos “modos de enunciação”, mas não é só isso. Há no conjunto de trabalhos teóricos elaborados por Benveniste, a possibilidade de pesquisas que se voltam à interpretação de sentidos *na e pela* língua(gem) quando da relação como os povos ameríndios e de questões ligadas às línguas ágrafas. É preciso conhecer mais sobre o sujeito que emerge na enunciação escrita em língua portuguesa, os lugares ocupados por ele decorrentes de representações simbólicas e de processos interlocutivos distintos e diversos, no caso de locutores oriundos de sociedades cujas línguas ágrafas dão testemunho do passado mais na oralidade.

Portanto, defendemos que a pesquisa ocupe o lugar de representatividade quando traz à tona a missão de apresentar tais aspectos. Afinal, elaboramos percursos em torno do desafio de refletir sobre o modo como o locutor elabora na enunciação escrita aspectos dessa

simbolização que está como o linguista francês volta a realidade da ruptura da tradição entre língua ágrafas e não-ágrafas. Isso significa que sujeito que emergem dessa realidade dão testemunho uma “[...] realidade vivida, da experiência.” (BENVENISTE, 2006, p. 36). Reconhecemos a contribuição seja ainda muito inicial, dada o nosso percurso e a natureza da complexidade que o tema congrega. Enaltecemos a COPERSE e demais IES que se dedicam a elaborar para a Redação uma proposta específica para o candidato indígena, tanto que sugerimos a revisão dos aspectos avaliativos para realidade linguística, posto que os utilizados generalizam a respeito de questões que deveriam ser concebidas a partir de perspectivas distintas e heterogêneas.

Empreendemos, nesse momento de finalização, lançar o clamor tímido, em relação, a elaboração de uma proposta para a Prova de Redação, específica, para o ENEM. A indicação possa parecer para alguns linguistas e estudiosos utópica, dada às normatizações do MEC, governo federal. No entanto, defendemos a elaboração por conta das diversidades linguísticas e culturais do Brasil. A Teoria da Enunciação respalda tal discussão uma vez que reconhece as singularidades das línguas e os processos de simbolizações quando da passagem da enunciação falada à escrita. Defendemos a elaboração de uma proposta de Prova de Redação seja pertinente, por considerar o reconhecimento da língua singular como sendo mediadora para os diferentes processos entre os povos ameríndios e os ocidentais. Caso isso não seja possível, tendo em vista deliberações políticas e de instituições governamentais que regulam e normatizam a respeito do ENEM em todo o território brasileiro. Apresentamos a segunda sugestão de que é a prioridade em rever critérios avaliativos utilizados para a leitura de produções textuais dos povos ameríndios. Para tal questão, apontamos que os critérios avaliativos sejam revistos, em torno dos princípios linguísticos de base enunciativa, e mesmo, de outras discussões oriundas da interdisciplinaridade das áreas das Linguísticas que se voltam ao texto e ao discurso, bem como a contribuição das demais áreas das Ciências Humanas, no caso, a Filosofia e a Antropologia.

Enfim, são ideias lançadas, elas surgem da reflexão de que a situação do ato da enunciação escrita objetiva “[...] colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Colocamo-nos à disposição novamente no tear, posto que tenhamos inserido a linha de cor clara, descortinando assim para um horizonte. Não há como retroceder; é preciso lançar-nos ao tear novamente. Afinal, há muito ainda por ser tecido.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História:** destruição da experiência e origem da história. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. **O que resta de Auschwitz:** o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARESI, Fábio. **Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste:** uma exegese de O Aparelho Formal da Enunciação. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ARRIVÉ, Michel. **Em busca de Ferdinand de Saussure.** Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 47-49.

BARBISAN, Leci Borges. **O sentido no discurso:** o olhar da Teoria da Argumentação na Língua. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 133-138.

BARBOSA, Gabriela. **Em busca do espaço perdido?** Um estudo do estatuto da noção de espaço em Émile Benveniste. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BARTHES, Roland. Escrever, verbo intransitivo? Tradução António Gonçalves. In: _____. **O rumor da língua.** Edições 70, Ltda. Lisboa, Portugal, 1984, 19-26.

_____. Por que gosto de Benveniste. Trad. António Gonçalves. In: _____. **O rumor da língua.** Edições 70, Ltda. Lisboa, Portugal, 1984, 149-155.

BARROS, Manoel. Escova. In: **Memórias Inventadas:** a Infância. 2ª Reimpressão, São Paulo: Planeta, 2007, [s.p.].

BENVENISTE, Émile. *Tendências recentes em Linguística Geral I.* In: **Problemas de Linguística Geral.** Tradução Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri; Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Linguística.* In: _____. **Problemas de Linguística Geral I.** Tradução Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Saussure após meio século.* In: _____. **Problemas de Linguística Geral I.** Tradução Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *A Natureza dos Pronomes*. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *A Filosofia analítica e a linguagem*. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Da subjetividade na linguagem*. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *A noção de “ritmo” na sua expressão Linguística*. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *A frase nominal*. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Ver. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Ver. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. *Esta linguagem que faz a história*. In: **Problemas de Linguística II Geral**. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

_____. *Semiologia da língua*. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

_____. *A linguagem e a experiência humana*. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

_____. *O aparelho formal da enunciação*. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

_____. *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

_____. *A forma e o sentido na linguagem*. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

_____. *Gênese do termo “scientifique”*. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Trad. Celso Castro. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. Trad. Aída Ferrás et al., São Paulo: EDUC, 1992.

CASTRO, Celso. *Apresentação*. In: BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 7-15.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005 Acesso em 20 de março de 2012.

_____. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. **Os termos da outra história**. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/Os_termos_da_outra_historia.pdf -2000. Acessado em 20 de out. de 2014.

COLASANTI, Marina. **A moça tecelã**. Texto extraído do livro “Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento”, Global Editora, Rio de Janeiro, 2000, uma colaboração da amiga Janaina Pietrolungo, da longínqua Oxford. Disponível em: www.releituras.com/iana_mcolasanti.asp. Último acesso em 05/12/2014.

DESSONS, Gerard. **Émile Benveniste: l'invention du discours**. Paris. Limoges, 2006.

FARIAS, Bruna. **Do testemunho de uma experiência na linguagem para uma reflexão enunciativa sobre o fazer linguístico implicado em aprender e ensinar Português como língua adicional**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. **Por que ainda ler Saussure?** In: FIORIN, José Luís, FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (orgs.). São Paulo: Contexto, 2013, p. 7-20.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste**. 1ªed. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. **Por que gosto de Benveniste?** Desenredo, Passo Fundo, vol.1, n.2, p. 127-138, 2005. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/492/303>. Acesso em 10/03/2012.

_____. **O homem não nasce na natureza, mas na cultura**: assim fala uma criança. (Conferência). II Encontro sobre a Linguagem da Criança, UNESP – Araraquara, São Paulo, 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. BARBISAN, Leci Borges; FINATO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. A Linguística é uma Ciência Histórica? In: BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. Trad. Aída Ferrás [et al.]. São Paulo: EDUC, 1992.

GOMES, Janaína Nazarli. **O enunciador em língua estrangeira: uma constituição possível?** (Trabalho de Conclusão de Curso). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

_____; SURREAUX; Luiza Milano. **Ser sujeito em língua estrangeira: uma constituição possível?** 2013, p. 68-81. Disponível no site: <http://www.revistas.usp.br/nonplus/article/view/49771>. – acessado em julho de 2014.

JAKOBSON, Roman. **Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências**. Trad. Maria Fernanda Bacelar Nascimento. Rio de Janeiro: Livraria Bettrand. 1974.

KNACK, Carolina. **Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KRISTEVA, Julia. Prefácio: Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. In: **BENVENISTE, Émile. Últimas aulas no Collège de France 1968-1969**. Trad. Daniel Costa da Silva [et al.]. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LAPLANTINE, Chloé. **‘Emile Benveniste et les langues amérindiennes’**. *History and Philosophy of the Language Sciences*. 2012. Disponível em: <http://hiphilangsci.net/2013/10/02/emile-benveniste-et-les-langues-amerindiennes-4>. (acesso em 10/02/2013).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturas Elementares de Parentesco**. Trad. FERREIRA, M. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Trad. José Auto. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975, p. 13-14.

_____. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Disponível em www.miliano.blogspot.com. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

MARRA, Daniel; MILANI, Sebastião Elias. **Uma teoria social da língua(guem) anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet / A social theory of language announced at the threshold of the twentieth century by Antoine Meillet**. *Linha d'Água*, n 25 (2), p. 67-90. 2012. Disponível em <http://www.revistas.fffch.usp.br/linhadagua/article/view/521> acessado em junho de 2014.

MATSUZAWA, Kazuhiro. *Edition génétique de la Première conférence à l'Université de Genève (1 ère livraison)*. Juin 2006, vol. XI, n° 2. Disponível em: http://www.revue-texto.net/Saussure/De_Saussure/Conferences/Matsuzawa_CG1.pdf. Acessado em 06/06/2014.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. **Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural**. In: CAVALCANTI, M.C.; BORTONI-RICARDO, S.M. (org.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2007.

NINCAO, Onilda Sanches. **“Kóho Yoko Hovôvo / O Tuiuiú e o Sapo”**: identidade, bilinguagem e política linguística na formação continuada de professores Terena. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2008. (Tese de Doutorado)

NORMAND, Claudine. **Saussure**. Trad. Ana de Alencar; Marcelo Diniz. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

_____. **Convite à Linguística Geral**. Trad. Cristina Birck *et al.* São Paulo: Contexto, 2009.

NUNES, Paula Ávila. **A prática tradutória em contexto de ensino (re)vista pela ótica enunciativa**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. (Tese de Doutorado).

ONO, Aya; SILVA, Carmem Luci da Costa; MILANO, Luiza. **Sobre as relações entre a linguagem e o homem: caminhos de leitura em Émile Benveniste**. (Trad. SILVA, D. C). Porto Alegre: Calindoscópio, vol. 12, n° 2, p. 255-260, maio/agosto, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2014.122.13>. Acessado em 07 de setembro de 2014.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert. (Orgs.). Trad. Antônio Chelin *et al.*, São Paulo: Cultrix. 28ª ed. 2006.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. BOUQUET, Simon; ENGLER, Rudolf. (orgs e edit.). Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. 12 ed. 2012.

SILVA, Silvana. **O homem na língua: uma visão antropológica da enunciação escrita para o ensino da escrita**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. (Tese de Doutorado)

_____. **Um olhar enunciativo sobre o discurso**. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges (orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 62-74.

SILVA, Carmem Luci da Costa; KNACK, Carolina; JUCHEM, A. **A linguagem e a experiência humana em sala de aula**. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/viewFile/25919/14250> Acessado em 21 de maio de 2014.

TEIXEIRA, Marlene. **O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de

Passo Fundo, v. 2, n° 1, p. 71-83, jan/jun. 2012. Disponível em <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/viewFile/2639/1801>. Acessado em 12 de novembro de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. COPERSE. **Manual do Candidato – Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/coperse/processos-seletivos/estudantes-indigenas/pse-estudantes-indigenas-2012/manual>. Acessado em 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. COPERSE. **Processo Seletivo Específico para Estudantes Indígenas. Edital 09 de dezembro de 2011**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/coperse/processos-seletivos/estudantes-indigenas/pse-estudantes-indigenas-2012/edital/view>. Acessado em 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. COPERSE. **Concurso Vestibular de 2015**: Edital de 28 de agosto de 2014. Disponível em <http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/vestibular-2015/concurso-vestibular-2015/EDITALCV2015.pdf>. Acessado em outubro de 2014.

WHITNEY, William Dwight. **A vida da Linguagem**. Trad. Márcio Alexandre Cruz. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2010.

Anexos



PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA ESCREVA NESTA ÁREA	AUSENTE <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	F/LOCAL <input type="checkbox"/>	ANULADA <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO 000004.09-01

TÍTULO Aprendizagem e Descobertas

1 No ano de 1997 até nos dias atuais, vivo
2 aprendendo a língua Portuguesa, durante es-
3 se período significou muitas coisas para o
4 meu aprendizado e minhas conquistas,
5 no qual demonstrarei alguns valores do co-
6 nhecimento significativas que adquiri, no
7 decorrer desse texto.

8 Com a decorrencia desse fato, em 1997
9 ingressei-me na escola, muitas dificul-
10 dade venho a mim, pois, em casa so fala-
11 va e se comunicava em língua Kaingang,
12 a nossa língua materna. E quando entrei
13 numa sala de aula confundiu mais a mi-
14 nha cabeça, os dias, os meses foram pas-
15 sando e eu ali tentando aprender. Num
16 certo dia a professora que não era indíge-
17 na chegou até a mim e comprimemto-
18 me e disse-me "que eu tenho a capacida-
19 de de aprender, basta eu querer e ir em busca
20 do que eu quero para que eu possa ajudar fu-
21 turamente a minha família. E ouvindo-o
22 então, pus no meu coração e mente, e nos

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 dias atuais sempre em minhas dificuldades
24 de aprender e conquistas, me lembro dessa
25 pessoa que me incentivou, encorajou-me à
26 vida, com aquelas palavras. Portanto, signi-
27 ficou muito ao conhecer o conhecimento
28 aprender a língua Portuguesa, que não é a
29 minha língua materna, mas que tive que
30 aprender para socializar com o mundo,
31 sem ter medo de errar, mas sim, ter sem-
32 pre uma esperança no presente e futura-
33 mente, ter a coragem de dizer o que sou,
34 não tendo vergonha de ser índio.

35 Com tudo isso, posso concluir que ao apres-
36 der e conhecer a língua Portuguesa, foi muito
37 importante para mim, valorizar e cultivar
38 a minha cultura, respeitando a cultura dos
39 não-indígenas, mas não ter a vergonha do
40 que é, e dando as mãos, unindo forças
41 para o futuro melhor

NADA ESCREVA NESTA ÁREA



PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA ESCREVA NESTA ÁREA	AURENTE <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	FILOCAL <input type="checkbox"/>	AMPLADA <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO 000009.08-01

TÍTULO A língua que transforma

1 A descoberta de uma nova língua, dife-
2 rente da que estamos acostumados, signifi-
3 ca que podemos ampliar nossos conhecimen-
4 tos, conhecer coisas novas, sem prejudicar
5 aquela que já conhecemos.

6 Porém, entretanto em contato com algo novo,
7 muitas vezes, assusta. O medo de que possa
8 acontecer, o nervosismo que temos no primei-
9 ro contato com alguém que fala dife-
10 rente de nós, são sentimentos normais, de
11 quem está diante de uma coisa nova,
12 totalmente diferente daquela que já conhe-
13 cia.

14 Apenas com o passar do tempo é que
15 nos damos conta de que, o que parecia
16 ser ruim, na verdade, tornou-se algo
17 maravilhoso em nossa vida. É que, entrar
18 em contato com a língua portuguesa, e
19 conhecê-la é uma experiência única.
20 Conhecer os verbos, os substantivos, os adjeti-
21 vos, coisas que anteriormente, nem imagi-
22 návamos. É aquele nervosismo que senti-

NADA ESCREVA NESTA ÁREA

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 mos no primeiro contato com o professor, se tran-
24 formou em uma bela amizade, constituída
25 de amor, respeito e, principalmente, confiança.
26 A partir daí, é que nos damos conta de
27 como a língua portuguesa se tornou imper-
28 tante em nossa vida. Pois, depois que aprende-
29 mos a falar e conhecemos mais sobre ela, po-
30 demos dialogar com outras pessoas, sem me-
31 do. É o que via, antes, apenas uma palavra
32 vaga se tornou uma palavra com sentido,
33 e mais importante: agora nós conhecemos e sa-
34 bemos dela.

35 Por isso, é importante conhecermos a essa
36 língua, ela nos permite ampliar nossos conheci-
37 mentos, nos faz viver novas experiências que le-
38 varemos tudo isso para toda a vida.



PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA EScreva NESTA ÁREA	AUSENTE <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	T-LOCAL <input type="checkbox"/>	ANULADA <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO 000044.10-02

TÍTULO *A importância da língua Portuguesa*

NADA EScreva NESTA ÁREA

1 A minha aprendizagem de língua
2 portuguesa está sendo muito impor-
3 tante, tanto como para aqueles que
4 aprenderiam como eu.
5 Hoje vejo que a português é bem útil
6 nos aldeias pra entender e se comunica-
7 com a mãe índias nas grandes cidades.
8 O aprendizagem me proporcionou
9 coisas boas na minha vida.
10 É mãe e é importante pra conversar
11 e entender o que as pessoas das cidades
12 falam, é bom quando vai procurar
13 uma oportunidade boa que o
14 mercado de trabalho oferece. É se
15 não saber falar e escrever não
16 consegue nada na vida.
17 Agora isso leva os índios a conseguir
18 uma oportunidade na área de
19 trabalho.
20 Quando eu ficava lá estudando,
21 alhando ficou aquele professor falar
22 e escrever não entendia nada e

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 as mesmo tempo tinha força de vontade
24 de aprender e que um dia ia ser
25 importante na vida, em saber escrever
26 e falar.
27 Posso falar que esse ensinamento na
28 época era bem complicado de
29 compreender e escrever, e que hoje se
30 também para os nossos filhos que
31 estão começando a aprender a
32 português que não ser ajudado por eles
33 mesmos ao decorrer do tempo.
34 Com passar do tempo eles vão ver,
35 que é pra bem deles este aprendizado
36 da língua portuguesa.
37 O ensinamento que eu tive me
38 ensinou muitas coisas boas que tenho
39 agora a correr atrás das minhas
40 coisas e ter uma oportunidade boa.
41 Essa aprendizagem me proporcionou
42 o que sou hoje, tentando conseguir
43 uma chance de voltar aprender
44 coisas novas nessas universidades que
45 estão dando uma boa oportunidade
46 pra nós índios.



PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA ESCREVA NESTA ÁREA	AUSENTE <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	F. LOCAL <input type="checkbox"/>	ANCIADA <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	F. <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO 000049.09-02

TÍTULO Conhecimento

1 Muitas aldeias indígenas não têm acesso a
2 uma educação adequada, até mesmo por falta de
3 profissionais que gostem, e lutam para poder passar
4 esse vasto conhecimento para pessoas que não tem
5 acesso a ele.

6 Hoje as coisas estão mais fáceis, como
7 chegar na maioria das aldeias, ou como muitos
8 que tem família fora da reserva pode ir
9 para estudo, que foi aqui esse garoto chamado
10 Antônio fez, ele saiu da casa de seu tio, a
11 qual morava na aldeia, indo para a casa
12 de sua mãe, que vivia próximo a capital, lá
13 ele ia para a escola.

14 Tinha uma vida complicada, para esse
15 jovem, no período letivo passava com a
16 mãe e seus irmãos, nos finais iam para
17 a aldeia passar com seu tio, sempre mudando
18 de ambiente, sempre mudando as pessoas.

19 A parte da escola foi difícil, português
20 sempre era um problema, sempre um pouco
21 estar de seus colegas de classe, mas
22 trabalhando duro para aprender todos os assuntos

NADA ESCREVA NESTA ÁREA

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 que, a cada dia que passava aprendia mais,
24 um ano, quando ele voltou para mais uma
25 busca por conhecimento literário, se deu com um
26 novo professor, seu nome era Flávio, este
27 amava ensinar, percebeu ele que Antônio tinha um
28 afinidade com essa matéria, começou a ensinar
29 com mais cuidado para este menino conseguir
30 aprender também.

31 Então o garoto aprendeu tudo que precisava
32 para seguir os sonhos, e tentar o seu grande
33 sonho, ser um médico, poder ajudar a sua
34 aldeia.



PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA ESCREVA NESTA ÁREA	AUSENTE <input type="checkbox"/>	FOLGAL <input type="checkbox"/>	ANULADA <input type="checkbox"/>	F <input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO 000050.05-02

TÍTULO

NADA ESCREVA NESTA ÁREA

1 Antigamente nossos antepassados não sabiam
2 a língua portuguesa, até hoje poucos falam essa lin-
3 guagem. Mas para minha sorte eu tive um pai
4 que queria que seus filhos aprendessem a língua
5 portuguesa, então ele lutou para ter uma escola
6 dentro da aldeia com todas as lideranças indí-
7 genas foram contra diziam que com uma es-
8 cola perderíamos a nossa cultura, mas meu pai
9 não desistiu pois ele queria que fossemos alguém
10 na vida então em dois mil o governo finalmente al-
11 tarizou a construção da escola.

12 No primeiro dia de aula chegou um professor cha-
13 mado Mário ele era estranho para nós tínhamos
14 medo dele mas o cacique Juarez sabia falar muito
15 bem a língua portuguesa então ele nos explicou que
16 o professor iria nos ensinar a falar outras línguas, ele
17 nos ensinou a sermos educados e como falar o portu-
18 guês corretamente.

19 Digamos que o português era fascinante para
20 nós principalmente para mim porque eu não que-
21 ria estudar e muito menos falar outra língua.

22 E o que mais me fascinava era o som das

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 das palavras o jeito de dizer e como separar as
24 palavras sílabas por sílabas, graças a essa língua eu
25 sei dizer bom dia, boa tarde e boa noite, mas o que
26 mais marcou para mim foi o dia em que saí da aldeia
27 pela primeira vez, para ir à cidade, entrar numa loja
28 comprar e pagar e não ser enganada disse muito
29 obrigada, isso foi emocionante para mim já que era a
30 primeira vez que eu fui a uma cidade e fiquei mu-
31 to feliz com isso.

32 Enfim a língua portuguesa me proporcionou um novo
33 período, hoje essa língua significa muito para mim
34 pois com ela aprendi a não roubar, não enganar as
35 pessoas e ser honesta e o melhor de tudo ser algu-
36 ma na vida mesmo sendo índia e ajudar as pessoas e é
37 por esta e por outras coisas que eu amo a língua
38 portuguesa.



PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA EScreva NESTA ÁREA	AUSENTE <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	ESCALA <input type="checkbox"/>	APRIMADA <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO

000051.07-02

TÍTULO Conhecendo que se aprende

NADA EScreva NESTA ÁREA

1 Aprender a falar outra língua é muito legal, é igual
2 a aprender a falar inglês.
3 Saber a falar a língua portuguesa para meus indi-
4 genas, é igual os brasileiros a querer a falar inglês.
5 Foi difícil aprender a falar a língua portuguesa
6 para mim, porque em casa, ~~se~~ na comunidade,
7 se falamos nessa língua indígena. Mas foi
8 bem eu saber a falar a língua portuguesa,
9 a entende-la, se não entendesse-a, e fala, ~~com~~
10 como eu não compreender meus colegas na escola,
11 os outros professores, também como eu não conhe-
12 cia outras palavras, significados, livros, etc.
13 Na casa, meus pais falavam para mim, não
14 não aprender a falar outra língua, a conhecer outras
15 coisas, a conhecer, a aprender, mas nunca se esqueça
16 a suas origens, a sua cultura, a sua língua.
17 As mesmas coisas que meus pais falavam
18 para mim, minha professora de português fala
19 na para mim.
20 Aprender a falar a língua portuguesa,
21 para meus indígenas é bem, mas não a
22 fala, e compreender-la, mas nunca esqueça

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 Ser as mesmas coisas, a mesma língua verdadeira
24 a cultura, preservar-la para todo vida.
25 Para conhecer outros lugares, pessoas, línguas,
26 mas jamais esquecer da verdadeira língua, que
27 é a indígena.
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50



PSE - Estudantes Indígenas 2012

NADA EScreva NESTA ÁREA	AUSENTE <input type="checkbox"/>	F. LOCAL <input type="checkbox"/>	ANULADA <input type="checkbox"/>	F. <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

TRANSCREVA A REDAÇÃO NO ESPAÇO ABAIXO E NO VERSO 000053.11-02

TÍTULO Gradido eberna

1 Língua Portuguesa precisamos de ti! Com um
2 mundo globalizado, onde saber falar um segundo
3 e até terceiro idioma, tornou-se item quase que
4 indispensável, em muitas comunidades indígenas
5 falar o português foi algo vital.

6 Assim ocorreu com o povo indígena Krenak,
7 o qual me incluo, ajudando na nossa sobrevivência
8 cultural. Aprendendo o português, através dos melhores
9 professores brasileiros que ministraram e ainda
10 continuam ministrando aulas em nossas escolas,
11 passamos a entender melhor o nosso próximo
12 não-indígena, e com isso através do diálogo construímos
13 laços com eles laços de amizade e cordialidade,
14 e isso significa respeito mútuo.

15 Aprender o português nos permitiu uma
16 maior integração e melhor compreensão da
17 sociedade brasileira como um todo, e isso
18 significa cidadania. Aprender o português,
19 trouxe ao índio Krenak a singular chance
20 de estabelecer alianças com os não-indígenas cada vez mais
21 altos, e isso significa oportunidade de vida.
22 Através do aprendizado da língua portuguesa,

NADA EScreva NESTA ÁREA

CONTINUE NO ESPAÇO ABAIXO.

23 adquirimos a condição de expor nossos pensamentos
24 e debater as questões sociais, principalmente no
25 que diz respeito à cultura indígena, e isso significa democracia.
26 Aprender o português e nesse caso especificamente
27 para mim, foi ter a possibilidade de dizer "Eu
28 te amo", na língua portuguesa, para a mesma
29 pessoa pela qual eu ainda admiro-me muito
30 hoje, apesar que não através do meu olhar, pela
31 já sabia, foi um fato marcante, o primeiro amor.
32 Aprender o português para nós, aqueles que índios
33 e brancos podem e devem ser em harmonia,
34 pois apesar das diferenças, somos todos cidadãos
35 brasileiros com direitos e deveres, e isso significa
36 aprendizado recíproco de culturas distintas e ações
37 cada vez mais semelhantes em condições almejadas. Com
38 o entendimento do idioma português, compreendemos
39 que a nossa língua usada para entender
40 a cultura indígena através dos índios, pode ser
41 usada para o bem, para a reconstrução, e
42 isso significa e continua significando para
43 cada índio Krenak vida e vida com abundância.
44 Se o português fosse uma ser concreto e com vida
45 própria, gostaríamos de dar-lhe um abraço bem
46 apertado e dizer um "parabéns obrigado", porque
47 compreendemos isso com muito amor para quem de
48 fato trouxe todos os brasileiros, a todos os professores que
49 através do ensino do português, nos ajudaram a
50 fazer emblemáticos em nossas vidas. Muito obrigado!

